

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

CIBELE CAROLINE DA ROSA

**AÇORIANOS E SUAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO
SOCIOECONÔMICA NO POVOAMENTO DO SUL DA AMÉRICA
PORTUGUESA (RIO PARDO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XVIII)**

São Leopoldo
2020

Cibele Caroline da Rosa

**AÇORIANOS E SUAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO
SOCIOECONÔMICA NO POVOAMENTO DO SUL DA AMÉRICA
PORTUGUESA (RIO PARDO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XVIII)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Dra. Maira Ines Vendrame.

São Leopoldo

2020

R788a Rosa, Cibele Caroline da.

Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento do sul da América portuguesa (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII) / Cibele Caroline da Rosa. – 2020.

186f. : il.;30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Silvana Teresinha Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTOS

A escrita impessoal não reflete, em nada, o caráter múltiplo dessa dissertação. Os agradecimentos aqui depositados são poucos perto das gentilezas de cada pessoa comigo.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Dra. Máira Ines Vendrame, que me acolheu gentilmente na Unisinos. Com certeza o caminho de escrita dessa pesquisa tem a orientação dessa professora incrível e que me inspira diariamente, tanto como pesquisadora quanto pessoa. Igualmente ao prof. Dr. Alexandre Karsburg, que deu dicas preciosas para a escrita dessa pesquisa. Os encontros para os cafés foram momentos que renderam grandes discussões teórico-metodológicas, com ótimo aprendizado. Obrigada!

Agradeço ao PPG de História da Unisinos, em especial à coordenadora, Dra. Maria Cristina Bohn Martins e à secretária, Saionara Brazil. Sem as gentilezas, acolhida e apoio de cada uma, essa pesquisa não teria saído da forma como foi.

Ao CNPq, pela bolsa integral, que viabilizou esta pesquisa. O apoio de órgãos de fomento do Estado é de fundamental importância para que os alunos de pós-graduação tenham condições de levar adiante suas pesquisas.

Aos professores Dra. Ana Silvia Scott e Dr. Paulo Moreira, que gentilmente aceitaram o convite da banca de qualificação, assim como para a defesa, bem como ao professor Dr. Luís Augusto Farinatti que fez parte da banca final. As contribuições de cada um foram muito importantes para essa pesquisa.

A todos os professores do PPG História Unisinos. Em especial aos que ofereceram disciplinas por mim cursadas: Paulo Moreira, Marcos Witt, Eliane Fleck, Maria Cristina Martins, Alexandre Karsburg, Marluza Harres. Também gostaria de deixar registrado os meus agradecimentos ao professor Giovanni Levi, que me ouviu atentamente quando tive a oportunidade de conversar com ele sobre a minha pesquisa.

Aos meus professores da graduação na Univates: Sérgio, Silvana, Mateus, Márcia, Neli e o antigo orientador, Laroque. Agradeço especialmente ao professor Luís Fernando Laroque e à profa. Márcia Volkmer, pela inspiração como pesquisadora.

Aos funcionários dos arquivos aos quais consultei: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Foram inúmeras as visitas com as quais contei com a paciência de todos aqueles que me atenderam. À Vanessa, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, pelas gentilezas e ajuda com as fontes. Agradeço também aos colegas pesquisadores Dra. Rachel dos Santos Marques e Ms. Israel Aquino pelo

compartilhamento de informações sobre alguns dos personagens dessa pesquisa. Foram trocas de e-mail atenciosas e excepcionais!

Aos meus familiares, que entenderam as ausências nos almoços de domingo. Aos queridos afilhados que ainda não têm noção do que é uma dissertação, mas contam a todos, com muito orgulho, que a dinda faz mestrado. Às minhas duas irmãs, Livani e Luana, que frequentemente ouviram desabafos, além de explicações sem sentido.

Aos amigos feitos antes da entrada no mestrado, que acreditaram no meu potencial e me apoiaram, que foram muitos. Em especial à Natália e à Karen, minhas grandes amigas. Aos que fiz no mestrado, pois tive a sorte de ser aluna em um Programa de Pós-Graduação em que os alunos não são apenas colegas, mas amigos. Em especial ao “Forró do Gérson”, grupo onde muitas vezes compartilhamos as angústias e partilhamos alegrias: Bruna dos Santos, Gabriel Ferreira, Guilherme Ordoque, Jéssica Arend, Matheus Batalha, Priscila Alemaleh, Vinicius Masseroni e Vitor da Costa.

Em especial à Jessica Arend, a quem mesmo antes de conhecer pessoalmente já admirava. Uma amiga com quem dividi as angústias da pesquisa, a discussão de conceitos teóricos e preceitos metodológicos. Uma mulher que tenho muito orgulho em dizer que sou amiga. A outro grande amigo feito nas aulas do mestrado: Vitor Costa. Obrigada pela camaradagem, pelas infinitas discussões sobre o tão amado Internacional. Sofremos juntos muitas vezes e continuaremos sofrendo. Igualmente à Júlia de Gregori, pelas muitas viagens compartilhadas até a Unisinos e aos arquivos em Porto Alegre. Obrigada pelas sugestões de leituras e fontes.

À outra grande amiga, Inauã Weirich, obrigada pelas discussões de fim de tarde. Ainda voltaremos em alguns temas. Obrigada pela parceria, pela revisão das referências, por compartilhar tanto conhecimento comigo. Admiro-te muito, e, se um dia eu conseguir ser tão inteligente quanto tu és, estarei muito feliz. Obrigada! Às “meninas do apê”: Luana, Daniela e Paula. Obrigada por nunca reclamarem da bagunça que deixava. Afinal, aquela era a bagunça do conhecimento!

*Em memória de minha mãe,
que me ensinou muito mais do que
qualquer texto acadêmico poderia fazer*

*Dedico esta pesquisa a todos os migrantes que,
ano após ano, saem de suas casas para enfrentarem
o desconhecido, encorajando-se dia a após dia.*

RESUMO

Esta pesquisa analisa estratégias de inserção sociais e econômicas de migrantes açorianos no sul da América portuguesa. O local escolhido é a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, durante a segunda metade do século XVIII. Nesse período, diversos moradores das nove ilhas que compõe o arquipélago dos Açores (Portugal insular) deslocaram-se para o povoamento da América, com destaque para as áreas fronteiriças, como o então Continente do Rio Grande de São Pedro, região de interesse entre as Coroas portuguesa e espanhola. A pesquisa procurou identificar esse processo migratório repensando as motivações dos ilhéus para a saída do Arquipélago, bem como a chegada em Rio Pardo. Com o foco para as ações dos sujeitos migrantes, demonstram-se as múltiplas estratégias desses sujeitos para o estabelecimento na região, notadamente fronteiriça e em constante movimento. A partir da análise serial de fontes paroquiais (registros de batismo e matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo), Relação de Moradores que possuíam campos e animais no Continente e outras fontes, tais como os Autos de Justificava do Matrimônio (1753-1763), percebe-se que a presença açoriana se deu desde os primeiros anos de fundação da freguesia, o que é verificado através das escolhas matrimoniais e de compadrio, além do acesso a terra e atividades econômicas desenvolvidas. Através de concepções de um Antigo Regime nos Trópicos, aliadas à inspiração metodológica da Micro-História italiana, demonstra-se que nem todos aqueles que migraram das ilhas para a região de Rio Pardo formaram uma massa pobre e submissa aos mandos da Coroa portuguesa. Com o cruzamento nominativo, foi possível analisar estratégias de um grupo de migrantes que alimentavam uma rede de múltiplas relações, imbricadas tanto social quanto economicamente.

Palavras-Chave: Migração Açoriana. Continente de Rio Grande de São Pedro. Antigo Regime nos Trópicos. Estratégias de Inserção Sociais e Econômicas. Rio Pardo.

ABSTRACT

This research analyzes strategies of social and economical insertion of Azoreans immigrants in the south of the Portuguese America. The chosen place is the parish of Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo throughout the second half of the XVIII century. In this period, many residents from the nine islands that form the Azores archipelago (Insular Portugal) moved to populate America, with highlights to the border areas such as the then Continent of Rio Grande de São Pedro, a region of interest among the Portuguese and Spanish crown. The research tried to identify this migration process rethinking the motivations that led islanders to leave the archipelago, as well as the arrival in Rio Pardo. With focus given to the actions of such immigrants, multiple strategies have been shown from these subjects to the establishment in the region, notably from border regions and constant moving places. From the serial analysis from paroquial sources (baptism registries and matrimonies from Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo), list of residents who own lands and animals in the continent and other sources, it is notable that the Azorean presence happened in the first years of the foundation that is verified through spiritual relationships and selecting a godparent, as well as access to the lands and ongoing economical activities at the time. Through conceptions of an old regime in the Tropics, linked to the meteorological inspirations of the Italian micro-history, it is demonstrated that not all those that migrated from the islands to the region of Rio Pardo formed a poor and submissive mass of people from the Portuguese crown. With nominative crossing, it was possible to analyze strategies of a group of immigrants that fed a network of multiple relations imbricated socially and economically.

Keywords: Azorean Migration, Continent of Rio Grande de São Pedro, Old Regime in the Tropics, Strategies of Social and Economical insertion, Rio Pardo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1– Mapa dos Açores, 1584	39
Figura 2 – Mapa da Expedição Demarcadora dos limites de Gomes Freire de Andrade	49
Figura 3 - Árvore Genealógica Família Silveira Gularte	136

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de padrinhos e afilhados	101
Gráfico 2 – Condição de acesso a terra em Rio Pardo, 1784	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Evolução populacional por ilhas (séculos XVI-XVII)	42
Tabela 2 - Casamento entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo entre 1759 e 1760.....	54
Tabela 3 - Ilha de nascimento dos pais de batizados da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1755 e 1761	57
Tabela 4 – Casamento entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo entre 1759 e 1760	58
Tabela 5 – Origem das esposas de pais açorianos que batizaram filhos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1783 e 1789	62
Tabela 6 - Número de casamentos realizados por livro entre 1759 e 1793	77
Tabela 7 – Naturalidade dos nubentes que se casaram na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1759 e 1793	78
Tabela 8 - Condição dos nubentes	79
Tabela 9 – Matrimônio com um dos nubentes de origem açoriana por período	80
Tabela 10 - Casamentos realizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário com nubentes de origem açoriana (1759-1762).....	81
Tabela 11 - Condição dos pais que batizaram filhos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1755 e 1762	91
Tabela 12 – Padrinhos e Madrinhas com mais afilhados no livro de registros da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, livro 1755-1762	94
Tabela 13 – População da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo conforme o Mapa de População de 1780	97
Tabela 14 – Condição dos batizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1748 e 1780	98
Tabela 15 - Crianças nascidas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1774 e 1800	99
Tabela 16 - Filhos de açorianos batizados sem o registro de padrinhos e madrinhas entre 1774 e 1800	99
Tabela 17 - Padrinhos de filhos de açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, entre 1774 e 1800	102
Tabela 18 – Atividades dos proprietários da freguesia de Nossa Senhora do Rosário a partir da Relação de Moradores de 1784	114

Tabela 19 - Origem dos proprietários moradores da freguesia de Nossa Senhora de Rio Pardo, em 1784	116
Tabela 20 – Origem dos proprietários moradores da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo em 1784	117
Tabela 21 - Atividades de açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	118
Tabela 22 –Relação de Moradores a favor e os respectivos proprietários	121
Tabela 23 – Apadrinhamento dos netos de João e Josefa Jacinta	150
Tabela 24 - Alqueires de trigo produzidos nas freguesias do Continente	160
Tabela 25 – Relação de afilhados de Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação entre 1755 e 1790 na paróquia Nossa Senhora do Rosário (Rio Pardo).....	163

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 –INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 2 - VIDAS EM MOVIMENTO: DESLOCAMENTO E MOBILIDADE ESPACIAL DE AÇORIANOS NO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA...35	
2.1 Das muitas perspectivas de uma migração: dos Açores ao continente de Rio Grande de São Pedro.....	38
2.2 - Pelos caminhos do Rio Grande de São Pedro.....	47
2.3 - Dos caminhos do Rio Grande de São Pedro ao estabelecimento em Rio Pardo.....	55
CAPÍTULO 3 – SOBRE UM MUNDO EM QUE NÃO SE VIVE SOZINHO.....	69
PARTE I – DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	70
3.1 Sobre firmar laços e alianças: os casamentos de açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	72
3.2 Das relações tecidas na pia batismal de uma região fronteiriça.....	90
PARTE II – O ESTABELECIMENTO E ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	108
3.3 Sobre fincar marcos e estabelecer-se: o acesso a terra e as múltiplas atividades.....	108
CAPÍTULO 4 – DO OLHAR MICROSCÓPICO: RELAÇÕES CLIENTELARES E PARENTESCO ESPIRITUAL ENTRE MIGRANTES AÇORIANOS.....	127
4.1 Antes dos laços: sobre o que se fala quando se fala em compadrio.....	128
4.2 Os Silveira Gularte e a importância de um bom padrinho para filhos de ilhéus.....	138
4.2.1 Sobre os apadrinhamentos dos netos de João e Josefa Jacinta.....	150
4.3 Das alianças econômicas ou de como o mundo social e econômico encontrava-se emaranhado.....	160
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	181

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

“Prefiro imaginar que toda essa multidão que passou diante de nós tenha contado alguma coisa que não somente para si mesma”

Giovanni Levi

Em um relatório apresentado no final de 2018, a Organização Internacional para Migrações (OIM), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), estimou a população migrante em 224 milhões de pessoas, o que representa em torno de 3,3% da população mundial¹. No mesmo documento, o nono da série realizada desde o início deste século, consta que a migração interna, isto é, o deslocamento de pessoas respeitando as fronteiras de seu país de nascimento, atingiu um número de 740 milhões de indivíduos no ano anterior ao último relatório. Os fatores desses deslocamentos internos ou externos são variados, com destaque para aqueles que migram em busca de trabalho ou na condição de refugiados – por guerras e catástrofes naturais².

A respeito das migrações atuais, estudos demográficos apontam para a sua complexidade, sejam elas internas ou para além das fronteiras nacionais. O pesquisador Hervé Domenach, demógrafo ligado ao Laboratório de Desenvolvimento de População-Ambiente da Universidade de Marseille, ressalta que os fluxos migratórios são de difícil apreensão devido ao contexto mundial de deslocamentos, a falta de rigorosidade e a diferença no modo de apreensão de dados entre países, a clandestinidade de imigrantes e àqueles que se integram na sociedade receptora³.

Não apenas as migrações hodiernas são complexas. Em um artigo publicado no livro *Mulheres em movimento*, a historiadora Adriana Dadà demonstrou que alguns dos questionamentos realizados a partir da observação dos movimentos migratórios contemporâneos podem ser aplicados às migrações históricas. De acordo com a historiadora, “está clara a consciência de que seria possível uma obra de ‘espelhar-se’ reciprocamente entre

¹UNITED NATIONS; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration report 2018**: chapter 1. Geneva: International Organization for Migration, 2018. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en_chapter1.pdf. Acesso em 10 mai. 2018.

²Idem.

³DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de lapoblación: desafios teóricos y metodológicos. In: CUNHA, José Marcos Pinto (Org). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos. Campinas: Unicamp, 2011.

as vicissitudes dos protagonistas dos fluxos de dois séculos anteriores [referindo-se à emigração toscana] e àquelas dos migrantes atuais”⁴.

Investigações têm posto novas possibilidades para o estudo de populações que se deslocaram no passado, pois procuram questionar os modelos antigos de interpretação a respeito das migrações históricas, principalmente ao questionar a centralidade do modelo *push-pull*(atração/expulsão). Este modelo conferia força às explicações que priorizavam os fatores econômicos, como o avanço do capitalismo e a consequente expulsão da população camponesa de suas terras na Europa e a avaliação positiva da necessidade de povoamento das terras americanas⁵. Em outra direção, estudos realizados a partir da redução da escala de análise têm pautado outras considerações a respeito das migrações históricas, tais como o uso de redes e estratégias de deslocamento bem como as formas de inserção dos imigrantes nas terras do além-mar⁶.

Nesse mesmo sentido, esta pesquisa tem como tema uma experiência migratória histórica. Durante o século XVIII, sucederam-se pedidos de autoridades açorianas para que fossem realizados deslocamentos de moradores do arquipélago para outras regiões de domínio português, com destaque para o meridional americano. Conforme estudos anteriores a essa pesquisa, diversas foram as motivações apontadas para essa migração, desde os relatos de fome e crise socioeconômicas como o sistema de heranças do Antigo Regime português para as famílias mais abastadas, em que apenas o primogênito era agraciado com os bens da família.⁷

Nessa pesquisa, objetiva-se analisar estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos ao sul da América portuguesa, a partir da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, na segunda metade do século XVIII. Cabe ressaltar que o deslocamento de nativos das ilhas dos Açores para o continente americano se deu durante todo o período de domínio português sobre a região, assim como nos anos posteriores, chegando até os dias atuais, em diversos lugares do Brasil.

O contato entre as ilhas que formam o arquipélago dos Açores com as terras americanas se deu desde princípios do século XVII. Conforme José Damião Rodrigues, nesse período já havia, entre os portos açorianos e os brasileiros, um comércio incipiente,

⁴ DADÀ, Adriana. Olhar-se no espelho: quando os migrantes eram toscanos e toscanas. In: VENDRAME, Maira Inês; PEREIRA, Syrléia Marques (Orgs). **Mulheres em movimento**: experiências, conexões e trajetórias transnacionais. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2017, p. 52. Grifo nosso.

⁵ VENDRAME, Maira Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n.25, 2018.

⁶ VENDRAME, Maira Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

⁷ Esse tema é abordado no próximo capítulo.

autorizado ou não, o qual viria a se intensificar durante os anos seguintes, com os principais produtos açorianos de exportação – azeites, vinhos e trigo – trasladados para o Brasil⁸. O referido autor aponta para o fato de que algumas pessoas que viajavam nesses navios transportadores de produtos açorianos optavam pelo desembarque e estadia na América. A partir do século XVIII, com a abertura da navegação a particulares, as rotas entre os Açores e o Brasil foram intensificadas. Em 1740, Feliciano Velho Oldenberg recebeu a autorização de transportar tabaco para o Brasil, com a condição de que, em cada viagem, transportasse um casal de povoadores. Essa entrada de açorianos na América Lusa foi apontada por Maria Bertulini de Queiroz como existente já no século XVII, principalmente nas regiões do Maranhão e do Pará. Considerando-se a zona de fronteira na região amazônica entre os impérios ibéricos, tal migração tinha como característica a presença masculina e militar.

No século XVIII, açorianos passaram a se deslocar em grande medida para o povoamento de diversas regiões da América portuguesa. Quase concomitante com a migração de ilhéus para o sul do Brasil, e em uma tentativa de povoamento similar, em 1752 diversos casais de ilhéus se alistaram para o povoamento dos “confins amazônicos”. A região do Grão-Pará receberia, durante a década de 1750, em torno de 428 açorianos de diversas Ilhas, distribuídas em 77 casais de povoadores⁹. De acordo com Otaviano Viera Júnior, esses açorianos, distribuídos em casais, não teriam apenas a obrigação de serem povoadores ou trabalhadores, mas também de servir pedagogicamente como exemplo de colonização e trabalho numa região de fronteira e de forte presença indígena. A convivência entre “índios e açorianos compunha parte da estratégia de valorizar o primeiro como vassalo e povoador”, pois a população era entendida pelo Marquês de Pombal como a principal riqueza do império português¹⁰.

Durante o mesmo século, houve uma destacada migração de nativos das ilhas dos Açores para o litoral brasileiro. Na região da capitania de São Paulo, notadamente na vila de Paranaguá, açorianos - principalmente homens - movimentaram-se para a região com o intuito de estabelecerem-se no comércio¹¹. Ao estudar a trajetória de três ilhéus que se instalaram na região em finais do século XVIII, André Cavazzani demonstrou que o apoio

⁸ RODRIGUES, José Damião. O Comércio dos portos açorianos com o Brasil e a legislação régia (séculos XVII – XVIII). In: POLANIA, Amélia; MEDINA, Ana Maria Rivera. **La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX**. Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

⁹ VIEIRA JUNIOR, Antônio Octaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 10, n. 2, 2017, p. 346-368.

¹⁰ *Ibidem*, p. 354.

¹¹ CAVAZZANI, André. Imigração, relações familiares e atividades econômicas no Brasil Meridional: formas de ingresso e mobilidade social de três açorianos em áreas litorâneas da Capitania de São Paulo (Morretos e Paranaguá, 1780-1820). **Anos 90**. Porto Alegre, v. 24, n. 46, 2017.

familiar foi crucial para a inserção desses homens como comerciantes. O autor também evidenciou que, após o estabelecimento e relativa estabilidade, os mesmos homens, além de comerciantes, colocaram-se como donos de escravarias, o que considerou um reflexo “da consistência do enraizamento social de açorianos nas referidas localidades [Paranaguá e a povoação de Morretes]”¹².

Nas terras meridionais americanas, açorianos moveram-se para o povoamento tanto da região de Santa Catarina quanto da Colônia do Sacramento e de Maldonado¹³. A partir da instalação de um forte e a conseqüente criação da freguesia de São Pedro de Rio Grande, em 1738, alguns açorianos, fosse de forma espontânea ou militar, estabeleceram-se na região. A chegada dos casais açorianos a partir da Provisão Régia de 1747¹⁴, e sua instalação, são simultâneas à expansão portuguesa a partir de Laguna e a formação do Continente do Rio Grande de São Pedro. Esses casais migrados pelo Edital de 1747 e que se instalaram tanto em Santa Catarina como posteriormente no Continente de Rio Grande de São Pedro, eram identificados como “casal de número”, “casal de sua Majestade” ou “casal del’Rey”. O termo “casal”¹⁵, na linguagem da época, designava famílias de colonizadores, formadas por marido, esposa, possíveis filhos e agregados e não era uma exclusividade de açorianos. Nesta pesquisa, portanto, quando houver referência às terminologias “casal de número” ou “casal”, referir-se-á sobre pessoas migradas pelo Edital de 1747.

Apesar de não ser uma continuidade da monografia, esta pesquisa teve motivação e origem durante as investigações realizadas no trabalho de conclusão de curso da graduação em Licenciatura em História da Univates. Naquele trabalho, a temática da migração açoriana foi relevante para discutir questões acerca da longa duração na perspectiva ambiental¹⁶. O objetivo central da monografia fora compreender o processo histórico da migração de

¹² Ibidem, p. 233.

¹³ FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1978.

¹⁴ Uma discussão a respeito do Edital de 1747 e as diversas formas de deslocamento de moradores das ilhas açorianas para o Continente do Rio Grande de São Pedro é realizada no Capítulo 1.

¹⁵ O termo não foi uma exclusividade de açorianos, outros grupos que povoaram o meridional americano também assim o foram chamados (GRAEBIN, 2004, op. cit.).

¹⁶ Entre os anos de 2016 e 2018 fui bolsista do projeto “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural da Região do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” que teve seu nome reformulado para “Identidade étnicas em espaços territoriais da bacia hidrográfica Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD - da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

açorianos à parte que, atualmente, corresponde à porção sul do Vale do Taquari, bem como analisar aspectos referentes às relações entre migrantes e o meio ambiente¹⁷.

Durante a monografia, o contato com a bibliografia a respeito do tema, as saídas de campo, o contato com moradores da região da cidade de Taquari – tida como local típico da presença açoriana –, e o manuseio de fontes disponíveis nos arquivos Público e Histórico do Rio Grande do Sul possibilitaram novas perguntas para um tema que já parecia esgotado nos estudos historiográficos. O trabalho de conclusão de curso foi elaborado a partir da perspectiva da longa duração, elencando-se um recorte temporal longo: de 1764 até 2017.

Foi a partir das reflexões realizadas durante a escrita da monografia que a problemática dessa pesquisa ganhou forma, definindo-se como proposta do projeto de mestrado, a análise das estratégias de inserção socioeconômica acessadas por migrantes açorianos no sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Entender quais dinâmicas e escolhas haviam sido acionadas no processo de inserção socioeconômica dos açorianos na localidade de Rio Pardo, as relações que eles estabeleceram, tanto social quanto economicamente, com os demais moradores da região e como elas refletiram ou influenciaram nos processos mencionados, também se apresentaram como questionamentos iniciais da pesquisa.

A delimitação espacial da investigação foi dada pela localidade de Rio Pardo, em especial a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo¹⁸. A ideia é tomar o local como um espaço privilegiado, o qual sugere “problemas e pontos de vista até agora não identificados ou negligenciados”, preservando as infinitas possibilidades de resposta a partir de um questionamento geral¹⁹. Nesse sentido, optou-se pela freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, pois a mesma passou a receber açorianos a partir de 1751, os quais partiram de Rio Grande juntamente com Gomes Freire de Andrade na investida de alcançar as Missões.

O objetivo inicial da fundação de Rio Pardo como um forte (Jesus-Maria-José) passa a ser modificado após o conflito desencadeado entre as Coroas Ibéricas e os indígenas Guarani

¹⁷ ROSA, Cibele Caroline da. **Dos Açores ao Vale do Taquari**: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração. Monografia (Graduação em História). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2017.

¹⁸ Durante a segunda metade do século XVIII, a região de Rio Pardo possuía uma enorme extensão territorial. Nesse sentido, a ideia da delimitação da pesquisa é dada pelas fontes, as quais se referem à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, ou então Expedição de Rio Pardo.

¹⁹ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a micro-história. In: VENDRAME, Maira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo (Orgs.). **Ensaio de micro-história**: trajetória e imigração. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016, p. 82.

pela posse das terras pertencentes aos povos missioneiros²⁰. A resistência indígena Guarani e a ocorrência da Guerra Guaranítica entre 1754 e 1756 inviabilizaram a ida dos açorianos para o povoamento das Missões, fato que modificou as expectativas desses migrantes.

Além da criação da freguesia, com a chegada do pároco no ano de 1755 e do início dos primeiros registros paroquiais, Rio Pardo passou a representar a fronteira oeste do império português nas terras meridionais americanas. Conforme Tiago Gil, a primeira menção da fronteira de Rio Pardo realizada por autoridades portuguesas data do ano de 1768, cinco anos após a invasão de Rio Grande pelos espanhóis²¹. As pesquisas realizadas por Helen Osório²² destacam a disposição das terras do atual Rio Grande do Sul como espaço de conflito, marcado pelo litígio entre as Coroas ibéricas que disputaram esse espaço originalmente ocupado por populações indígenas. Adriano Comissoli evidencia que “se nos centros decisórios europeus ela [a fronteira] era considerada uma linha em um mapa, para os habitantes da região imediata era um fenômeno de contato antes do que de exclusão”²³, configurando uma fronteira polissêmica, de múltiplos significados, fosse para os impérios europeus, para a população residente ou ainda para os historiadores que a estudam.

Nessa multiplicidade de significados, a fronteira seria produto da ação humana, ou seja, não entendida como um dado *apriori*. Em termos espaciais, ela é compreendida como um lugar de contato e caracterizada como “imprecisa, móvel, provisória e permeável”²⁴. Além disso, Osório considera que a fronteira entre os impérios ibéricos no Prata se apresentava de difícil visualização, pois não haviam diferenças marcantes nas terras recém-dominadas por portugueses e espanhóis, apresentando-se como um ponto de contato entre os dois impérios²⁵.

²⁰ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro. 2004. 324p. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

²¹ GIL, Tiago. Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). 2002. **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

²² OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. 1999. 246p. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990; OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

²³ COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). **Revista das Índias**, V. LXXVII, n. 272, 2018, p. 113-146, p. 118.

²⁴ OSÓRIO, 2007, op. cit. p. 58.

²⁵ COMISSOLI, 2018, op. cit.

Nesse sentido, destacam-se as observações realizadas por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti²⁶, no tocante ao anacronismo recorrente de alguns estudos acerca do entendimento de “fronteira” para o período colonial como uma fronteira entre Estados Nacionais. Conforme os historiadores, estudos não relacionados com uma linha de pensamento nacionalista, dentre os quais se encontram os trabalhos de Osório, têm destacado a visão do conceito como “uma zona de encontro de áreas externas que não isolava as populações, mas, ao contrário, as colocava em contato”²⁷.

Ademais, estudos realizados nos últimos anos a respeito da colonização açoriana no Continente de Rio Grande de São Pedro abordam diversas freguesias. Desde monografias de final de curso a pesquisas de pós-graduação têm demonstrado aspectos da presença açoriana nas freguesias de Taquari, Viamão e Rio Grande. No entanto, esses estudos têm analisado açorianos como uma parte da composição populacional dessas freguesias, observando alguns comportamentos, sem adentrar, de fato, na perspectiva que essa pesquisa sugere. Nesse ínterim, há poucos estudos acerca da presença açoriana na região de Rio Pardo²⁸. Nos últimos anos, a região tem aparecido em trabalhos voltados para as populações indígenas, escravizadas, expostas ou para a expansão da fronteira. De modo complementar, a presente pesquisa busca apreender aspectos em relação a outro grupo que também havia se deslocado para a região, os açorianos²⁹.

²⁶O texto dos autores versa sobre as vicissitudes do conceito de fronteira, em que Flores e Farinatti (2009) propõem a relevância de estudos sistemáticos sobre a produção social dela, e estabelecem, para o século XIX, a possibilidade de uso do conceito de “fronteira manejada”. Esta fronteira seria a possibilidade dos sujeitos estabelecidos naquele espaço de *manejar* tal situação fronteiriça “a seu favor, como acontecia quando (...) lançavam mão das diferentes identidades/alteridades que dispunham” (FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luis Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 156). Além disso, os autores lançam mão da possibilidade de compreender a fronteira de diferentes formas, não a engessando enquanto conceito.

²⁷FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 152.

²⁸ Ciente do risco de se fazer reduções, indicarei alguns trabalhos: a respeito de Taquari, a dissertação em andamento de Sandra Roth Eckhardt, que, apesar de tratar da estrutura agrária da região, aponta a presença de colonizadores açorianos; a monografia de Cibele Caroline da Rosa, sobre Viamão; a dissertação de Israel Aquino, a respeito de estratégias de compadrio entre os moradores da região, em que o autor narra a experiência de migrantes açorianos. Sobre Rio Grande, destaca-se a tese de Martha Hameister, na qual a autora aborda, em um capítulo, uma possível identidade açoriana, além de averiguar estratégias de inserção social de açorianos. Além disso, o livro possui textos relevantes para a compreensão da disposição de açorianos pelo espaço correspondente ao Rio Grande do Sul na segunda metade do XVIII.

²⁹ Destacam-se os estudos de Silmei Petiza a respeito de estratégias familiares da população cativa, a tese de Max Ribeiro acerca dos indígenas Guarani, e a tese de Jonathan Fachini sobre expostos na freguesia. Essas pesquisas estarão citadas ao longo desta introdução.

Em relação a esta pesquisa, o marco inicial da investigação está vinculado à criação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Considerando-se que este marco temporal está em aberto, optou-se começar pelo ano de 1751 devido ao início da construção do Forte Jesus-Maria-José no deságue do rio Pardo no rio Jacuí, devido à já referida Expedição Demarcadora dos Limites e devido às sucessivas doações de terras realizadas por Gomes Freire às margens desses rios.

Os primeiros assentos paroquiais registrados na região datam do ano de 1755, com a chegada do padre Faustino Antonio da Silva e a instalação da Igreja Jesus-Maria-José da Expedição de Rio Pardo, sendo que o batismo que abre o livro de registros é de um filho de terceirenses. O marco final da pesquisa são as últimas décadas do século XVIII, momento em que os livros paroquiais, tanto de batismo quanto de casamento, se encerram – não significando, contudo, que os registros paroquiais terminam ali. Esse marco foi definido devido à grande quantidade de nascimentos registrados a partir do ano de 1800, o que dificultaria o fichamento e análise de todos eles para a presente pesquisa.

Considerando-se o exposto, o objetivo geral perseguido nesta pesquisa é analisar os processos e estratégias de inserção socioeconômica dos migrantes açorianos no Sul da América Portuguesa na segunda metade do século XVIII, através da localidade de Rio Pardo. Os objetivos específicos desdobram-se em: a) identificar os processos migratórios de açorianos para o sul da América portuguesa; b) caracterizar o processo de formação socioeconômica da freguesia de Rio Pardo a partir da presença açoriana na região; c) compreender o processo de instalação de açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro através da localidade de Rio Pardo; d) averiguar as estratégias de inserção socioeconômicas destes migrantes em Rio Pardo; e) investigar as relações sociais e econômicas estabelecidas por estes migrantes, seja intragrupo seja com os demais moradores de Rio Pardo, e; f) caracterizar as estruturas fundiária e produtiva dos migrantes açorianos em Rio Pardo em perspectiva com a estrutura socioeconômica geral da localidade e do Continente de Rio Grande de São Pedro.

Como já afirmado, o tema da migração das gentes dos Açores para o Continente do Rio Grande de São Pedro durante a segunda metade do século XVIII foi densamente estudado, principalmente com o foco voltado às estratégias da Coroa portuguesa frente ao cenário de litígio com a Coroa espanhola. De acordo com Helen Osório e Adriano Comissoli, o objetivo de Lisboa com o transporte de açorianos para o Rio Grande de São Pedro era garantir o amparo aos proprietários de grandes extensões de terras enquanto criadores de gado, formando uma espécie de *cordão* de proteção, além de preservar espaços já angariados

na disputa com os castelhanos³⁰. Assim, “embora os habitantes dos Açores tenham requerido a transferência, fora a Coroa portuguesa que determinara sua localização e finalidade”³¹.

Ao analisar a disposição dos migrantes açorianos nos Campos de Viamão, Adriano Comissoli evidenciou que o não cumprimento das promessas da Coroa portuguesa a respeito do Édito Régio de 1747 pôs em risco as certezas daqueles que migraram, colocando-os numa situação de imprevisibilidade³². A ideia de uma *vida em trânsito* de açorianos pelo Continente de Rio Grande de São Pedro foi abordada por Cleusa Graebin, cujo estudo mostrou que a falta de cumprimento das promessas do Edital de 1747 motivou grandes instabilidades nos deslocamentos dessas pessoas³³. Entretanto, o foco da autora recaiu sobre as dificuldades enfrentadas por esses migrantes após o desembarque no porto de Rio Grande e não abordou as diferenças sociais – materiais ou imateriais – contidas no grupo, bem como sua análise recaiu sobre o cotidiano desses migrantes, ignorando as estratégias de inserção³⁴.

Adriano Comissoli, por sua vez, destacou que não eram apenas famílias menos abastadas ou sem posses que migraram para a região dos Campos de Viamão em meados do século XVIII. A partir da análise de fontes tais como a *Relação de Moradores que têm Campos e Animais no Continente* da década de 1780, *Róis de Confessados* da freguesia de Nossa Senhora da Conceição e habilitações de casamento, o referido autor demonstrou que houve diferentes formas de acesso a terra pelos casais de migrantes³⁵. Com essa constatação, acredita-se, assim como Comissoli, que não se deva reduzir os casais açorianos somente ao paradigma citado, pois “mais correto seria afirmar que não se tratavam de pares, antes, sim, de um contingente populacional cujo nascimento em comum – o arquipélago – não era suficiente para aplacar as diferenças socioeconômicas”³⁶.

Na tese intitulada “*Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*”, Martha Hameister, apesar de não tratar diretamente da migração açoriana, também evidenciou as heterogeneidades desse processo migratório, principalmente no que diz respeito à construção

³⁰OSÓRIO,1990, op. cit.; COMISSOLI, 2009, op. cit.

³¹COMISSOLI, 2009,op. cit., p. 75.

³²Ibidem.

³³GRAEBIN, 2004, op. cit.

³⁴Como não há uma lista de entrada de migrantes açorianos para o Rio Grande do Sul colonial, não é possível afirmar quais açorianos migraram na condição de casal e quais não o fizeram dessa forma. Através de alguns documentos, é verificado que açorianos eram casais de sua majestade. Contudo, não se pode afirmar o contrário, que não o eram. Nesse sentido, cabe uma interrogação a respeito das generalizações realizadas sobre o tema.

³⁵COMISSOLI, 2009, op. cit.

³⁶Ibidem.

de um patrimônio imaterial na Vila de Rio Grande de São Pedro³⁷. Utilizando-se dos registros de batismo como *corpus* documental básico para a pesquisa, a autora demonstrou que os ilhéus, no ato do batismo e na busca por livrar os filhos do pecado original, escolhiam como padrinhos, em alguns casos, os migrantes açorianos e, em outros, moradores que já estavam na Vila há mais tempo. Nesse sentido, há a indicação de que as famílias açorianas constituíam uma “bem elaborada malha de relações que transparecem nos registros batismais, dando a esses novos moradores uma base de sustento para suas existências sociais”³⁸.

Tanto Adriano Comissoli quanto Martha Hameister abordaram o tema da migração açoriana em relação às terras meridionais da América portuguesa (a partir das freguesias de Rio Grande e dos Campos de Viamão, respectivamente) sob um panorama de estratégias adotadas pelos sujeitos deste grupo, não os reduzindo como massa de manobra da Coroa portuguesa. Os autores também questionaram a homogeneidade do grupo, trazendo dados sobre migrantes de diferentes situações socioeconômicas que desembarcaram no porto de Rio Grande.

Boa parte dos estudos historiográficos que envolvem a presença açoriana no meridional americano sob os domínios portugueses durante o século XVIII dá grande atenção às estratégias da Coroa portuguesa frente ao cenário de litígio com os espanhóis³⁹. Apenas as pesquisas de caráter mais recente, as quais abordam uma perspectiva de *Antigo Regime nos Trópicos* e de uma economia do bem comum, destacam o foco para um protagonismo dessas pessoas nos gerenciamentos de estratégias de sobrevivência e inserção social ao sul da América portuguesa, nas freguesias de Viamão e Rio Grande, respectivamente⁴⁰.

Justifica-se, assim, a presente pesquisa, na medida em que se busca desviar o foco para os sujeitos promotores dessa migração e suas respectivas estratégias, mesmo que mínimas, na construção da sociedade local. Intenta-se colocar os migrantes como protagonistas dessa narrativa, dando-lhes um lugar destacado, mesmo sobre as fortes imposições da Coroa portuguesa. Dessa forma, não se ignora o protagonismo do estado português no

³⁷HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) –Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 346.

³⁸Ibidem.

³⁹ Nesse sentido, podem-se destacar dois grupos: a) o grupo formado por historiadores que trabalharam diretamente com o tema, destacando-se historiadores do IHGRS, como Borges Fortes, Henrique Wiedersphan e Dante de Laytano; historiadores de formação acadêmica, como Cleusa Graebin, Cleidirose Silva e Avelino de Freitas Meneses (esse de formação acadêmica açoriana); e b) historiadores que trabalharam com a migração açoriana como um dos focos de sua pesquisa, como Helen Osório e Sandra Pesavento.

⁴⁰ Desses três estudos, apenas Adriano Comissoli, em sua monografia de conclusão de curso, teve a migração açoriana como tema central. As teses de doutorado de Hameister e Marques focam em estratégias sociais e por vezes destacam a presença açoriana.

gerenciamento dessa migração, mas soma-se a ele o olhar para as pessoas que se deslocaram das ilhas para o então Continente de Rio Grande de São Pedro. Portanto, acredita-se que mulheres, crianças e homens açorianos que se deslocaram de uma das nove ilhas que compõe o arquipélago dos Açores, traçaram estratégias na teia de relações sociais e econômicas, fossem elas de vivência ou de sobrevivência. Parte-se da crítica a um paradigma que compreende os migrantes açorianos como meros objetos de manobra da Coroa para uma compreensão na qual os migrantes açorianos adotam estratégias em relação a suas pretensões sociais e econômicas.

Nesse ínterim, parte-se da hipótese de que esses migrantes se diferenciavam pelo estatuto material e imaterial que possuíam, advindo de suas relações interpessoais, bem como das diferenças hierárquicas mantidas e construídas no decorrer do processo migratório. Dessa forma, antes de considerar o grupo como homogêneo, no qual os migrantes partilhavam das mesmas identificações, a pesquisa busca, a partir das experiências individuais, evidenciar as diferenças internas e as estratégias diversas acionadas, enquanto um caminho para pensar novas questões dentro de um tema densamente pesquisado.

Pensando a questão da identidade açoriana, Martha Hameister, ao se apoiar nas investigações do antropólogo norueguês Fredrik Barth a respeito das fronteiras étnicas, considerou que, para os meados do século XVIII, uma identidade açoriana não existia tal como parte da historiografia a considerou⁴¹. Conforme a autora, a identidade açoriana foi criada por de historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul na década de 1930, e que aqueles açorianos deslocados durante o século XVIII para o Continente de Rio Grande de São Pedro se consideravam súditos da Coroa e utilizavam distinções como “casal de sua majestade” ou “casal de número” para angariar as promessas realizadas pela Provisão de 1747. Nas fontes consultadas por Hameister, dados encontrados pela autora revelam a Ilha de nascimento do sujeito, porém nunca uma vinculação direta com o fato de ser açoriano. Nesse sentido, considera-se que, a partir da ideia de uma fronteira étnica formada na desinência e auto-desinência avaliados por Barth⁴², não se deva reduzir o grupo de açorianos a uma identidade comum. No presente trabalho, parte-se da consideração

⁴¹ É possível destacar, nessa linha de pensamento, os trabalhos de Borges Fortes e Cleusa Graebin. Ambos os historiadores consideram o grupo de açorianos como homogêneo.

⁴² Conforme Fredrik Barth, um grupo étnico só pode se reconhecer como tal na fronteira. É na interação dos diferentes grupos e na designação pelo externo e autodesignação que uma identidade pode ser considerada. Essas diferenças, em vista disso, só seriam observadas no nível micro, considerando-se os sujeitos promotores. O tema de uma identidade étnica açoriana pretende ser retomado nos próximos capítulos, a partir do olhar dos próprios sujeitos migrantes e suas memórias em relação às experiências migratórias. Sobre identidades étnicas ver BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: BARTH, Frederik; LASK, Tomke (Orgs.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, [1969] 2000. p. 25-67.

de que o termo *açoriano* designa uma origem em comum – uma das nove Ilhas do arquipélago – e não uma identidade compartilhada por todos aqueles que participaram do processo migratório⁴³.

Além das considerações acerca de uma identidade étnica açoriana, acredita-se que essa era uma sociedade marcada por diferenças sociais, composta por hierarquias claras e definidas e posições socioeconômicas desiguais. Ao questionar a centralidade das monarquias absolutistas, Antônio Manuel Hespanha considerou, no caso português, que a sociedade do Antigo Regime era composta por diversas camadas sociais definidas, com funcionamento semelhante a um corpo, em que cada indivíduo era possuidor de uma função, sendo que o rei era a cabeça desse corpo/sistema⁴⁴. Essa sociedade e sua respectiva forma administrativa foram definidas por Hespanha como uma *monarquia corporativa*, baseada, principalmente, na noção de que o poder real partilhava o espaço político com outros setores e que o direito legislativo por vezes cedia espaço para o direito moral e por usos e práticas locais. Segundo Hespanha,

Resumidamente, uniformidade e poder político ilimitado característico de Estados centralizados não existiram nesse tipo de império. Mas, sim, justaposição institucional, pluralidade de modelos jurídicos, diversidade de limitações constitucionais do poder régio e o conseqüente caráter mutuamente negociado de vínculos políticos. Enfim, também no ultramar, a estrutura compósita e complexa das comunidades políticas do início da Época Moderna⁴⁵.

Dessa forma, a sociedade colonial brasileira pode ser entendida a partir da noção de bem comum e composta por hierarquias e distribuição de privilégios, além da construção de alianças familiares e clientelistas que diferenciavam e qualificavam aqueles sujeitos. Essa pesquisa apoia-se, portanto, em estudos realizados a partir da ideia de um *Antigo Regime nos Trópicos*, na qual João Fragoso destaca haver um sistema em que os “grupos sociais se percebiam e eram percebidos por suas *qualidades*”⁴⁶. Conforme o costume português, os

⁴³ Essa ideia, cabe ressaltar, é compreendida para o período em estudo, em que esses migrantes mais se entendiam como súditos da Coroa do que como identitários a um grupo de ilhas. Reforço que essa mesma ideia não pode ser considerada nos dias atuais, tendo em consideração que a construção da identidade também é um processo histórico e social.

⁴⁴HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴⁶ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p.41-70, p.44.

ofícios régios e postos camaristas poderiam ser hereditários, caso concedidos como propriedade. Nas palavras do historiador: “algumas famílias detinham parte do mando, por terem melhor *qualidade* que as demais mortais”⁴⁷.

Nesse sentido, entende-se que as concepções como a de um Antigo Regime nos Trópicos e de uma economia do bem comum⁴⁸ são basilares para o entendimento dos sujeitos que se deslocaram de uma das nove Ilhas dos Açores para o sul da América portuguesa. Conforme Rachel dos Santos Marques, a sociedade que se desenvolveu no período colonial brasileiro pode ser compreendida como um “sistema de reciprocidades desiguais que envolvia todos os setores da sociedade, com destaque para a atuação da Coroa portuguesa como integradora desse sistema”⁴⁹. A respeito da economia do bem comum, de acordo com João Fragoso,

Estou me referindo à hierarquia social costumeira, constituída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da Coroa, clérigos, etc. Ou seja, *sujeitos portadores de orientações valorativas próprias* (conforme o grupo, vindos da escravidão africana ou da sociedade rural do Velho Mundo) e presentes na Conquista. A materialidade das práticas adquiria a forma das relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana”⁵⁰.

Ainda conforme o historiador, a noção de bem comum implica em outras duas noções, quais sejam: a existência de um mercado regulado pela política e a organização de uma hierarquia social excludente⁵¹. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa afirmam que a sociedade baseada com características do Antigo Regime era marcada por um sistema de normas, “ou, se preferirem, como um emaranhado de estruturas ou de relações sociais”⁵². Essa estrutura é entendida na pesquisa como “um conjunto interligado de relações sociais reinterativas no tempo, porém com liames sempre tensos”⁵³. Dessa forma, entende-se, assim como os mencionados autores, que este sistema de normas deve ser compreendido em contínuo movimento, pois os indivíduos nele inseridos devem ser percebidos enquanto

⁴⁷Ibidem.

⁴⁸FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Introdução: Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de “O Antigo Regime nos trópicos” a “Na trama das redes”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴⁹MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: Homens e mulheres livres e hierarquia social** (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c.1800). São Leopoldo: OIKOS; Porto Alegre: ANPUH/RS, 2018. p.30, grifo da autora.

⁵⁰FRAGOSO, 2010, op. cit., grifo do autor.

⁵¹Ibidem.

⁵²FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, op. cit., p. 15.

⁵³FRAGOSO, 2002, op. cit.

construtores de estratégias de sobrevivência dentro do espaço gerido pela Coroa portuguesa, uma monarquia pluricontinental⁵⁴, movimentando essa estrutura, ao mesmo tempo em que estão inseridos nela.

Considerando-se a estrutura enquanto movimento, acredita-se que os sujeitos nela inseridos agiam com certa consciência sobre o cotidiano. Nesse sentido, tem-se a noção de estratégia como basilar para a presente pesquisa, na medida em que as ações dos sujeitos poderiam ser previamente inquiridas e pensadas por eles.

Ao reduzir a escala de análise sobre a sociedade do Piemonte no século XVII, Giovanni Levi demonstrou que “nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com *uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política*”⁵⁵. O autor, além de compreender o significado da palavra *estratégia* na análise de populações no Antigo Regime a partir da hipótese da “assunção de uma racionalidade específica”, questionou a representação idílica de uma sociedade sem conflitos, sem deixar de considerar a relevância das relações endógenas, principalmente no que diz respeito a momentos de litígio entre diferentes grupos⁵⁶.

Ao investigar as famílias que compunham a elite agrária numa região de fronteira durante meados do século XIX, Luís Augusto Farinatti, inspirado na concepção de estratégia lançada por Giovanni Levi, sublinhou que “é preciso ter cuidado para não cair em interpretações demasiado funcionalistas ou hiper-racionalistas”⁵⁷. Isso porque elas, por um lado, poderiam gerar um determinismo sobre as ações dos sujeitos investigados e, por outro, o perigo de se incorrer em anacronismo acerca das questões de racionalidade que tangem os sujeitos hodiernos. Dessa maneira, é necessário destacar que a ideia não é condicionar os sujeitos da análise a uma produção óbvia do contexto sócio-histórico bem como não incorrer

⁵⁴“Uma monarquia pluricontinental é entendida como o produto resultante de uma série de imediações empreendidas por diversos grupos espalhados no interior de um império (...). A monarquia pluricontinental é aqui entendida de modo bastante diverso. Nela há só um reino – o reino de Portugal –, uma só aristocracia e diversas conquistas” (FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Introdução: Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de “O Antigo Regime nos trópicos” a “Na trama das redes”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.17-18).

⁵⁵LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45, grifo nosso.

⁵⁶ Ibidem, p. 45.

⁵⁷FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 424p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 34.

na ideia de construí-los como sujeitos dotados de total liberdade ou, ainda, sem margem ao acaso⁵⁸.

Além da concepção de estratégia adotada por Giovanni Levi, o livro *A herança imaterial* ajuda a lançar questionamentos sobre a estrutura socioeconômica na qual Rio Pardo se encontrava durante o período proposto para a investigação. Na referida pesquisa, Levi propôs uma nova abordagem para o mercado de terras, demonstrando que este não seguia as normas do sistema capitalista, sendo regido por uma lógica própria. Além de averiguar que o mercado de terras era conduzido pelas necessidades daquelas famílias camponesas, o historiador também constatou que os preços diferiam conforme o grau de proximidade entre o vendedor e o comprador. Ao referir-se à própria obra, o historiador sublinha que “apenas reduzindo-se a escala de observação a uma área extremamente localizada foi possível observar que o preço da terra variava segundo o relacionamento de parentesco entre as partes contratuais”⁵⁹, a partir de ideias como de reciprocidade e solidariedade.

Metodologicamente, essa pesquisa apoia-se em aspectos da micro-história, como a atenção ao contexto a partir do pequeno e específico, a redução da escala de análise, o uso intensivo do cruzamento nominativo e a reconstrução do contexto a partir das fontes⁶⁰. De acordo com Giovanni Levi, a “micro-história não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial”, mas nem por isso “livre de um fragmento importante da verdade”⁶¹.

A abordagem microanalítica, portanto, pressupõe uma atenção ao contexto e busca, a partir do particular e sem desconsiderar o geral, a construção das conjunturas, preservando as infinitas possibilidades de respostas⁶². O indivíduo aparece como fundamental, sobretudo, enquanto lugar de uma atividade humana, interpretação e construção do real— afinal, se estudam seres humanos, não estátuas⁶³. Destaca-se para o fato de que essa reconstituição é instrumental, à medida que os vestígios deixados pelos sujeitos servem como "chaves de

⁵⁸KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Inês. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: VENDRAME, Maria Inês; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de micro-história**, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos: Editora da Unisinos, 2016.

⁵⁹ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 143.

⁶⁰ “Estas, então, são as questões e posições comuns que caracterizam a micro-história: a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação de um paradigma científico, o papel do particular (não em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e rejeição do relativismo”. LEVI, 2011, op. cit., p. 160.

⁶¹ Ibidem, p. 27.

⁶² Ibidem.

⁶³ Essa frase foi dita por Giovanni Levi em uma das aulas da disciplina “Micro-História e História Global” ministrada por ele na Unisinos, em junho de 2018.

acesso a mecanismos e dinâmicas de ordem geral"⁶⁴. Nesse sentido, é necessária uma busca constante na tentativa de reunir o maior número de informações acerca dos sujeitos protagonistas da investigação histórica.

Alexandre Karsburg e Maíra Vendrame indicam para a necessidade de se confrontar diversos documentos, partindo-se do pressuposto de que alguns comportamentos não podem ser compreendidos ou visualizados a partir de apenas um tipo de fonte. Além disso, o recorte horizontal na pesquisa, dado a partir do olhar focado nos indivíduos:

[...] privilegia, num primeiro momento, a reconstrução dos contextos e suas interconexões; a seguir, busca entender como estes contextos condicionam as escolhas dos sujeitos; e, por fim, por que os indivíduos (ou grupos) agem de forma diferente quando estão diante do mesmo campo de possibilidades⁶⁵.

A redução da escala de análise permite ao pesquisador perceber heterogeneidades e incongruências dos acontecimentos históricos, não perceptíveis ao olhar macro. São esses aspectos que interessam nesta pesquisa, na tentativa de se complexificar o objeto em estudo e lançar novas reflexões e questionamentos sobre um tema já muito estudado. A pergunta geral – que busca analisar estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no Continente do Rio Grande de São Pedro – tem, assim, sua escala de análise reduzida para a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Esse recorte intencional é justamente na tentativa de se recuperar as diferenças e heterogeneidades do referido processo histórico.

Na perspectiva da micro-história italiana, segundo a experiência historiográfica de Giovanni Levi⁶⁶, o uso da ideia de redes sociais aparece como fundamental nas pesquisas. Nesse sentido, acredita-se que a rede social, entendida enquanto uma complexa gama de relações que o indivíduo carrega consigo⁶⁷, é de grande valia para a compreensão de estratégias de inserção de migrantes açorianos. Conforme Maíra Vendrame, Alexandre Karsburg e Paulo Moreira,

em relação ao tema das migrações, uma grande reviravolta ocorreu nos estudos que pensavam os deslocamentos de curta e longa distâncias, graças às análises que buscavam entender as motivações individuais, familiares e as características locais das áreas de partida. A microanálise permitiu perceber, a partir da trajetória de sujeitos e famílias, as racionalidades que orientavam as transferências, indo além, portanto, das explicações que entendiam os

⁶⁴ GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. *In*: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 129.

⁶⁵ VENDRAME; KARSBURG, 2016, op. cit., p. 93.

⁶⁶ LEVI, 2000, op. cit.

⁶⁷ IMIZCOZ, José Maria. Actores, redes e processos: reflexiones para uma historia mas global. **Revista da Faculdade de Letras e História**, Porto, III série, v. 5, 2004.

processos migratórios como consequência de mudanças estruturais econômicas⁶⁸.

Por tudo isso, destaca-se que a presente pesquisa apoia-se em algumas das premissas da micro-história italiana⁶⁹. O *corpus* documental básico dessa pesquisa é formado pelos registros paroquiais, com destaque para os assentos de batismo e matrimônio⁷⁰ e os Autos de Justificativa do Matrimônio⁷¹, inventários *post mortem*⁷² e a *Relação dos moradores que têm campos e animais no Continente*⁷³.

Elencaram-se como a principal fonte da pesquisa os registros paroquiais referentes à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo entre os anos de 1755 e 1800. Para o Rio Grande do Sul no período colonial, essa fonte é a mais abrangente do período, pois a região não apresentava lista de moradores, como disponíveis em outras localidades da América portuguesa, muito menos censos, irrealizados no período colonial brasileiro. A localidade de Rio Pardo ainda possui uma especificidade, pois não se encontra Rol de Confessados disponível para o período pesquisado. Mesmo assim, os registros paroquiais são uma das fontes que conseguem captar o cenário vivido pelas pessoas residentes na região. Os registros paroquiais de batismo são provenientes dos batizados que aconteceram na freguesia. Considerando-se a relação direta entre Estado e Igreja nesse período, considera-se a fonte como a mais abrangente de todas entre a sorte documental elencada, pois a cada nova criança nascida havia a necessidade do batismo. A respeito do registro do sacramento como uma fonte histórica, discutir-se-á ao longo da pesquisa.

Ao todo, foram elencados os livros de assentos paroquiais registrados entre os anos de 1755-1762, 1774-1780, 1783-1789 e 1790-1800, localizados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPOA) ou disponíveis de forma *online*, no sítio *family search*. Dessa forma, nos assentos paroquiais existe uma lacuna entre os anos de 1762-1774 e

⁶⁸VENDRAME, Maria Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Apresentação. In: VENDRAME, Maria Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos Editora da Unisinos, 2016, p. 8.

⁶⁹FRAGOSO, 2002, op. cit.

⁷⁰Referente aos registros paroquiais de Rio Pardo, tanto os livros de batismos quanto os de matrimônios, encontram-se de forma *online*, no site *familysearch*(<https://www.familysearch.org/>) ou então no acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

⁷¹Os Autos de Justificativa do Matrimônio encontram-se disponíveis no Acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Contudo, pelo estado do documento, este não pode ser consultado. Agradeço à Vanessa Campos pela gentileza em compartilhar um fichamento realizado com os AJM entre os anos de 1753 e 1763.

⁷²No que se refere aos inventários *post-mortem*, estes se encontram disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

⁷³Os borradores estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) sob o código F1198A e F1198B. Os originais encontram-se no Arquivo Nacional. Para esta pesquisa, utilizaram-se o código disponível no AHRS.

1780-1783, não se sabendo a respeito da localização desses livros extraviados. Nos primeiros anos, a opção dos párocos foi pelo registro de todos os batismos no mesmo livro de assentos. A partir da década de 1790, houve registro separado para as crianças filhas de escravizados, registradas no livro de assentos paroquiais de escravizados, entre os anos 1790-1827. Desse livro, foram contabilizados apenas os assentos dos primeiros anos, em que, apesar de ser identificado como um livro exclusivo para o registro de filhos de escravizados, houve o registro de crianças livres, dentre elas, filhos de açorianos.

Os Autos de Justificativa do Matrimônio ou habilitações matrimoniais são uma sorte documental recorrente na América portuguesa. Os Autos são fruto da necessidade de se comprovar a aptidão para o casamento daqueles que se dispunham a contrair o sacramento. Como comprovações necessárias para a aprovação, estavam a certidão de batismo, a necessidade de se comprovar o estatuto de solteiro, o local de residência e a inexistência de compromisso com instituições - como o voto de castidade. Viúvos deveriam apresentar o registro de óbito do outro cônjuge; no caso de ex-escravos, estes tinham que provar serem livres apresentando a carta de alforria⁷⁴. Havia a necessidade de se proclamar a intenção do casamento pelo menos seis meses antes, nos locais em que residiu, para a comprovação da inexistência de outro laço.

Em tempos onde o registro civil inexistia e os encargos da população ficavam nas mãos da Igreja, a missão de proclamar o casamento nos lugares onde se residiu - a considerar as extensões do império português e ainda o fato de que as pessoas não andavam com tais documentos (possibilidade de extravios ou estragá-los) - parecia inalcançável. Como faria então um açoriano recém-chegado no Continente de Rio Grande de São Pedro para provar sua aptidão ao matrimônio?

O recurso encontrado por muitos dos residentes na América portuguesa – açoriano ou não – foi o uso de testemunhas, tidas “como fidedignas e residentes, e para fianças monetárias, no caso dos mais ricos”⁷⁵. Desse modo, essa flexibilidade da Igreja em aceitar o testemunho de terceiros criou um rico documento para a investigação das relações estabelecidas entre os nubentes e suas respectivas testemunhas. Num primeiro momento, o depoimento dos noivos era colhido para, em seguida, as testemunhas comprovarem – ou não – as informações ditas pelos interessados em contrair o matrimônio. Conforme aponta Sheila de Castro Faria,

⁷⁴DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

⁷⁵FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 59.

A solução encontrada para cumprir as exigências eclesiásticas aos matrimônios – inquirição de testemunhas – foi, para nós, extremamente benéfica. A qualificação das testemunhas traz o grau de envolvimento com os contraentes, local de moradia, ocupação, idade, cor/condição, origem e estado matrimonial, o que nos possibilita observar de perto determinadas atitudes e práticas cotidianas que seriam impensáveis caso a burocracia eclesiástica fosse mais rigorosa. Da mesma forma, a existência de impedimentos por consanguinidade, afinidade e compadrio elucida normas de comportamento que, apesar de ideais, raramente se encontravam na prática⁷⁶.

Nesse sentido, acredita-se que os testemunhos poderiam substituir os documentos referentes à necessidade de se provar a aptidão para o sacramento⁷⁷. Numa sociedade em que a oralidade ainda é fortemente presente, a memória poderia ser evocada e lançada como um documento, naquilo que Adriano Comissoli chamou de “um obstáculo hermenêutico, pois se tratava de um conhecimento oral que ao ser fixado pela escrita por meio da instituição eclesiástica católica adquiria um caráter de verdade”⁷⁸. Além disso, deve-se considerar que o depoimento era dado na frente de um dos representantes de Deus na terra, o pároco ou o vigário da localidade.

O ato de testemunhar pode revelar, ainda, redes sociais, pois mostra no ato do testemunho a relação entre o nubente e a testemunha. Fosse na localidade de origem dos nubentes ou por algum breve momento em que os personagens viveram juntos, essa rede era acionada num momento de necessidade, qual seja, provar a aptidão para o matrimônio. No total, são 187 Autos de Justificativa do Matrimônio levantados no Continente de Rio Grande de São Pedro entre os anos de 1753 e 1763.

A ideia, num primeiro momento, foi identificar a partir do cruzamento nominativo, utilizando os registros paroquiais de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1755 e 1790, os nubentes açorianos que vieram a se instalar em Rio Pardo para, na sequência, analisar a fonte por si só para compreender estratégias de deslocamento e uso das redes. Objetivou-se, na sequência, com o cruzamento nominativo com os demais registros paroquiais, bem como a Relação de Moradores e inventários compreender estratégias de inserção sociais e econômicas desses açorianos e uso – ou não – de redes sociais.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Essa *substituição do documento* refere-se, portanto, ao fato de as testemunhas referenciarem informações a respeito da vida daqueles dispostos a casar. Funciona como memória para o documento da época, não para o documento que o historiador utiliza. A respeito de memória como um documento para historiadores, pretende-se discutir em pesquisas futuras, isentando-se nessa dissertação.

⁷⁸ COMISSOLI, Adriano. Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 9, 2008, *Anais*, 2008. Tema: **Vestígios do passado: a história e suas fontes**, p. 4.

Dadas as provas necessárias para o casamento, o ritual acontecia frente a testemunhas e o assento se dava nos livros de registros da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. O matrimônio, se comparado com os demais momentos da vida de um sujeito do Antigo Regime, pode ser considerado como um dos marcos da vida desse indivíduo. Isso porque pode ser apontado como um identificador social importante, na medida em que apresenta os noivos à sociedade, bem como assinala a sua saída da casa dos pais, considerando-se um rito de passagem para a vida adulta.

Enquanto uma fonte de pesquisa, os assentos paroquiais de matrimônio permitiram investigar “o caráter das escolhas das pessoas que, em algum momento de suas vidas, optaram pelo sacramento”⁷⁹. Através dos registros do casamento, foi possível identificar e traçar redes sociais estabelecidas a partir das escolhas matrimoniais dos sujeitos investigados, pois “por trás de cada aliança, existem motivações, sejam de caráter individual (escolhas por parte dos nubentes) e/ou coletivo (escolhas a partir de interesses diretamente familiares)” os quais permitem ao investigador “observar estratégias de sobrevivência, manutenção e/ou preservação do patrimônio, ascensão do *status* social”⁸⁰.

Contudo, como observam Denise Freitas e Jonathan Fachini, não se pode reduzir todos os matrimônios a uma estratégia e desconsiderar a ausência de sentimentos que movimentaram os envolvidos, sobretudo o amor. Mesmo assim, essas fontes não permitem ao historiador dar sustentabilidade a uma afirmação de que um relacionamento fora forjado no amor. Além disso, os mencionados autores advertem, a partir das considerações de Susan Socolow, que “os assuntos relacionados à paixão e ao amor eram tratados como sintomas de enfermidades, em que deveriam ser tratados aqueles que sofriam do mal de Eros”⁸¹.

Teve-se a ideia de realizar um levantamento quantitativo dos casamentos realizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, considerando-se os livros de registros disponíveis para tal, entre os períodos de 1759-1762⁸², 1762-1786 e 1786-1793 e identificar a presença de noivos açorianos, bem como suas respectivas origens. Juntamente com os registros paroquiais de batismo e as habilitações de matrimônio, buscou-se, nas respectivas fontes, observar possíveis estratégias realizadas a partir da concepção do matrimônio nessa região fronteira de Rio Pardo.

⁷⁹FREITAS, Denise Teresinha Leal; FACHINI, Jonathan. Do abandono ao altar: a trajetória de uma exposição (o cruzamento de fontes paroquiais da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1835). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. *Anais*[...]. São Paulo, 2011, p. 3.

⁸⁰Ibidem, p. 3.

⁸¹Ibidem, p. 4.

⁸²O primeiro livro de assentos de matrimônio é aberto nesse ano.

Apesar da abrangência das fontes, considera-se tanto os assentos de batismo quanto os de matrimônio como um claro reflexo da sociedade hierárquica e desigual do período colonial brasileiro. Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, corpus documental* que geria a vida religiosa da colônia lusa nas Américas desde 1707, cabia ao pároco, no ato do registro do batismo, informar o nome do batizando, dos seus pais e de seus padrinhos⁸³. No entanto, observam-se que, além das informações obrigatórias que deveriam ser anotadas pelos vigários, outros dados da vida dos indivíduos eram contabilizados, como o nome do local de nascimento dos pais da criança, os nomes dos avós paternos e maternos, bem como, em muitos casos, a origem dos avós⁸⁴.

Essas informações eram, geralmente, depositadas sobre a população livre. Sobre os escravizados, informava-se o nome dos pais da criança, quando ela era nascida na freguesia e seus respectivos padrinhos, assim como informações como nome e distintivo dos relativos senhores, tanto dos pais do batizado quanto dos padrinhos, caso estes fossem cativos. O número de informações adicionais variava conforme a posição social dos nomes arrolados no assento paroquial: as patentes militares eram nomeadas, bem como o distintivo de *dona* para as mulheres casadas com homens proeminentes na freguesia. É nesse sentido que se acredita que os assentos paroquiais, notadamente os registros de batismo, refletiam a hierarquia e desigualdade da freguesia e, por consequência, da sociedade colonial brasileira.

Metodologicamente, elencaram-se os assentos paroquiais de batismo e casamento na tentativa de compreender algumas das questões elaboradas nessa pesquisa⁸⁵. Eles ajudaram a estabelecer um marco metodológico para identificar a presença açoriana na freguesia de Rio Pardo, pois nos registros geralmente havia dados sobre a origem dos pais dos batizados – e, em muitos casos, dos avós das crianças – e dos noivos⁸⁶. Além disso, com a identificação do nome do senhor dos pais do cativo batizado e seu posterior cruzamento nominativo, pôde-se averiguar açorianos que possuíram escravos na região.

A ideia, portanto, num primeiro momento, foi analisar a presença açoriana na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo a partir das fontes eclesiásticas,

⁸³DA VIDE, 1707, op. cit.

⁸⁴ O batismo possuía, para os dogmas cristãos, três características principais: a) a recepção da graça, na medida em que ao receber a água batismal adentram o reino de Deus; b) a superação do pecado original e: c) a ruptura com o demônio (LOPES et al., 2015, op. cit.).

⁸⁵ Em ambos os casos, utiliza-se o programa Microsoft Excel para o processamento dos dados. Todas as informações contidas nos assentos são debitadas em campos diferentes. Assim, o nome do pai fica num campo, o da mãe em outro, o da criança em outro, a localidade de nascimento tanto do pai quanto da mãe, também e assim por diante.

⁸⁶ Para o uso dos registros paroquiais na pesquisa em história, ver estudos de: Martha Hameister (2006, op.cit.) e Luís Augusto Farinatti (2014, op. cit.).

demonstrando de quais Ilhas os nativos se deslocavam, bem como se havia filhos de açorianos instalados em outras localidades do Continente do Rio Grande de São Pedro que migraram para Rio Pardo. Igualmente, teve-se a ideia, a partir dos assentos paroquiais, de identificar e analisar estratégias de inserção social desses migrantes, principalmente como base nas relações de compadrio estabelecidas na pia batismal.

Os registros paroquiais, por fornecerem dados daqueles residentes na região, permitiram a identificação da naturalidade de açorianos migrados que faleceram em Rio Pardo⁸⁷. A partir dos assentos paroquiais também foi possível identificar os pais de batizados e contraentes do matrimônio que possuíam algum acesso a terra na “Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente”, de 1784. O documento foi uma importante fonte acerca da produção agropecuária do Continente de São Pedro em finais do século XVIII. Este documento contribuiu no sentido de permitir à pesquisadora analisar dados sobre o acesso a terra e estrutura socioeconômica⁸⁸ destes casais migrantes na localidade de Rio Pardo em finais do século XVIII.

Para esta pesquisa, a “Relação” pôde contribuir no sentido de relacionar a produção agrícola e as estruturas produtiva e fundiária dos ilhéus estabelecidos na freguesia de Rio Pardo em finais do século XVIII. Embora seja um documento realizado apenas uma vez durante todo o período em estudo e também demonstre uma estrutura agrária do Continente de Rio Grande de São Pedro, (no documento estão arrolados apenas os detentores de alguma atividade rural, deixando de fora os moradores das áreas urbanas) considera-se fundamental para a compreensão do estabelecimento dos migrantes açorianos e seus descendentes três décadas depois da fundação do forte Jesus-Maria-José e da freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Além disso, tendo em vista a hipótese elencada de que essas pessoas acessaram recursos de maneiras diferentes, principalmente a partir de seus bens materiais e imateriais, o documento apresentou-se imprescindível para a análise.

Dessa forma, o capítulo 2 busca averiguar os deslocamentos dos migrantes açorianos para o Continente de Rio Grande de São Pedro. Nele, é apresentado um cenário geral do arquipélago dos Açores na primeira metade do século XVIII, bem como discutido a respeito das motivações da migração em massa de moradores das ilhas. Além disso, apresenta-se o cenário de conflito pelo o sul da América, entre integrantes das Coroas ibéricas, momento em

⁸⁷Como exemplo, ver FARINATTI, Luís Augusto. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1844). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). **História da família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos Editora Unisinos, 2014.

⁸⁸ Para o uso da Relação dos Moradores, ver Helen Osório (1990)

que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo é construída e ilhéus deslocados para a região. Esse deslocamento é objeto de análise, averiguando-se possíveis redes de relações que motivaram a ida dos migrantes para a região.

Estabelecidos na freguesia, os migrantes açorianos passaram a estabelecer relações, fosse com conterrâneos ou com outros moradores da freguesia. Essas relações – e a ideia de um mundo em que não se vive sozinho – são o objeto de análise do capítulo 3. Nele, estruturou-se a freguesia, demonstrando as populações residentes na região e como migrantes açorianos se inserem. O capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, procurou-se analisar a inserção social desses migrantes, com foco nos casamentos e relações de compadrio estabelecidas na pia batismal; na segunda parte, privilegiou-se a análise econômica, com destaque para o acesso a terra na região e as atividades desenvolvidas pelos migrantes.

Por fim, no capítulo 4 buscou-se reduzir, ao mínimo, a escala de análise. Ao longo da pesquisa, com o acesso a diferentes fontes, alguns personagens foram se destacando, e, aos poucos, o desenho de uma rede se fez pela pesquisadora. É o estabelecimento dessa rede e o quanto que ela pode auxiliar em deslocamentos ou acesso a terra e outras vantagens que se analisam no capítulo. O objetivo de focar em tais trajetórias é contribuir para o enriquecimento da pergunta geral, não entendendo esses casos como representativos de toda a massa migratória de açorianos.

Igualmente, acredita-se que as concepções teóricas aliadas a perspectivas metodológicas de inspiração na micro-história e a manipulação das fontes referidas, puderam elucidar questões até então não verificadas a respeito do deslocamento de açorianos para o então Continente de Rio Grande de São Pedro durante a segunda metade do século XVIII. Destaca-se que a teoria tem um papel fundamental enquanto ferramenta que auxilia nas interpretações sobre a fonte, no sentido de questionar-se a respeito das movimentações e motivações internas daquela sociedade. Como sublinhou o antropólogo Fredrik Barth, não se deve encaixar a fonte ou o tema na teoria, mas fazer-se o movimento contrário, no sentido de que a teoria deve adaptar-se à realidade exposta nas fontes⁸⁹. Assim como o historiador deve ter a consciência de que jamais alcançará por completo o que aconteceu, pois apenas consegue apreender fragmentos das realidades passadas, conforme ressalta Giovanni Levi⁹⁰.

⁸⁹BARTH, [1969], 2000, op. cit.

⁹⁰LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, MáiraInes et al. (Orgs). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

CAPÍTULO 2 - VIDAS EM MOVIMENTO: DESLOCAMENTO E MOBILIDADE ESPACIAL DE AÇORIANOS NO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

“Desde siempre, las mariposas y las golondrinas y los flamencos vuelan huyendo del frío, añorándose, y nadan las ballenas en busca de otra mar y los salmones y las truchas en busca de surio. Ellos viajan miles de leguas, por los libres caminos del aire y del agua. No son libres, en cambio, los caminos del éxodo humano.”

Eduardo Galeano

No dia vinte e quatro de abril de 1755, Isidoro, filho legítimo de Vicente Ferreira e Maria Inácia, ambos naturais da Ilha Terceira, localizada no centro do arquipélago dos Açores, recebeu os santos óleos do batismo. Seus padrinhos, Mateus Simões Pires e Eugênia Rosa, também eram naturais dos Açores, da mesma ilha dos pais, a Terceira. O registro de Isidoro é o que abre o primeiro livro de batismos da “Igreja Jesus-Maria-José, da expedição de Rio Pardo”, em 1755⁹¹.

Tanto os pais de Isidoro, Vicente Ferreira e Maria Inácia, quanto os padrinhos, Mateus Simões Pires e Eugênia Rosa, fazem parte de processos migratórios das Ilhas dos Açores para o Continente de Rio Grande de São Pedro, durante o século XVIII. Por serem próximos ou por sentirem-se insatisfeitos na terra natal, todos eles decidiram transferir-se para o além-mar. No entanto, as transferências podem ter ocorrido por diferentes motivos, como as constantes ameaças climáticas no arquipélago, a falta de terras cultiváveis devido à geografia acidentada das ilhas, a concentração fundiária e a compreensão do injusto sistema de heranças do Antigo Regime português. A tudo isso se somava os interesses de povoamento das terras ao sul de Laguna pela Coroa portuguesa.

De maneira geral, o capítulo busca discutir algumas das questões levantadas pela historiografia a respeito das motivações dos deslocamentos de moradores do arquipélago dos Açores para o sul da América portuguesa, bem como o contexto de chegada – um cenário de conflitos entre as Coroas ibéricas – e instalação dos casais açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro, especialmente na localidade de Rio Pardo, privilegiando o olhar para alguns dos sujeitos agentes desse processo.

⁹¹ ACMPOA. **Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1755-1761**. 1755. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Nesse sentido, considera-se que havia um contexto de forte mobilidade espacial de migrantes açorianos para as freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, desde a sua saída das ilhas até o estabelecimento em Rio Pardo. Posto isso, elegeram-se os registros paroquiais referentes à freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em especial os assentos de batismo e casamento, como a principal fonte a ser consultada⁹². Para a parte meridional da América portuguesa os registros paroquiais são entendidos como a sorte documental mais completa a respeito da população das freguesias que se constituíram a partir de 1738⁹³.

Parte-se da hipótese de que os processos migratórios de açorianos, ao se moverem das ilhas para o Continente de Rio Grande de São Pedro e sua posterior instalação em Rio Pardo, deram-se através de redes de contato. Entende-se a rede como uma complexa gama de relações que o indivíduo carrega consigo, formada por laços familiares, de amizade ou então a partir de informações as quais o mesmo pode acessar⁹⁴. Nesse sentido, crê-se que muitos dos migrantes açorianos que se deslocaram para o povoamento de Rio Pardo se conheciam antes da chegada à região⁹⁵.

O presente capítulo foi, inicialmente, pensado através das reflexões sobre pesquisas a respeito das migrações atuais. Estudos com foco nas mesmas têm assinalado as dificuldades em estabelecer os números exatos a respeito dos deslocamentos e em identificar os medidores dessas migrações. Carlos Nieto, pesquisador da migração haitiana no século XXI, considera que os movimentos migratórios atuais obedecem a cadeias migratórias, movimentando redes sociais, seja a partir de laços de parentesco ou amizade. Esses laços são fruto, conforme o pesquisador, de um endividamento social e simbólico⁹⁶, que desenha um circuito migratório complexo. Por sua vez, o demógrafo francês Hervé Domenach⁹⁷ chama atenção para a insuficiência de informações estatísticas, que impedem estudos mais abrangentes dos processos migratórios no mundo hodierno, bem como das decisões de migrar. O autor assinala que essas dificuldades se apresentam enquanto um desafio metodológico, e provoca

⁹² Os registros paroquiais de batismo, bem como os de matrimônio e óbito da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, da localidade Rio Pardo, encontram-se disponíveis no arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA). Também podem ser consultados online, pelo site *familysearch.com.br*.

⁹³ Algumas localidades apresentam, além dos registros citados, um Rol de Confessados, que não é o caso da freguesia em estudo, Rio Pardo.

⁹⁴ IMIZCOZ, José Maria, 2004, op. cit., p. 115-140.

⁹⁵ Para compreender a maneira como essas transferências foram articuladas e estruturadas por parte dos açorianos da mesma Ilha ou de Ilhas diferentes, seria necessário analisar as características dos locais de partida, bem como a ideia do “problema do equilíbrio”, trabalhado por Maíra Vendrame (2018, op. cit.).

⁹⁶ A fala do professor Carlos Nieto se deu no evento Migrações e Direitos Humanos, realizado em maio de 2018 na Universidade do Vale do Taquari – Univates. A palestra do professor Carlos Nieto, até a presente data, ainda não havia sido transcrita.

⁹⁷ DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de lapoblación: desafios teóricos y metodológicos. In: CUNHA, Jose Marcos Pinto (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos**. Campinas: Unicamp, 2011.

os pesquisadores a desenvolverem métodos criativos para a apreensão de informações a respeito dos deslocamentos no século XXI.

Na localidade de Rio Grande de meados do século XVIII não havia registro de entrada de imigrantes. A migração açoriana deu-se dentro da mesma jurisdição, pois tanto as Ilhas dos Açores quanto a América lusa pertenciam à Coroa portuguesa. É nesse sentido que se utiliza, também, a expressão *império português*, na medida em que parte da historiografia enxerga-o enquanto um todo heterogêneo de possessões ultramarinas, “cuja relação com a metrópole variava não só conforme as conjunturas, mas também de acordo com os variados processos históricos que constituíam essas mesmas possessões”⁹⁸.

No capítulo apresenta-se uma perspectiva a respeito da mobilidade espacial de açorianos pelo Continente de Rio Grande de São Pedro, o que permite uma visão mais complexa dos movimentos dos grupos populacionais. José Marcos da Cunha propõe utilizar a ideia de mobilidade espacial para as migrações atuais, pois a mesma “refere-se à ‘habilidade’ de mover-se no espaço”, potencializando recursos e estratégias⁹⁹. Guardadas as proporções a respeito das divergências entre as migrações atuais e as históricas, considera-se que o uso da ideia de mobilidade espacial possa ser empregado no caso do deslocamento dos açorianos pelas freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, a partir da segunda metade do século XVIII.

Sem deixar de considerar o forte controle português, o qual determinou a migração de açorianos para o meridional da América portuguesa, acredita-se que muitos ilhéus conseguiram se mover internamente no Continente do Rio Grande de São Pedro otimizando diferentes estratégias para esse deslocamento. Apresentando alguns dos personagens – e suas experiências migratórias – que permearão a narrativa dos próximos capítulos, busca-se complexificar, a partir de uma perspectiva micro, um tema já bastante estudado pela historiografia. O foco são os sujeitos que tomam o caminho da migração.

2.1 Das muitas perspectivas de uma migração: dos Açores ao continente de Rio Grande de São Pedro

O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas distribuídas em três conjuntos: Santa Maria e São Miguel, mais próximos à costa africana; Terceira, São Jorge, Graciosa,

⁹⁸ FRAGOSO, João et al. Prefácio. *In*: FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EDUFES, 2014.

⁹⁹ CUNHA, Jose Marcos Pinto. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos – introdução. *In*: CUNHA, Jose Marcos Pinto (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos**. Campinas: Unicamp, 2011.

Pico e Faial, que compõe a parte central; e Flores e Corvo, ambas mais afastadas do continente europeu. O nome do arquipélago provém de uma ave de rapina, denominada “açor”¹⁰⁰. Essas nove ilhas, juntamente com a da Madeira, compõe a parte insular de Portugal, a qual foi colonizada em meados do século XV, como um dos resultados do processo de navegações.

De acordo com Avelino Meneses, a chegada dos primeiros povoadores às Ilhas dos Açores remonta ao ano de 1439, advindos especialmente de outras regiões portuguesas como Algarve e Alentejo. Essa população de colonizadores também era formada por flamengos, árabes, franceses e cristãos-novos, que viam nesse processo de colonização uma possibilidade de fugir das fortes imposições da Igreja¹⁰¹.

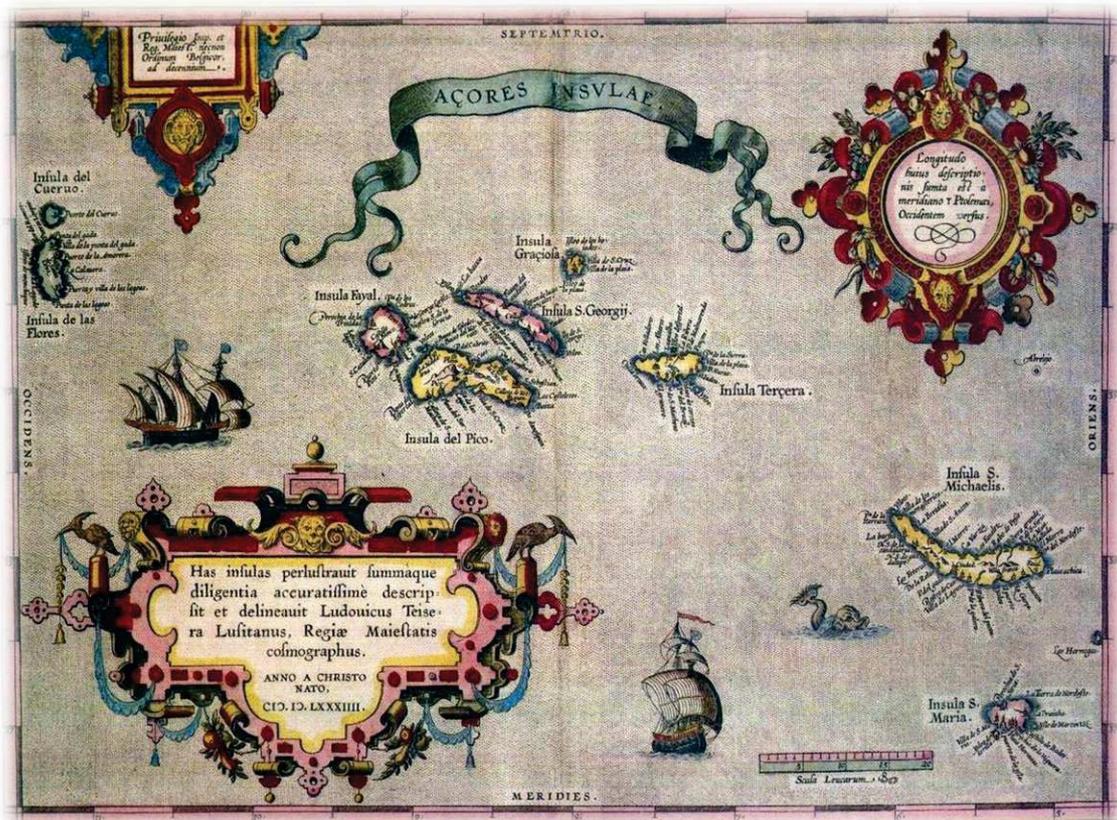


Figura 1 – Mapa dos Açores, 1584¹⁰²

¹⁰⁰ SILVA, Cleidirose. **Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo.** 2009. Monografia (Graduação) – Cursode História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2009.

¹⁰¹ MENESES, Avelino de Freitas. **Os Açores nas encruzilhadas dos setecentos (1740 – 1770): economia.** Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995.

¹⁰² No mesmo consta a tradução da legenda no latim: “Estas ilhas foram percorridas com a maior diligência, e com todo o cuidado as descreveu o português Luís Teixeira, cosmógrafo da Majestade Real. Ano do nascimento de Cristo de 1584”. No mapa, realizado em finais do século XVI, podem ser vistas as nove Ilhas divididas em três conjuntos.

Fonte: COSTA, Susana Gulart. **Açores:** nove ilhas, uma história. Califórnia: Universidade da Califórnia, 2008. 1 mapa, il. color. Disponível em: <<http://historiadosacores.tumblr.com/post/24916600159/1584-a%C3%A7ores-insulae-mapa-desenhado-em-1584>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

De origem vulcânica, as Ilhas estão dispostas numa situação geotectônica conhecida como junção tripla, fruto de um contato de três placas tectônicas - a placa africana, a euroasiática e a norte-americana. A peculiaridade dessa estrutura tectônica resulta numa série de abalos sísmicos e erupções vulcânicas no arquipélago, que movimentaram e continuam a movimentar as terras das Ilhas.

Os abalos sísmicos e vulcanismos eram constantes na vida dos moradores do arquipélago dos Açores entre séculos XVII e XVIII. Em um levantamento realizado a partir de fontes e bibliografias, Cleusa Graebin chegou ao número de 31 registros entre os anos de 1614 e 1755, atingindo principalmente as ilhas Terceira, São Miguel, Pico e Faial¹⁰³. Os cataclismos ocorridos na Ilha do Pico, em 1718, causaram pânico na população das ilhas vizinhas, que recorreu à proteção divina, fazendo invocações ao Santo Cristo. A comoção foi tamanha que os moradores da cidade de Horta, na Ilha do Faial, poupados dos abalos ocorridos na Ilha do Pico, se comprometeram a realizar uma festa anual em homenagem à imagem do Santo Cristo, celebração que acontece até os dias atuais¹⁰⁴.

No ano de 1746, uma erupção vulcânica assolou a Ilha do Faial, que teve suas plantações e casas destruídas, causando diversas mortes, tanto de moradores quanto de animais. A falta de alimentos, principalmente do trigo, foi sentida ao longo da década de 1740, tanto que entre os anos de 1742 a 1745 nenhum alqueire do cereal foi produzido¹⁰⁵. Essa crise na produção do trigo, base econômica e nutricional dos ilhéus, impactou sobremaneira na vida dos moradores do arquipélago.

Conforme Avelino Meneses, o cultivo de cereais nas ilhas remonta ao processo de colonização das mesmas, ainda no século XV, resultante das condições climáticas propícias, de conhecimentos de técnicas agrícolas dos primeiros povoadores e também da conjuntura europeia de escassez de cereais¹⁰⁶. O trigo, então, se destacaria como um dos grandes produtos de exportação do arquipélago, juntamente com uma planta tintureira denominada pastel. Os Açores ficariam reconhecidos pela sua riqueza cerealífera, a qual possuía, além do trigo, o

¹⁰³ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes, 2004, op. cit.

¹⁰⁴Ibidem.

¹⁰⁵Ibidem.

¹⁰⁶MENESES, 1995, op. cit.

milho, inhame e legumes, esses últimos que compunham boa parte da alimentação dos menos favorecidos em tempos de crise tritícola¹⁰⁷.

Com a queda da produção do cereal que era a base nutricional açoriana, muitas famílias passaram por períodos de fome e insuficiência de recursos. Diversos estudos a respeito das Ilhas dos Açores nas primeiras décadas do século XVIII relatam que a falta de alimentos gerava um cenário de instabilidade, insegurança e miséria para os menos aquinhoados¹⁰⁸. Acumulavam-se os pedidos de autoridades açorianas para deslocamentos a outras possessões portuguesas, destacadas as regiões colonizadas na América, com a justificativa de que as consecutivas mudanças climáticas desencorajavam a população das ilhas a se manterem nas mesmas¹⁰⁹.

Entretanto, essa crise na distribuição do trigo não foi gerada apenas pelas sucessivas ameaças climáticas que atormentaram as ilhas na primeira metade do século XVIII. Avelino Meneses destaca que “ainda no século XVIII [...] multiplicam-se os testemunhos que confirmam a frequente escassez de trigo e milho, por razões naturais e artificios mercantis”¹¹⁰. Conforme o historiador, aqueles que conseguiram colher algum alqueire de trigo, preferiam exportá-lo devido ao alto preço que o mesmo encontrava tanto na Europa quanto em mercados africanos, como o Marrocos, do que alimentar a economia interna das Ilhas¹¹¹.

A superpopulação das ilhas também é um tema em evidência entre estudos historiográficos que abordam a saída de açorianos para outros domínios lusitanos. De acordo com Avelino Meneses e Cleusa Graebin, houve um crescimento populacional considerável nas Ilhas São Jorge, São Miguel, Flores, Pico, Faial e Terceira entre os anos de 1695 e 1795¹¹², o que motivou pedidos para o transporte e acomodação de ilhéus na América.

Conforme Avelino Meneses, a população sempre fora empregada pela Coroa para o povoamento de áreas do império português. Assinala o historiador que já nos seiscentos é possível averiguar a presença açoriana em regiões da África e da Índia, convertendo os moradores do Arquipélago em “agentes da gesta do Ultramar”¹¹³. No entanto, essa migração se tratava de uma participação individual, determinada, principalmente, por motivações de

¹⁰⁷Ibidem.

¹⁰⁸GRAEBIN, 2004, op. cit.; MENESES, 1995, op. cit.

¹⁰⁹Ibidem; Ibidem.

¹¹⁰MENESES, 1995, op. cit.

¹¹¹Ibidem.

¹¹²GRAEBIN, 2004, op. cit.

¹¹³MENESES, Avelino. Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. III, 1999, p. 252.

caráter político-militar e religiosa, “que revelam os intentos de reforço de foros monárquicos e de cumprimento de desígnios sobre as vulgares ambições de maior fortuna”¹¹⁴.

Avelino Meneses destaca que essa característica do arquipélago de “exportadores de colonizadores”¹¹⁵ teve seu incremento a partir do século XVIII, com a saída de muitos açorianos para as paragens americanas. Ainda conforme o historiador, nos setecentos a migração de açorianos obedeceu à necessidade da Coroa portuguesa em estabelecer povoados às margens fronteiriças com a América espanhola, principalmente as áreas entre as regiões de Laguna e a Colônia do Sacramento, bem comona Amazônia¹¹⁶.

Ao investigar o tema da migração de açorianos para a Amazônia durante a primeira metade do século XVIII, Antônio Vieira Júnior questionou a tese de que os Açores seriam, naturalmente, exportadores de colonizadores do império português. Partindo especificamente da ilha Graciosa, localizada na parte central do Arquipélago, o historiador mostra que “mesmo a despeito da suposta pobreza dos moradores da Ilha Graciosa, ainda encontramos resistência ao imigrar para o Grão-Pará”¹¹⁷. Essas tensões envolviam as próprias autoridades locais, com destaque para os padres e os juízes ordinários, que se dedicavam a convencer os moradores da Ilha a não deixarem seus respectivos domicílios e partirem em busca do desconhecido. “E não bastando o convencimento, também riscavam os nomes das listas dos inscritos para a emigração – dificultando o trabalho de agrupamento e transporte”, sublinha Vieira Júnior¹¹⁸. Também destaca que os temas como superpopulação das Ilhas e a ideia de “exportadores de colonizadores” devem ser revisitadas, considerando-se outros fatores.

Conforme dados levantados por Susana Gulart Costa, a população do arquipélago mais que dobrou entre os séculos XVI e XVIII. No século XVI, a população nas Ilhas estava estimada em 65 mil moradores e em meados do século XVIII o número subira para 160 mil habitantes¹¹⁹. Naquele primeiro momento, as Ilhas de São Miguel e Terceira atraíram grande número de moradores, o que fez de Angra, localizada na Ilha Terceira, ser elevada à categoria de cidade em 1534, tornando-se a primeira a receber essa distinção no arquipélago¹²⁰.

Tabela 1 - Evolução Populacional por Ilhas (Séculos XVI-XVII)

¹¹⁴Ibidem. A partir da observação das fontes, foi possível constatar que houve, também, uma migração açoriana de caráter militar para o sul do Brasil nos setecentos. Essa discussão será retomada nos próximos capítulos.

¹¹⁵Ibidem, p. 260.

¹¹⁶Ibidem, p. 252.

¹¹⁷VIEIRA JUNIOR, Antônio Octaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 2, 2017, p. 346.

¹¹⁸Ibidem, p. 349.

¹¹⁹ COSTA, Susana Goulart. *Açores: nove ilhas, uma história*. Califórnia: Universidade da Califórnia, 2008.

¹²⁰MENESES, 1995, op cit.

Ilha	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
São Miguel	27 132	34 241	62 903	119 933
Santa Maria	2 600	4 235	4 871	6 378
Terceira	21 560	21 078	29 117	45 034
Graciosa	2 708	6 656	5 447	8 321
São Jorge	2 676	6 716	9 345	18 272
Faial	4 048	13 287	12 027	24 963
Pico	3 508	10 259	15 444	26 396
Flores	632	3 235	3 190	9 687
Corvo	80	478	551	850
Total	64 944	100 185	142 895	259 834

Fonte: COSTA, Susana Gulart. **Açores:**nove ilhas, uma história. Califórnia: Universidade da Califórnia, 2008.

Os dados colhidos por Susana Gulart Costa (Tabela 1) referentes ao século XVIII são do ano de 1776, isto é, nos números referidos já não contam grande parte da massa migratória de açorianos que se deslocou a partir da publicação de um Edital no ano de 1747 o qual solicitava o deslocamento de cerca de quatro mil casais de ilhéus para o povoamento da Ilha de Santa Catarina. A densidade populacional das Ilhas também aumentara em dois séculos: a Ilha de São Miguel que, no século XVII, possuía uma densidade de 36,3 habitantes por quilômetro quadrado, em dois séculos passou aos 84,2hab./km². Conforme Gulart Costa, durante a primeira metade do século XVIII, sucederam-se pedidos de transporte de ilhéus para outras possessões do império português, como uma tentativa para que se desafogasse a superpopulação contida nas Ilhas.

Esses dados, se comparados com os séculos XIX, demonstram que a população das Ilhas tendia a crescer, chegando ao auge no século XX¹²¹. Se do século XVI para o século XVIII houve um aumento de mais de 70 mil habitantes nas Ilhas, do século XVIII para o XIX o aumento foi de mais de 116 mil pessoas. Dessa forma, vale questionar se haveria mesmo uma superpopulação no arquipélago dos Açores ou se esses dados eram utilizados pelas autoridades como uma estratégia para aliviar outras demandas insulares, como a falta do trigo – fosse pela carência de produção ou venda a mercados externos – ou então as disputas por terras cultiváveis, insuficientes nas Ilhas e de posse de poucos.

¹²¹ Conforme dados da mesma historiadora, a população açoriana em 1960 era de 317 277 habitantes, com a maior densidade populacional registrada na Ilha de São Miguel: 219,7hab./km².

Nesse sentido, acredita-se que os fatores de ordem natural – cataclismos e vulcões – e a tese da superpopulação das Ilhas como determinantes para a migração de açorianos para o meridional da América portuguesa devam ser avaliados elencando-se outros elementos. Considera-se que tais fatores, somados àqueles de ordem socioeconômica, possam ser condicionantes do deslocamento de açorianos para o Continente do Rio Grande de São Pedro, mas não determinantes por si. Dessa forma, os fatores de ordem geral podem contribuir no entendimento da situação global das Ilhas, demonstrando que os motivos da migração estavam condicionados a cada pessoa que se deslocou, advindos de múltiplos fatores.

A situação fundiária do arquipélago em meados do século XVIII, era dada, em grande parte, pela concentração de terra pela Igreja ou então de poucos proprietários, o que impedia o devido aproveitamento das propriedades, dificultando a produção agrícola e agravando situações de crise alimentar e econômica¹²². No século XVIII, “a insuficiência da superfície arável açoriana e a escassez de propriedades livres de vínculos coexistem com a abundância de terrenos incultos, designadamente baldios de exploração comunitária”¹²³, o que afundava os Açores numa crise de produção e fome. O predomínio da grande propriedade, aliada ao absentismo e as dificuldades tecnológicas em conter inundações podem ter motivado muitos daqueles moradores das Ilhas dos Açores a se deslocar para a América, tendo em vista que do outro lado do Atlântico haveria uma abundância de terras – se comparadas ao tamanho daquelas cultiváveis nas Ilhas – e a possibilidade de melhor gerir suas vidas.

Segundo Martha Hameister, o problema da densidade demográfica das Ilhas como um dos principais fatores das migrações deve ser revisitado, devendo-se considerar questões de ordem socioeconômica, como o caso do sistema de heranças do Antigo Regime português¹²⁴. No que se refere às famílias mais ricas do arquipélago, apenas o primogênito seria agraciado com os bens da família, situação que colocava os demais filhos ou como agregados do filho mais velho ou então movidos em busca de outras possibilidades. Entre as famílias economicamente inferiores de Portugal, havia um costume em repassar a propriedade para um único herdeiro, o que impediria a fragmentação da terra em pequenas propriedades¹²⁵. Essa estratégia tinha como objetivo a concentração da terra para o sustento da família, isso porque a terra fragmentada poderia dificultar o sustento da mesma.

¹²² MENESES, 1995, op. cit..

¹²³ Ibidem, p. 23.

¹²⁴ HAMEISTER, 2006, op. cit.

¹²⁵ SCOTT, Ana Sílvia. Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX). 1. ed. São Leopoldo: Oikos/ Editora Unisinos, 2012. O estudo de Scott refere-se ao Noroeste português. No entanto, considera-se que tal questão pode ser elencada, também, para as ilhas dos Açores.

A prática de concentração dos bens em um único herdeiro também era recorrente em outras regiões europeias, como a comunidade de Santena, estudada por Giovanni Levi, uma vez que persistia o costume dos camponeses de repassar os bens da família para um único filho. Assim como em Portugal, essa estratégia dos moradores do Norte italiano tinha por objetivo impedir a fragmentação das terras em pequenas porções, o que dificultaria a produção¹²⁶.

Ao realizar um cruzamento nominativo de fontes, Martha Hameister demonstrou que muitos daqueles que se deslocaram de uma das nove Ilhas para o Continente de Rio Grande de São Pedro não pertenciam apenas a uma massa populacional pobre e miserável, como alguns estudos apontaram. Filhos de famílias nobres, principalmente os não primogênitos, também migraram, na tentativa de retomar, nas terras do além-mar, a nobreza deixada nas Ilhas. Ratificando a arguição da historiadora, Ana Scott e Gabriel dos Santos Berutte¹²⁷ enfatizam que:

O deslocamento dessa população “excedente” resolvia a situação dos menos aquinhoados, aliviando a situação nas ilhas, ao mesmo tempo em que propiciava o acréscimo do número de povoadores para os territórios americanos. Por outro lado, também representava uma “válvula de escape” para os filhos das famílias melhor posicionadas na hierarquia social, mas que eram preteridos no sistema sucessório em vigor, que privilegiava alguns filhos em detrimento de outros.

Portanto, para os filhos segundos de famílias abastadas, a migração para a América representava a possibilidade de construir um patrimônio formado por bens, além de garantir – ou aumentar – o *status quo* herdado de sua família, desta vez, no outro lado do Atlântico. Tendo em vista uma sociedade com práticas corporativas nos moldes do Antigo Regime português, acredita-se que não se deva considerar que todos aqueles que se deslocaram de uma das nove ilhas dos Açores, para o povoamento do meridional da América portuguesa, o fizeram na mesma situação social e econômica. Essas disparidades e hierarquias refletem-se na chegada à América e no trato recebido por cada um daqueles migrantes, fosse de seus compatriotas, fosse daqueles que já residiam na América ou então da Coroa portuguesa, bem como em suas estratégias de inserção socioeconômicas.

¹²⁶ LEVI, 2000, op. cit.

¹²⁷ SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (Orgs.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

Do contingente açoriano desembarcado nas paragens sulinas, a grande maioria o fez regido pela Provisão de 1747¹²⁸. O documento, fruto de um aceno positivo da Coroa lusa após inúmeros pedidos de autoridades insulares para que fosse realizado um processo de migração em massa para o Brasil, solicitava o cadastro de até quatro mil casais que iriam se deslocar para Santa Catarina no ano seguinte. As condições nele estabelecidas davam conta da doação de ferramentas - como enxadas, tesouras e facões - sementes e animais, além do suprimento de farinha no primeiro ano após o desembarque em Santa Catarina:

[...] as farinhas para a ração, que mando dar no 1º ano à gente, que se transportar, e este provimento, como também [...] mais, podereis mandar fazer por assento, quando assim vos pareça mais conveniente [...] a cada pessoa de quatorze anos para cima se darão 3/4 de farinha por mês, da medida da terra, um arrátel de peixe ou carne por dia: às pessoas de 14 até 7 completos, a metade desta ração; e as de 7 até 3 anos completos, a 3ª parte, e às menores de 3 anos, nada. [...] *aonde se dará a cada casal um quarto de légua em quadra para principiar a sua cultura*, sem que se lhe levem direitos nem salário algum por esta sesmaria e quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terra a poderão pedir ao Governador do distrito, que lhe concederá na forma das ordens que tem nesta matéria [...]¹²⁹.

A Provisão ainda estabelecia a necessidade de se firmar povoações com no máximo sessenta casais cada, onde haveria um pároco responsável pela paróquia e cada casal receberia, para o cultivo e morada, um quarto de légua em quadrado. Se comparado com o tamanho médio de terra cultivável nos Açores – meia légua em quadrado na década de 1740¹³⁰ -, é possível apontar que as promessas da Provisão eram deveras atraentes para os moradores do arquipélago, podendo gerar grande expectativa naqueles dispostos a migrar.

Nesse sentido, levando em consideração as garantias contidas na Provisão, bem como o contexto de possível insegurança que a vida nas Ilhas poderia gerar ou ainda a tentativa de se estabelecer uma nova vida no além-mar, acredita-se que a migração dirigida pelo Edital de 1747 poderia representar uma válvula de escape para muitos açorianos. A terra - principalmente a cultivável que se encontrava em falta nos Açores - poderia representar uma garantia de estabilidade para os casais dispostos a migrar. Como apontam Ana Scott e Gabriel Berute, “em termos da população lusa, esse ‘pedaço de terra’ [uma data de terra de 272 hectares, em média] equivaleria a um ‘imenso latifúndio’, se lembrarmos que o tamanho

¹²⁸ PROVISÃO de 9 de agosto de 1747. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, v.1, 1977. **Anais** do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1977. Todas as informações contidas a respeito do documento seguem essa referência.

¹²⁹Ibidem, p.32, grifo da autora.

¹³⁰MENESES, 1995, op. cit.

médio da propriedade em Portugal era comparativamente menor”, como por exemplo no Minho, onde a propriedade média de terra era de 2 hectares e no Alentejo, onde a média de uma propriedade era de 40 hectares¹³¹.

Registrados os primeiros casais de povoadores¹³², o transporte iniciou-se em 1748, com 98 casais e um número total de 591 pessoas divididas em dois navios; nos anos seguintes, foram transportados 596 casais, totalizando 3.946 pessoas. A ideia da Coroa portuguesa era o estabelecimento desses casais de povoadores, migrados entre 1748 e 1750, entre a Ilha de Santa Catarina e o Cerro de São Miguel¹³³.

Conforme Cleusa Graebin e Borges Fortes, os planos da Coroa quanto ao estabelecimento desses povoadores foram alterados com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. A partir de então, conforme os historiadores, havia a intenção das autoridades portuguesas de transportar alguns dos casais de açorianos desembarcados em Santa Catarina para o povoamento das Missões, que seria cedida pelo domínio espanhol ao português em troca da Colônia do Sacramento¹³⁴.

O registro de batismo de Ana, em 12 de novembro de 1750, filha de Francisco Leal e Josefa Maria, ambos naturais da Ilha do Pico, atesta a presença açoriana em Rio Grande, local em que desembarcariam, nos anos seguintes, mais casais de povoadores¹³⁵. Conforme dados levantados por Maria Luísa Bertulini Queiroz a partir dos assentos paroquiais de matrimônio da freguesia de São Pedro de Rio Grande, entre janeiro de 1750 e abril de 1765, foram formados 259 casais com a participação de nativos das Ilhas dos Açores, dentre os quais, em 115 a formação é de ambos os cônjuges açorianos.

Muitos desses casais passariam a povoar outras freguesias do então Continente de Rio Grande de São Pedro, fosse de forma espontânea ou então por povoações criadas por autoridades portuguesas para a fixação dos casais, ou seguindo a Expedição Demarcadora dos Limites, liderada por Gomes Freire de Andrade, para o reconhecimento das Missões. A presença açoriana pelo Continente de Rio Grande de São Pedro pode ser entendida a partir do

¹³¹SCOTT; BERUTE, op. cit., p. 114.

¹³²GRAEBIN, 2004, op. cit.; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. “Gentes das Ilhas” dos Açores no Rio Grande de São Pedro (Século XVIII): mobilidade, cotidiano e trabalho. In.: SCOTT, Ana Silvia et al. (Org.). **Gentes das Ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. O termo casal, na linguagem da época, designava famílias de colonizadores e não era uma exclusividade de açorianos. Foi utilizado pela Coroa portuguesa na Provisão de 1747, mas também foi utilizado por autoridades portuguesas referindo-se a pessoas que se deslocaram de outras partes da América portuguesa para o povoamento de Rio Grande, ainda nos anos 1730. Em sua configuração, a ideia de casal a partir da Provisão de 1747 é que o mesmo fosse formado por marido, esposa, possíveis filhos e agregados.

¹³³GRAEBIN, 2004, op. cit.

¹³⁴Ibidem.

¹³⁵Ibidem.

conturbado cenário de disputa entre as Coroas ibéricas pelas terras localizadas ao sul de Laguna.

2.2 Pelos caminhos do Rio Grande de São Pedro

A partir da segunda metade de seiscentos há um incremento na expansão da colonização portuguesa partindo de São Paulo com destino às terras sulinas¹³⁶. Ao sul de São Paulo, em 1648, surge Paranaguá e duas décadas depois, Curitiba; em 1675 ocupa-se a ilha de Santa Catarina e, no ano seguinte, a região de Laguna, o que seria, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, o limite meridional do império português¹³⁷.

No ano de 1750, as tratativas entre as Coroas ibéricas quanto às terras americanas desencadearam um novo acordo, assinado na cidade de Madri. Sete décadas antes, em 1680, Portugal erguera uma povoação às margens do Rio da Prata, com a função de ser um entreposto comercial lusitano no espaço prestigiado de escoação das mercadorias americanas com destino ao reino espanhol¹³⁸. A Colônia do Sacramento, como ficou conhecida, era um incômodo ponto português nas possessões espanholas e fora invadida algumas vezes. Em represália à fundação de Sacramento, autoridades espanholas estimularam jesuítas a retornar para a zona missioneira, onde seriam fundadas reduções jesuíticas¹³⁹. Essas reduções seriam oferecidas pela Coroa espanhola à Coroa portuguesa em 1750, em troca da Colônia de Sacramento, assinalando uma tentativa de paz na disputa pelas terras americanas.

Antes da assinatura do Tratado de Madri, como ficou conhecido acordo realizado entre Portugal e Espanha em meados do século XVIII, em 1703 o reconhecimento português das terras entre a Colônia do Sacramento e Laguna fora realizado por Domingos Figueira¹⁴⁰, e vinte anos depois houve uma tentativa de instalação em Montevideú, a qual fracassou. Em 1736, em correspondência endereçada ao governador e capitão-geral do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o rei Dom João V ordenava ações para “facilitar aos navios

¹³⁶OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. *Notas de Pesquisa. Claves*, Montevideú, n.1, 2015, p.67-90.

¹³⁷Ibidem.

¹³⁸OSÓRIO, 1990, op. cit.

¹³⁹Ibidem.

¹⁴⁰OSÓRIO, 2015, op. cit.

portugueses do comércio a livre navegação do dito rio”¹⁴¹, referindo-se à região de Rio Grande, onde seria fundado um presídio¹⁴² no ano seguinte.

O forte Jesus-Maria-José, fundado em 1737, obedecia à mesma organização espacial da Colônia do Sacramento, com um porto e um pequeno núcleo fortificado. Conforme Helen Osório, o fosso administrativo entre Rio Grande e os Campos de Viamão, que passaram a ser povoados no início da década de 1730 e dependentes de São Paulo, “reflete a descontinuidade espacial e revela o caráter que a Coroa dava ao estabelecimento [Rio Grande], atribuindo-lhe um governo militar específico”¹⁴³. O presídio adquiriu o estatuto de freguesia¹⁴⁴ de São Pedro de Rio Grande em 1738, com a chegada de um pároco e os primeiros assentos eclesiásticos¹⁴⁵, além de ser o único porto marítimo entre Laguna e a Colônia do Sacramento.

Na década de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade deslocou-se para a Colônia do Sacramento e depois para Rio Grande, com o intuito de realizar o reconhecimento das terras missioneiras que viriam a pertencer a Portugal. Enquanto Gomes Freire partia de Rio Grande e chegava até o rio Jacuí para atingir as Missões, a expedição espanhola descia o rio Uruguai, formando, ambas as expedições, uma espécie de pinça¹⁴⁶. O acordo obrigava a retirada dos indígenas guarani residentes na região, que deveriam se deslocar para a margem direita do Rio Uruguai¹⁴⁷.

Durante a Expedição Demarcadora dos Limites, uma das estratégias adotadas por Gomes Freire foi a doação de sesmarias a militares que o acompanhavam no trajeto entre Rio Grande e as Missões¹⁴⁸. Também estabeleceu, em 1752, um Armazém Real às margens do Rio Jacuí, que deu origem à freguesia de Santo Amaro, em 1773. Em 1751, construiu a fortaleza Jesus-Maria-José, no deságue do Rio Pardo no Rio Jacuí. Ali, estabeleceram-se alguns moradores, que em 1755 receberia um pároco para o Registro dos primeiros assentos paroquiais.

¹⁴¹CARTA de Lisboa. 23 de março de 1738, apud FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1978, p.17.

¹⁴²“A palavra presídio designa uma praça de guerra, um forte”. OSÓRIO, 2015, op. cit.

¹⁴³OSÓRIO, 2015, op. cit.

¹⁴⁴ Ibidem. O termo *freguesia*, conforme Helen Osório, foi o termo mais utilizado durante o período colonial brasileiro para referir-se às paróquias. No Rio Grande do Sul, o termo se tornou também um sinônimo de povoação, e uma boa referência aos aglomerados urbanos.

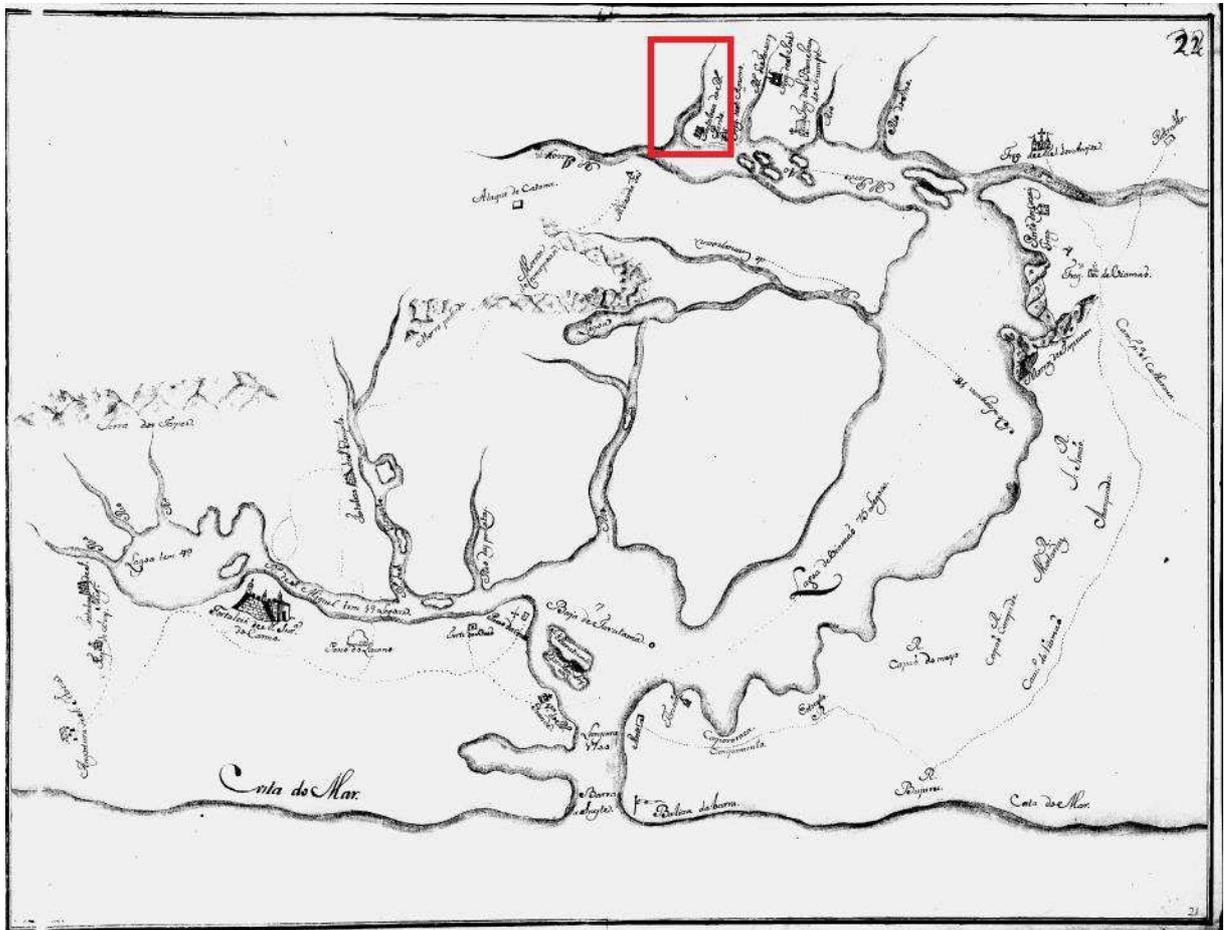
¹⁴⁵HAMEISTER, 2006, op. cit.

¹⁴⁶NEUMANN, Eduardo Santos. **Práticas letradas guarani**: produção e usos da escrita indígena (século XVII e XVIII). 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁴⁷RIBEIRO, Max Roberto Pereira. “**A terra natural desta nação guarani**”: identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

¹⁴⁸ OSÓRIO, 2015, op. cit.

Figura2 – Mapa da Expedição Demarcadora dos Limites de Gomes Freire de Andrade



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. **Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da América portuguesa.** Acervo Online da Biblioteca Nacional. 1 mapa. Escala: sem escala.
 Legenda: Destacado, na imagem, o forte Jesus-Maria-Jose construído às margens do rio Pardo.

Conforme Helen Osório, o projeto português após a retirada dos povos indígenas das Missões era povoá-las com migrantes açorianos, que foram conduzidos inicialmente à Ilha de Santa Catarina, a partir da Provisão de 1747¹⁴⁹. Não existe um consenso entre historiadores a respeito do número de açorianos que desembarcaram em Rio Grande a partir de 1750, mas estima-se que em torno de 2.300 pessoas foram transportadas da Ilha de Santa Catarina para Rio Grande entre os anos de 1752 e 1754¹⁵⁰. Conforme já referido, Maria Bertulini Queiroz, em levantamento realizado a partir dos assentos paroquiais da freguesia de São Pedro de Rio Grande nos primeiros quinze anos após o desembarque de 1750, localizou um número de 259 casais formados com um dos cônjuges de origem ilhota e 115 casais formados

¹⁴⁹OSÓRIO, 2015, op. cit.

¹⁵⁰Ibidem.

unicamente por açorianos, verificando um acréscimo de 1.273 pessoas brancas adultas, a uma população estimada, em 1740, de 1.400 pessoas¹⁵¹.

Esses números, ainda de acordo com Queiroz, são reflexos de uma política da Coroa portuguesa em incentivar o casamento entre açorianos no Continente do Rio Grande de São Pedro, estendendo as garantias da Provisão de 1747 aos casais formados por cônjuges açorianos em freguesias do Continente¹⁵². “Por resolução de 20 de Nov de 1749, estendeu aos casais que se formassem dentro do primeiro ano a contar da chegada dos noivos, as mesmas concessões feitas aos casais açorianos pela Provisão de 1747”, apontou a historiadora¹⁵³. Esses incentivos provavelmente foram realizados em virtude da grande quantidade de pessoas solteiras que haviam desembarcado no Continente, principalmente mulheres.

Adriano Comissoli elucida que para compreender a dispersão açoriana no Continente é necessário analisar a frustrada tentativa de tomada dos povos missioneiros¹⁵⁴. Conforme o historiador, a saída de Rio Grande com destino às Missões foi realizada em dois caminhos, a saber: um com destaque aos Campos de Viamão e outro formado a partir da Expedição liderada por Gomes Freire de Andrade. O primeiro caminho, efetivado a partir de Rio Grande com destino ao porto de Viamão, fora realizado pela Lagoa dos Patos, e seus integrantes deslocados em barças. A partir de Viamão, muitos casais dispersaram-se pelas margens dos rios da região, explicando, assim, “o porquê de encontrarmos grupos de açorianos ao longo do lago Guaíba e Rio Jacuí”¹⁵⁵.

Conforme Helen Osório, a presença açoriana ao longo das margens do Rio Jacuí, deu-se devido à falta de perspectiva do cumprimento das promessas da Provisão de 1747, nem com os mantimentos básicos, como ração e instrumentos agrícolas, muito menos com a terra prometida¹⁵⁶. Sublinha a historiadora que, entre os anos de 1764 e 1773, quatro freguesias foram criadas especificamente para a fixação de açorianos: Taquari, em 1764; Porto Alegre, em 1772; Lombas, em 1773; e Mostardas, em 1774¹⁵⁷. Taquari fora a primeira freguesia

¹⁵¹QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737 – 1822)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

¹⁵²Ibidem.

¹⁵³Ibidem, p. 135.

¹⁵⁴COMISSOLI, 2009, op. cit.

¹⁵⁵Ibidem, p.77.

¹⁵⁶OSÓRIO, 2015, op. cit.

¹⁵⁷Além das quatro freguesias criadas a partir de assentamentos de açorianos, entre 1750 e 1780 há uma intensa criação de freguesias no Continente de Rio Grande de São Pedro. Algumas foram criadas em virtude da Expedição Demarcadora de Limites, como Rio Pardo (forte estabelecido em 1751 e a freguesia em 1755) e Santo Amaro (armazém real criado em 1752 e freguesia em 1773); outras foram criadas a partir de assentamentos espontâneos, como Viamão (1747), Triunfo (1756) e Vacaria (1768); outras, ainda, criadas a partir de aldeamentos indígenas, a saber: Estreito (1761) e Nossa Senhora dos Anjos (1773). Ao todo, durante o século

erguida com a intenção de arranchar casais de açorianos e sua presença às margens do rio de mesmo nome e já pode ser verificada pelo rol de Confessados de Triunfo, em 1758, documento no qual consta arrolamento de famílias entre os rios Caí e Taquari: “nesta lista, a de casais, constam trinta e três famílias, sendo que algumas já possuíam escravos”¹⁵⁸.

A segunda forma de dispersão açoriana pelas localidades do Continente de Rio Grande de São Pedro deu-se, justamente, pela rota traçada por Gomes Freire para chegar às Missões, através da Expedição Demarcadora dos Limites. O contingente açoriano desembarcado em Rio Grande seria levado até as Missões para o povoamento da região. Conforme um Bando emitido por Gomes Freire de Andrade, a toda pessoa que quisesse, com ou sem familiares, deslocar-se para a região seria concedido:

[...] o mesmo mantimento, subsistência, ferramenta e mais conveniências que o dito Senhor [o rei] tem dado aos ditos casais que se mandou tirar nas Ilhas e ao presente estão na de Santa Catarina, dando-se-lhes maior número de gados e éguas que a estes na dita ilha são permitidos¹⁵⁹.

As informações contidas nesse Bando foram lidas nas praças de São Paulo, Santos e Paranaguá, para que os moradores das ditas regiões ficassem informados e, caso quisessem, poderiam participar do povoamento. Conforme Cleusa Graebin, “não se sabe quantas famílias ou pessoas livres acorreram ao Bando de Gomes Freire, mas, no ano de 1753, vamos encontrá-lo em pleno processo de demarcação dos limites”¹⁶⁰.

Somado ao contingente desembarcado no porto de Rio Grande a partir de 1750, alguns açorianos haviam chegado à região de outras maneiras, como o serviço militar ou vindos da Colônia do Sacramento. Mateus Simões Pires, açoriano da ilha Terceira, que provavelmente migrou durante a década de 1740 para a Colônia do Sacramento onde vivia uma de suas irmãs, optou pelo deslocamento junto às tropas de Gomes Freire¹⁶¹. É possível que Mateus tenha visto uma possibilidade de inserir-se enquanto comerciante no futuro povoado que seria instalado nas Missões, pois o mesmo já desenvolvia atividades ligadas ao comércio¹⁶².

XVIII, foram criadas dezesseis freguesias no Continente de Rio Grande de São Pedro, atendendo a diversos interesses da Coroa portuguesa (OSÓRIO, 2015, op. cit.)

¹⁵⁸ ROSA, 2017, op. cit., p. 41. A respeito da presença açoriana na freguesia de Taquari, ver ROSA, Cibele Caroline da. Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (sul da América portuguesa, 1750-1800). *Aedos*, Porto Alegre, v.10, n.22, 2018.

¹⁵⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, 50, *Anais* [...].Biblioteca Nacional, p. 238.

¹⁶⁰ GRAEBIN, 2004, op. cit., p. 130.

¹⁶¹ MACHADO, Cesar Pires. *Simões Pires*: revisão bibliográfica e documental. Porto Alegre: Edigal, 2013.

¹⁶² ROSA, Cibele Caroline. Nas lentes do microscópio: estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no sul da América portuguesa a partir da trajetória do casal Simões Pires (Rio Pardo, segunda metade

Mateus Simões Pires casou-se com outra açoriana também natural da Ilha Terceira, Catarina Inácia da Purificação, essa deslocada junto com sua família, a partir da Provisão de 1747. Os pais de Catarina, Manuel Gonçalves Mancebo e Águeda Maria, eram casais de sua Majestade, nomeação dada àqueles que se deslocaram regidos pela referida Provisão. Assentos paroquiais da freguesia de São Pedro indicam que o casal Gonçalves Mancebo permaneceu, pelo menos entre 1754 e 1761, em Rio Grande e provavelmente tenha se deslocado, ainda no início da década de 1760, para Rio Pardo, onde Mateus e Catarina já se encontravam estabelecidos¹⁶³.

A exemplo de Mateus Simões Pires e Catarina Inácia, um casal de açorianos formado no Continente e chegados em Rio Grande de maneiras diferentes, muitos outros casais assim foram formados. O casal Caetano José Neto e Catarina de Jesus, ambos açorianos nascidos na Ilha Graciosa, formou-se, também, no Continente. Conforme os depoimentos nos Autos de Justificação do Matrimônio, Caetano José Neto saíra da ilha Graciosa aos oito anos, migrando para a Ilha Terceira e em seguida deslocando-se para o Rio de Janeiro, “e sempre andara navegando pela Costa deste Brasil sem fazer assistência em porto vila ou cidade alguma”¹⁶⁴. A noiva, por sua vez, “de sua pátria saíra na companhia de seus pais alistados por casais que sua Majestade manda para Missões”¹⁶⁵. É possível que o casal tenha contraído o matrimônio nos Campos de Viamão e, após a tentativa frustrada de domínio das Missões por Gomes Freire, fora instalado em Taquari, onde o inventário de Caetano José Neto fora aberto em 1795¹⁶⁶.

Depoimentos como o registrado nos Autos de Justificação do Matrimônio de Caetano José Neto e Teresa de Jesus, assim como os dados levantados sobre Mateus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação¹⁶⁷ demonstram a complexidade do grupo de açorianos chegado ao Continente de Rio de São Pedro a partir do porto de Rio Grande. Parte desse grupo deslocou-se junto à Expedição Demarcadora dos Limites, com o intuito de arrancar-se nos campos missioneiros. O trajeto, iniciado logo após a chegada do governador do Rio de Janeiro à Rio Grande em 1752, contou com a presença de muitos açorianos, que foram transladados

do século XVIII). *In*: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines. **Variações da Micro-História no Brasil**: temas, abordagens e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2019.

¹⁶³ ACMPOA. A trajetória de Mateus e Catarina Inácia, assim como de seus familiares, será retomada nos próximos capítulos, aprofundando algumas questões. Agradeço à gentileza da Dra. Rachel Marques em me ceder os dados do casal Gonçalves Mancebo referentes à sua estadia em Rio Grande.

¹⁶⁴ ACMPOA. AJM, 1754/2, Caetano Jose Neto e Teresa de Jesus.

¹⁶⁵ ACMPOA. AJM, 1754/2, Caetano Jose Neto e Teresa de Jesus.

¹⁶⁶ ROSA, 2017, op. cit.

¹⁶⁷ ROSA, 2019, op. cit.

para o porto de Viamão, onde seriam transportados, via Rio Jacuí, até o forte de Rio Pardo e depois para as Missões¹⁶⁸.

Não obstante, o levante indígena nas Reduções dos Sete Povos, que se recusavam transmigrar para a margem oposta do rio Uruguai, alterou os planos da Coroa portuguesa. Em quatro dos sete povoados houve resistência, quais sejam: Santo Ângelo, São Lourenço, São Miguel e São Nicolau, o que gerou inúmeros conflitos entre os indígenas, de um lado, e os exércitos ibéricos de outro, deflagrando a Guerra Guaranítica, entre 1753 e 1756¹⁶⁹.

Juntamente à Expedição Demarcadora dos Limites, alguns casais de açorianos foram instalados próximo ao forte Jesus-Maria-Jose de Rio Pardo. Ao total foram 22 casais arranchados, e as ordens para o Capitão do Regimento de Dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto, era de que se instalassem esses casais das ilhas na região, onde foram acomodados entre dois arroios, que se denominavam do Couto e do Diogo Trilha, num espaço de duas léguas¹⁷⁰.

O conflito com os indígenas missioneiros e a consequente instalação de açorianos e outros povoadores motivou o estabelecimento de uma freguesia. Juntamente à fortaleza erguida em 1751, no ano de 1762 fora criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Antes da criação da freguesia, os primeiros assentos paroquiais registrados pelo padre Faustino Antonio da Silveira de Santo Alberto iniciam-se em 1755, na então denominada igreja “Jesus Maria Jose da Expedição de Rio Pardo”¹⁷¹.

A conjuntura conflituosa, ora entre as Coroas ibéricas, ora entre as forças portuguesas e espanholas de um lado e a resistência indígena de outro, mostra um cenário conturbado e de intenso movimento no Continente de Rio Grande de São Pedro. Cleusa Graebin considerou que nesse momento se configurou uma “vida em trânsito” de muitos dos açorianos, forçando aqueles migrados das Ilhas a gerir novas formas de sobrevivência pelos caminhos do Rio Grande. No entanto, acredita-se que o aspecto de uma *vida em trânsito* deva ser considerado a todos aqueles que, por algum motivo, encontravam-se no então Continente de Rio Grande de São Pedro em meados do século XVIII, principalmente às classes menos abastadas, que sofriam com os mandos e desmandos das autoridades lusitanas.

¹⁶⁸GRAEBIN, 2004, op. cit.; COMISSOLI, 2009, op. cit.; ROSA, 2017, op. cit.

¹⁶⁹RIBEIRO, 2017, op. cit.

¹⁷⁰GRAEBIN, 2004, op. cit.

¹⁷¹ACMPOA. **Livro de registros de matrimônios da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.** 1759 – 1760.

2.3 Dos caminhos do Rio Grande de São Pedro ao estabelecimento em Rio Pardo

Em 1755, a população residente no forte de Rio Pardo recebeu um pároco para a realização dos sacramentos católicos na edificada igreja da Expedição do Rio Pardo. No primeiro ano em que houve casamentos no local, com assentos entre janeiro de 1759 e agosto de 1760, constam 22 registros de uniões matrimoniais. Deles, do total de nove registros em que o noivo é açoriano, em todos a noiva também o é, com origem diversificada da Ilha de nascimento:

Tabela2 – Casamentos entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo entre 1759 e 1760

Noivo	Origem	Noiva	Origem
Francisco Gomes Carvalho	Açores, Santa Maria	Francisca da Rosa	Açores, Pico
Antônio Severo	Açores, São Jorge	Rosa de Santa Clara	Açores, s/r
Manuel de Bitencurt	Açores, Graciosa	Jacinta Rosa	Açores, s/r
Pedro Machado	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, Faial
Jose Albernaz	Açores, Faial	Rosa Maria de Belém	Açores, Faial
Jorge de Souza Nunes	Açores, São Jorge	Francisca dos Anjos	Açores, Santa Maria
Mateus Pereira	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, s/r
Andre da Silva	Açores, São Jorge	Maria de Jesus	Açores, São Jorge
Manuel Jose de Meneses	Açores, Santa Maria	Mariana dos Anjos	Açores, Terceira

Fonte: ACMPOA. Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1759-1760. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Das ilhas informadas pelos nubentes como seu local de nascimento, apenas a Ilha de Santa Maria não pertence ao grupo central do Arquipélago, sendo a mais próxima do continente europeu e da costa africana. As demais – Terceira, São Jorge, Faial, Pico e Graciosa – são próximas umas das outras e formam a parte central do arquipélago. Dessa forma, acredita-se que havia uma rede de contato – se não forte, ao menos sinaliza sua existência – entre os contraentes do matrimônio. Esses laços podem ter sido reforçados durante a estadia em outras localidades da América portuguesa, como o desembarque na Ilha de Santa Catarina ou na vila de Rio Grande.

O Auto de Justificativa do Matrimônio de José Albernaz e Rosa Maria de Belém pode apontar alguns dos caminhos pelos quais os casais de noivos açorianos passaram antes do

estabelecimento em Rio Pardo¹⁷². Conforme testemunho do noivo, o mesmo saíra da Ilha do Faial com a idade de onze anos, na companhia de seus pais, para o povoamento da Ilha de Santa Catarina e ficou pouco tempo no local, pois “logo se embarcaram para a vila do Rio Grande” onde residiu em torno de um ano e fora alistado como soldado para o reconhecimento e povoamento das Missões e na “dita fortaleza [Rio Pardo] esta morador há dois anos”¹⁷³. Rosa Maria de Belém, por sua vez, saíra da mesma ilha do marido aos oito anos de idade acompanhada de sua família, também com o intuito de povoar a Ilha de Santa Catarina e pouco tempo depois embarcou para a Vila de Rio Grande “aonde [...] um ano e nesse tempo vieram embarcados para o porto dos casais de Viamão e daí para Rio Pardo a melhor de seis anos vivendo na companhia de seu pai”¹⁷⁴.

A saída da terra natal – Faial –, o desembarque em Santa Catarina e logo depois a movimentação para a vila de Rio Grande com o intuito de povoamento das Missões a partir do Tratado de Madri de 1750, além da estadia em Viamão de Rosa Maria demonstram a intensa movimentação do casal até o estabelecimento dos mesmos no então forte de Rio Pardo. Essas movimentações de açorianos pelas freguesias do Continente de Rio Grande de São Pedro são verificáveis nas fontes, e corroboram nos questionamentos acerca da ideia de uma população colonial estática, que não se movimentou durante o período em questão.

Nos registros em que ambos os contraentes são de origem açoriana, a distinção “casal das ilhas” é informada no assento. Essa distinção provavelmente tenha sido dada pelo pároco, devido à resolução de 1749, que concedia os mesmos direitos aos casais formados nas freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro nos primeiros anos após a chegada dos casais açorianos regidos pelo Editó Régio de 1747. O grau de endogamia, portanto, pode ter se configurado como uma estratégia na tentativa de angariar as mesmas promessas oferecidas aos casais de sua Majestade¹⁷⁵.

Em dados levantados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão entre 1747 e 1759, Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott indicam um acréscimo significável no número de casamentos na região, principalmente após a chegada de casais açorianos. Destacam os historiadores que “curioso é verificar também que desses onze assentos, registrados entre [...] 1753 e 1757, praticamente todos eles se dão entre noivos e noivas

¹⁷²ACMPOA. AJM, 1760/12, José Albernaz e Rosa Maria de Belém.

¹⁷³Ibidem.

¹⁷⁴Ibidem.

¹⁷⁵ Esse tema será retornado no próximo capítulo. Os termos “casal de Rey” ou “casal de sua Majestade” referem-se àqueles casais de povoadores açorianos que migraram para a ilha de Santa Catarina e depois para o Continente de Rio Grande de São Pedro regidos pelo Edital de 1747.

naturais dos Açores, à exceção de um, em que a noiva é natural de Laguna (e para a qual não foi indicada a naturalidade dos pais)”¹⁷⁶.

Contudo, a presença açoriana na região de Rio Pardo não se referia apenas àqueles que migraram na condição de casal de sua Majestade a partir de 1747. O deslocamento de açorianos em terras americanas também se deu de forma espontânea ou clandestina e ainda como componentes das tropas militares que visavam à proteção das terras conquistadas frente ao império espanhol. A identificação de cada uma dessas formas é dificultada pela falta de informações contidas nas fontes consultadas e pela inexistência de um registro de entrada de migrantes no período¹⁷⁷.

Em 24 de abril, o padre Faustino Antonio de Santo Alberto e Silva registrou, como primeiro batismo, o nascimento de Isidoro, filho de pais açorianos, citado no início do capítulo¹⁷⁸. No mesmo livro de batismos constam informações referentes aos nomes dos pais, local de origem, bem como o nome dos padrinhos, num total de 263 batizados, entre livres, cativos e forros entre abril de 1755 e abril de 1761¹⁷⁹.

Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no ato do registro do batismo, o pároco deveria informar o nome do batizando, dos pais do mesmo e de seus padrinhos¹⁸⁰. Apesar disso, observa-se com recorrência que além das informações obrigatórias que deveriam ser anotadas pelos vigários, outros dados da vida daqueles indivíduos eram contabilizados, como nome e local de nascimento dos pais da criança, nome dos avós paternos e maternos, bem como, em muitos casos, a origem dos avós. Essas informações eram, geralmente, depositadas sobre a população livre. Sobre os escravizados, informava-se o nome dos pais da criança, quando ela era nascida na freguesia e sobre o batizado de adulto, e, em raros casos, eram informados o nome dos pais do mesmo, sem informações adicionais¹⁸¹.

¹⁷⁶SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casais Del Rei no Rio Grande de São Pedro oitocentista: um olhar através dos registros paroquiais. *In.*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2013, p. 10.

¹⁷⁷ Em alguns casos, a partir do cruzamento nominativo ou por informações em documentos, é possível reconhecer a forma de deslocamento.

¹⁷⁸AHCMPA. **Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo**. 1755-1761.

¹⁷⁹AHCMPA. **Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo**. 1755-1761.

¹⁸⁰DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

¹⁸¹A dificuldade em tecer informações a respeito da vida da população escravizada pode ser vista em Petiz (2009), que realizou um estudo sobre estratégias de famílias escravizadas em Rio Pardo durante a segunda metade do século XVIII. PETIZ, Silmei de Sant’Ana. **Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. 2009. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

Do total de 263 batismos registrados no livro de batismos iniciado em 1755 e finalizado em 1761, em torno de 40% dos batizados possuem alguma vinculação paterna com as Ilhas dos Açores. Optou-se pelo referencial paterno, nesse caso, pois o homem apresentava-se enquanto cabeça de casal¹⁸²:

Tabela 3 – Ilha de nascimento dos pais de batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1755 e 1761¹⁸³

Ilha de nascimento do pai	Número
Ilha do Faial	26
Ilha de Santa Maria	4
Ilha Graciosa	1
Ilha de São Jorge	29
Ilha de São Miguel	5
Ilha do Pico	18
Ilha Terceira	22
Total	105

Fonte: Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Abril de 1755 e abril de 1761. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Esses dados (Tabela 3) demonstram a presença açoriana já nos primeiros anos de construção da freguesia¹⁸⁴ e apontam para uma heterogeneidade no que se refere à Ilha de nascimento, pois apenas duas das nove ilhas não constam como referência em naturalidade, a saber, Flores e Corvo, ambas mais afastadas do Continente europeu e com uma menor população no século XVIII, como referido anteriormente. As Ilhas de São Jorge e Faial, ambas localizadas na parte central do arquipélago, se destacam concentrando quase metade dos assentos paroquiais, o que pode indicar uma propensão de pessoas que já se conheciam na ilha de nascimento a migrar para a mesma região.

¹⁸²Cabe destacar que nem todos os casais eram liderados por homens, na América portuguesa. Contudo, no livro de registros de batismo analisado, não há nenhum caso de mãe de origem açoriana que tenha batizado um filho com “pai incógnito”.

¹⁸³Destaca-se a opção pela contagem por batismo, não por casal. Sendo assim, é possível que um casal tenha batizado mais que uma criança entre os anos de 1755 e 1761. São números completos.

¹⁸⁴ O segundo maior grupo de pessoas as quais compartilhavam uma origem em comum são os indígenas guarani das Missões. No total, são 51 batismos em que apontam a origem do pai nas Missões. Conforme Max Ribeiro, os inúmeros registros de pais guarani das missões em Rio Pardo são reflexos das 700 famílias que acompanharam as tropas até o forte. “Segundo relatos de militares portugueses, compilados por José Custódio de Sá e Faria, engenheiro das tropas lusitanas, 700 famílias guaranis, em 1757, acompanharam as tropas até o forte Jesus, Maria, José, construído às margens do rio Jacuí, sendo o embrião da Freguesia, hoje município de Rio Pardo.” RIBEIRO, 2017, op. cit., p. 17.

Referente às mães de batizados na freguesia, os números apresentam-se mais diversificados: dos 134 registros em que consta a origem materna em uma das ilhas do Arquipélago, 75% possuem o cônjuge de origem açoriana, enquanto que 10% possuem um marido de origem portuguesa e outros 15% de outras regiões da América lusa, como os bispados de São Paulo e Bahia ou da Colônia do Sacramento. Esses números assinalam para uma maior heterogeneidade quando a mãe é de origem açoriana. No livro de registros de matrimônios entre 1759 e 1760, além das nove noivas de origem ilhota as quais se casaram com homens açorianos, cinco noivas açorianas contraíram o sacramento do matrimônio com homens de outras localidades do império português:

Tabela 4 – Casamentos entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo entre 1759 e 1760

Noivo	Origem	Noiva	Origem
Francisco de Martins Vital (casal das ilhas)	PT, Lisboa	Maria Machado de Jesus	Açores, São Jorge
Manuel de Freitas (casal das ilhas)	Ilha da Madeira, Funchal	Maria dos Nascimento	Açores, Terceira
João Caetano de Mores (casal das ilhas)	PT, s/r	Quiteria de Brum	Açores, Faial
Francisco de Oliveira Pinto	BR, Rio de Janeiro	Antonia Maria do Nascimento	Açores, s/r
José de Borba (casal das ilhas)	BR, Santa Catarina	Maria dos Espirito Santo	Açores, Terceira
Manuel Francisco Braga	PT, Braga	Sebastiana das Candeias	Açores, Terceira

Fonte: ACMPOA. Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1759-1760. Arquivo da Cúria Metropolitana.

As garantias do Edital de 1747 foram estendidas aos moradores da Ilha da Madeira que dispusessem a migrar para o sul da América portuguesa. Nesse sentido, acredita-se que a família de Manuel de Freitas, nascido no Funchal, tenha migrado na condição de casal. O caso de João Caetano de Moraes, nascido em Portugal e com a distinção de “casal das ilhas” dada pelo pároco pode revelar aspectos desse mercado matrimonial e estratégias de inserção de reinóis com noivas açorianas. Conforme o Auto de Justificativa de Matrimônio do casal, João Caetano saíra de Portugal em virtude do falecimento de seus pais, ainda criança, com oito

anos de idade¹⁸⁵. Navegou pelos mares dos continentes europeu, africano e americano e por fim optou pela estadia na Vila de Rio Grande por um ano, antes de embarcar, em 1757, para a fortaleza de Rio Pardo. É possível, então, que a noiva Quiteria de Brum, filha de casais, tenha gerado uma atratividade para o reinol. Conforme Ana Scott e Dario Scott, ao estudar Viamão:

Bem, pode-se argumentar que o mercado matrimonial se viu “muito agitado” com a entrada dessas mulheres... Mais do que serem brancas, vindas de Portugal Insular (um *capital simbólico* muito apreciado), elas “teoricamente” seriam muito atraentes aos candidatos a “marido” também por conta do “enxoval” que poderiam dispor, como mulheres vinculadas aos “casais del rei”, como muitos foram identificados nos assentos de casamento daquela freguesia¹⁸⁶.

Considerando-se a área em formação na qual a região de Rio Pardo apresentava em meados do século XVIII e continuou apresentando até finais do século, acredita-se que os casamentos de mulheres açorianas com homens de outras regiões deram-se, também, pelo fato de que a região poderia ser explorada, ativando as intenções de homens que se deslocavam para Rio Pardo em busca de melhores condições de vida, bem como militares que se moviam entre as tropas de Gomes Freire Andrade. Esses homens vislumbravam nas mulheres açorianas, brancas e cristãs, a possibilidade do casamento. Martha Hameister, em um estudo sobre a população de Rio Grande entre os anos de 1738 e 1763, havia apontado uma mudança no mercado matrimonial da freguesia a partir do desembarque de filhas de açorianos, mobilizando novas redes matrimoniais¹⁸⁷.

Os açorianos Jerônimo Machado e Maria Santa se casaram, provavelmente, em Rio Grande ou nos campos de Viamão, entre os anos de 1753 e 1755¹⁸⁸. Como havia a necessidade de se provar a aptidão para o casamento, em 1753 foi movido o processo de banhos e dispensa de impedimentos matrimoniais. Conforme o Auto de Justificação do Matrimônio, Maria Santa, natural da ilha de São Jorge¹⁸⁹ filha de Antonio Machado e Antônia da Silveira, fazia

¹⁸⁵ACMPOAAJM. 1759/13, João Caetano de Moraes e Quiteria de Brum.

¹⁸⁶SCOTT; SCOTT, 2013, op. cit., p. 10, grifo dos autores.

¹⁸⁷HAMEISTER, 2006, op. cit.

¹⁸⁸A fonte consultada em que consta tal informação é o Auto de Justificativa do Matrimônio do casal. Nela, entretanto, não há informação do local de contração de matrimônio dos nubentes. Acredita-se que tenha sido uma das duas localidades, pois Jerônimo, como demonstrado a seguir, fora marinheiro entre os portos de Rio Grande e Viamão.

¹⁸⁹A informação da localidade de nascimento da nubente não consta nos autos de Justificação do Matrimônio. A informação foi alcançada a partir do cruzamento nominativo de fontes, nesse caso, os registros paroquiais de batismo. No livro de assentos paroquiais da Igreja da Expedição Jesus-Maria-José de Rio Pardo consta a informação no registro de batismo de José, filho do casal: “[...] José filho legítimo de Jerônimo Machado e sua mulher, Maria Santa natural da ilha de São Jorge”. ACMPOA. **Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo**. 1755-1763.fl 18v.

parte “dos casais que sua Majestade manda para as novas povoações de Missões”¹⁹⁰. Jerônimo, por sua vez, traçou um caminho diferente; ele “de sua pátria saírafugido da casa de seus pais para o Brasil com a idade de nove anos e sempre andara pelo Rio Grande”, conforme testemunho próprio¹⁹¹. Como faria Jerônimo Machado, que saíra de sua terra natal, a Ilha do Faial, ainda criança, fugido de casa, e “sempre andara pelo Rio Grande e embarcado para este Viamão aonde haverá 16 anos [...] navegando nas embarcações del Rey e em outras de particulares com o ofício de marinheiro”¹⁹².

A solução para o imbróglio encontrada por Jerônimo Machado, assim como por muitos outros nubentes da América portuguesa, foi o testemunho de terceiros, pessoas tidas como “fidedignas e residentes”¹⁹³. O testemunho, então, passava a soar como a comprovação daquilo que necessitavam os noivos. Essa flexibilidade da Igreja Católica em aceitar o testemunho de terceiros para a comprovação das exigências do matrimônio pode assinalar, através dos relatos das testemunhas, possíveis redes e alguns dos circuitos migratórios pelo Continente de Rio Grande de São Pedro, além de apontar a complexidade do deslocamento açoriano.

Jerônimo Machado optou pelo convite a três testemunhas para comprovar sua situação legal frente à Igreja, em 1753. O reinol José Ferreira de Andrade, marinheiro com 33 anos de idade e solteiro, disse que sempre andara “junto com o justificante [Jerônimo] na carreira Rio Grande – Viamão no serviço do Rey e em outras embarcações particulares” há cerca de quinze anos. Se considerar a informação contida no Auto de Justificação do Matrimônio, Jerônimo Machado possuía aproximadamente 25 anos em 1753, e se José Ferreira de Andrade o conhecia há quinze anos. Pode-se concluir, pelo relato da testemunha, que ambos se conheceram logo após a chegada de Jerônimo Machado na América, ou durante a viagem.

As duas outras testemunhas elencadas por Jerônimo Machado foram ilhéus. O sargento João da Silveira George, de 40 anos, natural da mesma ilha que o nubente, se disse “dos casais que sua Majestade manda para as novas povoações das Missões”, e por isso conhecer Jerônimo desde “a pátria, por serem lá vizinhos”¹⁹⁴ e por ter amizade com os pais do justificante. A terceira testemunha, o terceirense Simão Dias Gonçalves, de 37 anos,

¹⁹⁰ACMPOA. AJM, 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

¹⁹¹ACMPOA. AJM. 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

¹⁹²Ibid.

¹⁹³Ibidem, p. 59.

¹⁹⁴ ACMPOA. AJM, 1753/20, Testemunha de Jerônimo Machado e Maria Santa.

também migrando na qualidade de casal, disse conhecer Jerônimo desde jovem e possuir “conhecimento dos pais do justificante”¹⁹⁵.

A escolha das três testemunhas realizada por Jerônimo, que tinham o dever de *substituir* os documentos necessários para o casamento, como o registro de batismo - no caso de João da Silveira George - ou então comprovar as andanças e atividades do nubente pelo Continente de Rio Grande de São Pedro, no caso de José Ferreira Andrade e Simão Dias Gonçalves, foi condicionada pelo fato de Jerônimo conhecer as testemunhas há muito tempo. Isto é, no momento em que Jerônimo necessitou comprovação de sua situação, optou por um testemunho de longa data, demonstrando uma rede de relações continuada e reforçada em alguns momentos, como no casamento.

Acredita-se que, dessa forma, a escolha das testemunhas não tenha sido ao acaso e que a estratégia de Jerônimo, em lançar mão de depoimentos de conhecidos de longa data possa significar, para uma sociedade com características do Antigo Regime, uma maior veracidade. As três testemunhas também relataram parte da experiência migratória de Jerônimo. Fugido da casa dos pais ainda jovem¹⁹⁶, como o mesmo relatou, Jerônimo chegou ao Brasil e em seguida passou a trabalhar em embarcações entre os portos de Rio Grande e Viamão, como depôs seu companheiro de viagem, José Ferreira de Andrade. É provável que as promessas da Coroa portuguesa, quanto aos novos casamentos entre ilhéus no Continente de Rio Grande de São Pedro, tenha motivado a união com uma conterrânea sua, natural da ilha vizinha, São Jorge, e filha de casal, pois as obrigações da Provisão de 1747 seriam estendidas aos filhos dos casais¹⁹⁷.

A primeira referência ao casal em registros paroquiais em Rio Pardo data de 26 de setembro de 1757, no batismo do filho José. Na ocasião, o compadrio fora realizado com o capitão José da Silveira Bitencurt e dona Maria Eulália. É plausível que o casal tenha se instalado em Rio Pardo vivido na região até o falecimento, fazendo parte, portanto, da sociedade rio-pardense. Cerca de três décadas depois da chegada da instalação do casal no mencionado lugar, constam batizados de netos de Jerônimo Machado e Maria Santa. O batismo dos netos, assentados no livro de registros de batismos da freguesia entre 1783 e 1789, filhos do tenente Joaquim Severo Fialho de Mendonça, natural da Vila de Caldas, em

¹⁹⁵ ACMPOA, AJM, 1753/20, Testemunha de Jerônimo Machado e Maria Santa.

¹⁹⁶ Não se sabe se esse “fugido” possui o mesmo significado dos dias atuais ou se Jerônimo apenas tenha saído de forma repentina da ilha.

¹⁹⁷ QUEIROZ, 1989, op. cit..

Portugal e Brigida Joaquina, filha de Jerônimo e Maria Santa, nascida na freguesia¹⁹⁸, representam uma continuidade da família em Rio Pardo, bem como a agregação de um terceiro, vindo de Portugal, para a região.

Entre julho de 1783 e maio de 1789, foram realizados 1.186 batismos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, um número considerável se comparado com os 263 batismos entre 1755 e 1761. Na maioria dos assentos do livro, no que diz respeito à população liberta, constam informações a respeito do nome do batizado, nome e local de nascimento dos pais, nome e local de nascimento dos avós e nome dos padrinhos. O registro do nome e local de nascimento dos avós – desnecessários conforme as *Constituições do Arcebispado da Bahia* – apresentam-se como um dado relevante nessa pesquisa quanto à mobilidade espacial de açorianos pelo Continente de Rio Grande de São Pedro. É a partir dessa fonte que se podem estabelecer algumas considerações a respeito das mobilidades de açorianos pelas freguesias de São Pedro de Rio Grande e sua movimentação interna, desencadeadas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Do total de 1.186 batismos, 949 são de população livre. Desses 949, 320 batismos apresentam o avô paterno de origem açoriana. Dos 320 batismos em que consta a presença do avô paterno de origem açoriana, 45% (143 batismos) possuem também o pai do batizado de origem em uma das Ilhas. A esposa tinha uma origem variada:

Tabela 5 – Origem das esposas de pais açorianos que batizaram filhos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1783 e 1789

Origem	Número	Percentual	
Açores	39	28%	
Santa Catarina	7	5%	
Missões	3	2%	
Sem Referência	2	1,4%	
Continente do Rio Grande de São Pedro	92	63,6%	
	Freg.		n°
	Rio G.		27
	Rio P.		43
	Viam.		13
	PoA		1

¹⁹⁸O assento de Brigida não foi encontrado dentre os registros de batismos da freguesia. Acredita-se que Brigida tenha nascido entre os anos de 1763 e 1772, período em que os livros de registro de batismo constam estar desaparecidos.

	Trif.	6	
	Taq	2	
Total	143		100%

Fonte: ACMPOA. **Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.** 1783 e 1789.

Dos 143 batismos os quais apresentam pai e avó paternos com origem no arquipélago, 28% são casados com mulheres também naturais dos Açores. Nesse caso, é possível que os casamentos foram realizados nas ilhas e migraram na condição de casal, ou ainda, casaram-se após o processo migratório, migrando solteiros com suas famílias.

Esses casamentos podem significar um reflexo das promessas da Coroa portuguesa sobre os casais de açorianos formados no Continente de Rio Grande de São Pedro, como avaliado anteriormente. Os casamentos entre pais açorianos e mães de outras localidades, em sua grande maioria do Continente de Rio Grande de São Pedro, representam a grande parcela das uniões. A origem dos pais da noiva, em 68% dos casamentos entre pai açoriano e mãe de origem no Continente, é de uma das nove ilhas do arquipélago. Essas freguesias – Rio Grande, Viamão, Porto Alegre, Triunfo e Taquari – são localidades as quais receberam população migrante dos Açores¹⁹⁹.

Os outros batismos com avós paternos das ilhas apresentam pais de origem variada. No total são 177 batismos, no quais os pais são naturais de Santa Catarina (22), Rio de Janeiro (1), Uruguai (1) e do Continente do Rio Grande de São Pedro (133), além de 16 batismos nos quais não há informação sobre o local de nascimento do pai do batizado. No que se refere à naturalidade materna, as mães são todas de origem açoriana ou então do Continente.

Esses números assinalam para uma destacada mobilidade interna de açorianos no Continente do Rio Grande de São Pedro, bem como de outros locais da América lusa. Sheila de Castro Faria, na obra *A colônia em movimento*²⁰⁰, apontou para uma flexibilidade das concepções históricas hierarquizantes e imóveis a respeito da vida na colônia brasileira. Ao estudar a região dos Campos dos Goytacazes, a historiadora verificou, dentre outras conclusões, um intenso movimento migratório entre forros, respeitando estratégias e decisões previamente pensadas por essa população.

As fontes apresentam uma sociedade colonial complexa o bastante para que se questione a estaticidade defendida por algumas concepções historiográficas. João Frago,so,

¹⁹⁹ROSA, 2017, op. cit.

²⁰⁰FARIA, 1998, op. cit.

inspirado nos estudos de Antonio Manuel Hespanha a respeito da abrangência dos domínios da Coroa portuguesa, demonstrou uma sociedade que, apesar dos fortes graus de hierarquia, possuía níveis de autonomia²⁰¹. De acordo com o referido autor, essa monarquia “pré-Leviatã” ainda não impunha um sentido total à sociedade, pois “sua autoridade não se materializava plenamente por meio de exércitos e burocracias”, isso porque “havia autonomia dos poderes locais”²⁰². Essa economia do bem comum²⁰³, baseada em trocas clientelares, concessões de mercês e emolumentos pela Coroa, era a base da vida social na colônia.

Isso não significa que não houvesse um controle por parte da Coroa sobre sua população. A grande massa de açorianos que se deslocou para o povoamento do meridional da América portuguesa estava regida sobre a Provisão de 1747²⁰⁴. Destaca Susana Goulart Costa, que essa “era uma emigração controlada pelo Estado, pois a população era considerada como sua principal riqueza”, tendo em vista a grande quantidade de possessões portuguesas no além-mar (América, África e Ásia) e a pouca população disposta a colonizá-la²⁰⁵. Significa que mesmo dentro de um controle exercido pela Coroa, uma monarquia corporativa²⁰⁶, essas pessoas conseguiram se mobilizar dentro de um leque de possibilidades, aproveitando-se de brechas nos sistemas normativos, exercendo estratégias de mobilidade espacial e obedecendo a decisões previamente elaboradas.

Manuel Correa da Silveira, natural da freguesia da Lagoa da ilha de Santa Catarina era filho de um casal de açorianos naturais da Ilha Graciosa, Antonio Correa da Silveira e Barbara Maria. Batizou seu filho, Marcelino, na igreja de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardoem 1788. A esposa de Manuel, Lauriana Maria de Jesus, era natural da freguesia de Taquari, e filha de Antonio Machado de Oliveira e Mariana de Jesus, ambos naturais da Ilha de São Jorge. Quatro anos antes do batizado de Marcelino, o pai de Lauriana Maria de Jesus, Antonio Machado de Oliveira, havia declarado, na *Relação de Moradores que tem Campos e Animais no Continente*, possuir uma data de terras que lhe havia sido concedida pela política de casais e viver de suas lavouras²⁰⁷ na freguesia de Taquari. Possuía sessenta cabeças de gado, seis bois, cinco cavalos, vinte éguas e quatro potros, estando entre os proprietários medianos da

²⁰¹FRAGOSO, João. Capita Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁰²Ibidem, p. 251.

²⁰³Ibidem.

²⁰⁴COSTA, 2008, op. cit.

²⁰⁵COSTA, 2008, op. cit., p. 119.

²⁰⁶HESPANHA, 2000, op. cit.

²⁰⁷Para um detalhamento a respeito de açorianos na freguesia de Taquari a partir da relação de moradores, ver ROSA, 2018, op. cit.

região²⁰⁸. É provável que Antonio Machado de Oliveira e Mariana de Jesus viveram até o fim de suas vidas na freguesia de Taquari, devido à sua situação de proprietário de terras e as condições limitantes impostas pelos legisladores portugueses. Diferente de seus pais, Lauriana optou por migrar, juntamente com seu marido, este que realizou um deslocamento maior, advindo de Santa Catarina.

Em 1768, outro morador de Taquari, Antonio Machado Fagundes, desejava mudar-se para Rio Pardo. Como não podia fazê-lo sem autorização do Governador, o súdito solicitou a transferência de uma freguesia para outra justificando que em Rio Pardo o mesmo poderia melhor “granjear sua vida com mais comodidade e poder sustentar a obrigação que tem com sua mulher e filhos”²⁰⁹. A resposta do Governador foi um desestímulo ao suplicante, pois o pedido de se mudar para Rio Pardo havia sido concedido, com a condição de que o mesmo não participasse das futuras doações de datas de terras na localidade.

Fosse no início da construção da freguesia, ainda nas décadas de 1750, ou trinta anos depois, Rio Pardo representava uma possibilidade de mobilidade a muitos dos açorianos migrados das Ilhas dos Açores para os confins meridionais da América portuguesa, os quais enxergavam na localidade possibilidades de melhor gerir suas vidas. Desta forma, inquiriram-se os motivos pelos quais Rio Pardo aparecia como uma possibilidade para essa população migrante com algum vínculo com o arquipélago dos Açores.

A partir da chegada oficial de portugueses nas terras entre o sul de Laguna e a Colônia de Sacramento, com a fundação de um forte em 1737 em Rio Grande, a região que ficou conhecida como Continente do Rio Grande de São Pedro foi espaço de disputas entre as Coroas ibéricas. Essa região pode ser entendida como um todo fronteiro, alvo de conflitos armados e diplomáticos a partir da segunda metade dos setecentos. Helen Osório assinala que a fronteira platina durante o período colonial pode ser entendida como móvel, provisória e incerta²¹⁰, na medida em que não havia “diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária”²¹¹. Além disso, a historiadora considera a fronteira como fruto da produção humana sobre o espaço, e não um dado pronto, marcado por linhas divisórias claras e

²⁰⁸AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, 1784-1787. Códice F1198A. Borradores.

²⁰⁹AHRS. Códice F1243, fl 131,131V, 132.

²¹⁰OSÓRIO, 2007, op. cit.

²¹¹Ibidem, p. 58.

definidas, como apontaram os primeiros estudos acerca da presença ibérica nas terras meridionais americanas²¹².

Mesmo que a resposta da Coroa tenha sido um desestímulo ao suplicante açoriano Antonio Machado Fagundes, e provavelmente tenha sido a outros suplicantes, a imagem que Rio Pardo evocava na visão do súdito era de um lugar onde poderia estabelecer propriedade, plantar e (sobre)viver. Mudar-se para Rio Pardo com o intuito de estabelecer lavouras não estava dentro dos planos do império português, mas provavelmente sim de moradores do Continente. Nesse sentido, é presumível que Rio Pardo tenha sido entendida, pelos residentes no Continente e abrangências, como uma área em franca expansão dos domínios portugueses, principalmente depois da invasão do Governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Cevallos, em 1763, a Rio Grande.

Tiago Gil²¹³ destaca que em finais da década de 1770, Rio Pardo apresentava-se como a fronteira Oeste das possessões portuguesas ao sul da América. Ainda conforme o historiador, a primeira menção à fronteira de Rio Pardo realizada por autoridades portuguesas data do ano de 1768, cinco anos após a invasão de Rio Grande pelos espanhóis. A invasão de Rio Grande por castelhanos em 1763 também pode ter refletido na mobilidade interna de açorianos, os quais foram obrigados a se deslocar para outras freguesias, entre elas a de Rio Pardo²¹⁴.

Conforme Helen Osório, o relativo período de paz estabelecido após a retomada de Rio Grande em 1777 e a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, colocando fim na breve dominação espanhola na Ilha de Santa Catarina, proporcionou um crescimento econômico do Continente, bem como uma expansão das possessões portuguesas²¹⁵. Ao mesmo tempo em que houve um avanço sobre os campos, a terra, na conjuntura de paz, passou a ter seu valor aumentado, representando, entre 1790 e 1810, a maior participação dos bens arrolados em

²¹² Entre esses estudos, pode-se citar a obra de FORTES, Borges. **Os casais açorianos**. 1978. O autor, ligado à corrente luso-brasileira de entendimento do espaço platino, considera que havia uma fronteira clara entre as Coroas ibéricas nas paragens americanas, e que a migração de açorianos serviria, como grande objetivo, para conter o avanço espanhol sobre os campos portugueses. ROSA, Cibele Caroline da. A obra de Borges Fortes e o impacto sobre os estudos da migração açoriana. In: COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS, 2018, São Leopoldo. **Anais[...]**. São Leopoldo: Universidade do Rio dos Sinos, 2018.

²¹³GIL, 2002, op. cit.

²¹⁴ HAMEISTER, 2006, op. cit..A população residente de Rio Grande, fosse ela de origem portuguesa, como reinóis ou ilhéus, bem como indígenas ou escravizados, foram obrigados a deixar suas casas e migrar para outras regiões a partir de 1763. Houve desertores, que preferiram ficar em Rio Grande e tornarem-se súditos do reino espanhol.

²¹⁵OSÓRIO, 2007, op. cit.

inventários abertos durante o mesmo período²¹⁶. Tendo em vista as considerações da historiadora, pode-se ressaltar que o período de paz a partir da década de 1780 pode ter proporcionado uma possibilidade de deslocamento de açorianos pelo Continente ao mesmo tempo em que o acesso a terra se dificultava, pelo valor elevado da mesma.

É nesse cenário que é possível visualizar um espaço de intensa ocupação humana, permeado por disputas, disparidades, estratégias, alianças e litígios, no qual os deslocamentos internos obedeciam a estratégias e decisões previamente pensadas por aqueles mobilizados em migrar, aproveitando-se de brechas nos sistemas normativos, bem como sufocados pelo mesmo. Deslocados em um império Atlântico, as mobilidades internas de açorianos seguiram acontecendo, mesmo depois do estabelecimento em Santa Catarina e posterior deslocamento para o Continente do Rio Grande de São Pedro.

O capítulo procurou expor aspectos da mobilidade açoriana, apresentando alguns dos cenários pelos quais tanto as Ilhas dos Açores quanto o meridional da América portuguesa estavam inseridos. Optou-se por analisar alguns desses cenários tendo em vista as infinitas possibilidades de transferência de moradores do arquipélago açoriano para as paragens sulinas do império português.

Igualmente, buscou demonstrar a presença açoriana nas paragens sulinas a partir da perspectiva dos migrantes, condicionados – e não determinados – pela conjuntura externa, de litígio entre as Coroas ibéricas. O foco desviado das tratativas dos agentes desses Estados absolutistas para as pessoas, que se moviam enquanto súditos da Coroa portuguesa e se entendiam enquanto participantes de uma sociedade corporativa, pode demonstrar que, além das diversas formas de se sair das Ilhas e chegar até o Continente de Rio Grande de São Pedro, algumas estratégias de deslocamento ocorreram através das redes de apoio e amizade, que possivelmente tenham sido formadas ainda no arquipélago. As estratégias de mobilidade espacial e das redes sociais serão também trabalhadas nos capítulos seguintes da presente dissertação.

²¹⁶Conforme Osório (2007, op. cit.), nos períodos de guerra, o bem que aparece com destaque nos inventários era o gado. Devido às instabilidades provocadas pelos litígios, o gado facilmente poderia ser roubado, o que aumentava seu valor.

CAPÍTULO 3 – SOBRE UM MUNDO EM QUE NÃO SE VIVE SOZINHO

Que mundo social e econômico é esse no qual os ilhéus procuram se inserir? Quais pessoas habitavam a região fronteira localizada a Oeste do Continente de Rio Grande de São Pedro? O meridional americano, em meados dos setecentos, era uma área em expansão dos domínios lusos, os quais eram requeridos, frequentemente, por castelhanos. Dentro desse mundo em expansão, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo era também um universo de relações sociais que se desmembravam nas mais diversas esferas da vida humana, como relações econômicas, políticas, clientelares, espirituais, entre outras.

Uma sociedade em que as relações econômicas e sociais imbricavam-se de tal maneira que tornavam aquele mundo complexo e dinâmico frente os olhos de um observador hodierno. Era um mundo que não seguia por si só uma lógica economicista, isso porque, apesar de ser uma sociedade que conhecia o mercado, o mundo colonial brasileiro não se configurava enquanto uma sociedade de mercado, autorregulada, com o objetivo único de troca e comércio²¹⁷. Assim, quando se fala em estratégia de inserção socioeconômica, fala-se, sobretudo, de uma realidade em que essas relações estavam sobrepostas em formas nãoeconômicas, como a política, a justiça, o social e o religioso.

Ao analisar o mundo camponês das pregações exorcistas do padre GiovanBattista Chiesa numa comunidade rural do Piemonte italiano do século XVI, Giovanni Levi considerou que aquela era uma sociedade em busca de segurança²¹⁸. Uma segurança motivada, principalmente, pelo contexto de crise na produção de alimentos, o que causou uma incerteza socioeconômica, originada pela peste negra, juntamente com conjuntura de recentes conflitos na Europa. No entanto, essa não era uma insegurança que paralisava as ações dos sujeitos, mas os colocava em contato direto com estratégias complexas do cotidiano de sobrevivência naquela pequena aldeia localizada no norte da península itálica²¹⁹.

Sabe-se que nem as Ilhas dos Açores e muito menos a região fronteira de Rio Pardo podem ser equiparadas ao mundo rural de Santena. No entanto, acredita-se que o questionamento de Levi, a respeito da busca de segurança por parte dos camponeses, pode ser pensado também para as regiões nas quais os migrantes açorianos foram trasladados. Nos Açores, as crises na produção de cereais, os problemas alimentares e a falta de recursos financeiros, bem como os processos relativos à apreensão fundiária, motivaram muitos dos ilhéus a um processo migratório; na América, a fronteira, fosse ela espacial, étnica ou

²¹⁷ FRAGOSO, 2010, op. cit.

²¹⁸ LEVI, 2000, op. cit.

²¹⁹ Ibidem.

agrária, que Rio Pardo representou durante toda a segunda metade do XVIII, e ainda os conflitos intra-grupo ou com os demais moradores da região, condicionaram esses migrantes a adotar estratégias de inserção na localidade de chegada.

Entende-se que tais contextos não paralisaram a ação dos sujeitos, mas os levaram a pensar em ações de sobrevivência cotidianas, como o deslocamento e a formação de alianças na sociedade de instalação que garantiriam a sobrevivência e o reforço a redes de apoio. Conforme afirma Levi, “O mundo mental no qual teve lugar a pregação de Chiesa era o de uma sociedade à procura de segurança. A melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência”²²⁰. Isso não significa, no entanto, que essas pessoas pensassem a todo o momento em estratégias e possibilidades de inserção. Significa, antes, que tais sujeitos, nas vivências cotidianas, colocavam expectativas, estabelecendo estratégias para tal.

A busca da segurança está ligada a um contexto de mundo hierárquico e desigual²²¹ de um Antigo Regime nos Trópicos²²², acalanhado em relações sociais tanto verticais quanto horizontais. Dentro de uma noção de sociedade com práticas corporativas, também se encontra presente a ideia de uma justiça distributiva, baseada na compreensão de que cada sujeito seria merecedor, devido seu status e qualidade, àquilo que lhe fosse permitido²²³. Uma justiça, conforme Levi, que é aplicada em sociedades com um direito o qual é chamado pelo historiador de “débil”, ou seja, “sistemas jurídicos nos quais predomina a jurisprudência sobre a lei, em oposição à ação de juízes com respeito ao caráter central do poder”, este caracterizado como direito forte²²⁴. Essas características são aplicáveis às sociedades mediterrâneas, nas quais não há uma ação maior do Estado sobre instituições religiosas²²⁵.

Essa justiça distributiva estaria fortemente relacionada aos princípios de equidade, reciprocidade e analogia, sendo uma ideia especialmente vinculada àquela sociedade fortemente desigual e hierárquica²²⁶. Levi, a partir dos escritos do cardeal De Lucca, considerou que a ideia de justiça distributiva parecer-se-ia com uma esfera cuja circunferência era regulada pelo centro; logo, mérito e demérito seriam o centro dessa justiça e a medida

²²⁰LEVI, 2000, op. cit., p. 105.

²²¹HESPANHA, 2000, op. cit.

²²²FRAGOSO, 2010, op. cit..

²²³LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria. **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

²²⁴Ibidem, p. 51.

²²⁵Conforme Levi (op. cit.), considerando-se o contexto europeu de Antigo Regime, apenas a França poderia ser excluída dessa “área mediterrânea”.

²²⁶LEVI, Giovanni, op. cit.; FRAGOSO, 2010, op. cit.

seria a proporção²²⁷. Conforme o historiador, “A lei existe, porém, é distinta para todos, segundo as condições e os méritos. Contudo, requer o rigor da proporcionalidade geométrica”²²⁸.

As nove ilhas que compõe o arquipélago dos Açores faziam parte desse mundo baseado numa “reciprocidade mediterrânea”. Naquele contexto, os sistemas de concessão de terras, as relações estabelecidas na pia batismal ou resultante de um matrimônio, eram afinidades que obedeciam, também, a noções dessa justiça distributiva, que classificava os sujeitos pelas suas qualidades, criando, assim, as diferenciações hierárquicas. O mundo colonial americano também estava inserido dentro dessa lógica, principalmente em função daqueles advindos da Europa. A diferença encontrada aqui é que aos europeus se juntam os grupos indígenas, residentes americanos e grupos de africanos, roubados de suas respectivas pátrias para a escravização nas Américas²²⁹. Esse mundo de relações sociais e econômicas forma a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

A partir do exposto, o capítulo busca averiguar esse mundo no qual os migrantes açorianos estão inseridos, tendo em vista as estruturas sociais e econômicas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Para tanto, delimitou-se três eixos centrais: os matrimônios, as relações de compadrio e acesso a terra/atividades. Na tentativa de tornar o capítulo mais inteligível, optou-se pela divisão do mesmo em duas partes: a primeira diz respeito às relações sociais estabelecidas pelos migrantes açorianos na freguesia em estudo, utilizando-se dos matrimônios e batismos para a análise central; a segunda, averiguou-se o acesso a terra e as atividades econômicas desenvolvidas pelos migrantes na mesma freguesia, tendo como base a Relação de Moradores que possuíam Campos e Animais no Continente e outros documentos que poderiam indicar a posse da terra.

Como referenciado anteriormente, sabe-se que esse é um mundo no qual as divisões sociais e econômicas não são tão visíveis e, muitas vezes, imbricam-se. De forma geral, buscou-se analisar como os migrantes açorianos inseriram-se nessa localidade e ajudaram, ao mesmo tempo, a construí-la.

²²⁷LEVI, Giovanni, op. cit.

²²⁸Ibidem, p. 59.

²²⁹FRAGOSO, João, 2010, op. cit.

PARTE I – DAS RELAÇÕES SOCIAIS

3.1 Sobre firmar laços e alianças: os casamentos de açorianos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo

O matrimônio era considerado um dos sacramentos mais relevantes na vida social do Antigo Regime. A partir dele é que os nubentes apresentavam-se à sociedade, desmembrando-se do seio familiar - ou aglutinando-se ao mesmo -, na expectativa de firmar um novo laço doméstico. Esse era considerado um dos momentos de maior expressão da existência de um sujeito, que adentrava em outra fase do ciclo de vida, repleta de novos significados, afinal, casar-se era o que se esperava de jovens para a formação de novas famílias.

A sociedade estudada, além de desigual e hierárquica, estava fomentada sobre a estrutura socioeconômica da escravidão e de uma fronteira espacial em aberto. Além disso, tem-se a consciência de que não era um mundo em perfeita harmonia, marcado pela ausência de conflitos. Certamente, esse mundo em busca de segurança, com conflitos e estabelecido numa região de constante movimento, de certa forma, aumentava a necessidade de união entre aqueles recém-chegados. Elos de reciprocidade e favorecimento criados - ou a falta deles - poderiam representar parte do sucesso de um casal de migrantes ilhéus para a região, como também contribuir para um possível fracasso.

Quando analisou as estratégias familiares em Santena, Giovanni Levi demonstrou que a família, bem como suas respectivas alianças, era fundamental para garantir a segurança dos indivíduos que nela se agregavam. Nas palavras do autor, “As estruturas familiares, os mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma rede de amizades, vínculos e proteções deviam preencher um quadro que os cálculos estritamente econômicos representavam apenas de maneira parcial ou distorcida”²³⁰.

Ao analisar fontes como registros paroquiais e cartoriais (compras e vendas de terras, testamentos e inventários, dentre outros), Levi concluiu que a busca por segurança alicerçava-se nas alianças com terceiros²³¹. Conforme o autor, apesar das fontes paroquiais como os registros de matrimônio serem pouco discursivas, o cruzamento nominativo realizado pelo autor permitiu acessar um mundo complexo e dinâmico, intrincado em relações sociais que estruturavam comportamentos e retroalimentavam a sociedade camponesa do Piemonte²³².

²³⁰LEVI, 2000, op. cit., p. 96.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem.

As principais fontes utilizadas por historiadores que se dedicam ao estudo das populações residentes na América durante a colonização europeia são os registros paroquiais, inventários e testamentos, e outros documentos como relatórios dos governadores ou relatos de viajantes²³³. Registros de batismo e matrimônio, bem como inventários, são fontes pouco discursivas e realizadas em momentos específicos da vida de cada um, pois são registros que indicam ações – casar-se, batizar um filho, abrir um inventário. Apesar de tais fontes serem apenas momentos decisivos da vida dos sujeitos estudados, elas podem apontar caminhos para o entendimento daquele mundo no qual estavam inseridos.

Embora existam limitações, os mencionados documentos ainda permitem estudar as populações que viveram no Brasil colonial, e nesta pesquisa, a de migrantes açorianos. Mesmo que não revelem, num primeiro momento, uma relação direta, através do cruzamento das fontes, é possível refletir sobre as estratégias de inserção e manutenção dos migrantes numa região de fronteira²³⁴. Isso porque escolha de um futuro marido/esposa, por exemplo, era um ato pensado muito antes de o registro acontecer, fosse por escolha dos noivos ou da família. Afinal, como e quem um(a) migrante escolhe para casar?

Antes de adentrar nos registros paroquiais de matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, acredita-se que uma reflexão a respeito da sociedade e as relações matrimoniais do mundo de partida e chegada desses migrantes açorianos podem contribuir no entendimento da fonte. Essa breve ponderação se dá a partir da instituição do casamento e como a Igreja organizou e tentou controlar a vida social de seus súditos a partir dos documentos oficiais, de ambos os lados do Atlântico.

A vida religiosa no Antigo Regime europeu sofreu modificações a partir do Concílio de Trento, realizado entre os anos de 1545 e 1563 com o intuito de ser uma resposta à Reforma Protestante. De acordo com Denise Freitas, dentre as principais medidas adotadas a respeito do casamento, o Concílio estabelecia a indissolubilidade do laço, assim como a proibição de relações clandestinas, sem as bênçãos da Igreja. Tais resoluções, “mais do que uma resposta ao levante de Lutero, significaram uma importante mudança no comportamento das populações, quanto às relações consensuais”²³⁵, na medida em que reconhecia como união

²³³Como estudos que partem de tais fontes, pode-se citar: HAMEISTER, op. cit.; SCOTT; BERUTE, op. cit.; OSÓRIO, op. cit.; FARIA, op. cit., FRAGOSO, op. cit.

²³⁴É difícil para um historiador visualizar, através das fontes paroquiais, os sentimentos que movem os sujeitos, em especial, o amor. No entanto, como afirma Susan Socolow (op. cit.), o estar apaixonado era considerado como uma enfermidade nessa sociedade, em que deveriam ser tratados aqueles que sofriam de tal mal.

²³⁵FREITAS, Denise Leal. **O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre**: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 149.

legítima aquela realizada através das normativas católicas e, quaisquer outra, fruto de ajuntamentos, como ilegítima.

No contexto social, cultural e econômico americano, as adequações do Concílio de Trento foram realizadas no Sínodo da Bahia, convocado pelo bispo Dom Sebastião Da Vide, em 1707²³⁶. A partir da adaptação de uma série de resoluções tridentinas, as reformulações foram transpostas para um documento, “a fim de estender as leis canônicas estabelecidas pela Contrarreforma – ou Reforma Católica, como defendem alguns autores – nos espaços coloniais”²³⁷. Tais normativas refletiam, principalmente, questões comportamentais do mundo ibérico e que, por vias de colonização, estavam presentes na América portuguesa. Conforme afirma Denise Freitas,

As mudanças direcionadas ao matrimônio estabeleceram muito mais do que a fixação das Normativas ou apenas a formalização do ritual; tornaram o acesso ao casamento mais restrito, porque estabeleceram uma série de parâmetros aos quais os noivos deveriam adequar-se e/ou adaptarem suas escolhas de parceiros para a realização do matrimônio, o que vinha a reforçar e a organizar a realização dos casamentos e garantir enlaces que preservassem a ordem social vigente no Antigo Regime, respeitando-se o *status* e a posição de cada indivíduo, na ordem estamental²³⁸.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, como ficou conhecido o documento, é uma série de cinco livros, em que a intenção era tanto alcançar questões de fé quanto o comportamento dos fiéis no cotidiano, funcionando como um “manual de conduta social”. Conforme Denise Freitas, as definições contidas nas Constituições possuíam como objetivo, também, a tentativa de europeização de toda a população residente em terras americanas e de posse da Coroa portuguesa, pois além de regras a respeito das uniões conjugais e dos outros sacramentos cristãos, havia normas sobre como os fiéis deveriam se comportar no cotidiano²³⁹.

No ritual, além da presença dos noivos e dos párocos, existia a necessidade de se apresentarem no mínimo duas testemunhas. A confirmação do ato era feita a partir da realização do registro - o que expressava o caráter regimental dessa união. Simbolicamente, conforme Denise Freitas e Jonathan Fachini, “atuam como um veículo de apresentação da nova família que, a partir do casamento, passa a ser aceita na sociedade”²⁴⁰. Além disso, para a

²³⁶DA VIDE, 1707, op. cit.

²³⁷FREITAS, 2011, op. cit., p. 148.

²³⁸ Ibidem, p. 152.

²³⁹ Ibidem, p. 151.

²⁴⁰ Idem, **Para além do matrimônio**: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, p.3.

sociedade colonial de Antigo Regime, em que as normativas eclesiásticas cristãs permeavam o cotidiano daqueles sujeitos, o matrimônio era a única forma de união legítima, reconhecida pelo Estado. Dessa forma, “o caráter oficial e sagrado é garantido e afirmado por todo o cerimonial que envolve desde a escolha dos nubentes até a posterioridade das bênçãos”²⁴¹.

A principal formação de um novo agrupamento familiar, portanto, dava-se a partir da contração do sacramento do matrimônio. No Antigo Regime português, a família²⁴² era fundamental para o sustento da sociedade. Importado para a América, tal estatuto jurídico funcionava como um reflexo da hierarquização, bem como o retroalimentava, pois agia como uma referência importante para os sujeitos do Antigo Regime, e presente nos discursos sociais e políticos²⁴³.

A partir dos estudos de Antonio Manuel Hespanha, Ana Scott e Dario Scott apontam que a família “tem caráter modular, isto é, constitui uma *experiência* comum a todos: todos tem família, todos a têm como fato natural” e, nesse sentido, “nos faz compreender que a família, a menor unidade social, refletia a sociedade como um todo”²⁴⁴. Conforme Antonio Manuel Hespanha²⁴⁵, além de se apresentar enquanto uma pequena reprodução daquele mundo social, o estado de casado implicava algumas obrigações. Ana Scott e Dario Scott as elucidam:

A obrigação para os dois cônjuges de se entregarem um ao outro (carne de uma só carne); a união mística dos amantes já ocorria pelo fato mesmo do amor (não o amor romântico, mas a união conjugal, que junta a mulher que saiu do corpo do homem); a união que se desdobrava em contornos físicos: o dever de entrega corporal (moral e juridicamente exigível); o matrimônio enraizado na natureza, devia ter o uso honesto: práticas que não dependiam da vontade dos cônjuges, mas dos imperativos ‘naturais’²⁴⁶.

Além disso, a família do Antigo Regime está além daquela disseminada como um conceito biológico, formada por pais e filhos, unidos em grau de consanguinidade. Além de

²⁴¹ Ibidem, 19.

²⁴²As primeiras discussões a respeito da família colonial brasileira consistiam no entendimento do modelo *paterfamilis*, abrangente e formada não apenas pelo núcleo central - pai, mãe, filhos, agregados, escravos etc. Essa esfera familiar caracterizava-se pela ideia de que o privado invadia o público (AQUINO, Israel. **Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão, 1747-1773)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019). Não se pretende, nessa pesquisa, adentrar na discussão a respeito do conceito de família no período, o qual é amplamente estudado por historiadores brasileiros. Detém-se, apenas, no que o conceito pode ajudar a compreender as relações matrimoniais acontecidas na paróquia de Rio Pardo. Sobre o conceito de família no Brasil colonial, ver os estudos de FREYRE, Gilberto; FARIA, Sheila de Castro, op. cit.; SCOTT, Ana Silvia Volpiop. cit.; HAMEISTER, Martha, op. cit.

²⁴³FREITAS, Denise Leal, op. cit.

²⁴⁴SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casamentos entre desiguais no Brasil Meridional (1772-1845). In.: GIRARDI, Monica; SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias históricas**. São Leopoldo: Oikos Editora Unisinos, 2015, p. 50, grifo dos autores.

²⁴⁵HESPANHA, 2000, op. cit.

²⁴⁶SCOTT, Ana Silvia Volpi, 2010, op. cit., p. 50.

um caráter modular sobre os sujeitos que compunham a mesma, como Hespanha a definiu, ela representava um lugar de segurança para as pessoas. Na comunidade de Santena, Giovanni Levi verificou que entre os “plebeus ricos” e os arrendatários da pequena aldeia, a família era formada por grupos não co-residentes, alinhados por laços de parentesco e de afinidade²⁴⁷.

Na América portuguesa, a família colonial, de acordo com Sheila de Castro Faria, era composta por uma pluralidade de formas, as quais ultrapassam a tradicional visão patriarcal²⁴⁸ e ainda não se encerram ao círculo restrito do parentesco ou da consanguinidade. Conforme a referida autora, a família no Brasil do período colonial não poderia ser definida por um conjunto próprio, seja ela por coabitação ou consanguinidade, pois ambas se encontravam presentes, podendo incluir, inclusive, laços mais amplos, como "aliados"²⁴⁹.

Certamente, nem todas as situações apresentavam tal distribuição. A realidade social, seja aquela do Antigo Regime europeu ou da sociedade colonial brasileira, é muito mais complexa do que os documentos e estudos assinalam. Dessa forma, sabe-se que, por vezes, um genro poderia estar mais distante do patriarca da família do que um afilhado, ou então que a família não era liderada unicamente por homens, como no caso dos inúmeros grupos chefiados por mulheres nos setecentos²⁵⁰. Ou, ainda, na migração açoriana para a fronteira norte da América portuguesa, nomeadamente a região amazônica, onde, em 1750, mulheres chefes de família migraram sob a tutela de um casal, devido à política colonizadora que permitia apenas o alistamento como “cabeça de casal” para homens²⁵¹.

De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1717, a idade mínima para a contração do matrimônio era de catorze anos para os homens e de doze para as mulheres²⁵². Poderiam esses ser casados a partir dos sete anos completos e, caso houvesse a coabitação ou cópula antes do cerimonial, incorreria uma multa de dez mil réis, em caso de nobre e “sendo de menos qualidade cinco mil réis”²⁵³.

Como já abordado no capítulo anterior, os que pretendiam se casar deveriam informar ao pároco com a antecedência de seis meses à data do casamento, na tentativa de se evitar a bigamia e provar a aptidão para a vida conjugal²⁵⁴. A partir disso, as intenções dos nubentes

²⁴⁷LEVI, Giovanni, 2000, op. cit.

²⁴⁸FARIA, Scheila de Castro, 1998, op. cit.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹VIEIRA JUNIOR, 2017, op. cit. “Como exemplo: a viúva Francisca de Jesus que viajou com seus 06 filhos, todos agregados ao “casal” #68; a dona Catarina de Melo com 30 anos de idade, viúva, com seus três filhos de 14, 12 e 10 anos de idade, agregada ao “casal” #69 (...)”. Ibidem, p. 352.

²⁵²DA VIDE, Sebastião Monteiro, 1707, op. cit.

²⁵³ Ibidem, p. 267.

²⁵⁴ Ibidem.

deveriam ser anunciadas em três domingos ou em missas de feriados, na expectativa de ambos provarem não possuir compromissos com terceiros²⁵⁵. Os impedimentos para a contração do matrimônio deveriam ser lidos ao menos duas vezes no ano pelo pároco responsável e, dentre eles, estavam atos criminosos (homicídio do antigo cônjuge), infidelidade religiosa, constrangimento para a união, um dos nubentes ter assumido compromisso com terceiro etc.²⁵⁶

Além da já referida tentativa de controle social sobre os fiéis a partir das obrigações sacramentais do matrimônio, a nova forma de se gerir a vida religiosa na colônia representava a manutenção de vínculos entre os súditos e o império luso. Considerando essa união entre a Coroa portuguesa e a Igreja, Denise Freitas avalia que ambos “constituíram-se como uma aliança política e religiosa de grande poder durante a colonização portuguesa”²⁵⁷. Nota-se a tentativa de coerção e controle sobre a população também na Provisão de 1747²⁵⁸, a qual promovia a migração de açorianos e a formação de núcleos coloniais com no máximo sessenta casais cada, onde haveria, também, a presença de um pároco para a realização dos sacramentos e cuidados da vida religiosa. Além disso, nesse mesmo Edital, a preferência da Coroa residia em grupos formados por pai, mãe, filhos e agregados, configurando um núcleo familiar central. Essa formação é, portanto, a definição do termo “casal” quando referidos ao Edital de 1747.

No entanto, o sacramento do matrimônio não era alcançado por todos aqueles que desejavam formar uma família. Uma parte por não conseguir os meios necessários para realizar o ritual, uma vez que o mesmo possuía um custo; outros, porque o casamento cristão não fazia parte de seus planos. Conforme Ana Scott, o acesso limitado ao sacramento, principalmente das famílias menos abastadas da colônia, era um ponto de diferença entre a América e o mundo ibérico²⁵⁹. Isso reforçava, ainda mais, as estruturas de dominação e poder, refletindo também na hierarquia social do Antigo Regime nos Trópicos.

Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Pardo, os párocos responsáveis pela vida religiosa da região, seguiram as normativas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* quanto ao registro do matrimônio. Os casamentos realizavam-se durante o dia, geralmente nas manhãs. Os registros variam entre a exposição das horas (nove horas da manhã) ou relativo à posição solar (“depois do sol fora”). No assento, constam as informações a respeito do nome dos noivos, sua naturalidade e nome dos pais. Alguns nubentes possuem

²⁵⁵FARIA, Scheila de Castro, 1988, op. cit.

²⁵⁶FREITAS, Denise Leal, 2011, op. cit.

²⁵⁷FREITAS, Denise Leal, 2017, op. cit., p. 95.

²⁵⁸A respeito da Provisão de 1747 e as garantias dispostas na mesma, ver o capítulo anterior.

²⁵⁹SCOTT, Ana, 2010, op. cit.

distinções, sendo os homens referenciados por suas patentes militares e as mulheres, chamadas de *donas*. Os registros de matrimônio de livres segue, geralmente, o seguinte modelo:

Aos xx dias do mês xx de mil setecentos e xx anos, nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosario, sendo de manhã depois do sol fora [ou o horário], feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino por Provisão do referendo vigário desta comarca em presença de mim [nome do pároco] e das testemunhas abaixo assinadas em face da Igreja e por palavras de presente [nome do noivo] filho legítimo de [nome do pai do noivo] e sua mulher [nome da mãe do noivo], natural e batizado na freguesia de [nome da freguesia] com [nome da noiva] filha legítima de [nome do pai da noiva] e sua mulher [nome da mãe da noiva] natural de [nome da freguesia]; logo receberam as bênçãos conforme os sagrados ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja; e de tudo para constar fiz este assento que assinei²⁶⁰.

Abaixo do registro, seguem o nome do padre e a assinatura das testemunhas, comumente duas e masculinas. A leitura paleográfica dos registros de matrimônio da freguesia resultou na aplicação de um banco de dados em planilhas do aplicativo *Excel*. Entre os anos de 1759 e 1793, constam 909 registros de matrimônios, realizados entre a população livre, forra ou escravizada, advinda de diversos lugares, tanto da América, quanto da África ou do continente europeu. Desse total de matrimônios realizados entre os anos de 1759 e 1793 na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, constam 73 viúvos, dos quais dez já haviam se casado anteriormente em Rio Pardo e 108 viúvas, das quais catorze tinham se unido a outro na freguesia. Ao todo, portanto, são 909 noivos e noivas de diferentes origens se uniram frente ao pároco e as testemunhas da freguesia.

Tabela 6 - Número de casamentos realizados por livro entre 1759 e 1793

LIVRO	MATRIMÔNIOS	MÉDIA ANUAL
1759 – 1762	23	7,6
1763 – 1786	590	25,7
1786 – 1793	313	18,71
Total	909	22,7

Fonte: ACMPOA. **Livros de registro de matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.**

Considerando-se a criação da freguesia, realizada no ano de 1755, os registros de casamento, que se iniciaram quatro anos após a fundação da mesma, indicam para o número

²⁶⁰ACMPOA. **Livro de registros de matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.** 1759-1762.

significativo de famílias alocadas na região. No primeiro livro de registros, entre 1755 e 1762, verificando-se os nomes dos pais dos noivos, não foi encontrado o mesmo casal realizando o casamento de mais de um filho, fosse como pais de mulheres ou homens. Desconsiderando-se os registros onde não há referência sobre os pais dos nubentes, dentre os quais se encontram os viúvos e o registro de um casal de escravizados, somam-se trinta e nove estirpes relacionadas no livro de matrimônios.

Isso não significa que essas famílias residissem na referida freguesia, pois poderiam apenas os noivos – principalmente os homens – terem se deslocado para a região na busca de uma nova vida. No entanto, pode-se apontar um número considerável de pessoas envolvidas em casamentos nos primeiros anos de registros de matrimônios da freguesia.

O número de casamentos realizados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo teve um crescimento no decorrer das décadas. Se entre 1759 e 1762, a média de casamentos foi de pouco mais de sete, entre os doze anos de 1781 e 1793, a média supera os quarenta casamentos anuais. É provável que esse aumento do número de casamentos seja reflexo tanto da invasão espanhola a Rio Grande entre 1763 e 1777, ocasionando uma contração dos limites territoriais lusitanos no meridional americano, bem como, pós-reconquista de Rio Grande, da expansão da fronteira do império português, onde Rio Pardo poderia representar uma zona de referência para aqueles dispostos a se estabelecer em novas áreas de domínio português.

Na Rio Pardo da segunda metade dos setecentos, havia pessoas da América, Europa e África. Essa *torre de Babel*²⁶¹ formava a sociedade onde açorianos e seus filhos instalaram-se. Aos nascidos nas ilhas dos Açores - e filhos de açorianos nascidos no Continente de Rio Grande de São Pedro ou em Santa Catarina - somam-se os indígenas residentes nas Missões jesuítas, bem como os grupos de africanos transportados para Rio Pardo como escravizados ou aqueles que haviam alcançado a alforria, que, possivelmente, se deslocavam de forma estratégica para a região. Também existiam os portugueses reinóis e homens e mulheres nascidos em outros lugares da América, seja ela portuguesa ou espanhola.

Tabela 7 – Naturalidade dos nubentes que se casaram na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1759 e 1793

Local	Noivos	Noivas
PT, Açores	85	39
América Portuguesa*	195	48

²⁶¹A expressão é utilizada por João Fragoso ao se referir à América portuguesa. Estende-se a Rio Pardo, compreendendo que a região também fazia parte da mesma América.

Continente de Rio Grande de São Pedro	257	485
Portugal	58	1
Ilha da Madeira	1	-
Espanha	7	-
América Espanhola	9	1
Uruguai	8	1
Missões	41	57
África	62	57
Sem referência**	135	190
Dúbio***	51	30
Total	909	909

Fonte: ACMPOA. Livros de registro de matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo

*a categoria “América portuguesa” foi criada somando-se todos os territórios de domínio luso, excluído o Continente de Rio Grande de São Pedro.

**nos casos “sem referência”, constam os viúvos e viúvas que se casaram novamente.

***os casos “dúbio” referem-se àqueles nos quais não foi possível determinar a origem do nubente devido o estado de conservação da fonte.

A dicotomia entre a concentração local de nascimento das mulheres e a dispersão de lugares de nascimento dos homens pode ser um reflexo do mercado matrimonial movimentado no Continente. É possível que seja, também, a representação de uma sociedade na qual as mulheres se movimentavam menos que os homens – o que não significa, no entanto, que elas não se movimentavam ou não geriam suas próprias estratégias de deslocamento. Significa, antes, que as possibilidades de migração masculina eram maiores, e, no caso de Rio Pardo, tendo em vista a fronteira espacial entre os dois impérios ibéricos, a migração masculina se dava, também, pela necessidade do resguardo dessa fronteira, pois muitos homens foram recrutados para operações militares em regiões fronteiriças durante todo o período de domínio ibérico na América.

Tabela 8 – **Condição dos nubentes**

Condição	Homens	%	Mulheres	%
Livres	780	85,4	781	85,7
Escravizados	112	12,5	108	12
Forros	15	1,5	20	2,3
Expostos	1	0,25	-	-
Sem referência	1	0,25	-	-
Total	909		909	

Fonte: ACMPOA. Livros de registro de matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

De um total de 1.818 nubentes homens e mulheres, a grande maioria era de população livre, que somam em torno de 85% dos assentos. No entanto, o número de indivíduos

escravizados que procurou a Igreja para o sacramento do matrimônio também é alto - em torno de 12%. Isso representa apenas uma parcela do total dos cativos existentes na fronteira oeste²⁶² do Continente de Rio Grande. No período entre 1764 e 1809, o número total de escravizados na região era de 711 pessoas (muito maior que os 220 que casaram na freguesia), sendo que 31,5% eram crianças (0 – 14 anos), 61, 18% de adultos (15-49 anos) e 7,32% de idosos (50 anos ou mais)²⁶³.

Conforme Silmei Petiz, a reprodução das relações familiares entre os escravizados foi ato constante durante todo o século XVIII. Ela “continha múltiplos significados, inseridos na construção de mecanismos de integração, formação de alianças políticas e sociais, trocas de solidariedades, ou, ainda, a transformação daqueles que um dia foram estranhos em amantes e parentes”²⁶⁴. O casamento, portanto, figurava como um reconhecimento de um mundo de relações da população cativa, fosse dentro do grupo ou com externos. Dentre a população considerada como livre, encontravam-se, também, os indígenas. O pico de casamentos entre os indígenas ocorreu nos primeiros anos de formação da freguesia, quando guaranis foram encaminhados para a região, após o conflito nas Missões. Em 1763, uma parte desses indígenas residentes na região foi encaminhada para fundar a Aldeia dos Anjos, atual Gravataí. Parte deles permaneceu na região, integrando a Aldeia de São Nicolau, criada anos mais tarde, em 1769.

Ao todo, são 124 homens e mulheres ilhéus que se casaram na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, em 34 anos de assentos matrimoniais. Entre os noivos homens que se casaram na freguesia nesse período, 85 deles eram açorianos. O número entre as mulheres é menor – 39. No entanto, as noivas ilhotas representam o terceiro maior contingente de mulheres brancas que se casam na freguesia.

Para a análise, optou-se por dividir os números de matrimônios em três períodos, os quais são: 1) 1759-1762: corresponde ao primeiro livro de matrimônios da freguesia, no qual são 23 casamentos e, nos casos em que aparecem os noivos e noivas de origem açoriana, os mesmos são seguidos do distintivo “casal das ilhas”; 2) 1763-1777: obedece ao período da invasão espanhola a Rio Grande, o que provocou uma movimentação não planejada de pessoas pelo Continente, e os casais de açorianos dispersaram-se por diversas freguesias, dentre elas, a de Rio Pardo; 3) 1778-1793: um período compreendido como de relativa paz e uma trégua entre as disputas pelas terras meridionais americanas entre súditos dos impérios

²⁶²Silmei Petiz (op. cit.) optou por definir a fronteira Oeste do Continente de Rio Grande de São Pedro compreendendo as regiões de Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada.

²⁶³PETIZ, op. cit., p. 104.

²⁶⁴PETIZ, op. cit., p. 153.

ibéricos²⁶⁵. Da mesma forma, optou-se por analisar, mais detalhadamente, o primeiro período, marcado pela chegada e distribuição de açorianos pelo Continente, com foco para a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Tabela 9 – **Matrimônios com um dos nubentes de origem açoriana por período**

Período	Número total matrimônios	Noivos ilhéus	Noivas ilhéus
1759 – 1762	23	10	15
1763-1777	322	59	20
1778-1793	564	16	4
1759-1793	909	86	39

Fonte: ACMPOA. Livros de registro de matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

No primeiro livro de matrimônios, entre os anos de 1759 e 1762, o total de nubentes é de 46, sendo que 25 dos mesmos são de origem açoriana. Isto é, mais de 50% dos noivos da freguesia nesse período nasceram em uma das nove ilhas do arquipélago. Entre os homens, foram 25 aqueles que procuraram a igreja para a contração do matrimônio. O maior grupo era de açorianos, somando-se 10. Os demais nubentes do sexo masculino eram homens vindos de outras regiões da América portuguesa, como Rio de Janeiro e Santa Catarina, ou então reinóis. Havia, dentre os 23 noivos, Francisco, homem escravizado de Mateus Simões Pires, que se casara com Catarina, também escravizada, e um casal de forros: Maria Casta (Guiné) e Manuel Gomes (Angola). Todos os demais 21 homens eram livres.

Dentre as noivas, o número de mulheres açorianas era ligeiramente maior: 15 noivas ilhéus entre 23 mulheres (das quais, 21 eram livres). O número maior de mulheres, alicerçado pela presença feminina açoriana, pode ter movimentado de forma considerável o mercado matrimonial da região. Afinal, com quem os homens e mulheres de origem no arquipélago viriam a se casar? Que motivos orientariam as escolhas dos parceiros entre os nubentes e suas famílias?

Tabela 10 – **Casamentos realizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário com nubentes de origem açoriana (1759-1762)**

NOIVO	NATURALIDADE	NOIVA	NATURALIDADE
Antônio Severo	Açores, São Jorge	Rosa De Santa Clara	Açores, S/R

²⁶⁵A divisão do segundo e terceiro períodos foi pensada a partir de OSÓRIO, Helen. 2007, op. cit. Ver capítulo 2 da obra.

Manuel De Bitencurt	Açores, Graciosa	Jacinta Rosa	Açores, S/R
Pedro Machado	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, Faial
Jose Albernás	Açores, Faial	Rosa Maria De Belém	Açores, Faial
Jorge De Souza Nunes	Açores, São Jorge	Francisca Dos Anjos	Açores, Santa Maria
Mateus Pereira	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, S/R
Andre Da Silveira	Açores, São Jorge	Maria De Jesus	Açores, São Jorge
Manuel Jose De Meneses	Açores, Santa Maria	Mariana Dos Anjos	Açores, Terceira
Manuel Do Couto	Açores, Terceira	Maria Josefa	Sem Referência
José De Borba	Açores, Ilha Terceira	Maria Do Espírito Santo	Açores, Terceira
Francisco Martins Vital	Portugal, Lisboa	Maria Machado De Jesus	Açores, São Jorge
Manuel De Freitas	Madeira, Funchal	Maria Do Nascimento	Açores, Terceira
João Caetano De Moaraes	Portugal, S/R	Quitéria Brum	Açores, Faial
Francisco De Oliveira Pinto	Rio De Janeiro, S/R	Antonia Maria Do Nascimento	Açores, S/R
Manuel Fracisco Braga	Portugal, Braga	Sebastiana Das Candeias	Açores, Terceira
Francisco Gomes Carvalho	Portugal, Porto	Francisca Da Rosa	Açores, Pico

Fonte: ACMPOA. Livros de registro de matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Com exceção da Ilha de Santa Maria, mais próxima à Costa Africana, as demais, local de nascimento dos 25 noivos e noivas, eram todas pertencentes ao grupo central: São Jorge, Faial, Pico, Graciosa e Terceira são cinco ilhas próximas no arquipélago²⁶⁶. Esses casais de migrantes, portanto, provavelmente embarcaram ou viajaram juntos para a América ou, até mesmo, conheciam-se antes da partida, ainda nas ilhas, como apontado no capítulo anterior.

Dentre os dez homens ilhéus que se casaram na freguesia no período, nove deles se unem com mulheres açorianas e em apenas um caso não se sabe a origem da noiva: Manuel do Couto casara-se em 1759 com Maria Josefa. Realizou-se uma busca nominal do casal nos assentos paroquiais de batismos, encontrando-se como avós maternos de José, Nicolau e Teresa, os três filhos de Manuel de Souza Viera e de Ana Maria, essa nascida em Rio Pardo²⁶⁷. No entanto, em dois dos três assentos de batismo, a informação dada pelo vigário João de Almeida Pereira a respeito dos avós maternos é vaga: “neta [...] pela [parte] materna de Manuel do Couto e de Maria Josefa, naturais das Ilhas”. Nesse caso, optou-se pela dúvida

²⁶⁶O arquipélago possui a seguinte divisão de ilhas: Santa Maria e São Miguel, mais próximos à costa africana; Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial, que compõe a parte central; e Flores e Corvo, ambas mais afastadas do continente europeu.

²⁶⁷É provável que Ana Maria tenha nascido na década de 1760, período no qual os livros de assentos paroquiais foram extraviados.

quanto à origem da esposa de Manuel, não podendo afirmar-se que a mesma seria natural de alguma das Ilhas. Isso porque, na leitura paleográfica dos registros paroquiais, verificou-se que em alguns casos as mulheres que foram colocadas como naturais da mesma localidade do marido, quando, na verdade, não eram.

Mesmo excluindo-se o caso de Manuel do Couto e Maria Josefa, o número de casamentos entre homens e mulheres nativos das ilhas é evidente. Do total de 10 homens açorianos que buscaram a igreja para a realização do sacramento, 9 o fizeram acompanhados de noivas açorianas, o que reflete a endogamia do grupo nos primeiros anos de construção da freguesia. Um dos motivos pode ser o baixo número de mulheres disponíveis para o casamento na região, pois a mesma ainda estava nos primeiros anos de construção, bem como a preferência, pelas mulheres, de seus conterrâneos.

A preferência dos açorianos pelo casamento com conterrâneas sugere outras possibilidades. A primeira, é que os noivos se conheçam anteriormente à partida, ainda nas ilhas, ou que o matrimônio tenha sido selado pelas famílias durante o período de viagem ou estadia em Santa Catarina. José Albernaz e Rosa Maria de Belém, ambos nascidos no Faial, eram filhos de casal de número, saídos ainda crianças de suas casas – ele com 11 anos e ela, com 8²⁶⁸. José era natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e Maria da freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Não foi possível localizar a proximidade de ambos os locais, mas considerando-se a extensão da ilha do Faial – 173,1km² – é possível que as famílias já se conhecessem antes da viagem para a América.

José Antonio, residente em Rio Grande, foi testemunha dos Autos de Justificativa de Matrimônio de José e Maria, e afirmou conhecer o noivo “muito bem por serem ambos vizinhos da mesma pátria, e vieram ambos embarcados nos Navios dos transportes para a Ilha de Santa Catarina”²⁶⁹, o que pode reforçar a possibilidade da família de Rosa Maria ter feito a travessia na mesma embarcação.

Outra possibilidade, a qual pode servir de complemento à primeira, é a de que esses homens e mulheres casaram-se visando o acesso a terra e a outras garantias na América. No ano de 1749, o Edital que geria a vinda de açorianos para a América meridional sofreu um alongamento. Uma resolução publicada naquele ano estendia suas garantias para os casais de açorianos formados no Continente, bem como para os filhos casados nas freguesias de Santa

²⁶⁸ACMPOA. AJM.1760/2, José Albernaz e Rosa Maria de Belém.

²⁶⁹ACMPOA. AJM.1760/2, Testemunha Jose Antonio, Matrimônio de José Albernaz e Rosa Maria de Belém.

Catarina ou do Continente de Rio Grande. Dentre as promessas do Edital estavam o acesso a terra, ferramentas e sementes para cultivo e manejo do solo²⁷⁰.

O fenômeno de casamentos entre noivos e noivas de origem açoriana foi verificado por Maria Luiza Bertullini Queiroz para a freguesia de Rio Grande. De acordo com a autora, os ilhéus formaram 259 novos casamentos entre os anos de 1750 e 1763²⁷¹. Como Rio Grande era uma freguesia muito maior que Rio Pardo entre o final dos anos 1750 e início da década de 1760, acredita-se que situação semelhante ao primeiro lugar tenha acontecido no segundo, evidentemente em menor escala.

Além da extensão do Edital de 1747 pela Provisão de 1749, o Bispo do Rio de Janeiro, em 1750, solicitou aos párocos que não cobrassem os custos dos casamentos de açorianos e seus filhos migrados nas freguesias em que desejassem se casar²⁷². Acredita-se que seja por isso que existe a distinção “das ilhas”²⁷³ acompanhando o nome do noivo ou da noiva no assento paroquial nesse primeiro livro de registros, o que poderia, portanto, ter garantido a gratuidade da cerimônia²⁷⁴. Ao procurarem a Igreja para a realização do sacramento, os nubentes açorianos encontravam-se nas mais distintas idades, como no caso de Maria do Espírito Santo, com 13 anos em 1760, que se casou com José de Borba, que saiu aos 14 anos da Ilha Terceira como filho de casal de número e que poderia ter, no ano do casamento, mais de 25 anos²⁷⁵.

Havia, ainda, açorianos que se estabeleceram em Rio Pardo e casaram-se em outras freguesias. Mateus Simões Pires, natural da ilha Terceira, mudou-se para a região provavelmente nos primeiros anos após a construção do Forte Jesus-Maria-José, em 1752, pois o mesmo consta como padrinho no primeiro assento de batismo da freguesia, em 1755. No entanto, Mateus casou-se em 1757 com Catarina Inácia, natural da Ilha de São Miguel e filha de Manuel Gonçalves e Águeda Maria²⁷⁶. O casamento foi realizado por procuração, e o tio de Catarina, Antonio Mendes Borges, foi o procurador do noivo, que provavelmente estava em Rio Pardo ou viajando a negócios naquele momento²⁷⁷.

²⁷⁰ QUEIROZ, Maria Bertullini, 1985, op. cit.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ ACMPOA. **Livros de registro batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1755-1800.**

²⁷⁴ Nos livros seguintes, a distinção desaparece.

²⁷⁵ ACMPOA.AJM, 1760/9, Jose de Borba e Maria do Espírito Santo.

²⁷⁶ ACMPOA. **Livro de registros de matrimônio da freguesia de São Pedro de Rio Grande. 1755-1800.**

²⁷⁷ A respeito de Mateus Simões Pires e a família Gonçalves Borges, tratar-se-á no próximo capítulo. Acredita-se que ao analisar as trajetórias desses sujeitos, aspectos até então não revelados podem surgir e apontar novas perguntas e possibilidades desse processo migratório.

Se entre os noivos havia o número de 10 homens açorianos para 25 noivas de diversas origens, dentre as noivas, o número de mulheres açorianas era ligeiramente maior: das 23 noivas informadas como livres, 15 delas eram açorianas. Entre as 15, 3 casaram-se com reinóis continentais; uma adquiriu matrimônio com noivo natural do Rio de Janeiro e a outra casou-se com indivíduo natural da ilha da Madeira. Já 9 entre as 15 mulheres açorianas casaram-se com homens naturais das ilhas dos Açores.

A situação do sul da América portuguesa, onde as mulheres brancas eram objeto de disputa no mercado matrimonial, contrasta com a situação da região norte da América lusa. Na Vila de São José do Macapá, no Grão-Pará, houve também migração de açorianos, no período contemporâneo à migração para o Sul. No entanto, Rosa Acevedo Marim demonstrou que para o Norte migraram muito mais mulheres açorianas que homens nativos das ilhas. Otaviano Vieira Júnior evidenciou que alguns dos casais de sua Majestade migrados para a região fronteira amazônica iam acompanhados de mulheres. Essas eram chefes de família, as quais migravam na condição de agregadas, uma vez que não era permitida a migração sem a chefia masculina²⁷⁸.

No Sul do Brasil, mesmo que não haja um número exato quanto à entrada de migrantes ilhéus no porto de Rio Grande a partir de 1750, as mulheres açorianas desempenhavam um papel importante na configuração das famílias criadas no Continente. No Norte, a política do governo pombalino incentivou o casamento entre homens ilhéus e mulheres indígenas, gerando filhos miscigenados, e posteriores alianças com comunidades indígenas²⁷⁹. Dessa forma, as mulheres açorianas eram preteridas em função dos elos firmados por seus conterrâneos com mulheres indígenas, enquanto uma possível estratégia para acessar a terra e outros recursos da região²⁸⁰. No Sul, as instruções pombalinas seguiam outros preceitos, tanto que os indígenas foram mais utilizados como mão de obra pelos homens portugueses, continentais ou ilhéus²⁸¹.

Outra situação díspar entre os extremos do império português na América dizia respeito a ajudas de custo para homens e mulheres migrados. Como ambas as migrações – seja para a Amazônia ou o Sul brasileiro – eram controladas pelo estado monárquico, no Norte, a partir de 1751, os homens açorianos passaram a receber uma ajuda de custo de um tostão cada; as mulheres, por sua vez, a ajuda era bem menor: 2vintéis para cada noiva. Além

²⁷⁸VIEIRA JUNIOR; OTAVIANO, 2017, op. cit.

²⁷⁹ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte – século XVIII. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹HAMEISTER, 2006, op. cit.

disso, o casamento entre homens açorianos e mulheres indígenas era visado por colonizadores como uma forma de garantir o acesso à mão de obra indígena, formando alianças e redes de proteção com os autóctones.

Pelo Sul, ao contrário, quem recebeu ajuda de custo foram as mulheres. Para as moças de ilhéus entre 12 e 25 anos naturais, casadas ou solteiras, o Edital de 1747 prometia a quantia de 2\$400 réis a cada filha de casal, assim que o desembarque fosse realizado no Brasil²⁸². Dessa forma, as filhas de açorianos migrados pelo Edital de 1747 que desembarcaram no Continente de Rio de Grande de São Pedro possuíam uma distinção muito importante para a compreensão da valorização da mulher açoriana no mercado matrimonial sulino. Ou seja, além de serem brancas, cristãs e portuguesas, elas ainda possuíam um valor monetário, numa região em que a circulação de moedas era escassa. As filhas de açorianos e suas famílias possuíam uma valorização diferenciada nessa sociedade em formação, onde a presença masculina e militar era prevalente, devido à necessidade de proteção da fronteira.

Semelhante à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, é o caso da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Viamão, criada em 1747. O impacto da chegada de açorianos à região pode ser visto a partir dos casamentos, que aumentou consideravelmente a partir de 1753²⁸³. Nessa freguesia, entre os anos de 1747 e 1759, ou seja, uma década antes do início dos assentos matrimoniais em Rio Pardo, a presença açoriana era de 22% entre os noivos e 29,5% das noivas, num total de 132 casamentos²⁸⁴. A respeito da presença de noivas açorianas em Viamão, Ana Scott e Gabriel Berute argumentam “que o mercado matrimonial se viu ‘muito agitado’ com a entrada dessas mulheres”²⁸⁵, pois, além de serem portuguesas insulares, o que os autores consideram como “um *capital simbólico* muito apreciado”²⁸⁶ entre os moradores da América, elas apareciam com um enxoval advindo das mesmas garantias do Edital de 1747.

As mulheres açorianas, que surgem em mais da metade dos casamentos dos três primeiros anos em Rio Pardo, pareciam “escassas” na freguesia de São José de Taquari. Foram 44 matrimônios realizados na paróquia entre os anos de 1767 e 1800 em que pelo menos um cônjuge era ilhéu. Conforme Ana Scott e Gabriel Berute, apenas 13 mulheres eram de origem açoriana, enquanto que entre os homens, o número era de 37, o que, em termos percentuais se dá em 29% e 84%, respectivamente. Se considerados apenas os cinco primeiros

²⁸²EDITAL, 1747.

²⁸³SCOTT; BERUTE, 2014, op. cit.

²⁸⁴Ibidem.

²⁸⁵Ibidem, p. 120.

²⁸⁶Ibidem, p. 120.

anos de registros de matrimônios na freguesia de Taquari, são 14 assentos matrimoniais, em que absolutamente todos os homens são de origem açoriana. Já entre as mulheres, apenas 2 são naturais do arquipélago²⁸⁷.

Os números de ilhéus nubentes na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo apontam as complexas estratégias utilizadas pelo grupo como forma de acessar a terra na América. O casar-se entre açorianos ou entre o noivo não-açoriano e a noiva de alguma das ilhas poderia garantir o dia de amanhã de muitos daqueles migrados. Dessa forma, tem-se que os laços criados são fruto de buscas por segurança. Enquanto Taquari era uma freguesia em que *não apenas* açorianos arrancharam-se, em Rio Pardo eles também se estabeleceram.

O maior número de noivos e noivas ilhéus se dá no segundo período, entre os anos de 1763 e 1777, quando 59 homens e 20 mulheres naturais das ilhas compareceram à Igreja e frentes às testemunhas para jurar o laço indissolúvel do matrimônio. No entanto, se comparado ao número total de casamentos – 322 – o percentual de noivos de origem açoriana é de 24%, muito diferente dos mais de 50% do primeiro período.

Esse número é um pouco menor daquele encontrado para a freguesia de São José de Taquari, entre os anos de 1767 e 1780, período concomitante com o segundo período em divisão de Rio Pardo. Na freguesia às margens do Taquari, o número de noivos e noivas açorianos é de 34% do total, perfazendo 38 casamentos²⁸⁸. Entre os homens, em Rio Pardo, o maior número de nubentes são homens nascidos em outras partes da América portuguesa (85 noivos), seguidos dos noivos de origem açoriana – 59 no total – os quais eram seguidos por sujeitos na condição jurídica de escravizados (51, dos quais, 30 eram africanos e 21 nascidos na América); completavam o grupo de maiores referências de origem, os noivos nascidos no Continente, que apareceram em 42 dos 322 registros. Em 30 registros, os noivos eram reinóis.

Quanto às noivas, os números são menos dissipados: são 142 noivas de origem no Continente, 51 mulheres escravizadas²⁸⁹, 33 mulheres advindas das Missões e 24 nascidas em locais da América portuguesa. Apenas 20 eram as mulheres nascidas nos Açores que se casaram em Rio Pardo nesse segundo período em análise. Esses dados reforçam o argumento de que as mulheres possuíam menos possibilidades de deslocamento pela América portuguesa, o que, ao mesmo tempo, não significa que elas não se movimentavam.

²⁸⁷ Ibidem, p.128.

²⁸⁸ECKHARDT, Sandra Michele Roth. **Lavouras de sustento**:demografia e estrutura agrária de São Jose do Taquari, 1765-1808. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

²⁸⁹Sabe-se que o escravo é uma condição jurídica, não uma origem. Mas, optou-se por essa referência devido às informações de escravizados nascidos tanto na América quanto na África.

Possivelmente, os casamentos com nubentes açorianos – 79 noivos e noivas, no total – eram um reflexo, ainda, dos filhos de açorianos migrados jovens ou recém-nascidos das ilhas. Essas pessoas atingiam a idade permitida para o casamento – em torno dos 14 anos – a partir da década de 1760, já instalados nas mais diversas freguesias do Continente de São Pedro. Pode ser, ainda, um reflexo da invasão espanhola a Rio Grande, o que motivou a dispersão de casais açorianos e seus filhos.

A presença imensamente maior de homens - para cada mulher havia 3 homens açorianos registrados nos assentos de matrimônio – reforça a situação de fronteira e conflito vivido nesse período, pois homens de diversas localidades – dentre elas, os Açores – foram recrutados para o serviço militar na fronteira de Rio Pardo, na tentativa de resguardar a região de suma importância para o império português²⁹⁰. Dessa forma, a migração de homens açorianos para o sul da América não se deu apenas a partir do Edital de 1747, mas também em virtude dos deslocamentos fruto de estratégias militares do povoamento da América.

O menor número de noivos e noivas açorianos se dá no terceiro período em análise, categorizado como de relativa paz entre os impérios ibéricos nas disputas pelas terras meridionais americanas. Dentre os 564 casamentos, são noivos de origem açoriana apenas 20 deles – 16 homens e 4 mulheres. Entre os 564 noivos, os naturais do Continente somam 220 registros (126 nascidos em Rio Pardo), seguidos de 111 homens nascidos na América Portuguesa; eram 25 reinóis e 58 escravizados, nascidos tanto na África quanto na América. Dentre as mulheres, a concentração era ainda maior no Continente: 353 noivas nascidas nas mais diversas freguesias que compunham o Rio Grande do Sul colonial, sendo que 253 eram nascidas em Rio Pardo; além delas, compunham o número total de 564 noivas, 56 mulheres escravizadas, 24 nascidas na América portuguesa e apenas uma reinol continental.

Esse alto número de noivos e noivas do Continente, com 66% nascidos em Rio Pardo, pode ser um reflexo de uma relativa estabilidade da fronteira e a busca por maiores casamentos. Como se mostrou no capítulo anterior, Rio Pardo representava, naquela época, uma possibilidade de melhor gerir a vida das pessoas residentes no Continente, o que pode ter refletido no mercado matrimonial da freguesia. O baixo número de naturais das ilhas dos Açores demonstra que o alto da migração açoriana para o Continente se deu com a chegada dos casais advindos a partir do Edital de 1747 e, alguns casos escassos, de homens açorianos migrados para a proteção da fronteira.

²⁹⁰OSÓRIO, Helen, 2007, op. cit.

É provável que boa parte dos filhos e filhas de açorianos nascidos no Continente e, por conseguinte, em Rio Pardo, tenham se casado na freguesia. Portanto, acredita-se que o número de açorianos envolvidos nos matrimônios da região era muito maior. No entanto, essa possibilidade deveria ser avaliada a partir do cruzamento nominativos dos nubentes e seus pais, algo que está fora dos objetivos dessa pesquisa. Muitos dos casais de açorianos casados em Rio Pardo ali se estabeleceram. Casaram-se e, na sequência, tiveram filhos, os quais foram batizados. As escolhas de padrinhos e os batizados de filhos de ilhéus são tema do próximo item.

3.2 Das relações tecidas na pia batismal de uma região fronteira

A chegada de açorianos à freguesia de Rio Pardo, como demonstrado no capítulo anterior, aconteceu desde a Expedição Demarcadora dos Limites, realizada por Gomes Freire de Andrada, que estabeleceu um forte no deságue do Rio Pardo no Rio Jacuí, ainda em 1752. Aguardando a retirada para as Missões, ou já estabelecidos na localidade, muitos migrantes solteiros casaram-se e, juntamente com aqueles já casados, propiciaram o crescimento demográfico da comunidade em formação. Como também demonstrado anteriormente, os noivos ilhéus perfizeram mais de 50% do total de nubentes no primeiro livro de matrimônios da paróquia. Como cristãos que eram, buscaram batizar seus filhos e, junto com isso, reafirmavam laços já existentes ou criavam novos com as pessoas que ali se encontravam. O resultado disso é uma rede de relações que dão base às existências dos ilhéus, numa região fronteira e conflituosa.

Após a elaborada escolha dos padrinhos - que poderiam ser apenas um homem, ou um casal, formado por um homem e uma mulher ou dois homens²⁹¹ - os pais, acompanhados daqueles que selariam o laço de compadrio, levavam a criança à igreja para a imersão em água benta e o recebimento do sacramento. Em seguida, o ato era registrado num livro específico da paróquia. Conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era dever do pároco registrar o nome do batizado, dos pais e padrinhos²⁹². Dessa forma, pode-se dizer que os livros de registro de batismo eram o local que conservava a memória escrita dos nascidos, além de registrar um mundo de relações que se faziam perceptíveis a partir das cerimônias cristãs. Importante para as pessoas que viveram na época, muito em função do registro escrito

²⁹¹DA VIDE, Sebastião Monteiro, 1707, op. cit.

²⁹² Ibidem.

(tendo em vista uma sociedade ainda muito oralizada), essa memória também serve de base para os estudos historiográficos atuais.

Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, as orientações das Constituições Primeiras foram seguidas e, por vezes, informações extras foram registradas, como o nome dos avós, o local de nascimento dos pais, suas patentes militares, bem como as dos padrinhos e avôs, e, muitas vezes, a distinção de *dona* para mulheres de famílias abastadas da região. Descrições como essas dependiam do rigor do pároco ou da passagem recente de algum visitador pela freguesia. Informações como a procedência dos pais, data de nascimento da criança, idade do batizado, ou os estatutos como forro, liberto ou escravo, e, ainda, designações que, além de mencionar o fenótipo, marcavam a situação social, como pardo, preto ou índio, podiam aparecer nos assentos batismais. Quando um dos pais da criança era escravizado, a anotação do nome era seguida por aquele do seu senhor.

Assinalava-se, também, a situação legal do batizando: legítimo, natural ou exposto. Em nenhum dos assentos paroquiais encontrou-se a informação “ilegítimo”, mesmo que o registro não aclarasse a informação de união matrimonial dos pais. De acordo com Martha Hameister, é necessário atentar para o fato de que os registros de batismo nas sociedades coloniais – assim como os demais assentos paroquiais - se deram a partir da estrutura da Igreja católica²⁹³. Dessa forma, os casos de crianças legítimas ou ilegítimas são considerados a partir dos dogmas cristãos, em que o filho era tido como legítimo apenas quando os pais eram casados entre si. Ao verificar os assentos paroquiais de batismo na freguesia de São Pedro do Rio Grande, entre os anos de 1738 e 1763, Hameister não encontrou referência a filhos ilegítimos, o que, segundo a autora, “era a leitura do pároco, quiçá da sociedade em formação: filhos naturais”²⁹⁴. Assim como Hameister, seguir-se-á a leitura realizada pelo pároco e pela sociedade local, respeitando as categorias referenciadas pelos párocos.

As distinções realizadas pelos párocos foram as seguintes: *legítimo*, quando filho de união consensual, com as bênçãos da Igreja; *natural*, em que por vezes aparecia o nome do pai ou “pai incógnito”; *filho de*, em que, por vezes, o nome do pai era referido e outras, não. Cabe destacar, a respeito das duas últimas categorias, que isso não significa que as mães não soubessem quem era o pai dos seus filhos, ou não o intimassem publicamente, como fez a índia Antonia Dionísia no batismo da filha, Maria, em 1782. Conforme o vigário Jose Antonio de Mesquita, Antonia afirmou que o pai da menina era “um soldado” de “nome José

²⁹³HAMEISTER, Martha Daisson, 2006, op. cit., p. 22.

²⁹⁴ Ibidem, p. 223.

Rodrigues”²⁹⁵. Mesmo com a intimação pública da mãe, o referido pai não compareceu à pia batismal no referido momento para o reconhecimento da filha em questão.

Além delas, havia outra categoria estabelecida pelo pároco, a saber, dos *expostos*. As crianças expostas eram filhos indesejados, deixados nas portas das casas de famílias mais abastadas da região. Como não havia roda de expostos na região nesse período²⁹⁶, a solução encontrada por pais e mães que não possuíam condições— fosse material, relacional ou mental – de criar um novo filho era entregá-los para o cuidado ou da comunidade ou daquela família onde a criança era deixada.

O primeiro livro de registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo possui assentos entre abril de 1755 e abril de 1761, totalizando 263 batismos²⁹⁷. Esses sacramentos foram realizados na Igreja Jesus-Maria-José da Expedição de Rio Pardo, pois a freguesia fora criada apenas em 1762. As informações contidas em cada registro são aquelas exigidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – nome do batizado, de seus pais e padrinhos – além da legitimidade da criança e informações a respeito do local de nascimento dos pais das mesmas. Nesse livro de assentos batismais, 200 casais compareceram a pia batismal para o batismo de um ou mais filhos. Eram homens e mulheres de diversos lugares: europeus, americanos, africanos, indígenas; de condições sociais e jurídicas distintas, como livres, escravizados e forros.

Tabela 11 – Condição dos pais que batizaram filhos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1755 e 1762

Condição	Homens		Mulheres		Total
	N °	%	N°	%	
Livres	164	41	168	42	332
Escravizados	04	1,0	19	4,8	23
Forros	04	1,0	03	0,7	07
Sem referência	28	7,0	10	2,5	38
Total	200	50%	200	50%	400

Fonte: ACMPOA. Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1755-1762.

Da totalidade dos casais registrados, há um predomínio de população livre. Dentre os 332 homens e mulheres livres contabilizados, 111 são indígenas (53 mulheres e 58 homens).

²⁹⁵ACMPOA. Livro de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1775-1780, fl190v.

²⁹⁶HAMEISTER, op. cit.

²⁹⁷Todos os batismos estão legíveis, pois esse livro é uma cópia do original, o qual não pode mais ser acessado, devido ao estado de conservação.

Os indígenas da etnia Guarani também buscavam o sacramento do batismo, representando a maioria das referências aos pais dos batizados, com 55% do total de batismos²⁹⁸. Assim como os matrimônios, o pico de batizados indígenas ocorreu entre os anos de 1757 e 1760, quando guaranis foram encaminhados para a região, após o conflito nas Missões. Em 1763, uma parte desses indígenas residentes na região foi encaminhada para fundar a Aldeia dos Anjos, atual Gravataí. Parte deles permaneceu na região, integrando a Aldeia de São Nicolau, criada anos mais tarde, em 1769²⁹⁹.

O segundo maior grupo era formado por açorianos, totalizando em torno de 40% das referências batismais, o qual será objeto de análise a seguir. Havia, ainda, um grupo de escravizados, provavelmente transferidos como bem semovente de seus senhores para a região de Rio Pardo. A relação entre escravizados e batismo é um ponto ambíguo da sociedade colonial brasileira. Conforme Martha Hameister, a escravidão – o aprisionamento do corpo – não estaria consoante com o batismo – a liberdade da alma³⁰⁰. Ao cativo, portanto, seria concedida a liberdade da alma, mas não a do corpo. Esse índice de crianças filhas de mães cativas pode ser mais um indicativo da fronteira Oeste em expansão nesse período, marcado pela fase de doação de terras concomitante com a Expedição Demarcadora dos Limites. É possível que fosse, também, um indício de que a maioria das pessoas escravizadas chegadas à região pudessem ser solteiras, as quais viriam a formar famílias em breve, como abordado anteriormente.

Dessa maneira, destaca-se que, nos anos iniciais da formação de Rio Pardo, guaranis, açorianos e alguns escravizados dividiram o mesmo espaço da então nascente freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Ali, casaram e batizaram os seus filhos na mesma Igreja, tecendo múltiplas relações sociais, que se desencadeariam em outras, como as econômicas e políticas. No entanto, o que as fontes apontam é que, nesse primeiro momento, todos os grupos optaram por uniões e relações endógenas, isto é, optando por parceiros da mesma origem (seja indígena, africana ou açoriana) no estabelecimento de laços de compadrio ou casamento. Nesse primeiro momento, olhar-se-á mais destacadamente o primeiro livro de assentos paroquiais de batismo, entre os anos de 1755 e 1762.

Do total de 263 batismos, a grande maioria nasceu livre: são 242 registros de crianças batizadas nessa condição, 20 escravizadas e uma forra. Há evidente relação entre a condição jurídica da criança e o grau de legitimidade: 236 crianças legítimas, 26 naturais e um

²⁹⁸RIBEIRO, 2017, op. cit.

²⁹⁹ Ibidem. Para um estudo detalhado a respeito das vidas indígenas na região, ver a tese de RIBEIRO, Max, op. cit.

³⁰⁰HAMESITER; MARTHA, 2006, op. cit.

exposto. Esse alto grau de legitimidade combinado com o a condição jurídica de liberdade, mesmo para uma área de fronteira e expansão, pode ser reflexo da migração guarani para a região, bem como da política colonizadora do império português com casais ilhéus migrados pelo Edital de 1747. Nele, é destacada a preferência por casais já formados no Arquipélago, migrados com filhos e agregados. Como já abordado, dois anos após o desembarque de casais açorianos em Santa Catarina, a Coroa publicou uma resolução na qual estendia as garantias da Provisão de 1747 aos casais filhos de açorianos formados nas terras meridionais americanas³⁰¹.

A respeito dos filhos categorizados como naturais pelo clérigo, entre as 26 crianças, em nenhum caso a mãe era de origem açoriana; em 16 deles, a mãe fora apontada como escravizada e em 4 como indígena. Em todos os 26 registros de filhos naturais, o pai é dado como incógnito. Como já referido, isso não significa que essas mulheres não soubessem quem fosse o pai da criança. A ocultação do nome do pai no registro de batismo poderia significar que apenas a consanguinidade não fora o suficiente para aquela criança ser reconhecida como filho(a)³⁰². Ao longo da vida, esse pai poderia reconhecê-lo como herdeiro, principalmente momentos antes de sua morte, pois nessas ocasiões buscavam morrer como “bom católico”, arrependendo-se dos “pecados” para “adentrar o céu”³⁰³.

Outra possibilidade é a de que fosse uma opção do pároco a falta do registro do pai. No caso das mães escravizadas, o senhor era responsável por levar a mãe cativa e seu filho para a Igreja e, por vezes, o pai poderia ser excluído da cerimônia³⁰⁴. Ou, ainda, o filho poderia ser fruto de uma relação conjugal, mas como o casal não possuía o vínculo de matrimônio cristão, a criança era reconhecida como ilegítima³⁰⁵.

Dos 263 batismos, apenas em 9 deles não consta a presença de pais espirituais: são 5 batismos sem um dos padrinhos e 4 em que a madrinha não é informada. Dos 5 batismos sem a referência dos padrinhos, em 3 deles pai e mãe são açorianos e em 1 deles a mãe é nascida na Ilha Terceira e o pai de Minas Gerais; no outro, o pai é natural da Colônia do Sacramento e a mãe, da Ilha do Faial. Tendo em vista que a prática do batismo por terceiros, em situações

³⁰¹QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini, 1985, op. cit.

³⁰²HAMEISTER, Martha. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In.: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (Orgs.). **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2014..

³⁰³HAMEISTER, op. cit., p. 84.

³⁰⁴PETIZ, 2009, op. cit.

³⁰⁵PETIZ, 2009, op. cit.

de risco imediato de vida, era permitida pelas Constituições Primeiras³⁰⁶, é provável que esses 5 batismos realizados sem a benção de pais espirituais tenham ocorrido em situações de emergência, em que a criança corria risco de perder a vida, necessitando ser rapidamente batizada. No entanto, nenhuma informação dessa natureza consta no assento paroquial, em nenhum dos casos.

São apenas 4 entre 263, em que não há referência à madrinha. Desses 4, em 3 o compadrio é realizado por procuração e em apenas 1 caso o padrinho morava na localidade. Nesse batismo, Jerônimo, filho de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta, ambos do Faial, foi batizado por um conterrâneo de seus pais, Jerônimo da Silveira Machado, morador de Rio Pardo³⁰⁷.

A respeito de madrinhas espirituais, caso relativamente comum nos apadrinhamentos da América portuguesa³⁰⁸, a situação acontece apenas uma vez nesse primeiro livro de assentos. Referente à ausência de padrinhos, Martha Hameister encontrou dados semelhantes em um estudo realizado na freguesia de Rio Grande, nos anos iniciais de formação da mesma, entre 1738 e 1763. Segundo a autora, dentre os 1368 registros batismais legíveis na íntegra ou parcialmente, dispostos nos quatro primeiros livros de assentos batismais, em 97 deles não há padrinhos registrados, e em 227, não consta a referência a madrinhas³⁰⁹.

Dentre os 263 batismos, há 90 casais com um dos membros ou ambos originários de uma das ilhas do arquipélago que compareceram à Igreja para o batismo de 139 filhos. Dessas crianças, apenas 11 aparecem sem madrinha (7,9%) e 8 sem padrinho (5,7%). Dos 139 batismos em que um dos pais (ou ambos) é ilhéu, foram localizados 87 madrinhas e 97 padrinhos que comparecem a pia batismal. Esse número foi encontrado a partir de um cruzamento nominativo, realizado entre os registros paroquiais de batismo e casamento. Em muitos casos, não foi possível saber ao certo o nome da madrinha ou do padrinho, pois o registro encontrava-se danificado. Há, ainda, casos em que os nomes são muito parecidos, nos quais, optou-se em não serem contabilizados.

Das 87 madrinhas, 56 delas comparecem apenas uma vez a pia batismal, isto é, para o apadrinhamento de apenas um afilhado, e 16 delas, duas vezes. Entre os padrinhos, 71 são informados nos assentos paroquiais apenas uma vez e 12 deles, duas vezes. Os padrinhos e madrinhas com maior número de afilhados podem ser visualizados na tabela abaixo:

³⁰⁶O batismo sem a presença de padrinhos e realizado por alguém que não fosse o sacerdote era permitido apenas em casos onde a criança corria risco de perder a vida.

³⁰⁷A respeito desse apadrinhamento, retornar-se-á no próximo capítulo.

³⁰⁸HAMEISTER, 2006, op. cit.

³⁰⁹ Ibidem.

Tabela 12 – **Padrinhos e Madrinhas com mais afilhados no livro de registros da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, livro 1755-1762**

Madrinha	n. afilhados	Padrinho	n. afilhados
Maria das Candeias	11	Antonio Vieira de Borba	11
Ines do Espirito Santo	5	Cosme da Silveira e Avila	6
Ana Inacia	4	Lic. Manuel Francisco de Bastos	4
Catarina Maria	4	Bernardo Rodrigues dos Santos	3
Catarina de São José	4	Jose Silveira de Bitercurt	3
Joana Rosa	3	Manuel Lopes	3
Ana Velosa	3	Mateus Simões Pires	3
Maria do Nascimento	3	Jose Correa	3
Teresa de Jesus	3		

Fonte: ACMPOA. Livros de registro batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1755-1762).

A madrinha com mais afilhados, Maria das Candeias, é uma açoriana natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves, da ilha de São Jorge³¹⁰. Maria das Candeias era filha de Manuel Ferreira (natural da ilha do Pico) e Antonia Pereira (ilha de São Jorge) e casou-se, aos dezesseis anos de idade, com o reinol Domingos Francisco, natural de Torres de Vedras, do arcebispado de Lisboa. O marido era viúvo do primeiro casamento, realizado ainda em Portugal, e morava em Viamão desde 1745, tendo passado, antes disso, uma década na cidade de São Paulo³¹¹. No Rio Grande do Sul, o casal teve seus filhos entre as freguesias de Viamão e Triunfo e Maria das Candeias faleceu, em 1817, em Triunfo.

Os onze afilhados de Maria das Candeias são, também, afilhados de Antônio Vieira de Borba. Antônio Vieira fora casado com Catarina Bernardes, e ambos tiveram duas filhas que batizaram os netos do casal entre os anos de 1777 e 1784, em Rio Pardo. Não constam informações, nos assentos paroquiais – seja nos registros dos filhos ou netos -, a respeito da naturalidade de Antônio, nem de sua esposa, Catarina. Ambas as filhas – Eugenia Maria e Maria do Rosário - foram batizadas na capela de Viamão, e se casaram com homens naturais dos Açores: José Dura, natural do Faial e Mateus Pacheco, natural da Ilha de São Jorge.

³¹⁰Agradeço enormemente a gentileza de Israel Aquino pelas informações cedidas a respeito de Maria das Candeias. Seu estudo, a respeito de famílias em Viamão em meados do século XVIII consta como referência deste trabalho.

³¹¹ACMPOA.AJM 1753/1, Francisco Domingos e Maria das Candeias.

Mesmo não sendo possível encontrar a naturalidade de Antônio Vieira de Borba, fica evidente a ligação do mesmo com primeiros migrantes ilhéus que tiveram filhos em Rio Pardo. Não se pode afirmar a origem de Antônio, mas sabe-se que dois dos seus genros eram naturais dos Açores. Além disso, é provável que Antonio e a companheira de batismos, Maria das Candeias, tivessem uma relação mais próxima, devido à quantia de batizados em que ambos foram padrinhos. Além disso, os dois possuíam uma ligação com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão: Antonio batizara duas de suas filhas na localidade, e Maria das Candeias residia na região. Viamão também fora uma das freguesias de instalação de migrantes açorianos durante a dispersão dos mesmos na década de 1750, sendo, inclusive, uma das rotas de deslocamento para Rio Pardo, como abordado no capítulo anterior.

Antônio e Maria, nesse sentido, compartilhavam de um capital simbólico do dom, onde o ritual de apadrinhamento criava um vínculo com o afilhado e reforçava uma rede de relações. Como padrinhos que eram, provavelmente construíram esse capital simbólico afilhado após afilhado, tecendo redes e firmando solidariedades. A escolha de dois padrinhos naturais das ilhas pelos migrantes açorianos pode desvelar a necessidade de se ter como guia espiritual do filho alguém que compartilhasse a mesma origem em comum com os pais.

Ter em Maria das Candeias e Antonio Vieira de Borba um grande número de afilhados também pode ter gerado um efeito para ambos os padrinhos. Os migrantes açorianos, ao perceberem que seus conterrâneos convidavam para o compadrio Antônio e Maria, talvez pudessem acreditar que um padrinho e uma madrinha com um bom número de afilhados fosse o mais importante para o momento. Dessa forma, as crianças filhas de açorianos nascidos na região não apenas seriam afilhados de Antonio e Maria, mas compartilhavam, entre si, o apadrinhamento do casal.

Dentre os outros sete homens campeões em batismo, outros cinco eram naturais dos Açores: Cosme da Silveira e Ávila (Ilha do Pico), Bernardo Rodrigues dos Santos (consta apenas a informação “Açores”), José Silveira Bitencurt (Ilha do Faial), Manuel Lopes (Ilha de São Jorge) e Mateus Simões Pires (Ilha Terceira) apadrinharam filhos de compatriotas seus³¹².

Esses padrinhos ilhéus foram preferidos para o apadrinhamento dos filhos de outros ilhéus, mesmo com uma série de outros grupos presentes na região de Rio Pardo no período, como por exemplo, os indígenas guarani e portugueses reinóis. A partir dessas informações, acredita-se que, devido à presença constante de padrinhos açorianos batizando filhos de

³¹²Dentre as madrinhas, como o nome não era algo que permanecia estático, optou-se por não considerá-las. A falta de outras referências (como, por exemplo, se eram casadas com o padrinho do afilhado) também dificultou a busca por maiores informações.

conterrâneos seus, o batismo poderia ser considerado como uma importante ferramenta de inserção social, bem como de reconhecimento de redes. O fato de Maria das Candeias ser escolhida como madrinha e seu marido, de origem reinol, não remete para o fato de esses casais açorianos recém-estabelecidos na região optarem pelo compadrio com pessoas já conhecidas, fosse das ilhas ou na travessia, reforçando afinidades já existentes.

A travessia poderia ser o momento de afinar laços ou criar novas redes de relações. Como os casais migrados a partir do Edital de 1747 tinham como destino final a região de Santa Catarina, é provável que muitos daqueles açorianos estabelecidos em Rio Pardo conheceram-se nesse momento. A viagem de navio, que poderia durar meses, amadurecia solidariedades e tensões entre os migrantes, bem como os fazia compartilhar de emoções parecidas. Esses sentimentos poderiam ser o medo de um naufrago, a invasão de navios piratas, a morte de algum familiar ou amigo próximo ou, ainda, a expectativa de se estabelecer num novo lugar, inóspito a sua chegada. Sentimentos como medo, angústia e expectativa não podem ser desconsiderados quando se analisa a formação de redes nos processos de migração, pois, tendo em vista que os sujeitos dos setecentos estavam em constante busca de segurança, poder contar com assistências e apoios no novo local de moradia era fundamental.

O fato de, entre 139 crianças filhos de pais açorianos, apenas 9 não terem padrinho ou madrinha registrados, pode ser considerado como um reflexo dessa busca por segurança dos ilhéus no Continente. Além disso, os migrantes estabeleceram numa região de fronteira em aberto e constantemente disputada pelos impérios ibéricos. Dessa forma, é provável que a escolha recaía sobre pessoas reais – não madrinhas espirituais ou a falta de padrinhos – representando uma tentativa de inserção e afirmação desses migrantes açorianos em Rio Pardo. Estabelecer um laço no compadrio gerava uma dádiva³¹³ que talvez jamais pudesse ser retribuída pelo padrinho ou madrinha, o que poderia garantir proteções e auxílios futuros entre os migrantes e seus afilhados.

Esse era o cenário de Rio Pardo na década de 1750 – em construção, movimento e conflito. A escolha de um padrinho, deste modo, era fundamental para um casal de migrantes recém-chegados. Um bom compadrio poderia significar, anos mais tarde, a inserção socioeconômica de um filho, ou ainda garantir acesso a terra, dependendo da rede de relações que aquele padrinho viria a ter. Nesse sentido, a circulação de dádivas estava garantida entre os integrantes da rede, reforçando-a, espalhando um jogo social complexo e dinâmico.

³¹³ GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

A Rio Pardo da década de 1750, ainda pouco povoada, diferia muito daquela de finais do século XVIII. Na década de 1770, após quase vinte anos de instalação do forte Jesus-Maria-Jose e da chegada dos primeiros casais de açorianos à região, os batismos se elevam de maneira considerável. Enquanto que no primeiro livro, de 1755 a 1761, a média correspondia a algo em torno de 43 batismos ao ano, no próximo seguinte, que abrange o período de 1774 a 1780, a média anual cresceu para 190.

Tal aumento pode ser compreendido como um reflexo do acréscimo populacional no Continente a partir da década de 1770, e o período de relativa paz entre as Coroas ibéricas pelas disputas de terras no Brasil meridional. Pode, ainda, demonstrar, demograficamente, a expansão da fronteira do Continente, tendo em Rio Pardo um dos seus pontos de convergência, como abordado brevemente no capítulo anterior³¹⁴. Não apenas aqueles migrados na década de 1750 e seus filhos ali nascidos e batizados – fossem esses açorianos migrados para o povoamento das Missões ou visando terras na região -, mas uma quantidade de pessoas de outras regiões, seja das Américas, da Europa ou África (como escravizados ou forros, os últimos possivelmente visando estratégias de acomodação na região).

Tabela 13 – População da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo conforme o Mapa de População de 1780

	Freg. Nossa Senhora do Rosário Rio Pardo	Continente de São Pedro de Rio Grande
Homens casados	395	2365
Homens velhos	-	116
Homens solteiros	211	1831
Meninos de confissão	348	2418
Mulheres casadas	318	2326
Mulheres velhas	-	130
Mulheres solteiras	160	1536
Meninas de confissão	325	2099
Escravos	381	3212
Escravas	238	1883
SOMA	2374	17.923

Fonte: Arquivo Nacional. **Mapa Geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, 1780.**Cód. 104, vol.2, n.134.

De acordo com o Mapa anexado à carta do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara ao vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Souza, em agosto de 1780, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo era a segunda mais povoada de todo o

³¹⁴Essa hipótese carece de estudos, necessitando de maiores testes e verificações.

Continente. Rio Grande, com maior população, tinha um número de 2.421 habitantes. Mesmo que Rio Grande fosse a maior em habitantes, Rio Pardo era a freguesia com maior número de crianças em idade de confissão – 348 meninos e 325 meninas – além de contar com a terceira maior população escravizada, no total de 619 pessoas³¹⁵.

Tabela 14 – **Condição dos batizados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário entre 1774 e 1780**

Condição	1774-1780	1783-1789	1790-1800	Total 1774-1800
Livres ³¹⁶	850	951	1727	3528
Escravizados	256	204	2	462
Forros	13	3	8	24
Expostos	22	28	48	98
Total de batismos	1141	1186	1785	4112

Fonte: ACMPOA. Livros de registro batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

A população residente em Rio Pardo continuava buscando a Igreja para o batismo de seus filhos. Entre novembro 1774 e o início do mês de setembro de 1800, foram realizados 4.112 batismos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, dispostos em três livros, a saber, 1774-1780, 1783-1789 e 1790-1800. Entre os dois primeiros livros, existe um lapso de três anos de registros, de 1780 a 1783. A partir da década de 1790, os assentos dos escravizados são realizados em outro livro que compreende o período de 1790 a 1827³¹⁷, e por isso a existência de apenas dois assentos de batismos de escravizados nos anos de 1790 e 1800.

O maior número de crianças batizadas na freguesia era de legítimas, seguidas por filhos naturais. Houve um aumento considerável de crianças identificadas como expostas nesse período, muito provavelmente em função do aumento da população na freguesia.

Tabela 15 – **Crianças nascidas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1774 e 1800**

Distinção padre	1774-1780	1783-1789	1790-1800	Total 1774 – 1800
------------------------	------------------	------------------	------------------	--------------------------

³¹⁵As freguesias com maior população escrava eram: Viamão (439 homens e 310 mulheres); Triunfo (407 homens e 233 mulheres); Rio Pardo (381 homens e 238 mulheres) e Rio Grande (380 homens e 216 mulheres). Todas as 14 freguesias citadas no Mapa contam com população escravizada.

³¹⁶Houve um decréscimo nas referências aos indígenas guarani. Conforme RIBEIRO, Max, op. cit., isso não significa que os mesmos não estivessem mais na região ou batizando seus filhos. Significa, antes, que foi uma opção do clérigo ocultar essa informação dos registros.

³¹⁷Esse livro de batismos não consta nos levantamentos de fontes. Os resultados aqui expostos dizem respeito aos livros 1774-1780, 1783-1789 e 1790-1800.

Legítimo	884	936	1561	3381
Natural	169	141	119	429
Filho de	64	80	47	191
Exposto	22	29	48	99
Adulto	-	-	3	3
Sem Referência	2	-	7	9
Total	1139	1186	1785	4112

Fonte: ACMPOA. Livros de registro batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Em relação às crianças em que um dos progenitores (ou ambos) era de origem açoriana, foram contabilizados 605 batismos nos três livros de assentos paroquiais. No período de 26 anos, 190 casais de ilhéus compareceram a pia batismal para banhar em água benta seus filhos e estabelecer uma relação de compadrio com outros moradores, fossem eles da localidade ou de outros lugares do Continente. Foram apenas três casos de crianças batizadas como naturais³¹⁸ e 602 batizadas como filhos legítimos, isto é, nascidos a partir da união matrimonial dos pais.

Dentre as 605 crianças filhas de nativos dos Açores, apenas cinco não tiveram o padrinho referenciado nos assentos paroquiais. Entre as crianças batizadas sem a presença de madrinhas, o número foi de 130. Isso representa 21,5% das crianças batizadas filhas de ilhéus sem madrinhas e 0,8% das crianças batizadas sem padrinhos.

Tabela 16 – Filhos de açorianos batizados sem o registro de padrinhos e madrinhas entre 1774 e 1800

Livro	1774-1780	1783-1789	1790-1800	Total 1774-1800
Sem padrinho	2	-	3	5
Sem madrinha	73	31	26	130
Total	75	31	29	135

Fonte: ACMPOA. Livros de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1774-1780; 1783-1789; 1790-1800.

No total de batismos realizados na paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (4.112), o número de crianças batizadas sem madrinha é de 776 (18,62%) e sem padrinhos é de 56 (1,36%). Os números, portanto, de escolha dos padrinhos são semelhantes entre os nativos dos Açores e os demais moradores da localidade na escolha do apadrinhamento. Dessa forma, o compadrio poderia funcionar como uma das esferas de um

³¹⁸Não se sabe se há casos de progenitores de origem açoriana que abandonam seus filhos. Portanto, não haveria referência a crianças expostas filhas de açorianos, bem como adultos batizados filhos de progenitores naturais de uma das ilhas.

sistema de prestação total³¹⁹, revelando redes de reciprocidade e solidariedade endógena entre os migrantes açorianos instalados em Rio Pardo, bem como com os demais moradores da região.

O alto índice de crianças batizadas por padrinhos reais (não espirituais) demonstrava o funcionamento de um jogo social complexo, em que as esferas econômicas, sociais e políticas estavam próximas e, por vezes, se confundiam. Esse jogo social, referenciado por Godelier³²⁰, refletia-se em todas as esferas da vida de um sujeito contemporâneo à sociedade colonial brasileira, com reflexos de um Antigo Regime. O ato do batismo, portanto, poderia ser um dos campos desse sistema, que se refletia nas demais, como agregamento de terras, empréstimos, redes de solidariedade e conflito, dentre outros.

Tendo em vista o Continente de São Pedro de Rio Grande como uma região em constante movimento, onde realçar relações e laços poderia garantir a sobrevivência no dia seguinte, fosse em questões materiais quanto em apoio pessoal, o baixo número de crianças batizadas sem padrinhos assinala uma sociedade na qual o compadrio era importante para a busca de segurança. Os pais e mães ilhéus preocuparam-se em atender a essa expectativa, colocando seus filhos em redes elaboradas de compadrio e prestação total na freguesia.

Dentre as 605 crianças filhas de açorianos batizadas no período, foram 128 apadrinhadas por homens que possuíam alguma distinção, como o vigário da paróquia, tenente do regimento de dragões³²¹, ou licenciados³²²; entre as madrinhas, 50 delas aparecem com a distinção de *dona*. Desses 605 batismos, 231 crianças foram apadrinhadas pelo casal, representando 38% dos batismos; em treze deles, os padrinhos são irmãos ou pai e filha ou ainda filho e mãe. Esses números podem ser ainda maiores, devido a não necessidade de registro dessas informações, bem como falta de visibilidade das informações no documento. São casos que dependiam da vontade do pároco ou ainda do grau de representatividade que aquelas pessoas possuíam na comunidade.

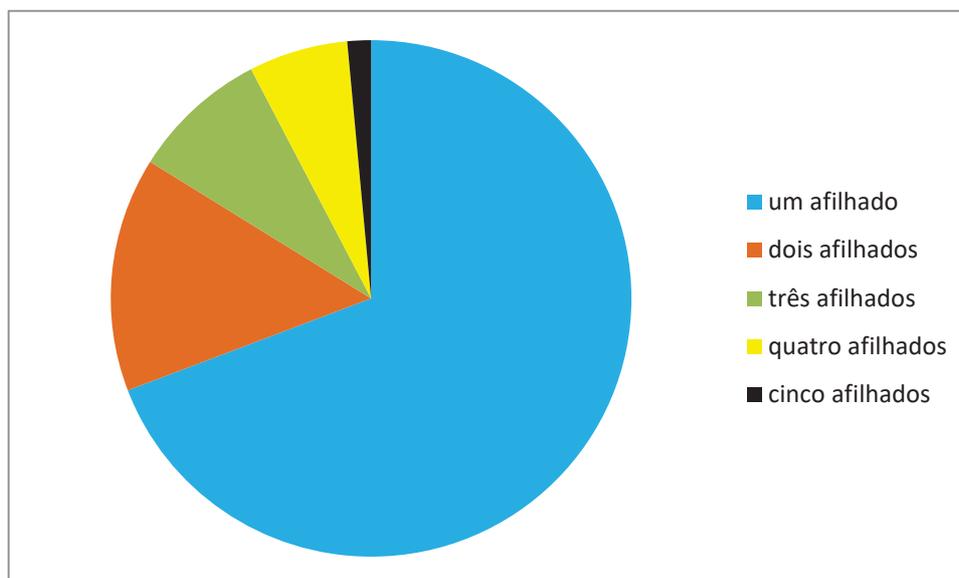
³¹⁹GODELIER, Maurice, 2001, op. cit.

³²⁰ Ibidem.

³²¹Os dragões eram tropas criadas a partir da infantaria montada. Eram, portanto, soldados que se movimentavam a cavalo.

³²²Um licenciado, no período colonial brasileiro poderia ser um profissional diplomado na área de medicina ou cirurgia. Conforme o dicionário da língua portuguesa escrito por Rafael Bluteau, em 1789: “Licenciado: o que nas Universidades se dá ao aprovado nos Exames de Conclusões Magnas, e Exame privado. O sujeito que tem esse grau”. Mesmo que essa definição seja para formados, boticários, parteiras barbeiros também se utilizavam do termo. (BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Linguaportugueza**, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa, na Officina de SimaoThaddeo Ferreira, 1789).

Gráfico 1 – Relação de padrinhos e afilhados



Fonte: ACMPOA. Livros de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1774-1780; 1783-1789; 1790-1800.

Em 236 casos, o padrinho compareceu apenas uma vez a pia batismal. Nesse número também estão os casos de homens em que não se pode fazer uma identificação precisa, ora pelo registro estar danificado, dificultando a leitura do nome, ora por não se saber se o registro era de pessoa homônima ou não. Foram 50 padrinhos que compareceram duas vezes para o apadrinhamento, totalizando 100 batismos. Um total de 29 homens compareceram a pia batismal por 3 vezes, considerando-se a observação anterior.; 21 apadrinharam 4 crianças e outros 5 homens apadrinharam 5 crianças no período de 1774 a 1800.

Tabela 17 – Padrinhos³²³ de filhos de açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, entre 1774 e 1800

Padrinho	Distinção/atividade	Naturalidade	n. afilhados
José Antonio Mesquita	Vigário		16
Manuel Francisco de Bastos	Licenciado – cirurgião-mor	Portugal, Porto	13
Vicente Venceslau Gomes Carvalho	Licenciado – cirurgião-mor	Continente, Rio Grande	11

³²³Optou-se por analisar apenas os homens, pois em relação às mulheres foi mais difícil estabelecer marcos de identificação. Isso porque, em primeiro lugar, o nome feminino alternava-se muito mais. A esposa de Mateus Simões Pires, por exemplo, por vezes era chamada de Catarina Inácia, outras Catarina Inácia da Purificação e, até, Catarina Inácia da Salvação. Além disso, os nomes femininos eram mais homogêneos: existiam muitas Marias e Anas. Essa não é uma tarefa impossível, mas demandaria mais tempo de análise da fonte, o que, infelizmente, não cabe nesta pesquisa.

Antonio Davila		Açores, ilha do Pico	8
Mateus Simões Pires	Comerciante/ Sesmeiro	Açores, ilha Terceira	8
João de Souza Pimentel	Sesmeiro	Açores, São Miguel	8
José Castro de Moraes	Sargento-mor do regimento de dragões	Brasil, Rio de Janeiro	7

Fonte: ACMPOA. **Livros de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.** 1774-1780; 1783-1789; 1790-1800.

Foram apenas 7 os homens que compareceram à pia batismal com número acima de 7 batismos, em 23 anos de registros³²⁴. Ao realizar o cruzamento nominativo com outras fontes, em seis casos encontrou-se a atividade profissional e o local de nascimento, sendo que apenas Antônio Dávila não consta a profissão. Entre os 7 padrinhos, que totalizavam 71 batismos, 3 deles eram naturais das ilhas dos Açores – Pico, Terceira e São Miguel, somando, 24 afilhados. Observa-se, ainda, que Mateus Simões Pires (Ilha Terceira) era sogro de João de Souza Pimentel (São Miguel). Somando os batismos de ambos com os de Antonio Simões Pires, filho de Mateus, os três possuíam um total de 20 afilhados entre os filhos de açorianos nascidos na freguesia³²⁵. Mateus Simões Pires desenvolvia, nesse período, atividades ligadas ao comércio entre Rio Pardo e o Rio de Janeiro.

No total de batismos, entre os 4.112 registros, Antônio Dávila compareceu a pia batismal 10 vezes: 8 casos de filhos de açorianos e 2 vezes para apadrinhar filhos de pais nascidos no Continente. Entre os 7 padrinhos, Dávila é o único que possui vinculação de todos os batismos com as ilhas dos Açores. Seus compatriotas, Mateus Simões e João de Souza Pimentel batizaram, além de oito afilhados filhos de açorianos, apadrinharam crianças filhas de pais nascidos em outras regiões do império português que não os Açores. Sogro e genro somaram quatro afilhados nascidos em Rio Pardo e filhos de homens e mulheres naturais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Seriam essas relações frutos de outras esferas da vida desses sujeitos, como as econômicas e políticas?³²⁶

José Antônio Mesquita, um dos párocos residentes na paróquia de Nossa Senhora do Rosário foi o campeão de batismos. O clérigo era filho de um casal de açorianos, Manuel Alves Coelho (Angra, Ilha Terceira) e Joana do Sacramento (Ilha de São Jorge), os quais também residiam na localidade. O padre fora padrinho, inclusive, de um de seus irmãos,

³²⁴Como referenciado anteriormente, os livros de batismo dão conta dos batizados que ocorreram entre 1774 e 1800, mas entre os anos de 170 e 1783 não há assentos paroquiais.

³²⁵Pretende-se adentrar nos batismos e suas relações no próximo capítulo.

³²⁶Essa é uma pergunta que se buscará responder no próximo capítulo.

Plácido, nascido em 1777. Dois dos irmãos do pároco, são apadrinhados pelo segundo homem que mais vezes compareceu a pia batismal, Manuel Francisco de Bastos³²⁷.

Conforme as Constituições Primeiras, era proibido aos clérigos serem padrinhos de crianças. No entanto, na prática, essa regra fora desrespeitada não apenas em Rio Pardo, como em Rio Grande, como demonstrou Martha Hameister, assim como em outras regiões da América portuguesa. José Antonio de Mesquista não era apenas o campeão de batismos entre filhos de açorianos, mas da freguesia em geral: apadrinhou, ao total, 43 crianças entre 1774 e 1799. Se somados os 16 apadrinhamentos que seu pai realizou na mesma freguesia – sendo, em 3 casos, filhos de açorianos -, ambos somam 59 batizados em 23 anos de batismos. Cabe questionar, portanto, o quanto de influência a família possuía sobre a comunidade em geral, e o quanto os apadrinhamentos realizados pelos membros masculinos da mesma colaboraram na construção de uma rede de relações.

Se cabia aos clérigos o cuidado da vida espiritual de seus súditos, a um cirurgião-mor competiria o cuidado com a vida daqueles habitantes. Dois entre os sete padrinhos desenvolviam tal atividade e foram convidados a apadrinhar 24 filhos de açorianos nesse período: Vicente Venceslau e Manuel Francisco de Bastos. No total de apadrinhamentos, ambos somavam 56 afilhados (36 de Vicente e 20 de Manuel). Enquanto o pároco era o médico da alma, os licenciados eram os médicos do corpo. Essa dádiva³²⁸ concedida aos médicos em apadrinhar uma criança poderia ser o reflexo da ajuda em situações difíceis, como uma gestação e pós-parto difícil, reconhecendo-se, assim, uma relação de um jogo muito mais complexo.

Além das atividades religiosas e medicinais, um tenente do regimento de dragões apadrinhou sete crianças, 10% entre os campeões de batismos apontados na tabela acima. Na década de 1780, quando era capitão, batizou 2 crianças filhos de açorianos; o mesmo ascendeu ao cargo de Sargento-Mor no início da década de 1790, e batizou outras 5 crianças filhos de açorianos. No total, entre filhos de açorianos e outros habitantes da localidade, teve 22 afilhados.

Optar por um padrinho rico e com um distintivo – seja militar, pároco, médico ou sesmeiro – poderia garantir o dia de amanhã dos filhos dos migrantes ilhéus. A escolha de um padrinho, portanto, não era um jogo do acaso, mas sim fruto de um elaborado jogo de relações. É claro que não se pode condicionar os apadrinhamentos pelas patentes que cada

³²⁷ As relações de apadrinhamento do pároco e de seus familiares não foram sublinhadas nesta pesquisa, pois se acredita que devam ser olhadas com maior atenção, requerendo um estudo rigoroso a respeito, o que fugiria dos objetivos dessa pesquisa.

³²⁸ GODELIER, Maurice, 2001, op. cit.

padrinho possuía, pois, dentro desse grupo de possíveis padrinhos, contavam, também, relações de amizade e reciprocidade. O que se acredita é que, dentro de um mundo possível de relações, a escolha do padrinho e seu convite, acompanhado da resposta positiva dele, reforçam laços e enriquecem o jogo social de prestação de dádivas contidas na freguesia, na qual os migrantes açorianos encontravam-se inseridos.

Se comparados os apadrinhamentos da primeira década de formação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário (considerando-se o livro de registros entre 1755 e 1762) com os batismos a partir da década de 1770, ou seja, praticamente duas décadas depois, semelhanças e diferenças podem ser encontradas, no que diz respeito às escolhas de compadrio realizadas por nativos dos Açores migrados para a região. As semelhanças são encontradas, principalmente, no fato de que é muito baixo o número de crianças filhas de ilhéus batizadas sem a presença de padrinhos - 5,7% entre 1755 e 1762 e 0,8% entre 1774 e 1800. No livro de assentos paroquiais entre 1783 e 1789, não há, sequer, uma criança filha de ilhéus que não tenha padrinho registrado. O que esses dados significam numa freguesia com uma fronteira em aberto e em constante disputa? Que tipo de apoio um padrinho poderia conferir ao afilhado ao longo da vida? Como a rede era reforçada a partir do estabelecimento do compadrio?

A respeito da presença feminina como madrinhas nos batismos, as diferenças são um pouco mais acentuadas. No primeiro livro de registros, são 7,9% de filhos de migrantes açorianos que não possuem madrinhas; já no segundo período analisado, entre 1774 e 1800, são 21,5% que aparecem sem o registro de madrinha. Isso não significa que a presença de madrinhas não fosse importante na pia batismal, mas demonstra a preferência pela escolha de um padrinho ao invés de madrinha. Dentre os batismos sem madrinha, que totalizam 130 nesse segundo período, a maior concentração de assentos sem madrinha ocorre entre os anos de 1774 e 1780, com 73 batismos com madrinhas ausentes, mais da metade do número total.

Além disso, a concentração de apadrinhamentos parece ser maior no primeiro livro de registros de batismo, onde Maria das Candeias e Antonio Vieira de Borba somam onze apadrinhamentos, num universo de 263 batismos. No segundo momento, a dispersão de padrinhos pode ser reflexo da grande população da freguesia, principalmente nos anos de 1780, quando a região de Rio Pardo encontrava-se mais habitada.

Semelhanças e diferenças também são encontradas nas escolhas de compadrio de naturais das ilhas entre as freguesias de Rio Pardo e Rio Grande. Martha Hameister constatou que os açorianos migrados para a freguesia convidavam para o apadrinhamento de seus filhos, a partir da chegada dos mesmos na década de 1750 até delimitação temporal final de seu

estudo, o ano de 1763³²⁹. A mencionada autora averiguou também que os homens que mais apadrinharam filhos de migrantes açorianos eram moradores residentes há mais tempo na Vila, advindos de famílias abastadas da região³³⁰. Na mesma pesquisa, ainda demonstrou que o alto grau de apadrinhamento entre filhos de açorianos apresentava-se, também, como um reflexo da fronteira tencionada e aberta.

Se comparados os dados contemporâneos entre as freguesias – Rio Pardo entre 1755 e 1762 e Rio Grande entre os anos de 1750 e 1763 – as diferenças se dão pelo fato de que os campeões de apadrinhamentos dos filhos de ilhéus, na primeira, eram de nativos dos Açores. Acredita-se que isso é um reflexo da construção da freguesia e do cenário de instabilidade que marcava a região, em função do conflito com os indígenas Guarani pelas Missões, bem como dos constantes litígios entre portugueses e espanhóis. Dessa forma, a escolha de um conterrâneo para apadrinhar um filho reforçava possíveis vínculos criados antes do processo migratório, ainda nas ilhas, ou durante a viagem. Esses vínculos poderiam, também, terem sido criados ou reforçados no estabelecimento dos ilhéus em outros locais do meridional americano, como após o desembarque em Santa Catarina ou nas freguesias do Continente, como Rio Grande, Viamão ou Triunfo.

No período entre 1774 e 1800, portanto, é que a inversão da lógica do dom³³¹ pode ser averiguada. Apesar disso, quatro entre os sete padrinhos campeões de batismos na freguesia tinham alguma relação direta com a origem dos migrantes açorianos ou eram originários dos Açores. Os ilhéus, de status econômico superior e prestígio entre as famílias da região, eram os padrinhos preferencialmente escolhidos. É provável que por trás da escolha desses padrinhos residia uma tentativa de garantir o futuro dos filhos, bem como possibilitar o ingresso numa fina rede de relações, que fazia circular proteções e favores nos diferentes momentos da vida³³².

Esse esboço das relações de compadrio de migrantes açorianos demonstra a ideia central desse capítulo: *é um mundo em que não se vive sozinho*. Além disso, corrobora uma das hipóteses da presente pesquisa, qual seja, de que as estratégias de inserção dos migrantes açorianos ao sul da América portuguesa dependiam, muito mais, da rede social na qual se encontravam inseridos do que ao fato de terem uma origem comum. Para um casal de migrantes que atravessavam um oceano e se estabeleciam em uma área de fronteira espacial

³²⁹HAMEISTER, 2006, op. cit..

³³⁰Ibidem.

³³¹HESPANHA, 2000, op. cit..

³³²No próximo capítulo, pretende-se aprofundar a discussão sobre esses padrinhos açorianos campeões de batismo, na expectativa de entender os diferentes aspectos ligados a migração açoriana para o Continente.

em aberto, além de uma situação de constante insegurança, criar e reiterar laços poderia significar a garantia de vantagens futuras. Além disso, se a fronteira espacial era considerada aberta e em constante movimento, por outro lado, a agrária apresentava-se fechada. Ou seja, os compadrios realizados na freguesia poderiam representar, ainda, a afirmação de laços que garantissem alianças em diferentes momentos da vida de cada um.

Parte II – O ESTABELECIMENTO E ATIVIDADES ECONÔMICAS

3.3 Sobre fincar marcos e estabelecer-se: O acesso a terra e as múltiplas atividades

Ao nascer do ano de 1780, Jerônimo Jacinto da Silveira Gularte, morador da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, solicitava uma data de campos entre os galhos do Pequeri, região próxima à dita freguesia³³³. De acordo com o suplicante, filho de um casal de açorianos, o espaço demandado poderia ser concedido ao mesmo devido ao último tratado de paz entre as Coroas ibéricas pela região fronteira do Continente de Rio Grande de São Pedro³³⁴.

Como abordado no segundo capítulo da presente dissertação, o litígio entre exércitos castelhano e luso impunha aos habitantes do Continente do Rio Grande de São Pedro um cenário de instabilidade, fazendo com que muitos ora se deslocassem para outras regiões, ora servissem ao exército português. Entre esses habitantes, encontravam-se os migrantes açorianos, tanto na condição de casal ou não. Assim, um panorama de conflito e insegurança permeou toda a segunda metade do século XVIII, sendo que, por vezes, os espanhóis dominaram terras nas quais a presença portuguesa já estava assegurada, como na invasão à Vila de Rio Grande, em 1763³³⁵.

Em 1750, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, desembarcou no porto de Rio Grande para dar início aos marcos da Expedição Demarcadora dos Limites, uma das condições do Tratado de Madri. Às margens do Jacuí, construiu um forte, que deu origem à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, tendo distribuído terras no

³³³AHRS.F1231, f. 196.

³³⁴O Tratado referido por Jerônimo era o de Santo Idelfonso, realizado na cidade espanhola de mesmo nome, e que buscava pôr fim a mais um dos conflitos entre portugueses e castelhanos pelas terras meridionais americanas. O tratado de Santo Idelfonso foi realizado na tentativa de retornar a algumas das condições do tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, que fora anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo. De acordo com o Tratado de 1777, de caráter mais complexo, indicava normas de demarcação territorial (toponímia e denominações para as localidades); limites territoriais (onde começavam e onde terminavam as fronteiras de cada Estado Colonial); direitos e deveres dos súditos que residiam nas regiões de fronteiras; retirada ou permanência de povoações, dentre outros.

³³⁵A respeito da invasão castelhana à Vila de Rio Grande, ver o capítulo anterior.

mencionado lugar. Além das doações de sesmarias, criou, entre os anos de 1754 e 1756, um povoado com casais de açorianos que o acompanharam nas terras entre os arroios do Couto e Diogo trilha, num espaço de duas léguas³³⁶. Muitos eram homens e mulheres que possuíam filhos, nascidos tanto nos Açores quanto na América portuguesa; outros, provavelmente, eram casais recém-formados no Continente.

No entanto, três décadas depois, o espaço entre os arroios foi reclamado como pertencente à sesmaria de Jerônimo Machado da Silveira³³⁷ e Cosme da Silveira e Ávila. Em 1782, houve um pedido de ação de despejo realizada por Joaquim Severo Fialho e o tenente Luís Severino José de Carvalho, ambos genros dos reclamantes. A decisão tomada era que os ocupantes das terras de Jerônimo Machado da Silveira fossem despejados, enquanto os que se encontravam na parte da sesmaria de Cosme da Silveira fizessem um acordo com os herdeiros do mesmo a fim de adquirir o espaço já ocupado. Jerônimo Machado da Silveira, natural da Ilha do Faial, havia migrado para a América quando criança e casado com Maria Santa, natural da Ilha de São Jorge e filha de casal³³⁸.

A situação ocorrida entre os casais de açorianos arranchados e os sesmeiros, ambos açorianos, - sendo Jerônimo Machado genro de um casal migrado pelo edital de 1747 - reflete a circunstância agrária de constante disputa pela terra no Continente. O fato de terem a mesma origem não impedia a existência de conflitos. Um dos moradores dessas terras reclamadas como sesmaria era Simão Dias Gonçalves, tendo sido testemunha dos Autos de Justificativa do Matrimônio de Jerônimo Machado da Silveira³³⁹. Isto é, uma relação próxima anos antes entre Simão e Jerônimo não serviu para que o conflito não existisse. Não se sabe, no entanto, se Simão ainda se encontrava vivo no decorrer da década de 1780 durante o conflito pelas ditas terras, já que não foi encontrado referências documentais. Assim como não se sabe se entre o testemunho de Simão até o casamento de Jerônimo tenha acontecido algum desentendimento entre os dois.

O mencionado episódio, ocorrido num momento de relativa paz entre os impérios ibéricos, evidencia que o mundo no qual os migrantes ilhéus estavam inseridos dependia muito mais de suas relações sociais e as das possibilidades alcançadas a partir delas, do que de um sentimento de identidade que unia todos os migrantes açorianos em torno de causas em comum. O conflito, como um dos aspectos da vida humana, se manifestavano acesso a terra,

³³⁶GRAEBIN, 2004, op. cit.

³³⁷Como demonstrado anteriormente, Jerônimo Machado era padrinho de Jerônimo Gularte. Ambos possuíam sesmarias.

³³⁸ACMPOA. AJM, 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

³³⁹Ver capítulo anterior.

dificultada na América devido à política de doações e apropriação pela Coroa portuguesa. As disputas por terras também podem ser entendidas como um reflexo da fronteira agrária fechada no Continente.

No estudo sobre apropriação de terras no Rio Grande do Sul dos setecentos, Helen Osório chama atenção para tal questão. De acordo com a autora, apesar de uma fronteira espacial aberta, contínua e em movimento, a fronteira agrária apresentava-se fechada, como um reflexo da política colonial de doação de terra na América portuguesa³⁴⁰. Dessa forma, mesmo em um espaço de expansão como a da região de Rio Pardo em finais do século XVIII, a terra era um bem valioso, e adquiri-la significava uma mudança na vida dos migrantes e seus filhos.

Não foram poucas as disputas pela terra entre os habitantes do Continente de Rio Grande de São Pedro, fosse em litígios entre vizinhos ou entre pequenos e grandes proprietários. Um dos conflitos mais referenciados envolvendo casais de açorianos transmigrados e um grande proprietário de terras foi o de Jerônimo de Ornelas, natural da ilha da Madeira³⁴¹. Na sesmaria de Sant'Ana, cuja carta de concessão fora assinada por Dom Luís de Mascarenhas, haviam se estabelecido alguns casais de açorianos chegados a partir do Edital de 1747. Após algumas insatisfações com os migrantes mesmos, Ornelas decidiu mudar-se para triunfo, em 1757³⁴². Três anos após a mudança, seu filho, Jose Raimundo Dorneles assassinou um dos casais, ainda motivado pelos conflitos ocorridos entre Jerônimo e os ilhéus.

O acesso a terra, portanto, motivava disputas variadas. Possuir uma extensão de terra significava que poderiam trabalhar na mesma, além de gerar o sustento da família. Para um pequeno lavrador, ser dono de um espaço para o plantio de alimentos, era a garantia da sobrevivência e reprodução do grupo, bem como obtenção de certa posição social. Para um grande criador de gado e produtor de trigo – atividades mais comuns do Rio Grande setecentista –, o aumento de domínios espaciais também era sinônimo de ampliação do prestígio e garantia de autonomia econômica. Para aqueles que realizavam algum serviço para Sua Majestade, como servir oficialmente na carreira militar, significava o reconhecimento de suas ações e prestígio, como no caso de Jerônimo Jacinto da Silveira Gularte, quando solicitou uma sesmaria, devido os serviços prestados como soldado.

³⁴⁰OSÓRIO, Helen, op. cit.

³⁴¹GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes, op. cit.. A sesmaria de Sant'Ana é uma das sesmarias que deu origem à atual capital do estado, Porto Alegre.

³⁴² Ibidem.

Situação diferente daquela solicitada por Jerônimo Jacinto da Silveira Gularte, quando requereu a sesmaria entre os galhos do Pequiri, vivia seu irmão, João Inácio Silveira Gularte. Quatro anos após o pedido de Jerônimo pela sesmaria, o irmão vivia de favor nas terras dos pais. Nesse mesmo período, João Inácio e a esposa, Ana Francisca, possuíam três filhas, a saber, Vicência, Joaquina e Juliana, todas batizadas por João de Souza Pimentel e sua esposa, Vicência Joaquina³⁴³.

Nesse ínterim, foram múltiplas as maneiras como açorianos e seus filhos acessaram a terra no Continente de Rio Grande de São Pedro: herança, compra, doação ou despacho do governador. Além das formas de acesso a terra como propriedade, havia aqueles que a acessavam pela condição “a favor”. Foi através de tais maneiras de obtenção da terra que os açorianos e descendentes conseguiram se manter e estabelecer atividades no mundo rural do Brasil meridional durante a segunda metade do século XVIII.

Se, do outro lado do Atlântico, nos Açores, as propriedades nas ilhas estavam nas mãos das famílias mais abastadas ou pertenciam à Igreja³⁴⁴, acredita-se que o acesso a uma propriedade de extensão em torno $\frac{1}{4}$ de légua em quadra, prometida no Edital de 1747, significava muita terra para os ilhéus. Mesmo que as datas de terras prometidas aos açorianos fossem, em tamanho, muito inferiores às extensões de uma sesmaria, geralmente dotadas com quatro léguas de comprimento e uma de largura, provavelmente, impressionaram pelas dimensões aqueles dispostos a migrar³⁴⁵.

Não apenas como um bem legado em testamentos ou inventariado, a terra poderia representar uma forma de estabilidade numa região em que o paradigma vigente era o movimento, forçado ou não. Criar os animais, plantar alimentos para o sustento da família e agregados, bem como comercializar o excedente era o que buscavam muitos dos moradores do Continente. Ter um título que os reconhecesse como donos da terra era uma garantia de situação de segurança, em um mundo em movimento, de fronteira aberta, descontínua e em movimento.

No entanto, nem todas as propriedades apresentavam áreas que pudessem ser destinadas ao plantio e criação de animais. Além das dificuldades com o solo, havia a possibilidade de enchentes e as invasões das terras, fossem por animais selvagens ou pelo gado de vizinhos, ou ainda a insuficiência de mão-de-obra para o manejo adequado da

³⁴³João de Souza Pimentel e Vicência Joaquina eram, respectivamente, genro e filha de Matheus Simões Pires, natural da Ilha Terceira, o qual será analisado mais a frente nesse capítulo.

³⁴⁴Ver capítulo 2.

³⁴⁵No capítulo anterior foi discutido a respeito dos motivos da migração açoriana para o meridional americano, considerando-se o contexto de disputa por terras nas Ilhas. Para mais informações, ver tal capítulo.

propriedade. É levando em conta este cenário em que os migrantes açorianos procuraram estabelecer estratégias de inserção e acesso a terra na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, como também em freguesias próximas.

Conforme Helen Osório, o valor da terra – assim como do gado - na composição das fortunas do Continente variava de acordo com o cenário de conflito ou paz entre as Coroas ibéricas³⁴⁶. Ambos se alternavam como bens de maior valor em inventários. Em períodos de conflito, enquanto o gado possuía um valor mais alto, a terra caía em desuso, devido às necessidades de mudança constante. Já nos períodos de paz, ela passava a ser o bem de maior valor dentre os testamentos e inventários, pois a ausência de conflito permitia o estabelecimento dos proprietários³⁴⁷, o cultivo ou o uso para a criação de animais³⁴⁸. Aponta a autora que no período entre 1765 e 1785, as terras “nunca chegaram a representar 20% do valor total do patrimônio produtivo”³⁴⁹. Enquanto isso, outro bem semovente, a escravaria, representou, em 1785, a maior composição do patrimônio produtivo dos donos de terras e animais no Continente³⁵⁰.

A situação da apropriação de terras no Sul brasileiro era de tamanha calamidade que, no início da década de 1780, o então vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, solicitou um relatório ao Provedor da Fazenda Real do Rio Grande, Diego Osório Vieira. O relatório, iniciado em 1784, tinha por objetivo conhecer a realidade fundiária das freguesias do Continente, bem como a real situação de distribuição de terras no meridional da América portuguesa. Além disso, também buscava contribuir para a elaboração de políticas de diversificação agrícola da Capitania³⁵¹. Criado entre os anos de 1784 e 1788, o documento dava um panorama geral da situação das terras e dos proprietários do Continente. Assim, a “Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente”³⁵², como ficou conhecido o relatório, possibilita às pesquisas atuais compreender e analisar a distribuição e o acesso a terra dos moradores do Continente, dentre eles, os migrantes açorianos. Conforme Helen Osório,

³⁴⁶OSÓRIO, Helen, op. cit.

³⁴⁷Utiliza-se, aqui, a ideia de proprietário como um simples possuidor de terra, independente do título que o mesmo viria a ter. OSÓRIO, op. cit.

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ Ibidem, p. 67.

³⁵⁰O tamanho médio do plantel era de 5,8 escravos inicialmente, passando a 8,1 e depois 9,7; o preço médio de um escravo do sexo masculino, na faixa dos 20 a 30 anos, em réis, cresceu 30,3% do primeiro [1765-1785] para o segundo [1790-1810] período, e 56% do segundo para o terceiro [1815-1825]”. Ibidem. p. 71. As relações entre migrantes açorianos e escravizados ainda é um campo em aberto. Essa pesquisa atenta para algumas das relações, mas acredita-se que um estudo mais abrangente poderia revelar outros aspectos ainda não evidenciados dessa migração.

³⁵¹OSÓRIO, Helen, 2007, op. cit. O Continente de Rio Grande de São Pedro foi elevado à categoria de Capitania em 1760, sob dependência do Rio de Janeiro.

³⁵²AHRS. **Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente**. 1784-1787. Códice F1198A e B.

Esse documento ímpar constitui-se numa verdadeira lista nominativa dos possuidores de terras no Rio Grande, ou um “tombo de terras”, para utilizarmos uma expressão da época. Por meio dele, podemos estudar o ritmo de ocupação do território, as formas pelas quais os habitantes obtiveram a posse dos terrenos, a ocupação principal a que se dedicavam e o tamanho do rebanho possuído³⁵³.

Elaborado pelo Provedor da Fazenda Real, Diogo Osório Vieira, o relatório constituiu-se a partir dos dados enviados de cada distrito e freguesias, a partir dos títulos que comprovavam a posse da terra. Os títulos eram diversos: datas de terras, campos, chácaras, sesmarias. Cada qual deveria apresentar o registro referente à forma como obteve a propriedade, uma vez que especificava o nome do ocupante atuais e antigos, bem como os títulos de propriedade que de possuidor e a atividade que eram desenvolvidas nas terras. A Relação de Moradores, além disso, é um censo agrário sobre os proprietários do Continente, ficando apenas de fora aqueles que possuíam terrenos urbanos.

No meridional americano havia três formas principais de acesso: a) concessão régia de sesmarias, expedidas pelo Vice-Rei do Brasil, b) de datas de terras, concedidas pelo governador do Rio Grande, ou c) arrematação em praça pública, das terras que, por vias, a Coroa confiscava³⁵⁴. Geralmente as sesmarias constituíam-se em doações àqueles que realizavam serviços e favores à Coroa portuguesa na colonização dos espaços americanos. Pensando na ideia de sociedade corporativa do Antigo Regime, é possível que Jerônimo Jacinto da Silveira Gularte, que havia solicitado sesmaria régia em 1780, cobrasse da Coroa uma gratificação pelos serviços a ela prestados. Jerônimo “tem servido à Sua Majestade” sendo o suplicante “soldado auxiliar” e “ajudado em toda ocasião de guerra passando a atender todo este Continente, servindo a atender ao seu regimento”, conforme palavras do tenente Manuel de Freitas Teixeira³⁵⁵.

A Relação de Moradores da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo conta com 151 registros. Os 148 nomes arrolados se distribuem entre possuidores de título legal, moradores a favor e fregueses sem título comprovado, os quais estavam divididas entre 129 proprietários, 13 famílias vivendo a favor e 3 produtores que não tiveram informações referenciadas, conforme o gráfico a seguir.

³⁵³OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 81.

³⁵⁴Ibidem.

³⁵⁵AHRS. F1231, f. 196.

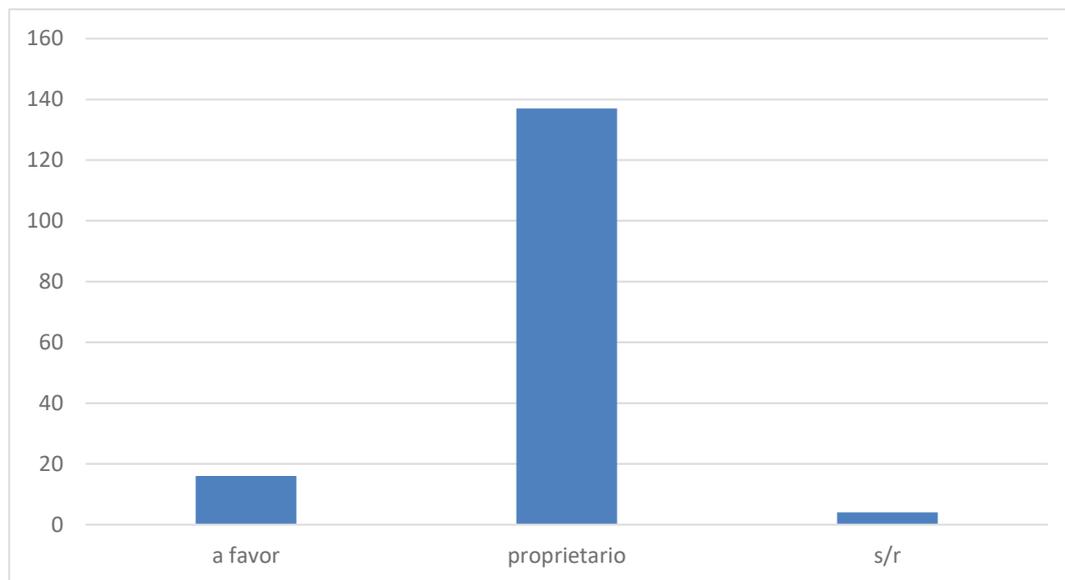


Gráfico2 – Condição de acesso a terra em Rio Pardo, 1784

Fonte: AHRS. **Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente.** 1784-1787. Códice F1198A e B.

Há, ainda, os casos em que dois fregueses são identificados como donos de uma propriedade, como os ilhéus Mateus Simões Pires e João Pereira Fortes, os quais declararam possuir um campo recebido por despacho, onde teriam firmado uma sociedade³⁵⁶. Há também situações de compra conjunta, como Bernardo Soares e Matias Pereira, que adquiriram um campo de Joaquim Severo Fialho, genro de Jerônimo Machado (um dos reclamantes da sesmaria em que foram alocados casais de açorianos no início do povoamento de Rio Pardo, como referenciado anteriormente). Joaquim Severo Fialho arrematara em praça pública o terreno, tal terreno, que antes pertencia a Catarina Rosa Pinta³⁵⁷.

Muitos são os casos em que houve compra da propriedade de terceiros. Cerca de um 1/3 das propriedades arroladas na Relação de Rio Pardo é fruto de compra e venda entre os moradores da região. Esses dados são semelhantes aos encontrados por Helen Osório ao analisar as relações de moradores das dezenove freguesias que compunham o Continente de Rio Grande de São Pedro na década de 1780. De acordo com a autora, pouco mais 1/3 das terras foram “apossadas via desembolsos monetários: compra, arrematação ou arrendamento”³⁵⁸. Essas transações financeiras aconteceram num espaço de fronteira aberta,

³⁵⁶AHRS. **Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente.** 1784-1787.F1198 A e B. Sobre a sociedade entre Mateus Simões Pires e João Pereira Fortes, retornar-se-á no próximo capítulo.

³⁵⁷ AHRS. **Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente.** 1784-1787F1198 A e B.

³⁵⁸OSÓRIO, Helen, 2007,op. cit., p 92.

num território em que a terra era abundante e com pouco valor, tendo em vista que a mesma representou, por pouco tempo, o bem de maior valor nos inventários³⁵⁹.

Considerando que a fronteira é fruto da ação humana e corresponde a tentativas de domínio de território, os pretendentes à posse “tem que se submeter a gastos monetários para comprarem ou ocuparem, sob a forma de arrendamento, algum terreno”³⁶⁰. Segundo Osório, a presença de arrendamentos no Rio Grande foi quase inexistente, sendo que o uso da terra pelo favorecimento foi destacado, principalmente em áreas de presença açoriana³⁶¹.

De modo geral, na freguesia havia propriedades, com ou sem o título legal, administradas de forma conjunta, bem como as controladas de forma individual, por cada proprietário e seus dependentes. As atividades desenvolvidas em cada uma variavam entre cultivo e criação de animais, além dos proprietários que desenvolviam atividades ligadas à prestação de serviços, como Manuel Gomes, dono de um campo, que se dedicava ao trabalho de carpinteiro. Nesse sentido, acredita-se que, mesmo informando uma profissão que não necessitasse da posse da terra para seu desenvolvimento, como a de carpinteiro, ser dono de uma propriedade poderia conferir acesso a formas diferenciadas de recursos econômicos ou prestígio.

Além disso, a terra poderia significar o sustento da família, onde os integrantes da mesma plantavam para o sustento da casa e criavam animais, os quais poderiam servir como alimento ou em atividades ligadas à lavoura, visto que Manuel Gomes, enquanto carpinteiro, possuía 6 cabeças de boi. Além disso, Manuel criava, em seus campos, 200 cabeças de gado vacum, as quais, provavelmente, vendia ou trocava por outros mantimentos.

Na Relação de Moradores, as ocupações mais referenciadas pelos moradores da freguesia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo são a “lavoura”, a “criação de animais” e a propriedade mista, com “mais lavoura que criação” ou “lavoura e criação”³⁶². No total, as quatro categorias de atividades são desenvolvidas em 125 propriedades das 151 contabilizadas. Em outras, ainda, não constam a informação do tipo de atividade desenvolvida. Para um melhor entendimento da pesquisa, as atividades não referenciadas pelos proprietários de terras foram contabilizadas na categoria “outros”.

³⁵⁹Ibidem.

³⁶⁰ Ibidem, p. 93.

³⁶¹A respeito da condição a favor, tratar-se-á mais adiante.

³⁶²Essas categorias são referenciadas por todas as freguesias do Continente. Também são utilizadas por OSÓRIO, Helen, 2007, op. cit.

Tabela 18 - **Atividades dos proprietários da freguesia de Nossa Senhora do Rosário a partir da Relação de Moradores de 1784**

Atividade	N	%
Lavoura	59	39
Lavoura e criação	4	2,5
Mais lavoura que criação	36	24
Criação de animais	22	14
Outros	31	20,5
Total	151	100

Fonte: AHRS. **Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente**. 1784-1787. Códice F1198A e B.

Os números referentes à ocupação de proprietários desenvolvendo atividades de **criação de animais** – gado vacum, bois, cavalos, mulas, éguas, potros, dentre outros - são praticamente semelhantes aos encontrados por Helen Osório na soma geral de todas as propriedades do Continente: em Rio Pardo eram 22 criadores de animais, o que representava em torno de 14% do total de proprietários arroladas na Relação da freguesia; no Continente, eram 220 proprietários criadores de animais, o que representava, em termos percentuais 14,1% de todas as propriedades³⁶³.

Quanto ao número de proprietários que se diziam **mais lavradores que criadores**, no Continente, o número total era de 70 (4,5%), e em Rio Pardo, 36, representando em torno de 24% do total de propriedades da freguesia. Isto é, 50% de todas as propriedades categorizadas como “mais lavoura que criação” em todo o Continente de Rio Grande de São Pedro encontravam-se na Relação referente à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

A criação de animais era um ponto chave nas proximidades de Rio Pardo, pois essa era uma região de fronteira onde o contrabando de gado vacum era uma atividade bastante frequente³⁶⁴. Considera-se, assim, que essa atividade é um reflexo da fronteira em aberto que a região oeste representava, podendo, inclusive, gerar prestígio àqueles envolvidos na atividade. Por ser uma área de contrabando, o controle sobre as propriedades também deveria ser rigoroso, pois havia a possibilidade de furto de animais. Tiago Gil analisa o caso de Rafael Pinto Bandeira, comandante da fronteira de Rio Pardo, que foi investigado 4 vezes por crimes envolvendo abuso de poder e contrabando³⁶⁵.

O próprio Rafael Pinto Bandeira (na época governador do Rio Grande), em uma carta ao Vice-Rei do Brasil, em 1784, conferia às fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo um status

³⁶³OSÓRIO, Helen, 2007, op. cit., p. 82.

³⁶⁴GIL, 2002, op. cit.

³⁶⁵ Ibidem.

de corredores de passagem, inclusive de produtos, animais e escravos contrabandeados, ambos os lados da fronteira³⁶⁶. Na dita Relação de Moradores de Rio Pardo, Rafael Pinto Bandeira indicou a posse de 3.158 cabeças de gado, entre bois (8), e gado vacum (1.000) e cavalari (2.350), mas não especificou qual atividade desenvolvia em sua propriedade.

Eram poucos os proprietários que se dedicavam à **lavoura e criação**: 4 entre 151 propriedades, somando apenas 2,5% do total de atividades desenvolvidas em Rio Pardo. Já no Continente constam 70, representando 4,5% do total das ocupações. No Continente, os **lavradores** representavam metade das ocupações: 817 do total de 1.564 propriedades arroladas, em dezenove freguesias³⁶⁷. Em Rio Pardo, o percentual era menor: 59 propriedades das 151 contabilizadas, 39% do total da freguesia. Conforme Osório, em apenas duas freguesias das dezenove não havia informações a respeito de moradores na ocupação de lavoura. Cerro Pelado e Encruzilhada foram ocupadas pouco tempo antes da realização do censo, e eram localidades de fronteira, onde a estabilidade que a lavoura necessitava – tempos de plantio, cuidado e colheita - não se fazia presente.

Osório verificou que quase metade dos “lavradores” (46,8%) edos “mais lavoura” (48,6%) era de “casais de número”, migrados a partir de Edital de 1747 e adentrando o Continente a partir da década de 1750³⁶⁸. Conforme a autora, formados nas ilhas ou assim que chegaram ao meridional americano, os casais açorianos acessaram a terra via política de colonização de doação de datas, no qual uma propriedade possuía o tamanho máximo de 272 hectares.

Em estudo já realizado sobre a presença açoriana na freguesia de Taquari, constatou-se que os lavradores compunham a grande maioria das ocupações vinculadas ao mundo rural na região. Dos 113 proprietários de terra ou agregados, 101 dedicavam-se à lavoura, principalmente à plantação de trigo e produtos para a subsistência, como mandioca, feijão, couve e frutos diversos³⁶⁹.

O trigo destacava-se como o principal cultivo entre os migrantes açorianos, como Osório demonstrou. A autora, ao analisar o *Mapa de colheita de 1780* do Continente do Rio Grande, situou as freguesias de Estreito, Mostardas, Porto Alegre, Rio Pardo, Taquari e Santo Amaro - localidades com grande porcentagem de açorianos - como responsáveis por 90% da

³⁶⁶Ibidem.

³⁶⁷OSÓRIO, op. cit.

³⁶⁸OSÓRIO, op. cit.

³⁶⁹ROSA, 2018, op. cit. O cultivo de mandioca também foi uma característica muito forte dos migrantes açorianos instalados no Rio Grande do Sul a partir de meados dos setecentos. Para informações a respeito do cultivo da mandioca e de práticas culturais de descendentes de açorianos na atual região do Vale do Taquari, ver a monografia de conclusão de curso a qual estará referenciada na bibliografia dessa pesquisa: ROSA, 2017, op. cit.

produção de trigo³⁷⁰. A triticultura era de tamanha importância entre os ilhéus e descendentes na freguesia de São Jose de Taquari que, no inventário de Caetano Jose Netto, falecido no ano de 1795 e morador da freguesia, foram contabilizadas duas foices de cortar trigo, além de cinco alqueires³⁷¹ de sementes do cereal³⁷².

Em Rio Pardo, a identificação que possibilitou Osório concluir que em torno de 50% dos “lavoura” e “mais lavoura” do Continente fossem casais de número não é realizada pelo relator, como por exemplo informar que eram “casais de sua majestade” ou “casais de número”. Destaca-se que a autora considerou que possivelmente os números fossem maiores, o que também possivelmente é o caso da freguesia estudada na presente pesquisa.

Dos 148 nomes arrolados na Relação de Moradores, a partir do cruzamento com outras fontes dessa pesquisa, foi possível encontrar a origem de 86 proprietários, não sendo possível identificar os demais. O cruzamento nominativo foi realizado com fontes paroquiais – registros de casamentos e batismos -, procurando-se por todos os campos no qual os nomes apareciam (pai, avô ou padrinho). Optou-se, então, por utilizar os nomes em que apenas tinha-se a certeza de ser a mesma pessoa, como em casos em que ele aparecia de maneira completa em todas as fontes ou ainda quando havia alguma distinção militar do sujeito.

Tabela 19 – Origem dos proprietários moradores da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, em 1784

Origem	N
Açores	48
América portuguesa	10
Continente de Rio Grande	19
Portugal	9
Total	86

Fonte:ACMPOA. Livros de registros de batismos e matrimônios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. AHRs, F 1198AeB.

Outros possuidores de terra não foram possíveis de identificação, como no caso de João da Silveira, preto forro, que possuía um terreno por compra de Caetano Miguel Pinto e dedicava-se à lavoura. Infelizmente, os dados a respeito da maioria desses homens e mulheres proprietários em Rio Pardo são dúbios, impossibilitando o cruzamento nominativo com outras fontes, uma vez que a Relação de Moradores oferecia apenas a identificação do proprietário e, em alguns casos, algumas distinções. Considerando-se apenas o nome, como no caso de dois

³⁷⁰OSÓRIO, 2007, op. cit.

³⁷¹Um alqueire era uma forma de medida do trigo já colhido. Em alqueires espanhóis, 1 alqueire de trigo equivalia, em média a 43kg do cereal.

³⁷²ROSA, 2018, op. cit.

“Manuel José” foi difícil estabelecer uma margem de segurança para a confirmação acontecesse.

Dentre os 48 açorianos, 43 são proprietários e 5 se disseram moradores a favor. Desses 43 proprietários, 36 compraram suas terras; 4 correspondiam a datas de terras remanescentes da política de doação realizada na década de 1770 e dois açorianos haviam recebido propriedades de herança dos pais falecidos. Apenas Manuel Alves Coelho³⁷³, natural da Ilha Terceira, não apresentava título e outras informações, dizendo possuir um campo. É provável que o número de açorianos proprietários fosse maior, devido aos 62 casos em que não foi possível averiguar a origem dos mesmos. Os migrantes desenvolveram as mais diversas atividades relacionadas ao uso da terra na região de Rio Pardo.

Outros possuidores de terra não foram possíveis de identificação, como no caso de João da Silveira, preto forro, que possuía um terreno por compra de Caetano Miguel Pinto e dedicava-se à lavoura. Infelizmente, os dados a respeito da maioria desses homens e mulheres proprietários em Rio Pardo são dúbios, impossibilitando o cruzamento nominativo com outras fontes, uma vez que a Relação de Moradores oferecia apenas a identificação do proprietário e, em alguns casos, algumas distinções. Considerando-se apenas o nome, como no caso de dois “Manuel José” foi difícil estabelecer uma margem de segurança para a confirmação acontecesse.

Tabela 21 – Atividades de açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo

Atividade	N	Proprietário ilhéu com maior n. animais	Proprietário ilhéu com menor n. animais	Média animais nas propriedades de ilhéus
Lavoura	18	1148	0	175
Lavoura e criação	3	3234	0	1121
Mais lavoura que criação	15	251	10	59
Criação de animais	6	890	178	551
Outros	6	300	300	100
Total	48	-	-	-

Fonte: Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. 1784-1787. AHRS. F1198 A e B.

³⁷³ Manuel Alves Coelho era pai do pároco titular da freguesia nesse mesmo período, Antonio Mesquita.

Analisando a Relação de Moradores de todas as freguesias descritas no documento, Helen Osório constatou, em primeiro lugar, o caráter misto das unidades produtivas predominava no Continente do Rio Grande de São Pedro. Segundo a mesma,

A primeira constatação refere-se ao *caráter misto* das unidades produtivas. O “lavrador” também possuía seu rebanho, o qual, para outras regiões da América portuguesa, não seria nada desprezível [...]. No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador³⁷⁴.

Tal verificação pode ser feita para os açorianos identificados como proprietários na região de Rio Pardo. Predominava, entre eles, a categoria de lavrador. Isso, no entanto, não significa que não desenvolvessem outras atividades, como o uso exclusivo da terra para a criação de animais ou então variando a criação de gado com a lavoura. Outros, ainda, informaram ao relator atividades que não demandavam o uso da terra, como Mateus Simões Pires (Ilha Terceira), que se declarou negociante. De acordo com o relatório, o mesmo proprietário possuía um campo com animais na Relação de Cachoeira, “onde tem seu estabelecimento”³⁷⁵.

Isso significa que nem todos os ilhéus migrados pelo Edital de 1747 tinham como atividade principal a agricultura, um desejo da Coroa portuguesa, ao prometer terras e ferramentas para o cultivo agrícola. Alguns estudos ressaltam os migrantes açorianos como lavradores pobres e submissos às tratativas de Lisboa³⁷⁶. Adriano Comissoli questionou tal perspectiva ao estudar a migração açoriana para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão:

Havia clivagens importantes dentro da massa migrante. Um número não desprezível de casais matriculados como dos “que vão para as Missões” contava com recursos materiais próprios, pecúlios ou habilidades que lhes concediam o diferencial necessário para escapar à condição de miséria da maioria dos seus pares. Mais correto ainda seria afirmar que não se tratavam de pares, antes sim de um contingente populacional cujo local de nascimento comum – o arquipélago – não era suficiente para aplacar as diferenças socioeconômicas (...) ³⁷⁷.

Havia, em Rio Pardo, ilhéus de todas as situações econômicas: dos mais abastados, como no caso do alferes Manuel de Macedo, natural da ilha Terceira, que possuía 3.234 cabeças de gado (2.500 apenas de gado *vacum*) proprietário identificado na categoria “lavoura e criação” – o qual, inclusive, era o maior possuidor de gado da categoria –que comprara suas

³⁷⁴OSÓRIO, 2007, op. cit., p. 84.

³⁷⁵AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. 1784-1787F1198 A e B.

³⁷⁶FORTES, 1978, op. cit.; GRAEBIN, 2004, op. cit.

³⁷⁷COMISSOLI, 2009, op. cit., p. 82.

terras do Coronel João Teixeira Magalhães e de Cipriano Cardoso Borges Leme. Por outro lado, da mesma ilha, o casal Antonio Francisco Mendes, casado com Catarina de Jesus (Ilha Terceira), era identificado como “homem pobre”, possuidor de um terreno diminuto, o qual não excedia “o número de quatrocentas braças” e que comprara do tenente de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, e dedicava-se à lavoura, com 36 animais no total³⁷⁸.

O caso dos irmãos Jerônimo Jacinto e João Inácio, filhos de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta, citado anteriormente, também pode ser um reflexo dessa situação diversa: enquanto Jerônimo Jacinto solicitou uma sesmária pelos serviços prestados à Coroa³⁷⁹, seu irmão quatro anos mais velho, João, morava a favor nas terras dos pais³⁸⁰.

A situação de moradores a favor era constante nas diversas regiões de colonização europeia na América. De acordo com Carlos Bacellar, a agregação aparecia como uma válvula de escape no seio da sociedade colonial brasileira, pois atuava como um “mecanismo de amparo para indivíduos ou famílias necessitadas e incapazes de se manterem independentes”³⁸¹. Ainda conforme o mesmo autor, o fogo poderia compreender muito mais do que a família nuclear, fosse pela demanda do trabalho ou auxílio temporário³⁸².

Essas pessoas reunidas sob o mesmo chefe, que poderiam ser livres ou escravizadas em processo de liberdade, formavam aquilo que o autor considerou como uma unidade produtiva³⁸³. Para Bacellar, “o fogo podia ser constituído por um único teto, se ali residisse apenas uma família nuclear. Se houvesse escravos e agregados englobados no fogo, podiam residir sob tetos distintos, embora envolvidos na mesma unidade de produção”³⁸⁴.

Na Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, a condição “a favor” é informada pelo relator quando há casos de pessoas dependentes de terceiros. Conforme Helen Osório, são 112 moradores em tal condição nas dezenove freguesias que compunham o Rio Grande de São Pedro na década de 1780³⁸⁵. Para autora, “a expressão constante na Relação é ‘vive a favor de’ ou ‘está a favor de’, o que indica a gratuidade do acesso, já que, em outros momentos, surge a palavra *arrendamento*”³⁸⁶. No entanto, acredita-

³⁷⁸AHRS. *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente*. 1784-1787. F1198 A e B.

³⁷⁹A dita sesmária não fora referenciada em Rio Pardo; é provável que a mesma esteja relacionada na freguesia de Cachoeira.

³⁸⁰Essa é outra família que será analisada no próximo capítulo.

³⁸¹BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 189.

³⁸²Ibidem.

³⁸³Ibidem.

³⁸⁴Ibidem, p. 191.

³⁸⁵OSÓRIO, 2007, op. cit., p. 98.

³⁸⁶Ibidem, p. 97, grifo da autora.

se que esse dado não pode ser totalmente significativo de uma gratuidade do acesso, pois a condição *a favor* poderia conceber formas não contratuais entre as partes envolvidas, como uma das características de um sistema complexo de prestações e contraprestações sociais. Infelizmente, essas possibilidades não podem ser comprovadas a partir das fontes utilizadas nesta pesquisa, bem como não fazem parte dos objetivos do trabalho.

Ainda conforme constata Osório, o grupo que mais teve que recorrer à agregação como forma de acesso a terra foi o dos lavradores, em 63% do total dos casos, sendo as freguesias com maior número de moradores na condição a favor são as de Taquari, Santo Amaro, Triunfo, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo³⁸⁷. Como aponta a mesma autora, a condição a favor nessas freguesias seria um indicativo de que “as terras passíveis de apropriação sem ônus já estavam todas ocupadas e que, na falta de recursos para a compra, a única alternativa de permanência era a agregação, geralmente a parentes”³⁸⁸. Além disso, a autora constatou que tais lugares eram freguesias em que a presença de nativos das ilhas dos Açores se fazia constantemente presente, sendo que algumas tiveram o povoamento inicial realizado por ilhéus³⁸⁹.

Estudando a estrutura agrária da freguesia de São José de Taquari, Sandra Eckhardt constatou que, apesar de ser descrita como uma localidade de presença açoriana, nem só de ilhéus fora povoada a região³⁹⁰. A autora averiguou os casos de moradores a favor, somando 34 dentre os 109 moradores da localidade, 31, 2% das formas de acesso. Ressalta, nesse sentido, que a maioria dos agregamentos fora realizada por filhos de açorianos nascidos no Continente, além de que, em apenas um caso, não havia relação de parentesco entre as partes:

demonstramos que, exceto um único caso, todos os agregados de Taquari estavam conectados ao chefe de domicílio por relações parentais de primeiro grau. Esses sujeitos, vivendo em terras alheias, formavam parentescos consanguíneos lineares (filhos), colaterais bilaterais (irmãos) e de afinidade estabelecida no matrimônio, (genros).³⁹¹

Em Rio Pardo, o número de agregados é menor se comparado com Taquari. Dentre os 129 proprietários, são 13 moradores a favor, o que significa, em termos percentuais, em torno de 10% dos nomes arrolados. Esses treze moradores estão a favor nas terras de sete proprietários.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ Ibidem, p. 97. A relação de parentesco entre agregado e proprietário também foi demonstrada por Carlos Bacellar na São Paulo colonial.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ ECKHARDT, 2019, op. cit.

³⁹¹ Ibidem, p. 177.

Tabela 22 –Relação dos moradores a favor e os respectivos proprietários

Morador a favor	Naturalidade	Atividade	Proprietário	Naturalidade	Relação entre ambos
Aleixo Correa	Açores, São Jorge	Lavoura	João Silveira Gularte	Açores, Faial	Genro e sogro
Simão Marques	Açores, São Jorge	Sem referência	João Silveira Gularte	Açores, Faial	Genro e sogro
João Inácio Silveira Gularte	Continente, Rio Grande	Lavoura	João Silveira Gularte	Açores, Faial	Filho e pai
Mateus Correa	Açores, Graciosa	Lavoura	Antonio Jose	Sem referência	Sem referência
Manuel Gomes Porto	Portugal, Braga	Criação de animais	Francisco de Magalhães	Brasil, Curitiba	Sem referencia
Inacio Antunes	Brasil, Sorocaba	Criação de animais	Francisco de Magalhães	Brasil, Curitiba	Genro e sogro
Lourenço Antunes	Continente, Viamão	Lavoura	Francisco de Magalhães	Brasil, Curitiba	Sem referência
Jose de Azevedo e Manuel de Azevedo (irmãos)	Açores, Pico	Mais lavoura que criação	Jerônimo da Silveira Machado	Açores, Faial	
Manuel de Aguiar	Sem referência	Lavoura	Mateus Simões Pires	Açores, Terceira	Sem referência
Agostinho Lemes	Brasil, Taubate	Carpinteiro	Tenente João dos Santos	Brasil, São Paulo	Sem referência
Bento Rodrigues	Brasil, Curitiba	Lavoura	Lucas de Magalhães	Brasil, Laguna	Sem referência
Pedro da Silva	Sem referência	Lavoura	Lucas de Magalhaes	Brasil, Laguna	Sem referência
Joaquim Jose de Almeida	Brasil, Curitiba	Lavoura	Lucas de Magalhães	Brasil, Laguna	Sem referência

Fonte:AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. 1784-1787.F1198 A e B.

A partir do cruzamento nominativo, foi possível encontrar a naturalidade de dezessete dos vinte nomes envolvidos nas relações de agregamento. Dos treze moradores a favor, quatro deles são de origem açoriana e dos sete proprietários de terra, três são ilhéus. A partir da busca nominal dos açorianos envolvidos, somando os registros paroquiais e referências bibliográficas, apenas não foi possível estabelecer uma relação direta entre o proprietário Matheus Simões Pires e seu agregado, Manuel de Aguiar. Também não foi localizado indicações sobre a relação entre Mateus Correa, natural da ilha Graciosa, e Antonio José. A

dificuldade, nesse caso, residiu sobre o fato do nome de Antonio José não permitir uma maior confiabilidade no cruzamento nominativo.

As relações de parentesco eram próximas não apenas entre os agregados e os proprietários, mas entre os próprios agregados e os proprietários. José de Azevedo e Manuel de Azevedo eram irmãos, naturais da Ilha do Pico, e dividiam a proteção de Jerônimo da Silveira Machado, um ilhéu da Ilha do Faial. Jerônimo, por outro lado, era próximo de João Silveira Gularte, tendo apadrinhado, em 1759, Jerônimo, filho de João e Josefa Jacinta, o mesmo que em 1780 havia solicitado uma sesmaria régia, devido os serviços prestados à Coroa³⁹².

João Silveira Gularte ainda possuía uma relação próxima com todos os três agregados de suas terras: João Inácio Silveira Gularte era seu filho, e dois de seus três genros moravam nas terras do mesmo: Aleixo Correa (ilha de São Jorge) era casado com Ana Francisca (Viamão), e Simão Marques (ilha de São Jorge), casado com Angélica Rosa (ilha do Faial). Esses casos reúnem o grupo de açorianos envolvidos na Relação de Moradores de Rio Pardo.

Em relação à freguesia de Taquari, Sandra Eckhardt demonstrou que se houvesse um critério para o estabelecimento de agregamento, ele poderia residir no fato de que os filhos de açorianos nascidos no Continente de Rio Grande ainda eram jovens para receber datas de terras durante as doações realizadas em Taquari na década de 1760, e nas demais freguesias ocorridas nos anos 1770. Por conta disso, eles não puderam acessar a política de doação de terras que se estendeu para os descendentes diretos dos ilhéus casados no Continente³⁹³.

No grupo de não açorianos, as relações próximas se matem: Lucas de Magalhães e Francisco de Magalhães eram irmãos e concentravam seis moradores a favor em suas terras. Inácio Antunes e Lourenço Antunes eram irmãos e cunhados de Manuel Gomes Porto, casado com Teresa Antunes, irmã de ambos os agregados; os três – Inácio, Lourenço e Manuel – eram agregados de Francisco de Magalhães.

As relações nas quais foi possível o mapeamento fotografam um agregamento, na década de 1780, em que as partes se conheciam a partir de relações próximas. Essas relações poderiam ser lineares, formadas entre pai e filho, bilaterais, em que irmãos permanecem juntos ou ainda por afinidade estabelecida no matrimônio, como no caso de sogros e genros.

Os dados sobre agregamento referentes à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo vão ao encontro as ideias apresentadas por Helen Osório e Carlos Bacellar. Para a primeira, a situação de morar a favor, além de fotografar um fechamento da fronteira agrária,

³⁹²A respeito do tronco Silveira Gularte, pretende-se discutir aspectos no próximo capítulo.

³⁹³ECKHARDT, 2019, op. cit.

em constante disputa pela terra, também evidencia a preferência de alguns pais em manter os filhos próximos de si³⁹⁴, o que também é constatado por Bacellar. Segundo esse autor, entre os agregados homens, predominavam os genros, os netos e os irmãos do chefe de família, respectivamente³⁹⁵.

Assim, os motivos que leva um açoriano a recorrer a essa forma de acesso ou dar suas terras para outrem, são complexos e envolvem o paradoxo da terra no Brasil: apesar de dimensões continentais de terras cultiváveis, mesmo durante o período do domínio português, a terra não era acessível a todos. Para alguns, faltavam recursos materiais, como no caso de compras e vendas, e, para outros, recursos relacionais. Dessa forma, estar amparado por uma boa rede poderia garantir o acesso a terra no Brasil setecentista. Relações de reciprocidade colocavam os sujeitos num mundo mais amplo e diversificado, como o próprio acesso ao mercado de escravizados. Esse era um jogo complexo de sobrevivência que envolvia os migrantes açorianos, mas não apenas eles.

O capítulo analisou as estruturas sociais e econômicas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Dentre os moradores da região, estavam aqueles que são sujeitos dessa pesquisa: os migrantes açorianos. Nesse sentido, buscou-se explorar um contexto da freguesia e possíveis formas de inserção desses migrantes na localidade, a partir de dois eixos centrais: os matrimônios e as relações de compadrio por eles desenvolvidas. O fio condutor do capítulo foi a ideia de que naquele mundo não se vivia sozinho, além de ser uma sociedade formada por diversas etnias: indígenas, portugueses reinóis e ilhéus, escravizados, além dos filhos dos três grupos nascidos na América.

O grande número de nubentes açorianos no primeiro livro de registro de matrimônios da freguesia demonstra que a sociedade erigida em Rio Pardo também fora formada por migrantes ilhéus, estabelecidos a partir dos mais diversos deslocamentos. As noivas, provavelmente, possuíam uma distinção a mais, além do fato de serem brancas, portuguesas e cristãs: carregavam consigo a possibilidade de angariar terras e ferramentas. Além disso, demonstrou-se que o maior número de migrantes açorianos foi durante os primeiros anos de construção da freguesia, concomitante com a migração do Edital de 1747. No entanto, como alertado, isso não significa que os ilhéus tenham desaparecido da região depois disso. É provável que muitos de seus filhos e netos tenham permanecido e casado na mesma freguesia.

³⁹⁴OSÓRIO, 2007, op. cit.

³⁹⁵BACELLAR, Carlos, 2001, op. cit.

Após o casamento, o passo seguinte era terem filhos. Na sociedade de Antigo Regime, a escolha de um bom padrinho e madrinha poderia significar a inserção em arenas até então não alcançadas por aquele casal. Além disso, garantiria a sobrevivência em dias difíceis, principalmente considerando-se a região de fronteira e litígio em que esses migrantes estavam estabelecidos. Dessa forma, o número quase inexistente de crianças filhas de açorianos batizadas sem padrinhos na paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo demonstra que o batismo poderia ser considerado com uma esfera de um sistema muito mais amplo, onde se reconheceria uma rede ou ainda se abriria caminhos para um novo elo, formado e erigido a partir do compadrio estabelecido na pia batismal.

A sociedade rio-pardense, que os migrantes açorianos contribuíram para a formação, era complexa. As fontes consultas revelam alguns aspectos da construção social ali existente. Os migrantes, imbuídos de expectativas e sonhos, buscavam traçar estratégias para alcançar o que desejavam. No próximo capítulo, dar-se-á atenção para algumas das trajetórias apontadas acima, na tentativa de apontar novos aspectos para compreender a migração açoriana para o Rio Grande do Sul colonial.

CAPÍTULO 4 – DO OLHAR MICROSCÓPICO: RELAÇÕES CLIENTELARES E PARENTESCO ESPIRITUAL ENTRE MIGRANTES AÇORIANOS

Esse é um mundo no qual não se vive sozinho. Isso porque em uma região de fronteira e constante movimento, o estabelecimento de laços era fundamental para garantir segurança. Nesse capítulo, a ideia é reduzir ainda mais a escala de análise e focar o olhar sobre algumas pessoas que, ao longo da pesquisa, se destacaram. Duas delas, Jerônimo Silveira Gularte e Mateus Simões Pires surgiram desde o início das análises documentais. Aos poucos, os laços de cada um foram sendo desvelados, até que se encontrou um elo de ligação entre ambos: a família de João e Josefa Jacinta. Todas essas pessoas são naturais de ilhas açorianas, e moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

A ideia, nesse capítulo, é que essas trajetórias apontem caminhos e iluminem a pergunta geral. Tais trajetórias não são exemplares ou demonstram claramente todas as alternativas que um açoriano poderia seguir na localidade de chegada, representada nesta pesquisa pela freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Antes, essas trajetórias seguem um preceito fundamental da Micro-história, qual seja, dar atenção ao singular, tomando esse como referência para pensar um horizonte de possíveis questionamentos mais gerais.

No capítulo anterior, buscou-se analisar a estrutura geral da freguesia e encontrar as possíveis estratégias, de modo geral, dos migrantes açorianos nela. Agora, a ideia é tencionar essas estratégias, olhando-se para um grupo específico que, aos poucos, foi se revelando uma rede bem elaborada de relações e contraprestações. Quando se diz que essa rede foi se formando aos poucos, quer-se dizer que as relações foram aparecendo conforme o processamento das fontes.

Através deles, busca-se analisar estratégias de inserção social e econômicas de migrantes açorianos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Martha Hameister e Adriano Comissoli alertaram para a possibilidade de que muitos dos casais de açorianos migrados para o Continente de Rio Grande de São Pedro como “casais” tivessem partido da terra de origem com alguma riqueza material, seja monetária ou em objetos preciosos, notadamente ouro e prata. No entanto, essa hipótese é difícil de comprovar, pois não há documentação que indique para algo nesse sentido, muito em função de que as fontes dessa pesquisa estão limitadas ao lado americano do Atlântico. Da mesma forma, mesmo que muitos possuíssem alguma riqueza material, é possível que tenham se declarado

extremamente pobres à Coroa, na tentativa de angariar mais fundos para a sobrevivência na região.

Para uma sociedade de Antigo Regime – ou para aquelas com características, como a brasileira colonial– a riqueza não se constituía apenas de recursos materiais. Uma boa riqueza era fruto, sobretudo, de relações imateriais, compostas por laços de amizade e reciprocidade. Como abordado no capítulo anterior, esse é um mundo em que não se vive sozinho. Aforça da herança imaterial da família foi uma das principais conclusões que chegou a Giovanni Levi ao estudar a trajetória de Giovan Batista Chiesa, um padre exorcista considerado “louco e sem credibilidade” pela Igreja Católica piemontesa do século XVII.

O fio condutor desse capítulo são as múltiplas alianças tecidas, seja na pia batismal, no matrimônio ou no acesso a terra. Portanto, retorna-se às fontes com um olhar microscópico, na tentativa de alcançar questionamentos e reflexões não permitidos por uma perspectiva macroanalítica. Nesse sentido, antes de adentrar em algumas trajetórias individuais, pretende-se refletir sobre o mundo de prestação e contraprestação de dádivas, processo fundamental para o entendimento da rede em questão.

4.1 Antes dos laços: sobre o que se fala quando se fala em compadrio

Quando Tomásia recebeu os santos óleos do batismo, em quinze de outubro de 1797, com quase um mês de vida, a filha de Jerônimo Jacinto da Silveira Gularte e Ana Rangel de Macedo não apenas cumpria os ritos cristãos do sacramento, como entrava para uma teia bem elaborada de relações sociais e vínculos ritualísticos da sociedade colonial de Antigo Regime nos Trópicos. Seus padrinhos de batismo, o casal Policarpo Jose Soares e Catarina Antonia, foram escolhidos dentre um universo possível de relações e formação de parentescos espirituais, os quais obedeciam às regras do jogo social no qual se encontravam inseridos³⁹⁶.

Nesta pesquisa, o compadrio tem origem nos rituais de batismo cristãos. É por meio do batismo que a criança, fruto de um pecado originalmente concebido, é perdoada e *renasce* na comunidade cristã. É nesse renascimento para a vida que os padrinhos são necessários, pois são eles que possuem a capacidade de dar a vida espiritual e acolher na comunidade cristã. Esse novo membro do corpo social é batizado e passa a ter um nome, encontrando um lugar no grupo de parentesco – sanguíneo ou espiritual – e na sociedade como um todo. Conforme

³⁹⁶ ACMPOA. Livro de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Rachel Marques, “o batismo, assim, propiciaria não apenas o renascimento espiritual do novo cristão, mas seu nascimento social”³⁹⁷.

Para a crença cristã, o batismo representa uma sucessão de fatores que coloca o batizado como pertencente ao seu universo religioso. Em primeiro lugar, o ato simbolizava a recepção da graça, alcançando a benção de ser considerado filho de deus; em seguida, a superação do pecado original, a remissão dos pecados e a purificação da alma; por fim, a ruptura com o demônio, na medida em que aqueles que eram batizados tinham seus pecados anteriores perdoados³⁹⁸.

O ritual seria, portanto, o encontro da criança após o nascimento terreno com a vida espiritual. Haveria, no ato do batismo, um renascimento do batizando, a partir da imersão na água benta e nos santos óleos. Sem ele, não se pertencia à comunidade cristã e não se poderia obter a salvação eterna. Por isso, também, a urgência na realização do sacramento, pois, caso a criança recém-nascida viesse a morrer sem ser batizada, sua salvação estava comprometida³⁹⁹.

Não era apenas à comunidade que se somava a criança batizada. Ela também era entendida como um novo súdito do império, seja ele espanhol ou português⁴⁰⁰. Conforme Monica Ghirardi, nas sociedades coloniais americanas, não se deveria deixar de batizar os recém-nascidos, uma vez que através do rito era realizado um controle sobre as almas da comunidade cristã e dos súditos do rei. Por isso, o batismo “se convertia em expresión del poder de la Iglesia y de sus clérigos, mediadores necesarios y exclusivos com la divinidad”⁴⁰¹.

Tamanha era a importância do sacramento que, na região de Bolonha do século XVIII, as crianças que não eram batizadas não estavam aptas a serem sepultadas no “campo santo” do cemitério cristão⁴⁰². Conforme Adriano Prosperi, as crianças sem batismo que não eram enterradas no cemitério da comunidade povoavam o imaginário local, fomentando acusações contra mulheres por práticas de bruxaria⁴⁰³. Dessa forma, o “nascido poderia deixar de viver, mas não podia ingressar ritualmente na comunidade dos mortos”⁴⁰⁴.

³⁹⁷ MARQUES, 2018, op. cit., p. 228-9.

³⁹⁸ DA VIDE, 1707, op. cit..

³⁹⁹ PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴⁰⁰ LOPES, Antonio Iriogoyen; GHIRARDI, Mônica; SARTORI, Frederico. Bautismo y padrino en la ciudad de Córdoba (1691-1775). In: GHIRARDI, Mônica; SCOTT, Anna Silvia Volpi. **Famílias históricas**: interpeçaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España y Uruguay. São Leopoldo: Oikos, Editora da Unisinos, 2015.

⁴⁰¹ LOPES, et al, 2015, op. cit.

⁴⁰² PROSPERI, op. cit.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Ibidem p. 197.

O primeiro ritual da vida de um cristão é rodeado de procedimentos que buscam livrá-lo do pecado original. Ao ser imerso em água benta e assinalado o sinal da cruz, o batizando tem a alma purificada. É a partir do batismo que o “ser humano – carnal, imperfeito, pecador em sua essência – renasce para o Reino de Deus, tocado pela graça divina, purificado, limpo de alma, redimido do pecado original como dos atuais”⁴⁰⁵. O nascimento “ocorre em meio à dor e ao sangue. Já o batismo– renascimento da alma por Deus – é cerimônia pública e comemorada”⁴⁰⁶. Conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

Causa o Sacramento do Batismo efeitos maravilhosos, porque por ele se perdoam todos os pecados, assim original, como atuais, ainda que sejam muitos, e mui graves. É o batizado adotado em filho de Deus, e feito herdeiro da Glória, e do Reino da Fé. (...) E se por este Sacramento de tal maneira se abre o Céu aos batizados, que se depois do Batismo recebido morrerem, certamente se salvarão, não tendo antes da morte algum pecado mortal⁴⁰⁷.

Na imersão em água benta e nos óleos do ritual, o batizando também cria um novo vínculo, com aqueles considerados seus pais espirituais. De acordo com as Constituições, são os padrinhos os responsáveis pela orientação dos caminhos da vida cristã, da espiritualidade e o encontro com a fé. É a graça recebida no ato do batismo que torna aquele batizado um agraciado na fé, no caráter ritualístico do mesmo. A relação entre padrinhos e afilhados era levada tão a sério pela doutrina cristã que já no século VI houve a proibição do casamento entre padrinho/madrinha e afilhada/afilhado, através do Código Justiniano⁴⁰⁸. Também no mesmo período, os clérigos foram impedidos de serem padrinhos de batismo, separando, por vez, as figuras do padre e do padrinho. Da mesma forma, mulheres tiveram a permissão para se tornarem madrinhas⁴⁰⁹.

Foi apenas após a realização do Concílio de Trento, o qual guiou a escrita das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que ficou definido que impedimentos matrimoniais só ocorreriam entre a criança e os padrinhos e destes com os pais do batizando (não entre os padrinhos)⁴¹⁰. Ainda com relação ao compadrio, o mencionado Concílio instituiu mudanças “que foram capazes de transformar o caráter e o uso social da instituição em todo o mundo católico”⁴¹¹. Antes dele, mesmo com a proibição de relações íntimas entre padrinhos e afilhados, ainda havia a escolha de muitos padrinhos e madrinhas para a cerimônia. No

⁴⁰⁵ HAMEISTER, op. cit., p. 200.

⁴⁰⁶ Ibidem.

⁴⁰⁷ DA VIDE, 1707, op. cit., p.34.

⁴⁰⁸ HAMEISTER, 2006, op. cit., p. 206.

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ MARQUES, 2018, op. cit.

⁴¹¹ Ibidem, p. 232.

entanto, o Concílio conseguiu alterar o número, diminuindo para um homem e uma mulher. Essa alteração influenciou no surgimento de uma “nova lógica na seleção dos mesmos: a preferência por pessoas da melhor posição social que fosse possível convidar”⁴¹².

Dessa forma, o compadrio se tornou uma instituição muito mais verticalizada do que até então era entendida, com a escolha mais rígida daqueles a serem convidados para o laço. O resultado disso foi, de acordo com Rachel Marques, a instituição de redes de clientelares muito mais firmes, pois o apadrinhamento de uma criança era uma cerimônia pública e formal. Nesse sentido, poderia ser uma forma de pessoas com mais prestígio aumentarem sua influência relacional, bem como para aquelas menos favorecidas, adentrarem em um novo mundo⁴¹³.

O laço criado entre padrinhos, afilhados e pais por conta do ato do batismo indicam valores presentes da sociedade do Antigo Regime. Martha Hameister, apoiando-se nos estudos do antropólogo norte americano Stephen Gudeman, observou que existem dois aspectos principais associados às relações estabelecidas na pia batismal: uma, de esfera mais funcional, a qual fomenta as solidariedades locais e sociais, e outra, o aspecto religioso, em que os “laços espirituais amarrados sob os auspícios da Igreja se dão não no mundo dos humanos, mas na esfera divina”⁴¹⁴. Para a Igreja, os laços espirituais seriam fortes e superiores àqueles mundanos, pois extrapolaria a esfera da carne e da existência na terra, valendo por toda a eternidade.

Desse modo, as relações entre padrinho e afilhado são das esferas espiritual e mundana. Se, na primeira, o padrinho é responsável pela orientação na vida religiosa, na segunda, ele colabora na educação, encaminhando, quando possível, o jovem a uma profissão e casamento. Por outro lado, compete ao afilhado o zelo e respeito ao padrinho, além do apoio em momentos difíceis.

Já pelo lado espiritual é difícil visualizar as relações entre padrinhos e afilhados, pois não se sabe se, de fato, o padrinho guiou o afilhado nos ritos cristãos, enquanto que os indícios sobre os contatos mundanos (sociais e econômicas) são perceptíveis nas fontes consultadas. Exemplificando, cita-se o caso encontrado no Rol de Confessados da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, entre 1776 e 1778, em que há dois jovens

⁴¹² Ibidem, p. 232.

⁴¹³ FRAGOSO, 2002, op. cit.

⁴¹⁴ HAMEISTER, 2006, op. cit., p. 207.

morando junto como chefe daquela família, e que são designados como afilhados do mesmo, sem serem considerados agregados⁴¹⁵.

A escolha dos compadres para o batismo de um filho era uma tarefa que poderia demandar tempo e avaliação. Afinal, seriam os padrinhos os guias da criança quando os pais já não estivessem mais no mundo dos vivos, bem como encaminhá-la para uma vida de segurança e estabilidade (certamente, em algumas situações essa regra não existia, sendo o padrinho apenas um nome no papel). Além disso, os padrinhos poderiam oferecer algumas possibilidades de inserção sociais e econômicas para o afilhado, as quais os pais não conseguiriam. Por vezes, escolhia-se alguém da família, como um irmão ou um primo; em outras, algum colega de profissão, como no caso dos militares ou potentados locais residentes nas freguesias da América colonial; em outras, ainda, a escolha recaía sobre os grandes proprietários de terra ou comerciantes, pessoas proeminentes na região, ou até mesmo os clérigos, esses últimos, em tese, impedidos de apadrinhar⁴¹⁶.

As opções eram múltiplas, dentro de um mundo de relações de amizade, solidariedade e conflito. Por vezes, a escolha do padrinho poderia ser dificultada, já em outras, facilitada. É recorrente, nos estudos sobre o tema, os padrinhos serem escolhidos obedecendo à lógica de que o status moral dos mesmos não poderia ser inferior ao dos pais do batizado⁴¹⁷. No entanto, Rachel Marques aponta que “moralmente superior não é necessariamente o mesmo que socialmente superior”, num sentido de se ocupar uma posição de destaque no jogo das hierarquias sociais⁴¹⁸. Tendo em vista que no mundo colonial americano, conforme assinala a autora, a escolha dos padrinhos dos filhos poderiam se dar, em algumas ocasiões, “muito mais em questões sociais e materiais do que religiosas, ainda que para contextos de Antigo Regime não se possa dizer que um tipo de motivação fosse desvinculada da outra”⁴¹⁹. Dessa forma, o socialmente – e, também o economicamente – superior estaria, para uma sociedade colonial, no mesmo patamar que o moralmente superior.

Guiar na vida espiritual um afilhado era a expectativa da Santa Sé sobre seus fiéis que se tornavam padrinhos. Ajudar em momentos difíceis, oferecer apoio e ajudar o afilhado alcançar algum estatuto social ou econômico era o que a sociedade colonial americana, de certa forma, esperava dos padrinhos. Essa afinidade entre padrinho e afilhado – ou com os pais do afilhado – criava uma relação de deveres e obrigações de ambos os lados, formando

⁴¹⁵MARQUES, 2018, op. cit..

⁴¹⁶HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁴¹⁷Ibidem.

⁴¹⁸MARQUES, 2018, op. cit., p. 233.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 233.

um laço indissolúvel, que, no entanto, exigia contínua reafirmação através da circulação de auxílios. Remodelavam-se, assim, os contornos das redes sociais a partir do laço do compadrio, por vezes reforçando um elo já existente ou, ainda, criando um novo vínculo. A rede construída a partir do vínculo espiritual fazia parte, portanto, de um jogo social complexo e dinâmico, constantemente retroalimentado pelos sujeitos pertencentes àquela sociedade.

Marcel Mauss, no artigo intitulado *Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, perguntou-se se havia uma regra geral para resposta de perguntas simples e, ao mesmo tempo, complexas: o que é um presente⁴²⁰? O quanto de significado carrega um presente?⁴²¹. Mauss demonstrou que em praticamente todas as sociedades havia trocas de presentes que, a um olhar mais apressado e menos atento, poderia se apresentar como uma troca desinteressada de objetos, alimentos ou até mesmo de pessoas. Para o autor, essas “obrigações” sempre foram assumidas através da circulação de presentes desinteressados, mas, ao mesmo tempo, como parte de um jogo social dinâmico e intricado.

Assim, interessado em compreender se “havia uma regra de direito e interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico”, fazia com que “o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído”⁴²², constatou que a troca correspondia a um sistema de prestação total, que englobava todos os níveis da vida humana. Seria esse um “fenômeno social total”, revelando aspectos da vida jurídica, religiosa, moral e econômica de uma sociedade, mostrando comportamentos que poderiam ser simples, mas que eram carregados de significados⁴²³. Essas seriam sociedades não reguladas pelo mercado – mas que, ao mesmo tempo, não o desconheciam. Seriam, antes, reguladas por trocas que obedeciam a regras morais específicas daqueles grupos.

Propondo, portanto, a superação de uma visão economicista, Mauss observou que os bens em circulação eram inseparáveis dos seus proprietários, não se confundindo com objetos de uso. Segundo o autor, as coisas possuíam em si uma alma própria, o que lhes garantia a ligação ao primeiro doador, além da tendência em retornar ao dono que, ao doá-la, também se doava⁴²⁴. Há, nesse sentido, uma virtude que obriga as dádivas a circularem, sendo a própria

⁴²⁰ Os estudos de Mauss foram conduzidos a partir da reunião de uma série de etnografias realizadas por outros antropólogos das mais diversas sociedades do pacífico (grupos da Indonésia e dos Estados Unidos, por exemplo) e dos direitos antigos germânico, hindu clássico e romano. Metodologicamente comparativa, a pesquisa de Mauss foi um ponto pé inicial para se pensar a circulação de objetos e favores nas sociedades, dentre elas, a ocidental.

⁴²¹ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

⁴²² *Ibidem*, p. 188.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ Essa explicação, dada por Mauss, foi alvo de fortes críticas de outro colega antropólogo, Levi-Strauss. De acordo com este, mesmo que tal explicação consiga dar conta do fato de porque se retribui, ela não dá conta de

coisa dada – seja um objeto ou mesmo um favor – uma garantia de sua retribuição. Longe de serem estáticos, os objetos de doação são dotados de intenção e agência, o que, nesse sistema de prestação total, almas, pessoas e coisas se misturam: tudo pode ser troca e nada pode ser recusado⁴²⁵.

Nesse sistema, desenvolvem-se três obrigações, quais sejam, *dar*, *receber* e *retribuir*⁴²⁶. A primeira delas, *dar*, seria a essência do *potlatch*⁴²⁷, e desencadearia as outras duas. Segundo Mauss, um chefe deveria oferecer várias dádivas pelos seus filhos, genros e sobrinhos, conservando sua autoridade no ato da doação. Não se poderia provar ser um grande líder e possuir uma grande fortuna, se não tivesse como ou onde gastá-la. O que leva a dar é justamente a obrigação de restituir. Dessa forma,

Dar parece instituir simultaneamente uma *relação dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de *solidariedade*, pois quem dá partilha o que tem, quicá o que é, com aquela pessoa a quem dá, e uma relação de *superioridade*, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu⁴²⁸.

A segunda obrigação, a de *receber*, não é menos constringente, pois “não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch*. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir, é temer ter de ‘ficar calado’ enquanto não se retribui [...] é perder o peso de seu nome”⁴²⁹. O não aceitar uma dádiva excluiria aquele sujeito da sociedade, pois o mesmo estaria recusando o que não se pode recusar. Recusar, deste modo, significava deixar de pertencer àquele grupo. Por fim, a última obrigação, de *retribuir*, é todo o *potlatch*, na medida em que coloca o recebedor em dívida com o doador. Imperativa, a missão de retribuir hierarquiza a relação entre o doador e o recebedor da graça⁴³⁰.

Por fim, na visão de Mauss, as observações apresentadas anteriormente poderiam ser usadas para entender às sociedades ocidentais. “A dádiva não retribuída ainda torna inferior

explicar o motivo do dar. Para Strauss, é na esfera da subjetividade que acontece tal processo. Dessa forma, “o único meio de escapar ao dilema seria perceber que é a troca que constitui o fenômeno primitivo e não as operações discretas nas quais a vida social se decompõe” (STRAUSS *apud* GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 30).

⁴²⁵MAUSS, 1974, op. cit.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Conforme Mauss (ibidem), o *potlatch* ou o sistema de prestações totais de tipo agonístico consiste numa cerimônia, de caráter religioso, em que o chefe do clã renunciaria a maioria de seus bens, que seriam entregues a parentes e amigos. É um dom de caráter sagrado que constitui, para quem recebe, um desafio a dar um presente equivalente em alguns grupos indígenas do noroeste americano, com a necessidade de se preservar a paz. Considerando-se que agonístico é qualquer comportamento social relacionado à luta, essa é uma categoria mais ampla que agressão, pois não envolve apenas o ato agressivo em si, mas também exibições, fugas, conciliação entre aquelas sociedades.

⁴²⁸ GODELIER, 2001, op. cit., p. 23.

⁴²⁹ Ibidem, p. 247.

⁴³⁰ Ibidem.

quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem o espírito de reciprocidade [...] o convite deve ser retribuído, assim como a cortesia”⁴³¹. São atos que põe em ação diversas esferas de um grupo, e que podem dizer muito a respeito da vida sujeitos num determinado contexto, sendo fenômenos, ao mesmo tempo, jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc.

Quase três décadas depois, Maurice Godelier, realizando uma etnografia dos Baruya, comunidade localizada na Nova Guiné, avançou nos estudos de Mauss. Conforme Godelier, Mauss havia explicitado bem o motivo para que uma pessoa retribuísse uma dádiva a ela concedida, mas falhara, de certo modo, ao instituir o motivo para a circulação de coisas nesse sistema de prestação total⁴³². Mauss considerou que as coisas⁴³³ circulam porque existe uma alma nelas que as fazem ligadas com seus primeiros donos. Essa explicação mística não convenceu Godelier, que estabeleceu uma nova hipótese sobre a circulação de coisas nas sociedades, ao verificar como os Baruya distribuíam suas posses e favores.

Para Godelier, as coisas não se deslocavam por nada, bem como não se movimentavam sozinhas ou pela presença de uma alma nelas. O que colocava as coisas em movimento era justamente a vontade dos grupos de produzir – ou reproduzir – relações sociais que combinavam solidariedade e dependência⁴³⁴. “Pode-se dizer que nem tudo é jogo nesse jogo, e que por trás do jogo há necessidades enraizadas no social” afirmara Godelier⁴³⁵. É nessa dinâmica do social, destarte, que as identidades do grupo são reconhecidas e firmadas, constituindo a base da sociedade dentro de uma lógica própria dos indivíduos estudados:

Logo, as coisas não se deslocam por elas mesmas, são colocadas em movimentos pela vontade dos homens, mas essa vontade é ela mesma animada por forças subjacentes, necessidades involuntárias, impessoais, que *agem em permanência* sobre os indivíduos, sobre aqueles que tomam decisões como também sobre os que as suportam, porque através das ações dos indivíduos e dos grupos são as relações sociais que se reproduzem e se encadeiam, é a sociedade toda inteira que se recria e o faz *não importando a forma e o grau de consciência que os atores tenham, individual e/ou coletivamente, dessas necessidades*⁴³⁶.

Além de questionar a circulação das dádivas, Godelier atribuiu ao dom uma quarta obrigação, que se somavam as definidas por Mauss - *dar, receber e retribuir*. Para aquele,

⁴³¹ Ibidem, p. 294.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ As “coisas” podem ser, literalmente, qualquer coisa: um objeto, um nome, um presente, uma dança, um favor, ou seja, tudo o que contribui nesse sistema de prestação total.

⁴³⁴ GODELIER, 2001, op. cit.

⁴³⁵ GODELIER, Maurice, 2001, op. cit.

⁴³⁶ Ibidem, p. 157, grifos do autor.

nesse jogo de dons e contradons, a esfera total do social não é invadida, pois há coisas as quais são necessárias *guardar*⁴³⁷. As que são guardadas atribuem e denotam sentido ao coletivo, afirmando e diferenciando identidades entre os indivíduos. E essas diferenças, de acordo com Godelier, não são neutras, e marcam hierarquias no seio do grupo, onde as ações de dar e guardar desempenham papéis distintos, mas complementares⁴³⁸.

Nesse sentido, o dom possui uma dupla relação: ao mesmo tempo em que aproxima os sujeitos numa relação de solidariedade, afasta os mesmos, pois deixa aquele que recebeu a dádiva em obrigação com o doador, marcando uma superioridade do segundo sobre o primeiro. Quem recebe a oferta fica em dívida com aquele que a fez, obrigando a restituição:

Dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de *status* entre doador e donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia. Se essa já existisse entre eles, antes do dom, ele virá expressá-la e legitimá-la ao mesmo tempo. Portanto, dois movimentos opostos estariam contidos em um único mesmo ato [...]. O dom é, em sua própria essência, uma prática ambivalente que une ou pode unir paixões e forças contrárias. Ele pode ser, ao mesmo tempo ou sucessivamente, ato de generosidade ou ato de violência, mas nesse caso de uma violência disfarçada de gesto desinteressado, pois se exerce por meio e sob a forma de partilha⁴³⁹.

Comumente, a dádiva costuma partir de quem tem mais para quem tem menos, reforçando relações hierárquicas no jogo social. Conforme Mauss e Godelier, essas dádivas têm como premissa a manutenção de status dentro de um grupo social. Pensando a circulação do dom em sociedades de Antigo Regime, Antonio Manuel Hespanha, considerava que o dom fomentava relações não apenas sociais como políticas, nas quais poderia “tornar-se um princípio e uma epifania do Poder”⁴⁴⁰.

Nesse sentido, considerando-se a sociedade colonial brasileira com aspectos de um Antigo Regime, tem-se em vista que o batismo e as relações a ele subjacentes são formas da economia do dom, pois no compadrio há uma dádiva em circulação: o convite para apadrinhar um filho. Uma família convidaria pessoas de outra família para adentrarem à sua, sob o laço espiritual do compadrio e, na lógica do dom, a retribuição seria um convite igual da segunda família a membros da primeira. No entanto, se considerar a sociedade do Antigo Regime, baseada em relações hierárquicas e desiguais de poder, essa dupla relação da dádiva aconteceria apenas do caso de ambas as estirpes pertencerem ao mesmo status social. Coloca-

⁴³⁷Na observação realizada entre os Baruya, Godelier verificou que havia objetos sagrados que eram guardados pelos mestres de culto, objetos esses que não deveriam circular. Esses objetos marcavam o culto entre o grupo e assumiam um papel identitário para o mesmo.

⁴³⁸ GODELIER, 2001, op. cit.

⁴³⁹GODELIER, 2001, op. cit., p. 23.

⁴⁴⁰ HESPANHA, Antonio Manuel *apud* HAMEISTER; HAMEISTER, 2006, op. cit., p. 362.

se, dessa forma, um sistema de prestação complexo realizado frente a pia batismal, com a presença do clérigo, dos padrinhos e dos pais da criança.

É nesses meandros que a lógica do dom se encontra invertida, como apontou Martha Hameister. Como não era de costume na sociedade colonial brasileira convidar para padrinho alguém num status inferior ao do casal, os pais de uma criança, ao convidarem membros de famílias de um estrato superior ao seu, realizavam a inversão do dom⁴⁴¹. “Invertia-se, assim, não a direção dessa relação, mas o sentido da mesma, partindo de quem tem menos a oferta inicial e a impossibilidade de retribuição na mesma moeda por parte de quem tem mais”⁴⁴². O elo gerado entre os pais da criança e os padrinhos ultrapassa as esferas da vida mundana, caracterizando como uma dádiva que nem sempre pode ser retribuída de imediato ou no decorrer da vida daqueles sujeitos.

Ao mesmo tempo, batismo da criança era entendido como um segundo nascimento, ou um renascimento. Esse renascimento, conforme Adriano Prosperi, sobrepunha-se ao carnal, pois era o momento em que a criança era de fato reconhecida e adentrava na comunidade. Era a partir do batismo que a criança - sem alma, fruto de uma relação carnal - possuía o caminho para a salvação eterna e recebia, assim, uma alma. Nesse sentido, o batismo representava muito mais que a salvação da alma, pois seria ele o “rito que concede a alma”⁴⁴³.

Nesse sentido, é possível visualizar o jogo duplo da dádiva, o qual se colocava em completa circulação: por um lado, os pais da criança nascida convidavam o futuro padrinho a batizar a criança, gerando, assim, a obrigação do *dar*; por outro, o padrinho, ao *receber* o convite, *retribuía-o* em seguida, pois entregava àquela criança a salvação eterna, concebida no pecado original.

Nas sociedades de Antigo Regime, em que a regulamentação da Igreja católica se fazia presente no cotidiano dos sujeitos, o batismo apareceria, então, como mais uma esfera da vida social, que poderia estender-se para as mais diversas faces da sociedade. Nesse sentido, o batismo não era apenas um ritual religioso, mas um aparato de inserção e proteção social num mundo em constante mudança, que demandava controle e estratégias para garantir segurança. Dessa forma, acredita-se que os açorianos migrados e estabelecidos no Brasil meridional se utilizaram do sacramento para estreitar laços, firmar novas alianças e reconhecer, na pia batismal, amizades e relações prósperas, tanto para eles quanto para os filhos. Combinando alianças, protegendo seus filhos e buscando segurança, esses casais de açorianos – formados

⁴⁴¹ HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁴⁴² Ibidem, p. 365.

⁴⁴³ PROSPERI, 2010, op. cit., p. 202.

na América ou migrados – colaboraram para o crescimento e afirmação da sociedade riopardense de meados do século XVIII.

4.2 Os Silveira Gularte e a importância de um bom padrinho para filhos de ilhéus

Em julho de 1759, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, frei Faustino Antonio de Santo Alberto e Silva colocava os santos óleos do batismo na filha de João Silveira Gularte, natural da Ilha do Faial e de sua esposa, Josefa Jacinta, do mesmo lugar. O padrinho, conterrâneo dos pais, chamava-se Jerônimo da Silveira Machado. Num provável dia frio do inverno sulino, a criança fora batizada com o mesmo nome do padrinho, Jerônimo.

Passadas três décadas, o casal, João Silveira Gularte e Josefa Jacinta, continuava estabelecido em Rio Pardo. Depois de decorridos 30 anos da chegada ao Continente, possuíam 5 filhos: Angélica Rosa, Ana Francisca, João, Jerônimo e José. O filho batizado em 1759, Jerônimo, havia contraído matrimônio com Ana Rangel de Macedo, filha de Antonio Fernandes e Clara Rangel de Macedo, ambos nascidos na Colônia do Sacramento. Ana, esposa de Jerônimo, era originária de Rio Pardo. Os demais filhos do casal contraíram matrimônio com ilhéus ou filhos deles.

Dentre os cinco filhos de João e Josefa Jacinta, encontraram-se apenas os registros de batismo de dois. Além de Jerônimo, nascido em 1759, João fora batizado quatro anos antes (1755) pelo casal Manuel de Borba e Joana Maria. Casou-se com Ana Francisca de Meneses, nascida na ilha de Santa Maria e filha de Manuel de Souza Nunes e Antônia Teresa, também naturais da ilha de Santa Maria⁴⁴⁴.

A primogênita do casal, Angélica Rosa, nasceu na ilha do Faial, e não se sabe com que idade migrou para o Brasil. Casou-se, em 1764, em Rio Pardo, com Simão Marques, natural da ilha de São Jorge, e filho de Manuel Marques e Isabel Nunes, naturais da mesma ilha que o filho. É provável que Angélica tenha migrado ainda criança para o Brasil, visto que havia contraído matrimônio 14 anos após o desembarque em terras americanas, considerando-se, ainda, que as mulheres filhas de açorianos movimentaram o mercado matrimonial da freguesia, como sublinhado no capítulo anterior.

Quanto aos outros dois filhos do casal José e Josefa Jacinta, não foi possível encontrar os registros de batismo. Devido informações nos assentos paroquiais dos netos de João e Josefa Jacinta, sabe-se que Ana Francisca fora batizada em Rio Pardo, mas, provavelmente

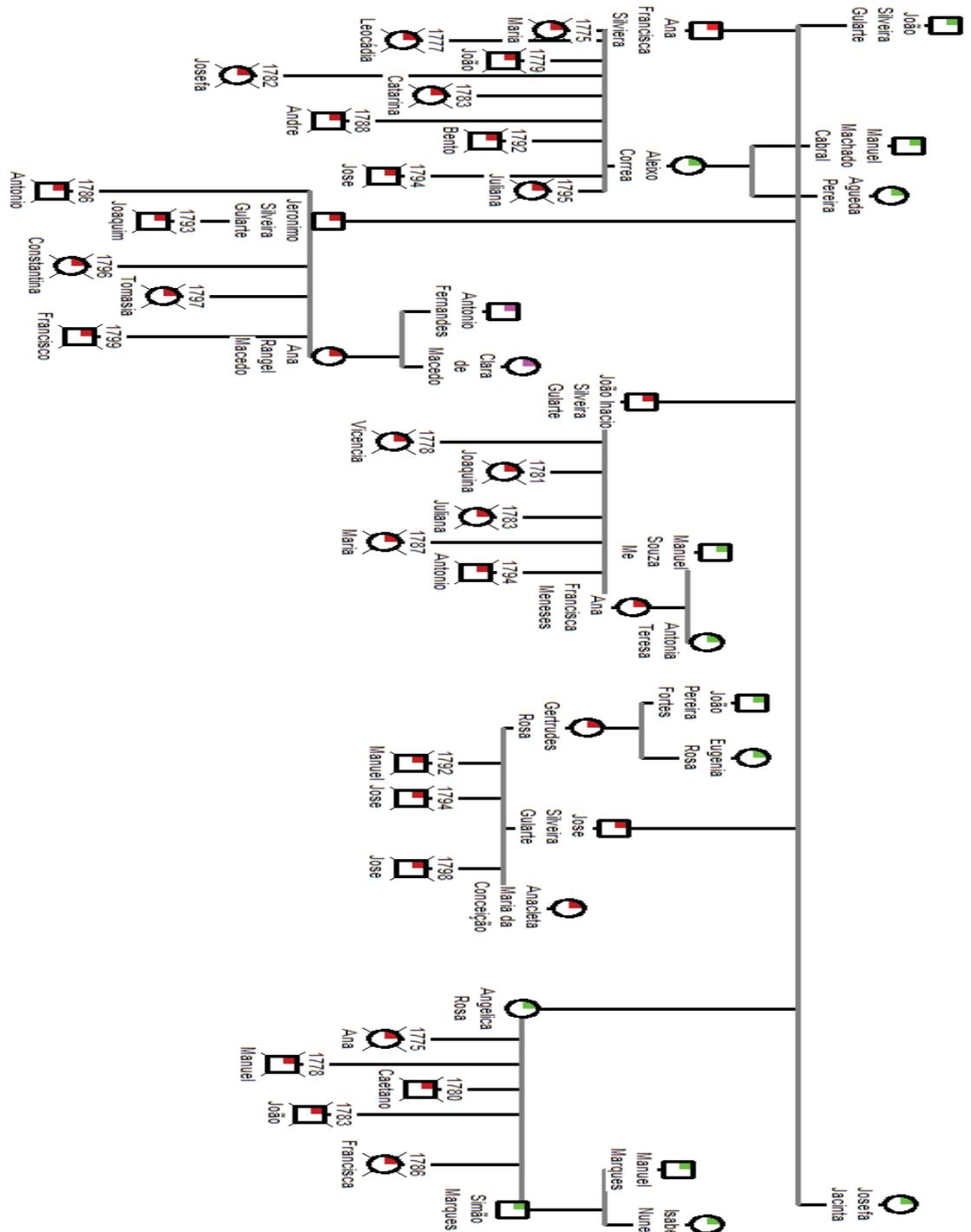
⁴⁴⁴ ACMPOA. Registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1755-1762.

seu assento tenha sido registrado entre os anos de 1762 e 1774. Não existe um livro disponível para esse período, o que impossibilita a verificação do assento. Ana Francisca casou-se com Aleixo Correia, natural de Viamão, e filho de Manuel Machado Cabral e Águeda Pereira, ambos naturais da ilha de São Jorge.

Por fim, é possível que José, o caçula entre os homens, também tenha sido batizado em Rio Pardo no período em que não existem os registros de batismo disponíveis. Ele casou-se com Gertrudes Rosa, natural de Rio Pardo, filha de João Pereira Fortes e Eugenia Maria, ambos naturais da ilha Terceira e identificados. Esse último casal estabeleceu-se na região de Rio Pardo juntamente com a Expedição Demarcadora dos Limites, iniciada em 1752. Os mencionados sogros de José mantinham uma relação muito próxima com outro casal de açorianos, Mateus Simões Pires e Catarina Inácia. Já na década de 1760, Mateus era um dos comerciantes em ascensão na freguesia, realizando comércio entre Rio Pardo e o Rio de Janeiro⁴⁴⁵.

⁴⁴⁵ A relação entre Mateus e João Pereira Fortes será analisada no próximo item desse capítulo.

Figura 3 –Árvore genealógica família Silveira Gularte



Realizado pela a autora a partir dos assentos paroquiais de batismo e matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Em verde, os nascidos nos Açores; em vermelho, os nascidos em Rio Pardo; em lilás, os nascidos na Colônia do Sacramento.

O casal de açorianos, portanto, realizou 4 matrimônios de seus 5 filhos com ilhéus ou filhos de ilhéus. Sem desconsiderar que pudesse haver uma vontade própria dos noivos em relação à união, acredita-se que esses casamentos podem ter sido motivados por estratégias diversas. A primeira delas, como abordado no capítulo anterior, é a de que as promessas do Edital de 1747 foram estendidas para casais filhos de açorianos formados no Continente, a partir da Provisão de 1749⁴⁴⁶.

Como na década de 1750, a Coroa portuguesa deteve seus esforços em abolir conflitos ora com espanhóis (invasão a Rio Grande, em 1763) e ora com indígenas (Guerra Guaranítica, em 1753), o cumprimento das garantias do Edital de 1747⁴⁴⁷ passaram a vigorar apenas a partir da década de 1770. Portanto, o casamento entre os filhos de João e Josefa Jacinta foram providenciais para que, ao menos, tentassem alcançar alguma das promessas, como o acesso a terra e ferramentas para a produção agrícola. Além de garantir as obrigações do Edital de 1747, os casamentos entre filhos de açorianos pode ser um reflexo da construção de uma rede que possivelmente fora construída ou reforçada durante o processo migratório.

O único filho do casal que não contraiu o matrimônio com filhos de açorianos fora Jerônimo. Esse, uniu-se com Ana Rangel de Macedo, filha de Antônio Fernandes e Clara de Macedo, ambos naturais da Colônia do Sacramento. Infelizmente, não foi possível encontrar a origem dos avós de Ana Rangel de Macedo, se eram reinóis migrados para Sacramento ou naturais de outra localidade e se deslocaram para a colônia portuguesa no extremo sul americano. No entanto, sabe-se que Jerônimo fora o único filho do casal a ser encaminhado para o casamento com uma filha de um casal que não pertencia à mesma origem dos pais. O que levou, destarte, o caminho de Jerônimo para o matrimônio ser diferente de seus outros irmãos? Seria uma estratégia da família? Alguém poderia ter influenciado em tal escolha?

Para responder essas perguntas, recorreu-se ao início da vida de Jerônimo. Como apontado acima, no inverno sulino do mês de julho de 1759, o filho de João e Josefa Jacinta fora batizado na capela da Expedição de Rio Pardo⁴⁴⁸. Seu padrinho, Jerônimo da Silveira Machado, um açoriano da ilha do Faial, residia na região desde o início do povoamento de Rio Pardo, pois havia recebido uma doação de sesmaria no ano de 1752, do então governador

⁴⁴⁶ QUEIROZ, 1985, op. cit..

⁴⁴⁷ Dentre as principais promessas estavam a doação de $\frac{1}{4}$ de légua de terra em quadro, ferramentas e sementes para o cultivo do solo e alimentos nos primeiros anos de desembarque.

⁴⁴⁸ A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo fora criada 3 anos após o batizado de Jerônimo, em 1762.

do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, responsável pela Expedição Demarcadora dos Limites⁴⁴⁹.

De acordo com Gomes Freire, Jerônimo, na época morador de Viamão, próximo ao Rio Caí, não possuía espaço suficiente para alocar o gado vacum e cavalos que criava, sendo, por tal motivo, necessária a ocupação de uma extensão de terras próxima ao Rio Jacuí. A concessão da sesmaria, com 1 légua de comprimento, colocava Jerônimo mais próximo do povoamento que então se erguia no deságue do rio Pardo no rio Jacuí. Jerônimo havia saído da Ilha do Faial ainda criança, com 9 anos de idade, tendo trabalhado, por 16 anos, como marinheiro em embarcações que faziam viagens na costa brasileira. Casou-se, um ano após receber a sesmaria, com Maria Santa, natural da mesma ilha e filha de um casal de açorianos migrados pelo Edital de 1747. Em 1759, portanto, Jerônimo já estava próximo à região de Rio Pardo para batizar seu primeiro afilhado na freguesia.

A escolha do nome da criança a ser batizada, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era de responsabilidade daqueles que seriam os pais espirituais da mesma. O batismo, em sociedades de Antigo Regime, não era um ato isolado do resto do tecido social; caracterizava-se, antes, como uma das esferas das múltiplas relações dos sujeitos. Como Adriano Prosperi demonstrou, o sacramento demonstrava-se não apenas pela recepção da graça à criança através dos santos óleos do ritual, mas, sobretudo, pela recepção de uma alma⁴⁵⁰. Isto é, o batizando receberia dos padrinhos, considerados seus pais espirituais, uma alma, criando uma relação entre aquela criança e seus padrinhos. No entanto, o elo tecido durante o batizado não dizia apenas as orientações quanto à vida espiritual da criança. Tais relações desmembravam-se em outras, como escolhas profissionais e maritais.

Apesar disso, não se sabe se a escolha do nome do batizado recaía apenas sobre os padrinhos ou poderia ser uma decisão conjunta, entre pais e padrinhos. É provável que quando João Silveira Gularte e Josefa Jacinta convidaram Jerônimo da Silveira Machado para apadrinhar o filho recém-nascido, atribuíram-lhe um presente, uma dádiva⁴⁵¹ que não poderia ser recusada, um dom que reforçava esferas de um jogo social complexo e bem articulado⁴⁵².

Não foi possível estabelecer uma relação prévia entre João Silveira Gularte e Jerônimo da Silveira Machado, a partir das fontes consultadas. Provavelmente, entre ambos existia um vínculo parental - próximo ou distante - devido o sobrenome Silveira, pois tanto Jerônimo (o padrinho) quanto João (o pai) possuíam o sobrenome. Essa afirmativa não pode ser

⁴⁴⁹ Sobre a expedição, referiu-se no capítulo 2.

⁴⁵⁰ PROSPERI, 2010, op. cit.

⁴⁵¹ MAUSS, 1974, op. cit.; GODELIER, 2001, op. cit.

⁴⁵² GODELIER, 2001, op. cit.

comprovada apenas pelo sobrenome em comum, pois, além de haver diversas famílias com sobrenomes iguais sem uma ligação sanguínea direta, eles não eram estáticos nessa sociedade, podendo ser alterados ou usados conforme o momento⁴⁵³.

Contudo, a hipótese não pode ser descartada, pois ambos eram naturais da ilha Faial, bem como a esposa de Jerônimo Silveira Machado, Maria Santa, que havia migrado como filha de “casal de sua Majestade”. Dessa forma, mesmo que não houvesse um parentesco sanguíneo entre João e Jerônimo, existia uma proximidade entre eles muito antes do batismo do filho de João e Josefa. Essa proximidade podia ser devido a um parentesco de sangue como também o resultado de um laço de amizade, formado a partir do processo migratório em questão. Isso porque se acredita que o batismo fosse um momento de reafirmação de vínculos já construídos anteriormente. Da mesma forma que a historiadora Rachel dos Santos Marques apontou, julga-se que o compadrio “seja apenas uma faceta de uma relação preexistente, já que é difícil imaginar que pais convidariam para padrinhos de seus filhos pessoas com quem não possuíssem qualquer contato prévio”⁴⁵⁴.

Jerônimo Silveira Machado, portanto, ao receber o convite para ser padrinho do filho de João e Josefa Jacinta, receberia um dom que não poderia ser recusado⁴⁵⁵. João e Josefa entregaram uma dádiva a Jerônimo – o apadrinhamento de seu filho; Jerônimo, por sua vez, era obrigado a receber tal oferta, pois uma negação de tal convite poderia gerar constrangimentos. O futuro padrinho Jerônimo, por outro lado, *retribuiu* a dádiva de maneira rápida, presenteando o afilhado com seu nome. Jerônimo Silveira Machado apadrinhara a criança com o nome Jerônimo. Anos mais tarde, o afilhado se chamaria Jerônimo Jacinto Silveira Gularte. Como uma forma de inteligibilidade ao longo da escrita, chamar-se-á Jerônimo Silveira Machado, o padrinho, apenas de Jerônimo, enquanto que o afilhado, tratar-se-á como Jerônimo Jacinto.

Na sociedade colonial brasileira, a presença de um mesmo nome dentro de um grupo familiar poderia significar muito mais do que apenas a repetição desse nome. A família, nesse caso, era compreendida como um núcleo que englobava não apenas os parentes de sangue, mas os laços formados a partir da amizade e compadrio⁴⁵⁶. Dessa forma, os homônimos muitas vezes eram formas de identificação e pertencimento a um grupo.

Conforme Martha Hameister, na freguesia de Rio Grande de meados do século XVIII, os homônimos eram muito comuns e chegavam a obstar o trabalho da historiadora quando o

⁴⁵³ HAMEISTER, 2006, op. cit..

⁴⁵⁴ MARQUES, op. cit., p. 233.

⁴⁵⁵ MAUSS, 1974, op. cit. Conforme Marcel Mauss, os dons possuíam três obrigações – *dar, receber e retribuir*.

⁴⁵⁶ LEVI, 2001, op. cit.

método era uma busca onomástica⁴⁵⁷. A historiadora cita o caso dos muitos “João”, “Manuel” ou “José” que permeavam o cotidiano da região nesse período. Amiúde, as populações lusas transmitiam às crianças os nomes e sobrenomes do repertório de cada estipe. Isso não deve ser considerado apenas como um acaso historiográfico, na medida em que as fontes consultadas apresentam muitos casos de repetição de nomes entre pais e filhos ou padrinhos e afilhados, mas, deve-se considerar como um aspecto dessa sociedade colonial, marcada por significações próprias e valorativas dos grupos.

Nos dias de hoje, os sobrenomes são constantemente ligados à família, sendo transmitidos geração após geração. É o sobrenome que registra o pertencimento de um novo membro ao grupo, a decadência de um ramo familiar, seja por falta de membros ou da incorporação dos sujeitos desse sobrenome a outro. Dessa forma, o sobrenome, hodiernamente, é um bem a ser carregado.

Nas sociedades de Antigo Regime, comumente o primogênito carregava o sobrenome mais importante do grupo⁴⁵⁸. Os sobrenomes maternos e paternos poderiam ser intercalados, dependendo da importância de cada família. É o caso da esposa de Jerônimo Jacinto. Ana Rangel de Macedo adotara o sobrenome da mãe, Clara de Macedo. O sobrenome do pai, Antônio Fernandes, fora ignorado pela filha, talvez porque o materno fosse mais importante naquele momento. De acordo com Martha Hameister,

Os sobrenomes materno e paterno podiam ser alternados, ter uma ordem “inversa” aos padrões de hoje, se o sobrenome materno importasse mais qualidade que o paterno. Sobrenomes atávicos [hereditários] poderiam ser usados sem nenhum constrangimento, provavelmente também dando a devida importância à qualidade da família dos avós. Ao se estudar, então, a transmissão de sobrenomes nessa sociedade, deve-se abdicar de qualquer pretensão a uma lógica matemática de combinações entre lado materno e paterno e ater-se aos valores dessa própria sociedade. Disso pode resultar, inclusive, a identificação de linha de descendência, seja ela materna ou paterna, como detentora de mais qualidade, de mais prestígio e/ou posses do que a outra⁴⁵⁹.

No período em estudo, durante o batismo era escolhido, geralmente, apenas o prenome do batizando. Raramente acontecia de o recém-nascido ter dois nomes ou, ainda, possuir um sobrenome. O nome completo que aquela criança viria a ter era construído ao longo da vida de cada um, sendo que, muitas vezes, ele variava nos registros, pois dependia da vontade daquele que registrava ou do que lhe era informado. É o que acontece com o padrinho de

⁴⁵⁷ HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 101-102.

Jerônimo Jacinto. Jerônimo Silveira Machado, nos registros paroquiais, fora, por ora, chamado como acima, ora como Jerônimo Machado da Silveira ou apenas como Jerônimo Machado. A identificação só foi possível, nesses casos, pelo fato do indivíduo aparecer acompanhado de sua esposa, Maria Santa. Nos casos em que não consta o nome da mesma e não se tem certeza, portanto, da identidade de Jerônimo, optou-se por desconsiderar o registro documental.

Assim sendo, o nome interessava muito mais nessa sociedade com características de um Antigo Regime. Era ele que conferia qualificação e diferenciação para o indivíduo ao longo da sua existência. É por isso, também, a existência de muitos “Manuel”, “João”, “Antônio”, etc. entre as famílias. O nome, além de ser uma espécie de “qualificador”⁴⁶⁰ como apontado por João Fragoso, era também uma forma de conceder a alma ao batizando, como apontou Adriano Prospero para a sociedade de Antigo Regime italiana. De acordo com João Fragoso,

Com ele [o nome], as qualidades que também já existiam antes do nascimento: uma posição numa sociedade que se formava e, a exemplo de outras regiões da Colônia luso-americana, marcada pela hierarquização social do Antigo Regime português e por diferenças entre os homens livres, mas portadores de *qualidades* diferentes⁴⁶¹.

Dessa forma, Jerônimo Jacinto herdara, como presente, o nome do padrinho. Como o nome era um bem a ser legado, usado e usufruído⁴⁶², o presente conferido ao afilhado fora *guardado* pela criança ao longo de sua existência. Como já apontado anteriormente, o ato de guardar algo – um presente, um ritual ou até mesmo um nome - era uma das esferas de um sistema de prestação total de dádivas. Esse compromisso relacionava-se com o que não circulava na sociedade, mas que deveria ser guardado. Guardava-se, assim, o nome do padrinho pelo afilhado.

Além do movimento de nomes entre grupos sociais, como uma forma complexa de circulação de dádivas⁴⁶³, havia coisas que também deveriam ser guardadas. Dessa forma, os nomes *circulavam* como um movimento contínuo das dádivas⁴⁶⁴; mas, ao mesmo tempo, *eram guardados*⁴⁶⁵, pois tecer um bom caminho e uma vida promissora fazia com que afilhado –

⁴⁶⁰Ibidem.

⁴⁶¹ FRAGOSO, João *apud* HAMEISTER, 2006, op. cit., p. 117.

⁴⁶² HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁴⁶³ MAUSS, 1974, op. cit.

⁴⁶⁴ MAUSS, 1974, op. cit.

⁴⁶⁵ GODELIER, 2001, op. cit.

como mesmo nome do padrinho -também guardasse a história do padrinho, seus acertos, erros, dúvidas e vivências.

É provável que esse sistema de circulação de dádivas tenha continuado durante toda a vida de Jerônimo e seu afilhado, Jerônimo Jacinto. Como já referido, Jerônimo Jacinto fora o único filho de João e Josefa Jacinta a se casar com uma filha de um casal de não açorianos, naturais da Colônia do Sacramento. Através das fontes consultadas, não foi possível encontrar uma relação direta entre Jerônimo (o padrinho) e os pais de Ana Rangel de Macedo, Antônio Fernandes e Clara de Macedo, os sogros de Jerônimo Jacinto (afilhado). Além disso, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, existiam outros Macedos arranchados, mas não foi plausível identificar parentesco entre alguns deles e os sogros de Jerônimo Jacinto.

É provável que Antônio Fernandes e Clara de Macedo tenham sido um dos muitos casais de retirantes da Colônia do Sacramento, a partir da invasão espanhola liderada por Dom Miguel de Salcedo, entre 1735 e 1737⁴⁶⁶. Esses casais deslocaram-se para a Ilha de Santa Catarina, motivados pela fuga e, depois, dispersaram-se entre Santa Catarina e o então criado forte de Rio Grande⁴⁶⁷.

Mesmo assim, sabe-se que Jerônimo Silveira Machado era um homem bem relacionado na região. Como referenciado, Jerônimo recebera uma doação de sesmaria no ano de 1752, do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. O recebimento de terras na América colonial lusa não era um direito alcançado por todos, ainda mais se referindo a grandes extensões, como uma sesmaria. Como a terra era um bem da Coroa e a mesma a cedia seu uso a terceiros, geralmente uma doação era realizada àqueles que prestavam algum serviço para a Coroa, como o militar. A terra, portanto, era uma das formas de se alcançar mercês na América portuguesa e a justificativa de Gomes Freire foi que Jerônimo encontrava-se com animais em terras devolutas, e que não possuía onde deixar o gado cavalariço e vacum.

Talvez a quantia de animais que o mesmo possuía era realmente grande e suas terras não eram suficientes para a criação. Ainda assim, pode ser que Jerônimo tenha visualizado uma possibilidade de conquistar mais posses, a partir da Expedição Demarcadora dos Limites. Uma das formas de Gomes Freire de Andrade legitimar a presença portuguesa a partir de tal expedição foi doando terras às margens dos rios Jacuí e Pardo. Dessa forma, Jerônimo pode ter visto uma excelente oportunidade em angariar mais propriedade para si, demonstrando uma utilidade para aquela terra: a criação de animais.

⁴⁶⁶ OSÓRIO, 1990, op. cit.

⁴⁶⁷Ibidem.

Jerônimo casara-se com Maria Santa, filha de João Teixeira d'Agueda e Isabel Nascimento, todos eles naturais da Ilha do Faial. João Teixeira D'Agueda e Isabel do Nascimento tiveram um comportamento semelhante ao de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta (pais de Jerônimo) quanto ao casamento dos filhos: optaram por casar 4 dos 7 filhos com filhos de casais açorianos⁴⁶⁸. Sobre dois filhos não há referência e acredita-se que tenham falecido ainda crianças. Apenas uma filha, Rosa Joaquina de Souza, a caçula, casara-se com João Teixeira Magalhães, um reinol natural da Vila Real.

Além disso, Jerônimo era cunhado de João Pereira Fortes. João Pereira Fortes e Eugenia Rosa, ambos naturais da Ilha Terceira, eram pais de Gertrudes Rosa que se casou com Jose Silveira Gularte, irmão de Jerônimo Jacinto. Isto é, além das relações próximas a Jerônimo Silveira Machado, desenvolvidas no compadrio, aquele casal casou um dos filhos com filha de açorianos, cunhados de indivíduo com quem já mantinham proximidade.

O casamento de Jerônimo Jacinto pode ter sido obra de seu padrinho, Jerônimo Silveira Machado. Preocupado em legar um bom futuro para o afilhado, o qual possuía o mesmo nome, é provável que Jerônimo tenha apoiado o casamento com uma filha de não açorianos. Isso porque Jerônimo casara a própria filha, Brígida Maria com o lisboeta Joaquim Severo Fialho de Mendonça, nos anos de 1780, com um tenente de Rio Pardo. Assim, como padrinho, possibilitou a entrada de membros não açorianos para a família. Ao mesmo tempo, ajudou a incorporar o afilhado a um grupo familiar que viera de outra região dos domínios lusos. O padrinho, nesse sentido, continuava a retribuir o dom dado no convite para o compadrio.

A importância do bom padrinho residia, também, em outras vantagens que o afilhado poderia ter. Jerônimo Jacinto tornara-se soldado do regimento de Dragões de Rio Pardo, grupo responsável, na década de 1770, pela proteção da fronteira lusa frente às invasões espanholas à região. Rio Pardo, após a queda de Rio Grande, em 1763, ficou conhecida como a fronteira intacta do império português no sul da América, visto que as forças castelhanas não conseguiram dominar o lugar⁴⁶⁹. Assim como o casamento, Jerônimo Jacinto fora o único filho de João e Josefa Jacinta a ter uma atividade ligada ao militarismo.

Ser soldado de dragões e ter participado de conflitos defendendo a Coroa lusa foi o motivo alegado por Jerônimo Jacinto ao solicitar, em 1780, uma sesmaria entre os galhos do Pequeri, região próxima à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Conforme o suplicante, devido os serviços prestados à Coroa no serviço militar, ele ficara prejudicado em

⁴⁶⁸ ACMPOA. Registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

⁴⁶⁹ FORTES, Borges. 1978, op. cit.

suas atividades de criação de animais e necessitava de mais campos, pois ainda vivia a favor nas terras do pai, João Silveira Gularte⁴⁷⁰.

Ao todo, Jerônimo Jacinto possuía 186 animais “de ambas as qualidades”⁴⁷¹ – vacum e cavalari -, e solicitava a doação de uma sesmaria em campos que se achavam devolutos. Conforme o capitão João Teixeira Magalhães, “o suplicante tem servido à Sua Majestade, é soldado auxiliar, e filho de casal de número dos que vieram a povoar o Continente”, referindo aos pais do suplicante. Além disso, o pai de Jerônimo Jacinto, ainda de acordo com o capitão João Teixeira Magalhães, ajudara a Fazenda Real com insumos, principalmente alqueires de trigo, durante todo o conflito com os espanhóis⁴⁷².

O capitão João Teixeira Magalhães, português natural de Vila Real, era casado com Rosa Joaquina de Souza, filha de João Pereira D’Agueda e Isabel Nunes, naturais da Ilha de São Jorge. João Pereira e Isabel eram pais de João Pereira Fortes e de Maria Santa, essa esposa de Jerônimo Silveira Machado. Ou seja, o capitão que fizera o pedido de sesmaria para o soldado auxiliar de Dragões Jerônimo Jacinto era cunhado do padrinho de Jerônimo Jacinto, bem como cunhado dos sogros de um de seus irmãos⁴⁷³.

Essas famílias, portanto, encontravam-se unidas e reforçando vínculos de parentesco ou de amizade, ora em casamentos, ora em apadrinhamentos, ou, ainda, para o acesso a terra - mercado complexo e de difícil acesso no período colonial. Pode-se dizer, portanto, que a estratégia do casal João e Josefa Jacinta, de escolher um bom padrinho para Jerônimo rendeu bons frutos ao afilhado. Um bom casamento, a entrada para o regimento de dragões, e, aos 21 anos de idade, uma solicitação de sesmaria, realizada por indivíduo da rede de relações.

No ano de 1784, João Silveira Gularte tinha 3 dos 5 filhos morando a favor nas suas terras. Dos 3 filhos, as filhas Angélica Rosa e Ana Francisca da Silveira moravam com seus maridos, Simão Marques e Aleixo Correa, respectivamente. Ana Francisca e Aleixo Correia tinham 5 filhos na época, e Angélica Rosa e Simão Marques, 4. O terceiro filho residente na propriedade, João Inácio, casado com Ana Francisca de Meneses, possuía 3 filhos. Ao todo, portanto, se somados os avós, pais e netos, são 20 pessoas residentes na mesma propriedade, isso não somados os escravizados⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰AHRS. F1231, f. 196.

⁴⁷¹AHRS. F1231, f. 196.

⁴⁷²Ibidem.

⁴⁷³ Isso porque, como abordado acima, José, irmão de Jerônimo Jacinto, era casado com a filha de João Pereira Fortes.

⁴⁷⁴ São eles: João e Josefa Jacinta (2), Ana Francisca Silveira e Aleixo Correia mais 5 filhos nascidos até 1784, Angélica Rosa e Simão Marques com 4 filhos e João Inácio e Ana Francisca, com 3 filhos.

Ao consultar os registros paroquiais, encontrou-se o registro de duas crianças, Jerônima e Ana (ambas de pai incógnito), nascidas em 1779 e 1780, e filhas de Maria e Joana, escravas de Aleixo Correia e João Silveira Gularte, respectivamente. É provável que o número de escravizados da família fosse maior, pois os assentos paroquiais apenas refletem o nascimento de uma criança filha de escravizados, isentando o restante da população cativa de registro. Isto é, além dos 20 integrantes da família, residiam na propriedade pessoas escravizadas, aumentando a capacidade de mão-de-obra daquela família.

Como referido no capítulo anterior, ao analisar a situação de moradores a favor na freguesia de São Jose de Taquari, Sandra Eckhardt demonstrou que um dos critérios para o agregamento de filhos ou genros de açorianos nas casas dos progenitores era de que essas pessoas, no ato das doações de terras, ainda eram muito jovens para receber uma propriedade⁴⁷⁵. Dessa forma, o acesso a terra fora dificultado a essas pessoas, que, na década de 1780, quando a “Relação de Moradores que tem Campos e Animais no Continente” fora realizada, possuíam em torno dos 25 anos.

Sem desconsiderar a argumentação de Sandra Eckhardt, pretende-se lançar novos questionamentos sobre o tópico. Isso porque Jerônimo Jacinto, nos anos 1770, quando foi iniciada as doações de datas de terras a açorianos e seus filhos no Continente, era um jovem de 11 anos, aproximadamente, não sendo, portanto, apto a receber tal doação. No entanto, Jerônimo Jacinto tornara-se proprietário de uma sesmaria em 1780, quando solicitou campos devido aos serviços prestados à Sua Majestade. A justificativa para que Jerônimo se tornasse proprietário estava no fato de que o mesmo servira como soldado auxiliar do regimento de Dragões, em Rio Pardo.

Ainda assim, 3 de seus 5 irmãos permaneciam sob a proteção do pai, João Silveira Gularte, totalizando 20 pessoas ligadas diretamente à família, residentes na propriedade. De acordo com o relatório da Relação de Moradores, no ano de 1784, João (o pai) informara ao relator que os documentos provadores da posse da terra estavam na Provedoria, e não confirmara a quantia de animais sob sua posse. Os 2 genros informaram que se dedicavam à lavoura, sendo que Aleixo Correia possuía 53 animais e Simão Marques, 30, entre gado cavalari e vacum⁴⁷⁶.

O filho, João Inácio, que também vivia a favor nas terras do pai, dedicava-se ao cultivo e possuía 145 animais, sendo 90 cabeças de gado vacum. Se somados os animais de João Inácio mais seus cunhados, eram um total 228 sob a posse da família. Comparando-se

⁴⁷⁵ ECKHARDT, 2019, op. cit.

⁴⁷⁶ AHRS. F1198. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. F1198 A e B.

essa última quantia à de outros que desenvolviam atividades ligadas à lavoura em Rio Pardo, a família aproxima-se da média de animais por lavradores de origem açoriana na freguesia, que chegava ao número de 175 cabeças⁴⁷⁷.

Ainda assim, o número de cabeças de animais não era grande, considerando-se que a região de Rio Pardo, como abordado no capítulo anterior, era a segunda com maior presença de animais para a criação. No entanto, como todos se dedicavam a atividade ligadas à agricultura, a quantia de bois era fundamental para o seu desenvolvimento. O número de 10 animais era considerável para o cultivo de plantas como o trigo, sendo a quantia média por lavrador em torno de 8 cabeças⁴⁷⁸.

Em toda a freguesia, de acordo com o censo da Relação, apenas Joaquim Severo Fialho de Mendonça possuía a quantia de 80 bois e dedicava-se à atividade agrícola⁴⁷⁹. Conforme o documento, os animais que estavam na sesmária régia do mesmo pertenciam ao sogro, Jerônimo Silveira Gularte, o padrinho de Jerônimo Jacinto. É possível que esse alto número de bois na propriedade servisse para o empréstimo de animais para outros lavradores e moradores da localidade, devido ao grande número de animais que o mesmo possuía.

Qual seria, então, o motivo para que João Silveira Gularte protegesse um filho e dois genros em sua propriedade? Poderia haver outro motivo além do fato de os filhos não estarem em idade ideal para receberem as doações de terras na década de 1770? Antes de receber a sesmária, em 1780, Jerônimo Jacinto também residia nas propriedades do pai, contanto, portanto, com 4 dos 5 filhos sob proteção. José, na década de 1770, residia no litoral, juntamente com um amigo, com quem dividia a posse de sua terra⁴⁸⁰.

Ana segunda metade dos setecentos, as relações de compra e venda de propriedades já aconteciam, sendo referenciadas, inclusive, na Relação de Moradores⁴⁸¹. A família de João e Josefa Jacinta, juntamente com os 3 filhos agregados, optou por não comprar terras, fosse porque não possuísse capital (monetário e de relações) necessário para tal ou porque acreditava que a propriedade dos pais fosse suficiente para a prática da agricultura e sustento de todos os membros da família.

⁴⁷⁷ Sobre as médias, ver capítulo anterior.

⁴⁷⁸AHRS. F1198. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. F1198 A e B.

⁴⁷⁹AHRS. F1198. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente. F1198 A e B

⁴⁸⁰AHRS.F. 1231, fl 126.

⁴⁸¹ OSÓRIO, 2007, op. cit.

Nesse sentido, entende-se essa família como uma unidade produtiva⁴⁸². O proponente desse conceito, Alexander Chayanov⁴⁸³, acreditava que não se poderia analisar sociedades nãocapitalistas com conceitos próprios que referenciam a atividades monetárias apenas, como salário, lucro e renda⁴⁸⁴. No entanto, tem-se claro que a sociedade colonial brasileira não era uma sociedade que desconhecia o mercado, apenas não se pode afirmar que ela era uma sociedade de mercado⁴⁸⁵.

Chayanov considerou a pequena unidade familiar como o fundamento da unidade camponesa. Essa atenção para as atividades da família e número de dependentes o fez perceber que a lógica por trás de uma unidade produtiva familiar se baseava no equilíbrio entre o grau de exploração e o grau de consumo daquele grupo⁴⁸⁶. Ou seja, a quantia de trabalho dispensada pelos membros do grupo era condizente com o número de pessoas que precisavam ser alimentadas dentro daquela mesma unidade. Essa era uma lógica distinta da capitalista, que empregava o lucro como garantia para a sobrevivência. Nesse sentido, a prosperidade da exploração não aumentava de maneira tão marcada quanto no capitalismo, pois o camponês, ao tomar consciência da produtividade do trabalho, não deixa de diminuir sua exploração, apenas considerava a variante do grau de consumo interno, da família, para que preparasse seu trabalho⁴⁸⁷.

Além disso, Chayanov propôs que o agregamento era uma forma de acessar a terra quando não se possuía condições de comprá-la, ou seja, quando a unidade produtiva familiar era tão carente de recursos monetários, que necessitava abrigar-se em propriedades alheias⁴⁸⁸. No entanto, o autor desconsidera as múltiplas relações que poderiam surgir, fosse a partir do agregamento ou então que possibilidades que causavam tal situação, como, no caso da família de João e Josefa Jacinta, os vínculos de parentesco.

Nesse sentido, acredita-se que a opção pelo agregamento da família de João e Josefa Jacinta estava fortemente relacionado com a possibilidade de um grau de exploração da terra e da quantidade de pessoas que necessitavam ser alimentadas naquele grupo. A quantia de

⁴⁸² CHAYANOV, Alexander. La organización de unidades económicas campesinas. Ediciones Nueva visión, 1974; CHAYANOV, Alexander. Teoría dos sistemas nãocapitalistas. In: CARVALHO, Heráclio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014.

⁴⁸³ Alexander Chayanov foi um agrônomo russo, que viveu os primeiros anos da União Soviética. Ao se deparar com a falta de compra de equipamentos agrícolas que poderiam melhorar o rendimento no campo, ele começou a estudar essa outra lógica de economia, muito diferente daquela capitalista.

⁴⁸⁴ O próprio autor coloca em questão o período colonial brasileiro: “houve sistemas passados, como a servidão na Rússia ou a escravatura na América, que colocam o problema de saber se os conceitos do pensamento econômico contemporâneo (capital, lucro, renda, salário) lhes são aplicáveis” (CHAYANOV, 2014, p. 100).

⁴⁸⁵ GODELIER, 2001, op. cit.

⁴⁸⁶ CHAYANOV, 1974; 2014, op. cit.

⁴⁸⁷ CHAYANOV, 1974, 2014, op. cit.

⁴⁸⁸ Ibidem.

netos pode ser um bom indicativo dessa situação. No ano de 1784, sob a proteção dos avós estavam 12 netos, sendo que as duas mais velhas, Maria e Ana, possuíam 9 anos, e os mais novos, menos de 1 ano de vida na data de realização da Relação de Moradores. Isso significa que todos esses netos não estavam aptos para o trabalho na agricultura ou criação de animais. Mesmo que os mais velhos – os de 8 ou 9 anos – pudessem ajudar em alguns afazeres, a lida tal qual um adulto era impossível de acontecer, isso porque o corpo de uma criança é imensamente inferior em força se comparado a um adulto.

Dessa forma, é possível que o número de bocas a serem alimentadas aumentasse o grau de exploração familiar. Entre 1775 (ano de nascimento da primeira filha) e 1784 (ano da realização da Relação de Moradores), Ana Francisca e Aleixo Correia tiveram 5 filhos; Angélica Rosa e Simão Marques, 4; João Inácio e Ana Francisca, 3. Com idades entre 1 e 9 anos, a mão de obra que os netos poderiam exercer ainda não era adequada, e isso, provavelmente, tenha motivado os filhos do casal João e Josefa Jacinta a agregarem-se nas terras dos pais, aproveitando-se do trabalho em conjunto para um sustento de seus filhos.

João Silveira Gularte nascera em 1721, na ilha do Faial e Josefa Jacinta, em 1729, na mesma ilha⁴⁸⁹. No ano de 1784, possuíam, respectivamente, idades de 63 e 55 anos. Considerando-se o contexto de expectativa de vida nas colônias americanas, para um casal de tal idade, a lida na terra seria uma atividade que demandaria bastante esforço, visto que ambos já estavam com idade mais avançada. Tendo em vista que as tecnologias utilizadas eram manuais, como enxadas e arado e a lida com animais necessitasse de força, talvez fosse difícil para o casal manter a propriedade por conta própria.

Dessa forma, a escolha dos pais e três filhos foi a de ficarem unidos sob a mesma proteção. O trabalho do casal já não era suficiente para os serviços no campo e o cuidado da propriedade. Isso porque apenas o casal não conseguiria produzir para seu sustento e ainda gerar um excedente que pudesse ser comercializado. Para os 3 filhos, criar as crianças em idade entre 1 e 9 anos apenas com a força do casal também poderia ser dificultoso. Dessa forma, juntando-se os esforços, a família poderia melhor gerir suas vidas e trabalhar em conjunto para que a propriedade fosse mais bem aproveitada, equilibrando a relação entre consumo e exploração⁴⁹⁰.

Além disso, a família poderia juntar recursos para adquirir escravizados para aumentar a produtividade da propriedade. O investimento em mão de obra cativa, portanto, alteraria os

⁴⁸⁹ Essas informações são do site *Geneanet*. Como outras informações da família foram buscadas no site e cotejadas com fontes, acredita-se que as informações sobre o ano de nascimento procedam. Nos registros paroquiais, a informação do local de nascimento é condizente com o apresentado no site.

⁴⁹⁰ CHAYANOV, 1974; 2014, op. cit.

graus de exploração e consumo na propriedade. Como apontado anteriormente, foi encontrado 2 assentos paroquiais de batismo de duas crianças filhas de mães escravizadas por membros da família dos Silveira Gularte. Esse é um indicativo de que possuíam recursos para a compra de cativos, e, dessa forma, é possível que o número de escravizados ultrapassasse as 4 pessoas (as mães e crianças).

Ademais, João, primeiro filho homem do casal, recebera o nome do pai no ato do batismo. É provável que mesmo seria escolhido para cuidar da propriedade quando os pais não estivessem mais, gerido a vida de seus filhos, irmãs, cunhados e sobrinhos. Isso porque, além de receber o nome do pai, era o único filho homem agregado à família. Tendo em vista que a propriedade não era grande, e a quantia de animais sob a posse da família também não, é provável que a herança fosse concentrada em um único filho, funcionando como uma estratégia a não divisão da propriedade. Provavelmente, o herdeiro responsável pela terra seria João.

Na década de 1780, o casal João e Josefa Jacinta residia com 3 filhos agregados em Rio Pardo; Jerônimo estava residindo em sua propriedade, a sesmaria doada pela Coroa após o pedido de doação. Apenas um filho do casal José, nascido em 1757 em Rio Pardo, residia em outra localidade. Na década de 1770, José migrou para o litoral, residindo na freguesia de Mostardas. Conforme requerimento ao governador da Capitania Jose Marcelino de Figueiredo, em 1788, José reclamava à Coroa que fosse dada uma solução para um conflito por terras entre ele e um “antigo amigo”. O mesmo afirmou que “tomou posse de uma légua de terra junto com seu compadre Jose Francisco Chaves”, no ano de 1783, em terras próximas a uma lagoa⁴⁹¹. No entanto, com o motivo de ter um despacho do governador que o colocaria como donos das terras, aquele o expulsara das terras ocupadas por ambos.

Conforme José, recorrer ao poder centralizado era a saída para resolver o impasse, uma vez que possuía animais que foram expulsos com o dono, além de “não ter dado motivos aquele e demais vizinhos” entrarem em conflito com ele⁴⁹². Por outro lado, o antigo amigo, usou a justificativa de José invadira suas terras, pois quando houve a doação, ele ficou com as terras próximas “ao mar grosso” enquanto que José teria ficado com as terras próximas “a costa da lagoa”. A casa que o suplicante expulso foi um favor prestado por José Francisco – o antigo amigo - “porque nesse tempo houve circunstâncias que pela boa harmonia que fazíamos”⁴⁹³.

⁴⁹¹ AHRS, F 1231, FL. 125.

⁴⁹² AHRS 1231, fl 125

⁴⁹³Ibidem

O conflito entre os dois ex-compadres fora resolvido dividindo a propriedade em duas partes. José Francisco Chaves ainda teve que pagar um cavalo para José Silveira Gularte, devido o tempo que o mesmo ficara sem a posse da terra⁴⁹⁴. No entanto, parece que a situação na freguesia de Mostardas tenha se tornado difícil para José, levando o mesmo a optar pelo retorno para a freguesia de nascimento, Rio Pardo. É provável que José Silveira Gularte tenha retornado para Rio Pardo e casado, logo depois, com Eugênia Rosa e ali construído sua casa e família.

O único filho do casal, portanto, ao receber uma propriedade da Coroa em Rio Pardo fora Jerônimo Jacinto. Aqui, retorna-se à importância do bom padrinho. É possível que Jerônimo Silveira Machado, além de guiar o afilhado para o casamento e inseri-lo, provavelmente, na carreira militar, tivesse apoiado Jerônimo Jacinto no momento de solicitação da sesmaria. Isso não desfaz a importância dos padrinhos dos demais filhos do casal Silveira Gularte, mas demonstra a relevância do agenciamento do padrinho na vida de Jerônimo, traçando estratégias e inserindo-o quando possível, na rede de contatos.

A família, portanto, estabeleceu uma estratégia para a inserção de seus filhos na região. Escolheu, para um de seus filhos, o padrinho que já era dono de uma sesmaria. Um padrinho com terras e natural da mesma ilha dos pais, Faial. João e Josefa Jacinta mantiveram 3 dos 5 filhos próximos, e aquele que se desafiara a migrar para outra região, retornou e casou-se com uma filha de açorianos. Casamentos com filhos de açorianos foram, inclusive, a maioria dos casamentos. Dessa forma, o grupo familiar construiu relações com diversas famílias da freguesia, apadrinhando os netos com muitos homens e mulheres proeminentes da comunidade.

4.2.1 Sobre os apadrinhamentos dos netos de João e Josefa Jacinta

Os 5 filhos de João e Josefa Jacinta deram, ao todo, 27 netos para o casal, tendo eles nascidos entre os anos de 1775 e 1799. Nenhum dos netos ficou sem um padrinho, alguém que o guiasse durante a vida e servisse como amparo, principalmente nos momentos em os pais não estivessem mais. Os padrinhos foram escolhidos a partir de uma rede de relações, sustentada por amizade e solidariedade.

⁴⁹⁴Ibidem.

Tabela 23 – Apadrinhamento dos netos de João e Josefa Jacinta

Filhos de Ana Francisca e Aleixo Correa		
Criança	Padrinho	Naturalidade padrinho
Maria	João Inácio Silveira Gularte	Rio Pardo
Leocádia	Antônio Fernandes Franco	Rio Grande
João	Pedro de Moraes	Curitiba
Josefa	Bartolomeu Bueno de Souza	São Paulo
Catarina	Mateus Simões Pires	Açores, Terceira
André	André Duarte	-
Bento	Bento Jose Martins	Porto
Jose	José Joaquim Pereira	Lisboa
Juliana	José Joaquim Pereira	Lisboa
Filhos de Angélica Rosa e Simão Marques		
Criança	Padrinho	Origem padrinho
Ana	João Inácio Silveira	Rio Pardo
Manuel	João de Souza Cardoso	Viamão
Caetano	Caetano Coelho Leal	Porto
João	João Manuel	-
Francisca	Francisco Silveira Porto	-
Filhos de Jose Silveira e Gertrudes Rosa		
Criança	Padrinho	Origem padrinho
Manuel	João Pereira Fortes e Eugênia Rosa	Açores, Terceira
Jose	João Silveira Gularte e Eugênia Rosa	Açores, Faial
Filhos de Jose Silveira E Anacleta Maria		
Criança	Padrinho	Origem padrinho
José	Ten. Manuel Jose Machado e Maria Garcia	Rio Grande
Filhos de Jeronimo Jacinto e Ana Rangel		
Criança	Padrinho	Origem padrinho
Antônio	João Silveira Gularte	Açores, Faial
Joaquim	Antônio Francisco Ferreira Flores	-
Constantina	Antônio Francisco Ferreira Flores	-

Tomasia	Policarpo Jose Soares	Santa Catarina
Francisco	Tem. Francisco Carneiro de Figueiredo Sarmiento	Rio de Janeiro (filho de reinóis)
Filhos de João Inácio e Ana Maria		
Criança	Padrinho	Origem padrinho
Vicência	João de Souza Pimentel	Açores, Terceira
Joaquina	João de Souza Pimentel	Açores, Terceira
Juliana	João de Souza Pimentel	Açores, Terceira
Maria	João Silveira Gularte	Açores, Faial
Antônio	Antônio Gonçalves Borges	Açores, Terceira

Fonte: Registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1774-1780; 1783-1789; 1790-1800.

Ao todo, foram 20 homens que compareceram a pia batismal para batizar os 27 netos do casal. Esses padrinhos nasceram em diversas partes dos domínios portugueses, tanto em Portugal quanto nos Açores ou então no Continente de Rio Grande de São Pedro como no resto da América portuguesa, totalizando 12 naturalidades distintas.

Ana Francisca e Aleixo Correa foi o casal que mais diversificou o grupo de padrinhos. Das 9 crianças, foram 8 padrinhos diferentes, sendo que apenas José Joaquim Pereira apadrinhou 2 crianças, a saber, José e Juliana, gêmeos nascidos em 1795 e caçulas do casal. Apesar da distinção entre as localidades de nascimento dos padrinhos, uma busca nominal⁴⁹⁵ demonstrou que praticamente todos possuíam alguma ligação com açorianos residentes em Rio Pardo. João Inácio, padrinho da primogênita Maria, era irmão de Ana Francisca; Antônio Fernandes, nascido em Rio Grande, era genro de um casal de açorianos da Ilha do Pico, José Pereira e Teresa Maria de Jesus; o paulista Bartolomeu Bueno de Souza era soldado da Expedição Demarcadora dos limites e casou-se com uma filha de casais das ilhas; da Ilha Terceira era o padrinho de Catarina, Mateus Simões Pires.

Dois foram os portugueses que apadrinharam filhos do casal. O reinol Bento José Martins era casado com Simiana Joaquina de Meneses, filha de Antônio Jose de Moura e Antônia Margarida de Meneses, naturais da Ilha do Pico. Por fim, o lisboeta José Joaquim Pereira, padrinho dos gêmeos caçulas da família, era casado com Ana Joaquina, filha de Jacinta Rosa e Nicolau de Bum, açorianos da Ilha do Faial. Mesmo que ambos fossem portugueses continentais, esses homens eram casados com filhas de açorianos. Essa relação

⁴⁹⁵ A busca nominal envolveu todos os registros paroquiais elencados para a pesquisa.

próxima de padrinhos de outras origens com os filhos de um casal de açorianos demonstra uma intrincada rede de relações formada a partir do processo migratório ou, ainda, ainda nas ilhas.

A busca nominal menos proeminente da pesquisa se deu com os padrinhos dos filhos de **Angélica Rosa e Simão Marques**. Infelizmente, a partir das fontes consultadas pode-se encontrar a origem apenas 3 dos 5 padrinhos. João Inácio Silveira, padrinho de Ana, era avô materno da criança; João de Souza Cardoso nascera em Viamão e Caetano Coelho Leal era um reinol da cidade do Porto.

Não foi possível encontrar, também, a origem de Antônio Francisco Ferreira Flores, padrinho de 2 dos 5 filhos de **Jerônimo Jacinto e Ana Rangel**. Jerônimo iniciou o compadrio com seu pai, João Silveira Gularte que apadrinhou Antônio; Policarpo Jose Soares apadrinhou Tomasia. O padrinho era genro de João Pereira Fortes, ou seja, cunhado de José, irmão de Jerônimo Jacinto. Por fim, já em 1799, Francisco fora batizado pelo Tenente Francisco Carneiro Figueiredo Sarmiento, nascido no Rio Janeiro e filho de portugueses. É provável que a escolha do padrinho do caçula fora uma forma de reconhecimento de uma rede de trabalho de Jerônimo Jacinto, já que o mesmo serviu ao regimento de Dragões na freguesia de Rio Pardo.

Jose da Silveira Gularte e Gertrudes Rosa escolheram, para o batismo dos dois filhos, João Pereira Fortes e João Silveira Gularte, avós materno e paterno dos afilhados, respectivamente. Em ambos os batizados, a avó materna, Eugênia Rosa foi a madrinha. Comportamento semelhante teve José com sua segunda esposa, **Anacleta Maria da Conceição**. O filho do casal, José, fora apadrinhado pelo Tenente Manuel Jose Machado e esposa, Maria Garcia, ambas as avós maternos da criança. José, portanto, optou por reforçar uma rede de parentesco sanguíneo juntamente com o parentesco espiritual.

Por fim, **João Inácio da Silveira e Ana Maria de Menezes** convidaram 3 homens para o batizado de 5 filhos. Apenas João de Souza Pimentel, natural da Ilha Terceira apadrinhou 3 afilhados. João foi padrinho juntamente com sua esposa, Vicência Joaquina, filha de Mateus Simões Pires e Catarina Inácia. Como elencado anteriormente, ambos foram padrinhos de Catarina, filha da irmã de João Inácio, Ana Francisca e Aleixo Correia.

João de Souza Pimentel faleceu, de forma abrupta, em 1793, aos 58 anos. Até então, os 3 filhos de João Inácio e Ana Maria eram batizados por João de Souza Pimentel e Catarina Inácia. Como o compadre falecera, o filho do casal nascido em 1794 foi apadrinhado apenas por Antônio Gonçalves Borges. Antônio Gonçalves era tio de Vicência Joaquina, filha de Mateus Simões Pires. Os padrinhos do caçula foram os avós paternos, João e Josefa Jacinta.

João Inácio e Ana Maria optaram por estabelecer um laço de compadrio entre os membros próximos à família, como o firmado com os avós paternos e membros da família de Mateus Simões Pires. Este que, por sua vez, estabelecera uma sociedade, na década de 1779 com João Pereira Fortes, sogro de José, irmão de João Inácio.

Dentre as 3 meninas apadrinhas por João de Souza Pimentel e Vicência Joaquina, Vicência (1778), Joaquina (1781) e Juliana (1783), as 2 primeiras recebem o nome da madrinha. Receber o nome do padrinho ou madrinha é uma característica presente entre os netos de João e Josefa Jacinta. Entre as 13 netas, 4 tinham o mesmo nome de uma das mulheres próximas à família: mãe, avós ou madrinhas. Entre os 14 netos, 13 possuíam algum nome ligado aos integrantes próximos: pai, padrinho ou avós. Essa herança recebida de algum membro da família no ato do batismo é que Jerônimo Jacinto e João Inácio receberam de seus padrinhos e pai, respectivamente.

Nesse sentido, o nome como uma dádiva continuou a circular entre os membros da família. A circulação de nomes, conforme já referenciado por Martha Hameister, era uma forma de identificação a um grupo, gerando pertencimento⁴⁹⁶. Se aqueles convidados para o compadrio colocavam seus próprios nomes a circular, cabia aos afilhados a tarefa de guardá-los. É nesse jogo de doação e guarda que a dádiva do nome circula e é, ao mesmo tempo, guardada.

Outra característica entre os filhos e João e Josefa Jacinta foi a concentração entre os membros da família ou pessoas ligadas a João Pereira Forte e Mateus Simões Pires como padrinhos para seus filhos. Entre os familiares, foram 7 crianças apadrinhadas por membros da família. O avô João Silveira Gularte apadrinou um dos filhos de João Inácio, Jerônimo Jacinto e José, ou seja, apenas dos filhos homens do casal.

Conforme Guido Alfani, o parentesco espiritual configurar-se-ia como um laço fraco das relações sociais numa sociedade de jogo complexo e dinâmico⁴⁹⁷. Além dos laços formados na pia batismal, havia a formação de laços fracos em outras relações do cotidiano, enquanto que os laços fortes seriam os laços de parentesco sanguíneo, principalmente os formados pelo núcleo central da família – pais, filhos e irmãos⁴⁹⁸. Essa definição dada por Alfani para os apadrinhamentos como laços fracos são questionados por Rachel Marques. Isso porque, conforme a historiadora,

⁴⁹⁶ HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁴⁹⁷ MARQUES, 2018, op. cit.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

Concordo com Alfani quanto ao parentesco espiritual configurar, no geral, um laço fraco, porém creio que é preciso fazer uma ressalva com relação aos casos em que parentes próximos e algumas vezes co-residentes como, por exemplo, avós do batizando – a princípio, laços fortes – são convidados ao compadrio. A questão ainda demanda discussão, o que infelizmente foge ao propósito do presente trabalho⁴⁹⁹.

O questionamento de Marques cabe, também, nessa pesquisa. Os avós João e Josefa Jacinta, assim como João Pereira Fortes e Eugênia Rosa compareceram a pia batismal para o batismo de netos. Um laço forte, portanto, o parentesco sanguíneo era contraposto a um laço fraco, do parentesco espiritual. Nesse sentido, novamente, se retorna à discussão da ideia de família e de grupo familiar. Um grupo nunca é um dado formado *a priori*, assim como uma família, segundo os termos utilizados nessa pesquisa. Isso depende muito mais das relações estabelecidas entre as pessoas para que, de fato, sejam reconhecidos. Como abordado no capítulo anterior, o parentesco sanguíneo nem sempre era reconhecido, como no caso de crianças batizadas com a figura paterna “incógnita”. Mesmo que o sujeito fosse reconhecido anos mais tarde como filho daquele homem, isso não significava que o mesmo seria aceito no grupo familiar. O laço sanguíneo, nesses casos, não era o suficiente para o pertencimento ao grupo familiar, pois o sujeito deveria ser conhecido e *reconhecido* pelos membros⁵⁰⁰.

Mesmo que não se encontre a justificativa expressa no ato do batismo, pode-se considerar algumas hipóteses para o caso dos avós e tios serem convidados ao compadrio na família de João e Josefa Jacinta. É provável que João Inácio, Jerônimo Jacinto, José e Ana Francisca tenham procurado nos pais e sogros uma figura de alento para o apadrinhamento de seus filhos. Considerando-se o cenário de fronteira e instabilidade da região de Rio Pardo, por vezes os avós representavam uma figura importante dentro do contexto familiar. Seria, desse modo, no ato de convidá-los ao compadrio que esse reconhecimento seria firmado.

Além disso, poderiam ser os avós os responsáveis por cuidar dos netos, ainda pequenos, enquanto os pais dedicavam-se ao trabalho na lavoura, criação de animais ou participando de conflitos em defesa da Coroa portuguesa. Como abordado anteriormente, João Inácio e Ana Francisca encontravam-se sobre a proteção paterna no momento da realização da Relação de Moradores e Jerônimo Jacinto recebeu, como doação pelos serviços militares, uma sesmaria 3 anos antes da realização do censo.

A figura dos avós congregava, ainda, um histórico de migrações e deslocamentos. Reforçar o elo entre os netos e avós, através do batismo, poderia contribuir para o reforço dos laços dentro do grupo familiar. Não foram apenas os filhos de João e Josefa Jacinta que

⁴⁹⁹Ibidem, p. 238.

⁵⁰⁰ HAMEISTER, 2006, op. cit.

procuraram nas figuras do pai e da mãe o estreitamento de um laço familiar consanguíneo pelo compadrio. Dentre os assentos paroquiais de filhos netos de açorianos, muitas vezes os avós foram convidados a comparecer na pia batismal. Esse comportamento pode ter migrado junto com os sujeitos deslocados das ilhas para o Continente. No entanto, a questão demanda maior discussão o que, infelizmente, foge do escopo dessa pesquisa, podendo ser realizada em futuros estudos.

Membros próximos a João Pereira Fortes e Mateus Simões Pires – ou os próprios – foram os campeões de batismo entre os netos de João e Josefa Jacinta. Dentre as 27 crianças, 9 – isto é, 1/3 delas – foram apadrinhadas ou por um dos sócios ou por pessoas próximas a eles. Dessa forma, a proximidade que a família dos avós João e Josefa Jacinta desenvolvera com Mateus Simões Pires fora reconhecida através da instituição do compadrio. Esses laços, portanto, foram estreitados na pia batismal e refletem a disponibilidade para o compadrio de Mateus, bem como a escolha da família por pessoas próximas ligadas ao comerciante. Nesse sentido, tem-se que o ato do batismo fora uma forma de desenvolvimento e estreitamento de relações entre as partes envolvidas pelo grupo.

Na década de 1770, Mateus Simões Pires já era um proeminente comerciante em Rio Pardo, com uma rota mercantil entre a região e o Rio de Janeiro. Era comprador e vendedor de animais e escravizados, dono de um capital mercantil e social. Uma das relações próximas de Mateus Simões Pires foi com João Pereira Fortes, sogro de José, filho do casal João e Josefa Jacinta. Esse grupo, portanto, reconhecia-se não apenas nas relações adjacentes a pia batismal como também em outras esferas da vida na comunidade.

4.3 Das alianças econômicas ou de como o mundo social e econômico encontravam-se intrincados

Mateus Simões Pires nasceu na freguesia de São Sebastião, próxima à cidade de Angra, na Ilha Terceira. Foi batizado em setembro de 1726, filho de Manoel Simões e Maria da Conceição⁵⁰¹. Apesar da trajetória migratória de Mateus das ilhas ao estabelecimento em Rio Pardo ser um tanto carecer de maiores informações, acredita-se que ele tenha migrado primeiramente para a região da Colônia do Sacramento, por volta da década de 1740. Isso é reforçado devido o fato de uma irmã do açoriano, chamada Luciana, residir na Colônia até sua

⁵⁰¹ MACHADO, 2013, op. cit.

morte. É provável que Mateus tenha saído da Colônia do Sacramento devido à invasão da região pelas tropas castelhanas, lideradas por Dom Miguel de Salcedo, entre 1735 e 1737⁵⁰².

A primeira informação sobre Mateus em Rio Pardo data do ano de 1755, quando batizou Isidoro, filho de um casal da Ilha Terceira, Vicente Ferreira e Maria Inácia, comoobordado no início do segundo capítulo. Já nesse batismo, a companheira de pia batismal de Mateus era Eugênia Rosa, natural do mesmo lugar de origem e filha de Manuel Fernandes Ribeira e Catarina de Borba.

Mateus casou-se com Catarina Inácia da Purificação, filha de Manuel Gonçalves e Águeda Maria, todos eles naturais da ilha Terceira. O casamento foi realizado no ano de 1757, através de procuração levada pelo tio da noiva, Antonio Mendes. Isso talvez porque que Mateus já estivesse residindo em Rio Pardo na época ou, ainda, desenvolvendo alguma rota comercial entre o Continente de Rio Grande de São Pedro e o Rio de Janeiro.

Os sogros de Mateus, Manuel Gonçalves e Águeda Maria, migraram dos Açores para a Ilha de Santa Catarina como “casais de sua Majestade” e depois se estabeleceram em Rio Grande. No entanto, anos mais tarde, mudaram-se para Rio Pardo, quando começaram estabelecer alianças matrimônias com açorianos próximos à região do Jacuí. Assim como a família de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta, Manuel Gonçalves e Águeda Maria também estabeleceram uma rede de relações forte e promissora na região, garantindo estabilidade ao casal e descendentes.

Manuel Gonçalves e Águeda Maria tiveram 6 filhos, dos quais 5 casaram-se com filhos de açorianos. Um dos filhos, Jose Gonçalves Dias contraiu matrimônio com Maria Xavier de Freitas, natural de Rio Grande e filha de Manuel de Freitas Teixeira (ilha da Madeira) e Dona Maria do Nascimento (ilha Terceira). Manuel tornara-se Capitão do regimento de Dragões na década de 1770, mesmo período em que Jerônimo Jacinto da Silveira, o filho de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta, era nomeado como soldado de Dragões, assim como João Teixeira Magalhães, cunhado de Jerônimo Machado, tornara-se capitão⁵⁰³.

Na tentativa de não alongar muito sobre a família de Manuel Gonçalves e Águeda Maria, sogros de Mateus Simões Pires, acredita-se que o casal se distinguiu daqueles muitos casais que formavam uma massa pobre e submissa de açorianos migrados. Marta Hameister e Adriano Comissoli apontaram para tal possibilidade, acreditando que alguns casais de ilhéus tenham migrado com algum capital monetário em mãos, já que tal procedimento não era

⁵⁰² PETIZ, 2009, op. cit.

⁵⁰³ Ver subitem anterior.

proibido pela Coroa⁵⁰⁴. Ainda assim, mesmo que não tivessem algum capital monetário no processo migratório, o casal construiu uma boa rede de relações já nos primeiros anos de chegada à freguesia de São Pedro de Rio Grande.

Em Rio Grande, Manuel Gonçalves e Águeda Maria batizaram 2 filhos na década de 1750 e início dos anos 1760, a saber, Francisco, em 1754, e José, em 1756. Ambas as crianças foram apadrinhadas pelo Capitão-mor Francisco Coelho Osório e a cunhada, Dona Francisca Joaquina de Almeida Castelbranco, casada com o capitão Tomás Luís Osório. Tamanha era a influência de Tomas e Francisca na região que, em 1758, Gomes Freire de Andrade realizou a doação de uma sesmaria às margens da Lagoa dos Patos ao capitão, a qual daria origem à atual cidade de Pelotas⁵⁰⁵. Durante a invasão de Rio Grande pelas tropas castelhanas, em 1763, o Capitão Tomas Luís Osório foi um dos líderes da resistência portuguesa na Vila, sendo, anos mais tarde, julgado e condenado em Lisboa por traição⁵⁰⁶.

Os laços formados pelo casal, portanto, foram relevantes para a vida na comunidade. É provável que Manuel Gonçalves e Águeda Maria tenham vislumbrado um bom casamento para a filha Catarina com Mateus Simões Pires. Na década de 1750, Mateus já negociava produtos em Rio Pardo e Rio Grande, vindos do Rio de Janeiro⁵⁰⁷. Por outro lado, Mateus também pode ter vislumbrado um bom casamento com Catarina Inácia, visto que a noiva era filha de açorianos migrados a partir do Edital de 1747, detentora, portanto, de um capital social, por ser branca e cristã, e um capital econômico, por poder receber as promessas da Coroa sobre o Edital. Mateus e Catarina, portanto, poderiam acessar a terra por doação, mesmo caso daqueles que foram contemplados com a provisão de 1752⁵⁰⁸.

É provável que Mateus estivesse na região de Rio Grande no ano de 1752, quando iniciou a Expedição Demarcadora dos Limites, comandada por Gomes Freire de Andrade. Como era comerciante, talvez tenha visto uma possibilidade em instalar um comércio nas Missões, destino final da dita Expedição. No entanto, devido ao conflito que resultou na Guerra Guaranítica e a decisão de Gomes Freire em criar um povoado nas margens do Rio Jacuí, a partir do estabelecimento de um forte, Mateus optou por se instalar próximo à região do forte, onde havia casais de açorianos também.

⁵⁰⁴ HAMEITER, 2006, op. cit.; COMISSOLI, 2009, op. cit.

⁵⁰⁵ OSÓRIO, 1990, op. cit.

⁵⁰⁶ Agradeço a Dra. Rachel dos Santos Marques pela gentileza em compartilhar informações a respeito do casal Manuel Gonçalves e Águeda Maria.

⁵⁰⁷ MACHADO, 2013, op. cit.

⁵⁰⁸ Ver Capítulo anterior. A Provisão de 1752 estendia as garantias do Edital de 1747 (terras, ferramentas e sementes) para os filhos de açorianos casados no Continente de Rio Grande de São Pedro.

Nesse período, pelo menos até o ano de 1762, Mateus desenvolveu comércio entre Rio Pardo de Rio Grande, buscando gêneros no porto de Rio Grande para revender na região de Rio Pardo. Em uma carta enviada a João Mourão⁵⁰⁹, em 1762, Mateus revela a preocupação com o pagamento de dívidas que possuía:

Desejava que vosmecê me fizesse o favor de dizer se acaso tem sido cobrado alguma coisa de minhas letras que devem nesse Rio Pardo [...] caso tenham vendido os porcos para a Fazenda Real e quiser me mandar a letra me faz grande favor, e no que diz respeito ao dinheiro dos couros que me pertence caso tenha mandado entregar a Francisco Lopes, como lhe ordenei, me dou por satisfeito [...] caso vosmecê não tenha feito, remeta o dinheiro a dar nesta vila, pois nela se acha meu credito e por semelhante dívida tenho estado atônito [...] ⁵¹⁰.

Além da prestação de contas das dívidas, Mateus informava a João, provável morador de Rio Pardo, como estava a situação na fronteira de Rio Grande. De acordo com o mesmo, dias antes de sua chegada em Rio Grande, havia aparecido 4 portugueses fugidos da colônia espanhola de Santa Fé, sendo um deles filho de um antigo comerciante de Rio Grande⁵¹¹. Esse pode ser tomado como um indicativo da situação conflituosa entre portugueses e espanhóis nas terras meridionais americanas, pois um ano antes, em 1761, o Tratado de Madri havia sido anulado pelo Tratado de El Pardo, e em 1763, as tropas espanholas invadiram Rio Grande.

A chegada do Frei Faustino de Santo Alberto à região de Rio Pardo em 1755 motivou os primeiros batismos na comunidade. Como referenciado, Isidoro, a primeira criança a ser batizada era filho de açorianos e apadrinhado por Mateus Simões Pires e Eugênia Rosa. Tanto os pais, Vicente Ferreira e Maria Inácia, quanto os padrinhos, Mateus Simões Pires e Eugênia Rosa, eram todos naturais da ilha Terceira. Com já referido, Eugênia Rosa era filha de Manuel Fernandes Ribeira e Catarina de Borba, também originários do mencionado lugar. Dessa forma, acredita-se que os pais conheciam os padrinhos desde as ilhas dos Açores, principalmente a madrinha, Eugênia Rosa, considerando-se que Mateus migrou antes para a Colônia do Sacramento.

⁵⁰⁹ Não foi encontrado outro registro a respeito de João Mourão nas fontes consultadas. O acesso à carta escrita por Mateus se deu no livro escrito por César Machado Pires, “Simões Pires: revisão bibliográfica e documental”. Na nota de rodapé que faz referência à carta, consta a seguinte informação: “transcrição com grafia atualizada da cópia de uma carta de Mateus para João Mourão existente no arquivo particular de Paulo Xavier com a indicação ‘CX 2, Doc. Nº 521, AHRs’”. Em uma consulta ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fui informada de que não existe tal fundo, nem que tal documento poderia ser encontrado por essa indicação. O arquivo de Paulo Xavier está localizado no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Conversei com o primo do autor do livro, Paulo Pires, e o mesmo, detentor dos escritos do falecido César Pires Machado, me informou que não encontrou tal transcrição da carta informada pelo autor. Portanto, o acesso à carta é o que está no livro.

⁵¹⁰ MACHADO, 2013, op. cit., p. 34.

⁵¹¹ MACHADO, 2013, op. cit.

Esse mesmo registro de batismo indica outro aspecto da vida de Mateus, além do compadrio. Um ano após o batismo de Isidoro, a madrinha Eugênicia Rosa casou-se com João Pereira Fortes, natural da Ilha Terceira, quem seria, anos mais tarde, sócio em atividades comerciais de Mateus Simões Pires. Na década de 1770, Mateus e João selaram uma sociedade, na qual se comprometiam a explorar em conjunto tarefas comerciais e agropecuárias⁵¹². A sociedade foi declarada em 30 de novembro de 1773 e, na ocasião, os sócios declararam povoar uma estância chamada “Guardinha”, onde possuíam gado e criação de bestas muares, além de outra estância às margens do rio Guaíba denominada “Nossa Senhora do Rosário”, na qual também possuíam animais vacum e cavalares, como também a criação de mulas⁵¹³. Nessa última estância, quem cuidava da propriedade e criava os animais eram 6 escravizados, propriedade de ambos os sócios. Além das duas sesmarias, Mateus e João possuíam um campo próximo à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, na qual os sócios compartilhavam o uso de uma atafona⁵¹⁴.

Acredita-se que duas dessas propriedades mencionadas pelos sócios tenham sido as doações de datas de terras realizadas pela Coroa portuguesa a açorianos e seus filhos casados no Continente. João Pereira Fortes era filho de casal de número⁵¹⁵ casado com uma filha de casal de número; Mateus migrou antes do Edital de 1747, mas casou-se com uma filha de casal de número, o que colocava Catarina Inácia, esposa de Mateus, como pretendente às doações de terras da Coroa. Nesse sentido, ambos os sócios podem ter acessado a terra via política de doação de datas de terras da Coroa portuguesa, iniciada na década de 1770.

Dessa forma, a associação de Mateus e João pode ter sido uma estratégia para superar dificuldades encontradas nesse processo migratório. Com a aliança, propriedades, animais e escravizados de cada um passaram a pertencer a ambos os sócios, dinamizando a produção de alimentos e criação de animais. É provável, então, que em uma das propriedades, no campo próximo à sede da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, os sócios desenvolvessem o cultivo de trigo, importante cereal para a economia colonial. Conforme Helen Osório, o trigo, a partir da década de 1780, era o terceiro produto mais exportado nos portos do Continente, com destino ao Rio de Janeiro⁵¹⁶. O cultivo do trigo teve uma aceleração a partir desse período justamente pela relativa paz alcançada entre as Coroas ibéricas, nas disputas pelas terras

⁵¹² PETIZ, 2009, op. cit.

⁵¹³ Ibidem.

⁵¹⁴ PETIZ, 2009, op. cit. A atafona é uma espécie de moinho, dedicada à preparação da farinha de mandioca.

⁵¹⁵ “Casal de numero” foi a expressão utilizada pelos oficiais portugueses para se referirem aos açorianos migrados pelo Edital de 1747. Além disso, os próprios migrantes autodenominavam “casal de número” ou “filho de casal de número”, como uma estratégia para angariar as promessas do Edital.

⁵¹⁶ OSÓRIO, 2007, op. cit.

meridionais americanas, momento em que a agricultura passou a ser valorizada. Considerando o contexto de América portuguesa, destaca Osório que:

O crescimento econômico das duas últimas décadas do século XVIII baseou-se numa ressurgência da agricultura [...] cereais como o trigo e o arroz tornaram-se importante, e mesmo culturas tradicionais como o tabaco e o açúcar tiveram aumento vertiginoso no período, com a expansão do último produto para outras áreas (como o Rio de Janeiro e São Paulo) [...]. Esse crescimento redundou no aumento das exportações do Brasil para a metrópole da ordem de 5,7% anuais, entre 1796 e 1806⁵¹⁷.

Além do fornecimento para o mercado metropolitano, o Continente de Rio Grande de São Pedro era responsável por boa parte do abastecimento interno da colônia portuguesa⁵¹⁸. Couro, charque e trigo, respectivamente, eram responsáveis por mais da metade das exportações das freguesias do Continente para o restante da América portuguesa, movimentando o mercado interno⁵¹⁹.

Segundo Cleusa Graebin, o trigo era uma atividade já desenvolvida nas ilhas dos Açores e é provável que a introdução da triticultura no Rio Grande do Sul tenha sido obra dos migrantes açorianos⁵²⁰. No capítulo anterior, destacaram-se as atividades nas quais açorianos migrados desenvolveram na região de Rio Pardo, indicando que havia ilhéus em todas as categorias apontadas pela Relação de Moradores⁵²¹, inclusive a de lavradores.

Em 1780, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário não constava entre as maiores produtoras de trigo do Continente, mas o produzia. No anexo à carta do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, constam 6.990 alqueires de trigo colhidos no ano de 1780. Rio Pardo, por pouco mais de 5% da colheita total do Continente.

Tabela 24 – Alqueires de trigo produzidos nas freguesias do Continente

Freguesia	Alqueires de trigo
Porto Alegre	463
Viamão	579
Vila dos Anjos	585
Santo Antônio	427
Conceição da Serra	91

⁵¹⁷ Ibidem, p. 184.

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ GRAEBIN, 2004, op. cit.

⁵²¹ Ver capítulo anterior.

São Luís de Mostardas	955
Norte do Rio Grande	996
Vila de São Pedro	1.126
Caí	370
Freguesia Nova	149
Santo José do Taquari	645
Rio Pardo	359
Jacuí	125
Encruzilhada	117
Total	6.990

Fonte: Arquivo Nacional. Cod. 104, vol. 2, grifo da autora.

As freguesias destacadas por historiadores como típicas da presença de migrantes açorianos⁵²², como Mostardas, Rio Grande, Taquari e Viamão foram as regiões com maior produção de trigo. No entanto, Rio Pardo também possuía um grande número de ilhéus residentes, os quais não se dedicavam apenas ao cultivo do trigo. Essa dinamização das atividades, com atenção para a criação de gado pode ter se dado pela formação da fronteira Oeste do Continente, onde a região contava com o maior número de gado de todas as freguesias, como abordado no capítulo anterior⁵²³.

Helen Osório assinalou, ainda, que para os pequenos produtores – aquele com menos de 100 cabeças de gado -, o acesso a terra e à mão de obra escravizada era dificultada em função dos altos custos⁵²⁴. Além disso, a autora destacou que a obtenção de ferramentas para a prática da agricultura por vezes era obstada, o que causava disputas em divisões de heranças nas famílias menos abastadas no Continente⁵²⁵.

Outro cultivo importante para os migrantes açorianos e seus filhos era o de mandioca. A planta, originária da América e cultivada por indígenas, foi rapidamente assimilada pelos ilhéus, que também passaram a cultivá-la⁵²⁶. A presença da atafona, em uma das propriedades dos sócios Mateus Simões Pires e João Pereira Fortes, seja um indicativo do cultivo dessa planta também. Além disso, ambos poderiam ceder o uso de equipamentos para outros

⁵²² GRAEBIN, 2004, op. cit.; OSÓRIO, 1990, 2007, op. cit.; BORGES FORTES, 19978, op. cit..

⁵²³ Ver Capítulo anterior.

⁵²⁴ OSÓRIO, 2007, op. cit.

⁵²⁵ OSÓRIO, op. cit.; ROSA, 2018, op. cit.

⁵²⁶ ROSA, 2017, op. cit.

habitantes da região, como vizinhos e amigos próximos, cobrando ou não pelo uso dos equipamentos⁵²⁷.

Nas outras duas propriedades dos sócios, as estâncias denominadas “Guardinha” e “Nossa Senhora do Rosário”, predominava a criação de animais, realizada por escravizados de ambos. Isso significa que ambos os sócios dinamizaram a produção, estabelecendo um caráter misto⁵²⁸ em suas terras, ora priorizando o cultivo de plantas, ora a criação de animais. A respeito do contrato e as obrigações de cada sócio, destaca Silmei Petiz que:

O contrato que regulamenta essa sociedade nos revela dados importantes para a compreensão das relações e obrigações de cada sócio. Previa que ‘dos desfrutes de suas fazendas farias tropas e mulas que ele sócio Mateus Simões Pires, presentemente, iria dispor a São Paulo’. Outra consideração que deve ser feita refere-se [...] ligação que Mateus mantinha no porto carioca. Conforme o contrato, ‘seriam sócios em todo e qualquer negócio que da cidade do *Rio de Janeiro* se fizesse conveniente, tanto em fazendas secas e molhados, *como de escravos* que se remetesse para a dita cidade [Rio Pardo]⁵²⁹.

Mateus Simões Pires, portanto, além de colocar escravizados, terras e animais na sociedade, entrara com outra obrigação: a de dividir rendimentos na cidade do Rio Janeiro, local que frequentava desde o início da década de 1750. Nas atividades comerciais desenvolvidas por aquele, estava a venda de mulas em São Paulo e a revenda em Rio Pardo de artigos vindos do Rio de Janeiro. Nesse sentido, crê-se que a sociedade firmada entre Mateus e João tenha servido como uma estratégia para que ambos pudessem progredir em seus negócios e afazeres na região de Rio Pardo. A união serviu não apenas como uma alavanca econômica para ambos, mas como uma das faces das múltiplas relações existentes entre os sócios.

Como abordado anteriormente, João Pereira Fortes casou uma das filhas, Gertrudes Rosa, com José, filho de João Silveira Gularte e Josefa Maria. Os dois netos de João, foram apadrinhados pelos avós paternos e maternos. No entanto, Mateus Simões Pires e o genro João de Souza Pimentel, juntamente com João, apadrinharam 9 dos 27 netos de João e Josefa Jacinta.

Nesse sentido, as relações de Mateus e João ultrapassam o campo econômico ou o campo dos compadrios. Ambos eram sócios e amigos próximos um ao outro. Silmei Petiz

⁵²⁷ Essa hipótese foi pensada a partir da escrita da monografia de Conclusão de Curso. Nela, pesquisei a migração açoriana na região Sul do Vale do Taquari e tive como fonte o uso da História Oral. Em algumas entrevistas, houve a informação do compartilhamento do uso da atafona, como algo que ocorria há muito tempo (entrevistados com 70-80 anos referiam-se aos tempos de infância e disseram que essa prática já era recorrente entre os pais). Para mais, ver ROSA, Cibele Caroline da, 2017, op. cit.

⁵²⁸ OSÓRIO, 2007, op. cit.

⁵²⁹ PETIZ, 2009, op. cit., grifo do autor, p. 237.

levantou a possibilidade que aqueles tivessem algum laço sanguíneo, além daqueles desenvolvidos nos campos econômicos e sociais:

Uma circunstância interessante dos d'Águeda, é o fato de haverem os dois irmãos mais velhos adotado o sobrenome Fortes, abandonando o que haviam trazido da ilha nativa e, haver o terceiro irmão, Miguel, conservado o sobrenome Simões. Ajunte-se a essa coincidência de nomes com Mateus Simões Pires a associação de interesses estabelecida entre este e João Pereira Fortes, para nos induzir à convicção de que existiam vínculos familiares (além dos evidentes) entre os Simões e os d'Águeda (ou Fortes)⁵³⁰.

Como já referido anteriormente, a presença de apenas um sobrenome não poderia comprovar o laço de parentesco sanguíneo, uma vez que o nome completo era adquirido ao longo da vida do sujeito podendo, por vezes, sofrer alterações⁵³¹, como no caso de João Pereira Fortes. O que se pode afirmar em relação a Mateus e João é que a sociedade firmada por ambos ultrapassou o campo das relações econômicas. Acredita-se que a sociedade seja apenas mais um reflexo dos múltiplos laços de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas ao logo da vida dos sócios.

No ano de 1777, quando Mateus retornava de uma das idas para o eixo São Paulo/Rio de Janeiro, onde vendia o gado de suas criações em São Paulo e comprava insumos na capital da colônia para revender em Rio Pardo, foi preso por tropas castelhanas na Ilha de Santa Catarina⁵³². Conforme César Machado, Mateus Simões Pires ficou sob domínio espanhol por pelo menos 1 ano na referida ilha. O impacto direto na sociedade foi de que João Pereira Fortes assumiu os negócios. No entanto, houve um impacto indireto nas relações de compadrio tecidas por Mateus e sua esposa, Catarina Inácia. Em fevereiro de 1777, Antonio Machado Pereira⁵³³ e Maria de Jesus, ambos naturais da Ilha do Faial, convidaram para o compadrio Catarina Inácia (esposa de Mateus) e João Pereira Fortes. É provável que a escolha pelo sócio por João Pereira Fortes tenha sido uma forma de substituir Mateus que se encontrava aprisionado por espanhóis em Santa Catarina. Dessa forma, João Pereira Fortes substituiu o sócio não em um negócio local, mas em uma relação de compadrio, uma esfera importante de criação de laços e circulação de dádivas⁵³⁴.

⁵³⁰PETIZ, Silmei de Sant'Ana. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e famílias entre os cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. *Anais* [...]. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, p. 8.

⁵³¹ HAMEISTER, 2006, op. cit.

⁵³² MACHADO, 2013, op. cit.

⁵³³ Não foi possível estabelecer um laço de parentesco entre Antônio Machado Pereira e João Pereira Fortes. Antônio era filho de Jorge Machado e Antonia Silveira.

⁵³⁴ GODELIER, 2001, op. cit.

Entre os anos de 1755 e 1790, Mateus Simões Pires e Catarina Inácia apadrinharam, ao todo, 19 crianças, todas filhas legítimas e juridicamente livres. Entre os filhos de açorianos, como abordado no capítulo anterior, foram 11 afilhados, colocando aquele comerciante como um dos homens preferidos para o apadrinhamento de filhos de ilhéus.

Tabela 25 – Relação de afilhados de Mateus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação entre 1755 e 1790 na paróquia Nossa Senhora do Rosário (Rio Pardo)

Nome e batizado	Pai	Origem	Mãe	Origem	Avós paternos	Origem	Avós maternos	Origem	Padrinho	Madrinha
Isidoro 24.04. 1755	Vicente Ferreira	PT, Açores, Ilha Terceira	Maria Inácia	PT, Açores, Ilha Terceira	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Eugênia Rosa
Inacio 04.07. 1760	Luis da Silva Xavier	BR, Rio de Janeiro	Bernarda Rosa de Ramos	PT, Açores, Ilha do Faial	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Inácia da Purificação
Eugenia 08.11. 1761	João Pereira da Gueda	PT, Açores, Ilha Terceira	Eugenia Rosa	PT, Açores, Ilha Terceira	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Salvador 30.11. 1761	Domingos Martins	BR, Curitiba	Clara Rodrigues	BR, Curitiba	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Antão 26.01. 1762	Francisco Munhoz de Camargo	BR, São Paulo	Maria de São Francisco	PT, Açores, Ilha Terceira	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Florencio 23.11. 1761	Custodio Leite Ferreira	PT, Braga	Maria Santa	PT, Açores, Ilha Faial	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
José 18.01. 1773	Luis Jose Leão	PT, Porto	Jacinta Teresa de Jesus	BR, RS, Rio Grande	José Pereira da Rosa e Joana da Rosa	s/r	Antonio Francisco Xavier e Teresa Maria de Jesus	s/r	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Maria 12.04. 1775	Pascoal Ferreira	Ilha do Rio	Joana Maria	BR, RS, Rio Grande	Manuel Ferreira e Isabel Pereira	s/r	Francisco Pereira e Josefa Teixeira	s/r	Manuel Gonçalves Dias	Catarina Inácia
João 09.02. 1777	Antonio Machado Pereira	PT, Açores, Ilha do Faial	Maria de Jesus	PT, Açores, Ilha do Faial	s/r	-	s/r	-	João Pereira Fortes	Catarina Inácia
Mateus 20.10. 1782	Manuel Gonçalves Dias	PT, Açores, Ilha Terceira	Cecília Maria dos Anjos	BR, RS, Rio Pardo	Manuel Gonçalves e Agueda Maria	PT, Açores, Ilha Terceira	Luís Pereira e Maria dos Anjos	Ele – s/r Ela – PT, Açores, Ilha do Faial	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Vicencia 31.01. 1783	Antonio Jose de Matos	PT, Açores, Ilha do Faial	Catarina Antonia da Encarnação	BR, RS, Rio Grande	Francisco da Costa Matos e Rosa Maria	PT, Açores, Ilha do Faial	Manuel Gonçalves Mancebo e Agueda Maria	PT, Açores, Ilha Terceira	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Catarina 07.09. 1783	Aleixo Correa	PT, Açores, São Jorge	Ana Francisca da Silveira	BR, RS, Viamão	Manuel Machado Cabral e Agued	PT, Açores, São Jorge	João Silveira Gulart e Josefa	PT, Açores, Ilha do Faial	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia

					Pereira		Jacinta			
Isabel 16.05. 1784	Sebastião Francisco de Carvalho	BR, Rio de Janeiro	Florencia Rosa	BR, RS, Rio Pardo	João Ferreira e Vicencia de Carvalho	BR, Rio de Janeiro	João Teixeira de Magalhães	s/r	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Emerenciana 20.10. 1787	Antonio Jose de Matos	PT, Açores, Ilha do Faial	Catarina Antonia da Encarnação	BR, RS, Rio Grande	Francisco da Costa Matos e Rosa Maria	PT, Açores, Ilha do Faial	Manuel Gonçalves Mancebo e Agueda Maria	PT, Açores, Ilha Terceira	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Felisberto 13.06. 1788	Manuel da Silva Machado	BR, RS, Triunfo	Maria do Nascimento	BR, RS, Rio Pardo	João Silveira e Francisca Maria de Jesus	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Francisca Maria de Jesus e Amaro Francisco	PT, Açores, Ilha do Faial	Antonio Simões Pires	Catarina Inácia
Emerenciana 30.03. 1788	Luis Jose Leão	PT, Porto	Jacinta Teresa de Jesus	BR, RS, Rio Grande	José Pereira da Rosa e Joana Rosa de São Bento	PT, Porto	Antonio Francisco Xavier e Teresa Maria de Jesus	PT, Açores, São Miguel	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Marcelino 13.06. 1789	Joaquim da Costa	BR, Rio de Janeiro	Clara Maria	BR, RS, Rio Grande	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Maria 04.11. 1789	Antonio Simões Pires	BR, RS, Rio Pardo	Maria do Carmo Violante	BR, RS, Rio Pardo	Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação	PT, Açores, Ilha Terceira	Alexandre Luis de Queiroz e Maria Eulália	Ele – PT, Porto Ela – BR, RS, Rio Pardo	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia
Raimundo 07.06. 1790	Bras Domingues	BR, São Paulo	Joana Maria de Jesus	BR, RS, Triunfo	Francisco Nobre da Luz e Isabel Pedroso de Almeida	BR, SP	Francisco do Couto e Maria de São Francisco	PT, Açores, Ilha Terceira	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia

Fonte: Livros de Registro de Batismo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1755 e 1790.

A grande parte dos afilhados do casal Mateus Simões Pires e Catarina Inácia eram filhos de açorianos. Os únicos afilhados que não possuem relação elencada pelo pároco responsável pelo registro do batismo – seja de pais ou avós – com as Ilhas dos Açores são Salvador (1761), José (1773), Maria (1775) e Isabel (1784). Essas crianças são filhas de pessoas que migraram de outras regiões dos domínios lusos para Rio Pardo, durante a segunda metade do século XVIII. As relações desenvolvidas na pia batismal entre Mateus e Catarina e os compadres não açorianos são um reflexo de uma rede bem elaborada de relações que o casal teceu ao longo de sua vida. Como comerciante, aquele tinha contato com pessoas de diversas origens dentro da comunidade rio-pardense, o que fez dele um candidato preferencial ao compadrio.

Isso significa que Mateus e Catarina Inácia encontravam-se dispostos a receberem a dádiva do convite ao apadrinhamento. Apesar de terem apadrinhado filhos de pessoas não nascidas nos Açores, todos eram indivíduos brancos e juridicamente livres, o que ainda limita, de certa forma, a rede de influência do casal, pois não aparecem como padrinhos entre a

população indígena e escravizada da localidade. Nesse sentido, acredita-se que as relações de apadrinhamento de Mateus Simões Pires tenham sido influenciadas pela atividade mercantil que desenvolvia.

Voltando-se o olhar para os batismos, percebe-se que Catarina Inácia foi madrinha em 18 vezes, compartilhado 14 deles com o marido, 1 com o irmão Manuel Gonçalves Dias, 1 com o filho Antonio Simões Pires e outro com João Pereira Fortes. Enquanto isso, Mateus compareceu a pia batismal 16 vezes, sendo que em 15 delas o fez com sua esposa, e em apenas uma, com Eugênia Rosa, no ano de 1755, quando ainda não era casado.

Nesse sentido, atenta-se para o protagonismo não apenas do casal, mas, sobretudo, de Catarina Inácia. Além de batizar mais crianças, o fez com diferentes parceiros, mesmo que esses fossem irmão, filho ou amigo próximo à família. É provável que Catarina também assumisse a dianteira dos negócios do casal quando Mateus Simões Pires viajava para São Paulo e Rio Janeiro, vendendo os produtos do comércio e ainda cuidando dos filhos pequenos. O casal, portanto, apresentou-se importante dentre os apadrinhamentos de crianças na freguesia, não apenas as figuras masculinas da família.

Das as 19 crianças, 14 crianças apadrinhadas por Mateus Simões Pires e Catarina Inácia são filhos ou netos de ilhéus. Se somadas as crianças apadrinhadas pelo genro do casal, João de Souza Pimentel (13 crianças), e pelo filho, Antonio (14 crianças), tem-se o número de 41 crianças apadrinhadas na freguesia. Entre os filhos de açorianos batizados, tem-se o número de 23 crianças, sendo que o campeão é Mateus. Esse, seu genro e o filho eram, portanto, pessoas as quais os ilhéus mais convidavam para o apadrinhamento de seus filhos.

Vicência Joaquina, filha de Mateus Simões Pires, casou-se com João de Souza Pimentel, em 1778. Até esse ano, João fora convidado ao apadrinhamento em apenas 2 momentos: em 1776, como padrinho de Escolástica e em 1777, de João. Após seu casamento, foram 11 apadrinhamentos, dos quais compartilhou 6 com a esposa. Isso significa que adentrar a família da esposa, João de Souza Pimentel ampliou sua rede de relações através do compadrio, passando a ser padrinho tanto filhos de açorianos como de não açorianos. O casamento, portanto, pode ter dado um status diferente a João de Souza Pimentel, tanto pelo fato de estar casado, pois muitos dos casais preferiam selar o compadrio com outros casais, como pelo fato de ter casado com a filha de um rico comerciante da freguesia.

Antonio Simões Pires, filho de Mateus Simões Pires, também era um padrinho requerido entre os moradores de Rio Pardo. No período em estudo, foram 14 apadrinhamentos entre os anos de 1788 e 1798, mais de 1 afilhado por ano. Antônio iniciou os apadrinhamentos apenas no ano de 1788, pois estava retornando do Rio de Janeiro, 11 anos após viver na

capital da colônia, com o intuito de estudar comércio. É provável que o filho de Mateus Simões Pires tenha apadrinhado muito mais crianças ao longo de sua vida, tendo em vista que em 1798 possuía apenas 32 anos.

Assim que retornou, Antonio Simões Pires casou-se com Maria do Carmo Violante, natural de Rio Pardo, filha do Tenente Alexandre Luiz de Queiroz e Dona Maria Eulália Pereira Pinto. O casamento com a filha de um Tenente pode ter sido uma boa estratégia para Antônio, enquanto filho de um comerciante proeminente na comunidade local.

Na década de 1780, Mateus Simões Pires já era um rico comerciante em Rio Pardo. Na Relação de Moradores de 1784 da freguesia de Cachoeira, o mesmo declarou ter comprado, juntamente com o sócio João, áreas de 2 sesmarias: uma pertencente ao filho de João, Ricardo Antonio Pereira, e outra de José da Silva Baldaia. Juntos, os sócios possuíam 1000 cabeças de gado vacum, 600 éguas, 90 mulas, 30 cavalos, 20 potros, 15 burros e 4 bois. Mateus Simões Pires e o sócio, portanto, encontravam-se entre os maiores proprietários de gado do Continente, com um número superior a 1000 cabeças.

A sociedade, portanto, fora produtiva para ambos. No ano de 1780, João ingressou com um pedido de sesmaria próximo aos campos do Capivari, justificando que possuía apenas uma chácara próxima ao Rio Pardo, e morava nas terras do sócio, Mateus Simões Pires⁵³⁵. Essa sesmaria ficaria de frente para o Rio Pardo, fazendo divisa com as terras do Tenente de Auxiliares Manuel de Freitas Teixeira, à leste com a propriedade de Antônio Simões Pires, a oeste com as terras de Antonio José de Matos e Jerônimo Machado da Silveira.⁵³⁶

Conforme o requerimento assinado pelo Capitão de Auxiliares Fernando Pereira Vieira, a justificativa de João Pereira Fortes para o recebimento da sesmaria era de que o mesmo possuía, à época, 14 escravos e mais de 4 mil cabeças de gado, entre vacuns e cavalares⁵³⁷. Além disso, “tem o suplicante servido a Vossa Majestade com exata prontidão não só com a sua pessoa, em todas as operações de guerra, como com a sua fazenda”⁵³⁸. A concessão da sesmaria, assinada pelo escrivão da Fazenda Real aconteceu 1 ano depois, em 1781.

No mesmo ano, Antonio Simões, recém-retornado do Rio de Janeiro, também solicitou uma sesmaria vizinha àquela solicitada pelo sócio do pai. Como Mateus Simões Pires já tinha propriedades em seu nome, é possível que o filho tenha solicitado a área de terras para

⁵³⁵BARROSO, Vera Lucia Maciel. Açorianos no Brasil. Porto Alegre: EST, 2002, p. 986.

⁵³⁶ Jerônimo Machado da Silveira, como abordado anteriormente, era padrinho do sobrinho de João Pereira Fortes, Jerônimo Jacinto, que solicitou uma sesmaria na década de 1780.

⁵³⁷BARROSO, Vera Lucia Maciel. Açorianos no Brasil. Porto Alegre: EST, 2002.

⁵³⁸Ibidem, p. 986.

aumentar as chances de receber tal propriedade. Assim, conforme o requerimento, aquele povoava os campos com metade dos 4 mil animais pertencentes à sociedade e alegados sob posse de João Pereira Fortes na solicitação da sesmaria. Antes disso, Antônio fora Almojarife dos Armazéns Reais, atividade que desenvolveu por dois anos, entre 1795 e 1796⁵³⁹.

A sociedade, portanto, continuava a render para ambos os sócios. Além da criação de gado e plantio de trigo, Mateus, como já referido, dedicava-se ao comércio. Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, ele possuía uma casa de comércio, onde vendia bens de fazenda seca⁵⁴⁰. No ano de 1798, ingressou com um novo pedido de sesmaria junto à Provedoria, justificando que possuía um número demasiado de animais “por ter recebido em pagamento” da venda de roupas e outros bens em seu comércio⁵⁴¹.

Essa é outra face da vida na fronteira Oeste do Continente: na falta de moedas circulantes, talvez pelo cenário de fronteira e litígio entre as Coroas espanholas e, assim sendo, de intensa movimentação de pessoas, o uso das mesmas nas negociações de compra e venda era limitado. Uma saída para aqueles que precisavam comprar mantimentos e roupas para a família seria trocar o gado – abundante nessa região – pelos produtos necessários. Para Mateus Simões Pires, a troca de produtos da fazenda seca por animais poderia ser um bom negócio, uma vez que levava tropas de animais – principalmente mulas – para a região de São Paulo ou, ainda, poderia solicitar mais terras para a alocação desse gado.

Conforme Dom Jose de Castro, então Vice-Rei do Brasil, a concessão da carta de sesmaria se dava pela justificativa de que Mateus fora prisioneiro “dos espanhóis na Ilha de Santa Catarina, de onde perdeu mais de 20 mil cruzados e esteve naqueles domínios por muitos anos”⁵⁴². Como recompensa por ter sido prisioneiro da invasão espanhola à dita ilha, além de ter muitos animais recebidos em troca da venda de produtos de seu comércio, ele recebeu terras localizadas a oeste da freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Ser dono de sesmarias (Rio Pardo e Encruzilhada), escravos e um grande número de animais; possuir um comércio de fazenda seca na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo; ter casado o filho Antônio com uma filha de Tenente e a filha Vicência com um açoriano migrado

⁵³⁹MACHADO, 2013, op. cit.

⁵⁴⁰ AHRS. F1247. Doação de sesmaria a Mateus Simões Pires, p. 69v. “É difícil estabelecer com clareza os ramos de comércio praticado pelas lojas durante o período colonial. Cunha Matos, em sua Chorografia da Província de Minas Gerais, assim define: “Cumprer notar que por fazenda seca se entende nos registros de Minas toda a qualidade de gêneros que se serve para o vestuário e por fazenda molhada, a qualidade de comestíveis, metais, pólvora e geralmente aquilo que se não veste” (CUNHA MATOS, 1874, p. 237).” SALGADO, Tatiana Rodrigues. Atividades comerciais durante o período colonial em Goiás. Mercator, Fortaleza, v. 18, e18015, 2019. Nota de rodapé n. 6.

⁵⁴¹ AHRS. F1247. Doação de sesmaria a Mateus Simões Pires, p. 69v.

⁵⁴² AHRS. F1247. Doação de sesmaria a Mateus Simões Pires, p. 69v.

colocou Mateus Simões Pires como um homem bem visto pela comunidade de Rio Pardo. Ser açoriano, natural da Ilha Terceira, casado com uma açoriana da mesma ilha e filha de casal de número tornou ele e a esposa bons candidatos ao apadrinhamento.

Se a tônica dos apadrinhamentos no período colonial era de que se convidava para acompanhar o filho alguém que fosse moral e economicamente superior⁵⁴³, Mateus, Catarina, os filhos do casal e genro/nora surgiam como figuras importantes nesse cenário. Mateus era comerciante numa região de fronteira e por conta das condições econômicas e relacionais, levou o filho, Antônio, para estudar no Rio de Janeiro. Além disso, casou o filho com uma filha de militar, cargo importante numa fronteira militarizada como era Rio Pardo na segunda metade do século XVIII. Esse jogo de dádiva e prestação total⁵⁴⁴ favorecia ambos os lados, tanto a Mateus e seus familiares, como àqueles que procuravam a família para o apadrinhamento.

Para João Fragoso, que analisou as estratégias da elite senhoril carioca, o estabelecimento de relações verticais de apadrinhamento com lavradores ou escravizados “não podem ser reduzidas a uma simples artimanha senhorial”⁵⁴⁵. Segundo o autor, os lavradores também possuíam seus motivos para convidar um nobre senhor de terras ao apadrinhamento de um filho, visando melhores inserções no mercado, seja matrimonial ou de relações com terceiros⁵⁴⁶.

Apesar de uma sociedade fortemente hierarquizada, nos moldes de um Antigo Regime⁵⁴⁷, o parentesco fictício era uma linguagem conhecida por todos – senhores, lavradores, escravizados e indígenas. O estabelecimento de laços através do ritual católico do batismo propiciava uma organização e estabelecia entre os envolvidos uma estratificação, sendo um “indício de uma hierarquia social costumeira”⁵⁴⁸. Tais práticas eram marcadas pelos laços de parentesco sanguíneo e fictício, assim como desenvolvidas por elos de clientela, entre todas as camadas da sociedade – senhores de escravos, escravizados, lavradores, indígenas⁵⁴⁹.

Mateus Simões Pires era um rico comerciante, dono de grandes extensões de terras e escravos. Mesmo que não fosse reinol – qualidade máster somadas às demais (terra, escravizados e fortuna) para ser reconhecido como alguém pertencente ao primeiro escalão dessa hierarquia social, o ilhéu era uma pessoa bem vista pelos residentes na região. Isso

⁵⁴³ MARQUES, 2018, op. cit.

⁵⁴⁴ GODELIER, 2001, op. cit.

⁵⁴⁵ FRAGOSO, 2002, op. cit., p. 47.

⁵⁴⁶ Ibidem.

⁵⁴⁷ Ibidem.

⁵⁴⁸ FRAGOSO, 2010, op. cit., p. 267.

⁵⁴⁹ Ibidem.

porque Mateus casou-se com uma filha de açorianos o que, como abordado no capítulo anterior, já era um grau de diferenciação entre as mulheres do Continente de Rio Grande de São Pedro, uma região na qual a presença feminina era praticamente escassa – comparada à masculina.

Além disso, é certo que a atividade de comerciante tenha colaborado na criação de um status de bom padrinho. Tendo em vista que estabelecer uma boa relação com o dono do comércio local era importante, pois poderia favorecer compras em longo prazo, convidar Mateus Simões Pires e Catarina Inácia para o apadrinhamento poderia ser uma boa estratégia. Talvez esse tenha sido um dos motivos que levam os filhos de João Silveira Gularte e Josefa Jacinta a convidarem tantas vezes os membros dos Simões Pires para o compadrio. Além de Mateus conceber sociedade e talvez ser parente de João Pereira Fortes, sogro de um dos filhos do casal, as atividades por ele desenvolvidas seriam interessantes como atividades de um bom padrinho.

Mateus Simões Pires faleceu no ano de 1819, aos 95 anos⁵⁵⁰. Catarina, 3 anos antes, em 1816. O inventário do casal fora realizado logo após a morte de Catarina, com os inventariantes escolhidos pela mesma. Dentre os bens de raiz encontravam-se 2 sesmarias de campo, uma chácara e uma casa de morada, localizada na rua Santo Ângelo, na vila de Rio Pardo; os móveis eram formados por espelhos, cadeiras de sala, e camas, além de objetos como talheres e copos de prata, bem como pares de brinco em ouro; os semoventes eram compostos por uma quantia avultada de animais das mais diversas espécies, divididos entre as sesmarias do casal e 62 escravizados, com as mais diversas idades e faixas de preço, formando, inclusive, famílias⁵⁵¹.

O casal possuía 2 dívidas ativas, com empréstimos no valor de 460\$470 réis a Francisco Silveira e outro de 300 mil réis a Felipe Jose dos Passos. Os bens inventariados compunham um monte estimado em 42:366\$402 reis, sendo que em torno de 48% dessa cifra era formada pelos escravizados.

Nesse sentido, a fortuna –constituída por sesmarias, animais e escravizados – realça o fato de que nem todos os açorianos migrados desenvolveram atividades ligadas à lavoura e formaram um grupo pobre e subalterno no Continente. Essas pessoas colocaram-se nos mais diversos estratos da sociedade de Rio Pardo, diferenciando-se não apenas pela construção das fortunas e atividades desempenhadas. Diferenciaram-se, também, pela forma como

⁵⁵⁰ MACHADO, 2013, op. cit.

⁵⁵¹ PETIZ, 2009, op. cit.

construíram sua rede de relações dentro do Continente, estabelecendo vínculos de parentesco sanguíneo e fictício, seja com migrantes açorianos ou commoradores de outras localidades.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar as estratégias de inserção sociais e econômicas de migrantes açorianos no sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, através da redução de escala de análise para a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. A inspiração na micro-história italiana, portanto, contribuiu para que o objeto em estudo fosse complexificado e tencionado, num sentido de deslocar o olhar para os sujeitos promotores dessa migração.

Como migrantes, os ilhéus saíram do arquipélago dos Açores pelos mais diversos motivos: a densidade demográfica, a crise na produção de alimentos e por um sistema de heranças do Antigo Regime português que privilegiava o primogênito nas famílias mais abastadas. Deslocados a partir de diversas maneiras, como a migração espontânea, aquela dirigida para a defesa da fronteira, militarizada e a migração formada por casais, a partir do Edital de 1747. Esta última é considerada a grande migração de açorianos para o meridional da América portuguesa e teve como objetivo ocupar uma região até então pouco povoada por portugueses, isso porque a população indígena não era considerada pela Coroa como possíveis habitantes dos domínios lusitanos.

Essa saída de ilhéus do arquipélago foi interessante tanto para a Coroa portuguesa quanto para parte da população que residia nas ilhas, pois, assim, resolveriam dois problemas: a recorrente reclamação de superpopulação no arquipélago e a falta de povoamento português nas possessões lusas na América. No entanto, essa pesquisa optou por questionar, assim como outros estudos⁵⁵², o discurso da superpopulação residente nas ilhas, apontando outros motivos para a publicação do Edital de 1747. Sem desconsiderar as grandes explicações estruturantes, a partir de uma releitura bibliográfica, demonstrou-se que foram os mais diversos motivos para a saída, dentre eles, o já citado caso do sistema de herança português, no qual apenas o primogênito das famílias mais ricas era agraciado com o espólio da família, o que talvez tenha motivado a saída de outros filhos do grupo familiar estendido.

Somado a isso, a concentração de terras nas mãos de poucos, principalmente das famílias mais abastadas e da Igreja, dificultava a produção de trigo, principal cereal cultivado nas ilhas. Esses fatores motivaram aqueles que se deslocaram para a América, tendo em vista que as promessas do Edital de 1747, como doação de uma extensão de meia légua em quarto de terra, mais ferramentas e alimentos nos primeiros anos eram tentadoras àqueles que viviam com pouco, ou, ainda, eram filhos da elite açoriana, mas não possuíam direito à herança.

⁵⁵² HAMEISTER, 2006, op. cit.; COMISSOLI, 2009, op. cit.

A pesquisa, portanto, procurou deslocar o olhar das estratégias da Coroa para o desenvolvimento de estratégias por parte dos migrantes deslocados dos Açores para a região de Rio Pardo. O apoio na ideia de um Antigo Regime nos Trópicos, isto é, uma sociedade colonial brasileira com características de um Antigo Regime europeu, como as trocas clientelares, relações horizontais e verticais, somado às características americanas de escravidão e presença de diversos grupos étnicos que não apenas brancos e europeus, foi fundamental para o entendimento das estratégias adotadas por esses migrantes. Nesse sentido, o Antigo Regime nos Trópicos fomentava um desenho social fortemente desigual e hierárquico, no qual os ilhéus tiveram que saber jogar com as possibilidades.

Demonstrou-se no trabalho que o povoamento açoriano na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo aconteceu desde os primeiros anos de fundação do forte Jesus-Maria-Jose, em 1751, antes mesmo da fundação da freguesia. Os ilhéus não foram os únicos povoadores da região, sendo a presença indígena concomitante a açoriana, assim como também a dos portugueses continentais e escravizados. Esses últimos, inclusive, já figuravam como propriedade de alguns ilhéus.

A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo constitui-se diversa durante toda a segunda metade do século XVIII. Além da diversidade étnica, a região representou a fronteira Oeste das possessões portuguesas no meridional americano. A fronteira, em constante movimento, condicionou alguns dos comportamentos de ilhéus ao longo desses 50 primeiros anos de instalação. Ao analisar 909 registros de matrimônio da freguesia, encontrou-se, nos primeiros anos após o estabelecimento açoriano, um número considerável de noivas ilhéus, o que aponta para a importância dessas mulheres no mercado matrimonial da região. Primeiro, porque ser branca, católica e portuguesa poderia ser um bom diferencial na busca de casamento, qualidades que as colocariam como candidatas ideais para a construção de uma família numa região fronteiriça.

Como era um mundo fronteiriço em busca de segurança, os açorianos que tiveram filhos na freguesia procuraram garantir um bom apadrinhamento para seus descendentes. Considerando-se que eram migrantes, construir uma rede baseada no compadrio era fundamental para garantir recursos imediatos ou futuros para as famílias, já que, além da fronteira em aberto, essa sociedade era fortemente desigual e hierárquica.

Através da Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, relatório realizado em 1784, foi possível demonstrar que os migrantes ilhéus estavam envolvidos nas mais diversas atividades do campo, e, principalmente nas 4 principais elencadas no relatório: “lavora”, “criação”, “mais lavoura que criação” e “lavoura e criação”. Isso vai de

encontro à ideia de que os migrantes açorianos desenvolveram apenas a agricultura no Continente de Rio Grande de São Pedro, conclusões desenvolvidas por uma por uma historiografia que focou muito nas ações da Coroa portuguesa⁵⁵³.

Ao realizar o cruzamento nominativo dos proprietários arranchados em Rio Pardo com os dados dos assentos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, além de outras fontes, foi possível demonstrar que o acesso a terra pelos migrantes se deu de diferentes maneiras, sendo que alguns obtiveram as prometidas datas de terras, outros receberam doações de sesmarias e outros, ainda, nem obtiveram acesso a uma propriedade. Além disso, diferenças econômicas entre os migrantes açorianos foram apontadas nessa pesquisa, com destaque para o acesso a terra e quantidade de animais sob posse desses proprietários. A freguesia possuía, nesse sentido, migrantes açorianos muito ricos, assim como homens com poucos recursos materiais. Apontou que uma estabilidade e o desenvolvimento de boas relações comerciais poderia ser fruto não apenas dos recursos materiais desses migrantes, mas, sobretudo, dos recursos imateriais, como a rede de relações que cada migrante desenvolveu.

Para tencionar essa visão, optou-se por reduzir a análise de observação, buscando, através do cruzamento nominativo, casos que pudessem contrapor tal abordagem. Desde o início da pesquisa em fontes primárias, um personagem começou a se destacar, fosse pela quantidade de citações do mesmo em diversos documentos ou ainda pela fortuna que construiu na vida de comerciante em Rio Pardo. Esse indivíduo era Mateus Simões Pires, que aos 95 anos de idade era um dos comerciantes mais ricos de toda a fronteira Oeste e dono de uma ampla escravaria, tendo ele formado uma sociedade com o açoriano chamado João Pereira Fortes. Ambos os sócios eram naturais da Ilha Terceira.

João Pereira Fortes era um homem bem relacionado dentro da freguesia, sendo uma de suas irmãs casada com um dos comandantes do Exército de Dragões, responsável pela defesa da fronteira Oeste. Além disso, aquele era também cunhado de outro açoriano, natural da Ilha do Faial, Jerônimo Machado da Silveira (as esposas de ambos eram irmãs), um dos primeiros sesmeiros da região de Rio Pardo.

Esses personagens, migrantes açorianos ou descendentes, compreenderam que uma das estratégias possíveis para uma vida segura na fronteira de Rio Pardo seria a formação de uma rede bem elaborada, construída através de laços de parentesco espiritual e carnal. Assim, desenvolveu-se um sistema de prestação total alicerçado em casamentos, apadrinhamentos e

⁵⁵³ FORTES, 1978, op. cit.; LAYTANO, 1979, op. cit.; GRAEBIN, 2004, op. cit.

uma circulação de dádivas – como o nome – para a manutenção de hierarquias. Prestando serviços, os migrantes estudados estabeleceram-se na região e firmaram laços para o melhor viver.

Assim como Giovanni Levi afirmou – “prefiro imaginar que toda essa multidão que passou diante de nós tenha contado alguma coisa que não somente para si mesma”⁵⁵⁴ –, acredita-se que esses migrantes contaram algo que não apenas para si. Contaram sobre as migrações atuais, além de contar, um pouco mais, sobre a essência humana. Contaram sobre um mundo colonial dinâmico, hierárquico e complexo, além de revelarem sobre as expectativas e frustrações de um processo migratório. É obvio que o verbo *contar* é conjugado pela autora da pesquisa, pois se sabe que ninguém dá “voz ao outro”, a partir de um olhar teórico e metodológico no trato das fontes – resquícios de um passado que chega até os dias atuais. No entanto, isso não significa que essas pessoas não tivessem algo a dizer. Significa que o que elas tinham a dizer, a demonstrar daquele espaço e tempo em que viveram, que interpretado no presente trabalho.

Por fim, ressalta-se que o tema da migração açoriana para o Rio Grande do Sul colonial não se esgota nessa pesquisa. A presente dissertação buscou lançar novas questões para um assunto já bastante estudado. Resta saber, por exemplo, se essa rede formada em Rio Pardo já não tinha sido estabelecida antes do processo migratório, isto é, ainda nas ilhas, tendo o deslocamento ocorrido através de uma rede relacional já existente. No entanto, esse é um assunto que se pretende analisar em pesquisas futuras.

⁵⁵⁴ LEVI, 2001, op. cit.

REFERÊNCIAS

Fontes escritas

- BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da América portuguesa**. Acervo Online da Biblioteca Nacional. 1 mapa.
- BIBLIOTECA NACIONAL, 50, **Anais da Biblioteca Nacional**. Biblioteca Nacional.
- CARTA de Lisboa. 23 março 1738apud FORTES, João Borges.**Os casais açorianos**.2 ed.Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1978.
- DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.
- MACHADO, Cesar Pires. **Simões Pires**: revisão bibliográfica e documental. Porto Alegre: Edigal, 2013.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

- ACMPOA. **Livro de registro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1755-1761**.
- ACMPOA. **Livro de registro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1774-1780**.
- ACMPOA. **Livro de registro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1783-1789**.
- ACMPOA. **Livros de registro de matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1759-1762**.
- ACMPOA. **Livro de registros de matrimônios da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1762-1780**.
- ACMPOA. **Livros de matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1780 - 1793**.
- ACMPOA. AJM, 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.
- ACMPOA.AJM, 1754/2, Caetano Jose Neto e Teresa de Jesus.
- ACMPOA. AJM, 1760/12, José Albernaz e Rosa Maria de Belém.
- ACMPOA. AJM, 1753/20, Testemunha de Jerônimo Machado e Maria Santa.

ACMPOA. AJM.1760/2, Testemunha Jose Antonio, Matrimônio de José Albernaz e Rosa Maria de Belém.

ACMPOA.AJM, 1760/9, Jose de Borba e Maria do Espírito Santo.

ACMPOA.AJM 1753/1, Francisco Domingos e Maria das Candeias.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, 1784-1787. Códice F1198A.

AHRS. Códice F1243, fl 131,131V, 132

AHRS. F1231, f. 196.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário *post-mortem* de Catarina Inácia da Purificação. Autos 22, maço 1. 1818.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte – século XVIII. *In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002.

AQUINO, Israel. **Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social(Viamão, 1747-1773)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. *In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

BARTH, Frederik; LASK, Tomke (Orgs.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, [1969] 2000.

COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). **Revista das Índias**. v. LXXVII, n. 272, 2018.

COMISSLI, Adriano. Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH*, 9. **Anais [...]**, 2008. Tema: **Vestígios do passado**: a história e suas fontes.

COSTA, Susana Gulart. **Açores**:nove ilhas, uma história. Califórnia: Universidade da Califórnia, 2008.

CUNHA, Jose Marcos Pinto. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos – introdução. *In*: CUNHA, Jose Marcos Pinto (Org.). **Mobilidade espacial da população**:desafios teóricos e metodológicos. Campinas: Unicamp, 2011.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de lapoblación: desafios teóricos y metodológicos. *In*: CUNHA, Jose Marcos Pinto (Org.). **Mobilidade espacial da população**:desafios teóricos e metodológicos. Campinas: Unicamp, 2011.

ECKHARDT, Sandra Michele Roth. **Lavouras de sustento**:demografia e estrutura agrária de São Jose do Taquari, 1765-1808. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins meridionais**:famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 424p. Tese (Doutorado em História Social) –Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). *In*: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Introdução: Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de “O Antigo Regime nos trópicos” a “Na trama das redes”. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. Capita Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. Et al. Prefácio. *In*: FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2014.

FREITAS, Denise Leal. **O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre**: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FREITAS, Denise Teresinha Leal;FACHINI, Jonathan. Do abandono ao altar: a trajetória de uma exposição (o cruzamento de fontes paroquiais da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1835). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais**[...]. São Paulo, 2011.

FREITAS, Denise Teresinha Leal. **Para além do matrimônio**: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1978.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência**: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro. 2004. 324p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. “Gentes das Ilhas” dos Açores no Rio Grande de São Pedro (Século XVIII): mobilidade, cotidiano e trabalho. *In*: SCOTT, Ana Silvia et al. (Org.). **Gentes das Ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIL, Tiago. Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). 2002. **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. *In*: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). 2006. 474p. **Tese** (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. *In*: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (Org.). **História da família no Brasil meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2014.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns envios correntes. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IMIZCOZ, José Maria. Actores, redes e processos: reflexiones para uma historia mas global. **Revista da Faculdade de Letras e História**, Porto, III série, v. 5, 2004.

KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. *In*: VENDRAME, Maria Ines; KARSBURG, Alexandre;

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. *In*: OLIVEIRA, Monica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria. **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a micro-história. *In*: VENDRAME, Maira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo (Orgs.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LOPES, Antonio Iriogoyen; GHIRARDI, Mônica; SARTORI, Frederico. Bautismo y padrinazgo em la ciudad de Córdoba (1691-1775). *In*: GHIRARDI, Mônica; SCOTT, Anna Silvia Volpi. **Famílias históricas: interpeçaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España y Uruguay**. São Leopoldo: Oikos, Editora da Unisinos, 2015.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: Homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c.1800)**. São Leopoldo: OIKOS; Porto Alegre: ANPUH/RS, 2018.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MENESES, Avelino de Freitas. **Os Açores nas encruzilhadas dos setecentos (1740 – 1770): economia**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995.

MENESES, Avelino. Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. III, 1999.

NEUMANN, Eduardo Santos. **Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (século XVII e XVIII)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737 – 1822)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. 1999. 246p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de Pesquisa. **Claves**, Montevideu, n.1, 2015.p.67-90.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e famílias entre os cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, ano, cidade. **Anais** [...]. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2008.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. **Caminhos cruzados**: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 2009.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. “**A terra natural desta nação guarani**”: identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). 2017. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História,Universidadedo Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

ROSA, Cibele Caroline da. **Dos Açores ao Vale do Taquari**: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2017.

ROSA, Cibele Caroline da. Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (sul da América portuguesa, 1750-1800). **Aedos**, Porto Alegre, v.10, n.22, 2018.

ROSA, Cibele Caroline da. A obra de Borges Fortes e o impacto sobre os estudos da migração açoriana. *In*: COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS, 2018, São Leopoldo. **Anais**[...]. São Leopoldo: Universidade do Rio dos Sinos, 2018.

ROSA, Cibele Caroline. Nas lentes do microscópio: estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no sul da América portuguesa a partir da trajetória do casal Simões Pires (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII). *In*: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Inês. **Variações da Micro-História no Brasil**: temas, abordagens e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2019.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casais Del Rei no Rio Grande de São Pedro oitocentista: um olhar através dos registros paroquiais. *In*:SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2013, Natal. **Anais**[...]. Natal, 2013.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. *In*: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (Orgs.). **Gentes das Ilhas**: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casamentos entre desiguais no Brasil Meridional (1772-1845). *In*: GIRARDI, Monica; SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias históricas**. São Leopoldo: Oikos Editora Unisinos, 2015.

SILVA, Cleidirose. **Cultura açoriana em Taquari e Paverama:**costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo. 2009. Monografia (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2009.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Octaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754).**Revista Territórios e Fronteiras**, v. 10, n. 2, 2017.